DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DE COOPERATIVISMO

ORGANIZADORES

MARCOS PAULO DHEIN GRIEBELER
PEDRO LUÍS BÜTTENBENDER
ROBERTO TADEU RAMOS MORAIS
JORGE LUIZ AMARAL DE MORAES
ARIOSTO SPAREMBERGER
NELSON JOSÉ THESING

Editora Conceito

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DE COOPERATIVISMO

Marcos Paulo Dhein Griebeler
Pedro Luis Büttenbender
Roberto Tadeu Ramos Morais
Jorge Luiz Amaral de Moraes
Ariosto Sparemberger
Nelson José Thesing
Organizadores

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DE COOPERATIVISMO

Editora Conceito
desde 1998

1ª edição | Uruguaiana | 2022

© dos autores

Dicionário Contemporâneo de Cooperativismo

Organizadores: Marcos Paulo Dhein Griebeler, Pedro Luís Büttenbender, Roberto Tadeu Ramos Morais, Jorge Luiz Amaral de Moraes, Ariosto Sparemberger, Nelson José Thesing
Edição: Cezar Brites
Revisão e tradução: Vergara Santos Traduções e Revisão de Texto
Arte Capa: Araci F. P. Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

D546 Dicionário contemporâneo de cooperativismo [e-book] / organizadores: Marcos Paulo Dhein Griebeler ... [et al.]. Uruguaiana: Conceito, 2022.
492 p. : il. ; 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-87879-26-0

1. Cooperativismo – Dicionário. 2. Desenvolvimento. I. Griebeler, Marcos Paulo Dhein. II. Büttenbender, Pedro Luis. III. Morais, Roberto Tadeu Ramos. IV. Moraes, Jorge Luiz Amaral de. V. Sparemberger, Ariosto. VI. Thesing, Nelson. VII. Título.

CDD 334.03

Elaborado por Simone Cadengue Ladislau – CRB-8/6350

Índice para catálogo sistemático:
1. Cooperativismo - Dicionário
2. Desenvolvimento

Agradecimentos às Cooperativas Sicredi União RS/ES e Sicredi Caminho das Águas, pelas contribuições financeiras para viabilizar esta obra.

DOI: https://doi.org/10.29327/564874

Todos os direitos de publicação reservados à Editora Conceito. Não é permitida a reprodução total ou parcial deste volume, sob quaisquer meios (eletrônico, digital ou mecânico), sem permissão expressa dos autores.

Impresso no Brasil, 2022.

Editora Conceito
desde 1998

www.editoraconceito.com.br editoraconceito@yahoo.com.br

CONSELHO EDITORIAL
• Adelar Francisco Baggio (Unijui)
• Almir Arantes (Unemat)
• Alessandra Troian (Unipampa)
• Carlos Alberto Diehl (Unisinos)
• Carlos Fernando Jung (Faccat))
• Cidonea Machado Deponti (Unisc)
• Claudionor Guedes Laimer (Faculdade Meridional – Imed)
• Daniel Knebel Baggio (Unijui)
• Daniel Luciano Gevehr (Faccat)
• Daniel Pacheco Lacerda (Unisinos)
• Dieter Rugard Siedenberg (Unijui)
• Dilani Silveira Bassan (Faccat)
• Egon Roque Fröhlich (Faccat)
• Enise Barth (Universidade Federal Da Fronteira Sul)
• Fernando Luis Gache (Universidad Tecnológica Nacional – Buenos Aires)
• Gerd Wassenberg (Unijui)
• Hugo René Gorgone (Universidad Tecnológica Nacional – Buenos Aires)
• Iván Gerardo Peyré Tartaruga (Universidade Do Porto – Portugal)
• João Carlos Bugs (Unisc)
• Josirene Candido Londero (Centro De Ensino Superior Dom Alberto)
• Lurdes Marlene Seide Froemming (Unijui)
• Marcela Guimarães E Silva (Unipampa)
• Marco André Cadoná (Unisc)
• Marcos Paulo Dhein Griebeler (Faccat)
• Mario Riedl (Faccat)
• Martin Coy (Universität Innsbruck - Áustria)
• Natalício Pereira Lacerda (Unemat)
• Roberto Tadeu Ramos Morais (Faccat)
• Ronaldo Sérgio Da Silva (Universidade Do Estado De Minas Gerais)
• Rut Maria Friedrich Marquetto (Universidade De Trás-Os-Montes- Alta Douro, Utad, Portugal)
• Silvio Cezar Arend (Unisc)
• Soraya Tanure (Ufrgs)
• Tiago Costa Martins (Unipampa)
• Vera Lucia Spacil Raddatz (Unijui)
• Viviane Rossato Laimer (Universidade Federal Fronteira Sul/Faculdades Anhanguera Educacional)

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....5

PREFÁCIO.....10

VERBETES.....15

AGENDA 2030 E COOPERATIVISMO.....16

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS.....22

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONFIANÇA E COOPERAÇÃO.....26

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DO CAPITAL SOCIAL APLICADOS AO COOPERATIVISMO.....31

ATO SOLIDÁRIO.....36

CADEIAS PRODUTIVAS AGROALIMENTARES E AGROINDUSTRIAIS (CPAS).....41

CAPACIDADE DE AGÊNCIA HUMANA DOS ATORES SOCIAIS.....45

CAPITAL SOCIAL.....51

CAPITALISMO AGRÁRIO E COOPERATIVISMO.....55

COOINOVAÇÃO.....62

COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO PARANÁ.....68

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....74

COOPERATIVAS DE CRÉDITO.....82

COOPERATIVAS DE TRABALHO.....88

COOPERATIVAS: NOVAS OPORTUNIDADES.....94

COOPERATIVISMO (O QUE É?).....98

COOPERATIVISMO COM PROPÓSITO.....106

COOPERATIVISMO CULTURAL.....112

COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE.....116

COOPERATIVISMO EM SAÚDE.....121

COOPERATIVISMO HABITACIONAL.....126

COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO.....131

COOPERATIVISMO URBANO.....139

COOPERATIVISMO E DECOLONIALIDADE.....143

DECRESCIMENTO E COOPERATIVISMO.....152

DESEMPENHO COOPERATIVO.....155

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO.....163

DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO.....170

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COOPERATIVISMO.....175

DIREITO COOPERATIVO.....182

DIREITOS DE PROPRIEDADE EM COOPERATIVAS.....188

DISPOSITIVOS COLETIVOS, AGRICULTURAS FAMILIARES E TERRITORIALIZAÇÃO.....191

DIVERSIDADES NO COOPERATIVISMO.....196

ECONOMIA CIRCULAR 202

ECONOMIA FORMALISTA 206

ECONOMIA SOLIDÁRIA 208

ECONOMIA SUBSTANTIVISTA.....212

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO.....215

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA – UMA CATEGORIA INDISPENSÁVEL AO COOPERATIVISMO.....220

EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA 224

EFICIÊNCIA E TRÍADE DA GESTÃO DE COOPERATIVAS.....233

ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL 241

FALSO COOPERATIVISMO.....248

GESTÃO DE COOPERATIVAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES 252

GESTÃO SÓCIO-EMPRESARIAL SOLIDÁRIA.....260

GOVERNANÇA EM COOPERATIVAS.....267

GOVERNANÇA.....277

IDENTIDADE COOPERATIVISTA COMO VANTAGEM COMPETITIVA 286

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS) 293

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA.....301

ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E COOPERATIVISMO 306

INOVAÇÃO SOCIAL 311

LIDERANÇA FEMININA E COOPERATIVISMO 317

MARCA COLETIVA 324

MARKETING DE RELACIONAMENTO EM COOPERATIVAS .. 328

MARKETING NO COOPERATIVISMO FINANCEIRO 333

MERCADOS ALIMENTARES FÍSICOS E DIGITAIS E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR 339

MÉTODOS ÁGEIS E SUA APLICAÇÃO EM SOCIEDADES COOPERATIVAS 345

MONDRAGON CORPORAÇÃO COOPERATIVA 350

NOVIDADES ORGANIZACIONAIS 367

O COOPERATIVISMO E OS DESAFIOS ECONÔMICOS 373

O COOPERATIVISMO E OS MERCADOS 377

O COOPERATIVISMO NA RÚSSIA PELA ÓTICA DE ALEXANDER CHAYANOV 380

O COOPERATIVISMO NO MUNDO GLOBALIZADO 389

PERFIL DE PESSOA COOPERATIVA 394

PODER ECONÔMICO E *COUNTERVAILING* COOPERATIVISTA 399

PÓS-DESENVOLVIMENTO E COOPERATIVISMO 403

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DAS COOPERATIVAS (PDGC) 407

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 413

QUESTÃO SOCIAL 416

REDES E GOVERNANÇA 423

REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE COOPERATIVISMO 429

REPUTAÇÃO COOPERATIVA INTERNA 437

RISCOS EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS 442

SINERGIAS COMUNITÁRIAS 448

SISTEMAS PRODUTIVOS AGROALIMENTARES E AGROINDUSTRIAIS 453

SOCIALISMO UTÓPICO E ORIGENS DO COOPERATIVISMO 458

SOCIEDADE DOS PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE 464

SOCIOLOGIA DA COOPERAÇÃO 471

SOLIDARIEDADE 483

TENDÊNCIAS EM COOPERATIVAS 488

ÍNDICE REMISSIVO 493

PREFÁCIO

O COOPERATIVISMO AVANÇANDO E SE FORTALECENDO

O cooperativismo está motivando avanços importantes em suas abordagens, fundamentos, formas e modelos de atuação e organização, sua gestão e governança e seu próprio desenvolvimento. Estas evoluções têm sido confirmadas no âmbito da sociedade onde o cooperativismo se faz presente, na academia, nas políticas públicas, pelos agentes de fomento ao desenvolvimento e gestores privados e públicos e na promoção econômica e social. Através de uma iniciativa de cooperação, os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT/RS) e da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ/RS), liderada por professores focados nos temas do Cooperativismo, Administração e Desenvolvimento Regional, estão oferecendo para a sociedade, como resultado dessa cooperação, a organização deste "Dicionário de Cooperativismo Contemporâneo".

O cooperativismo tem sido entendido como uma doutrina, um conjunto de princípios, um sistema, uma estratégia, um movimento e/ou uma atividade que considera as cooperativas como um modelo ou tipologia de organização voltada para os interesses de todos os sócios, baseado na economia solidária, democracia, participação, direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza. O cooperativismo tem sua origem baseada na cooperação entre os seres humanos, sendo, portanto, tão antigo quanto a própria humanidade. Registros emergem dos primórdios, quando o homem

passou a viver em grupos, constituindo-se de soluções e experiências mais fortes com a emergência de crises econômicas, sociais e/ou políticas. Exemplos e evidências aparecem quando se estuda a organização social dos povos antigos, como os Gregos, Chineses, Astecas, Maias, Incas e outros. Agregam-se estudos sobre a história e as origens do cooperativismo nas Reduções Missioneiras Jesuítico-Guaranis nos séculos XVI e XVII (PERIUS, 2020)[1]. Desde a crise da Revolução Industrial, no surgimento do cooperativismo moderno na Europa, no século XIX, e na sua história, consolidação e atualidade tem sido vastamente abordado na literatura sobre o tema (SCHNEIDER, 2019)[2].

O cooperativismo como uma doutrina socioeconômica, se fundamenta na liberdade, humanismo, democracia, solidariedade, igualdade, racionalidade e no ideal de justiça social. Está fundamentado nos sete princípios do cooperativismo, oficializados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que definem as suas bases de organização e funcionamento, sua atuação e suas ações e relações com os membros e a sociedade. Enquanto um sistema, se organiza em cooperativas singulares, que podem formar federações e confederações, cooperativas centrais e outras entidades de representação. No Brasil, agrega-se à estrutura institucionalizada da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e das respectivas Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs) e o Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), um conjunto de outras entidades e representações estaduais e nacionais de cooperativas de economia solidária e cooperativas da agricultura familiar. Na formação da estrutura desse sistema estão articulados múltiplos sistemas de cooperativismo, que se conectam nacional e

[1] PERIUS, Vergílio F. Origem do Cooperativismo. Porto Alegre. Sescoop/RS. 2020.

[2] SCHNEIDER, José O. Identidade Cooperativa: sua história e doutrina. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2019.

internacionalmente. No Brasil, o sistema se organiza em sete ramos diferentes de atividades: agropecuário; crédito; transporte; trabalho, produção de bens e serviços; saúde; consumo; e, infraestrutura.

O cooperativismo é, também, um movimento orientado pelos seus princípios, doutrinas, pautas e demandas que compõem as suas atividades, se articula e se mobiliza no fomento ao seu desenvolvimento e na defesa e proteção socioeconômica dos membros que a compõem e, extensivamente, da própria sociedade em torno das cooperativas. O cooperativismo e, por conseguinte, as cooperativas são organizações com uma tipologia própria, garantidos e resguardados na Constituição Federal e regidos em legislação própria, com destaque para a antiga e ainda vigente Lei 5.764, de 1971. As cooperativas possuem uma processualidade própria na sua constituição, registro e funcionamento, por serem sociedades de pessoas e não de capitais. E, ainda, o seu funcionamento é regulamentado por legislação própria, como os Estatutos Sociais e as regulamentações complementares e as específicas de cada ramo de atividade. A participação dos sócios nos processos deliberativos é igualitária e democrática e a sua participação nos resultados é proporcional à participação econômica.

Estas características iniciais apresentadas, juntamente com a sua crescente presença, influência e participação na sociedade, vêm transformando o cooperativismo em uma Ciência. Esta recebe contribuições e abordagens específicas de outras ciências, como das ciências sociais e humanas, exatas, biológicas, jurídicas e constitucionais. Além destas, utiliza instrumentos da história, economia, gestão e governança, engenharias, políticas públicas, desenvolvimento e sustentabilidade, entre outras. Dessa forma, o cooperativismo acaba culminando em uma ciência própria, contemplando e reconhecendo a sua multidisciplinaridade.

O crescimento, fortalecimento e fomento do cooperativismo, no mundo e no Brasil, podem ser entendidos a partir de diversas dimensões conceituais, que podem ser encontradas no conjunto de verbetes deste dicionário. São antecipadas algumas motivações

indicativas externas ao próprio cooperativismo, como as crises e conflitos resultantes de modelos econômicos tradicionais, movimentos globais resultantes de uma exaustão da sustentabilidade ambiental e da crescente crise energética e competitividade dos mercados e de uma limitada presença do Estado na regulação de alguns mercados. E, também, são apresentados outros fatores externos que afetam as dinâmicas territoriais do cooperativismo, como o aumento da fome, pobreza, marginalização, concentração de renda e do distanciamento crescente das escalas sociais e da distribuição de renda.

Em relação aos fatores endógenos, o cooperativismo vem contribuindo muito para o seu avanço e fortalecimento, por meio da constituição e reconhecimento deste como uma nova formulação socioeconômica e política, que privilegia a centralidade da vida, da inclusão, da solidariedade, da promoção e da distribuição mais igualitária de poder e renda. Além destes, deve ser destacado o papel do cooperativismo como espaço de implementação de políticas públicas e de organização e fortalecimento socioeconômico dos seus membros e das regiões onde atuam, na estruturação de cadeias produtivas, na geração de renda e de postos de trabalho e na agregação de valor. Também deve ser destacado o seu papel na promoção da educação cooperativa e do desenvolvimento endógeno regional, construindo agendas de esperança e de futuro.

Este conjunto de indicativos, que produzem novas centralidades de atenção no cooperativismo, tem atraído muitos atores membros das cooperativas (cooperados e/ou empregados), lideranças, dirigentes, governantes, universidades e pesquisadores. O cooperativismo vem despertando as atenções de professores, pesquisadores, técnicos e consultores, que almejam atuar de forma qualificada no cooperativismo. Isto é positivo porque amplia, renova e fortalece o cooperativismo e suas formas de organização e atuação.

São encontrados muitos escritos e publicações, resultados de pesquisas, estudos de caso, observações e até de opiniões, muitas delas

são qualificadas, mas algumas carecem de fundamentação e de conhecimentos mais consistentes, conceitual e etimológico, de termos, palavras e vocábulos que são usados e são referências essenciais na identidade do cooperativismo. Portanto, esta obra tem por objetivo oferecer, a partir de pesquisas acadêmicas, da prática vivencial no cooperativismo e na atuação e gestão de cooperativas, uma base conceitual sobre o cooperativismo e temas correlatos. O cooperativismo, para seguir em sua trajetória exitosa futura, clama por novos aportes da Ciência e da academia e necessita de capacitação contínua dos seus membros e lideranças e da sociedade. Destaque especial deve ser dado para a qualificação das abordagens e para o entendimento do cooperativismo, por um conjunto maior de pessoas que se motivem a estudá-lo e/ou que tenham interesse em fomentar, atuar ou prestar algum serviço por meio da cooperação.

Agradecemos a todos os autores e autoras dos Verbetes deste dicionário, nacionais e internacionais, pelas contribuições cooperadas na produção deste dicionário. Todos com renomada titulação acadêmica ou ampla vivência cooperativa, em suas diferentes formas de atuação. Parabenizamos a você leitor, cooperativista ou não, por escolher esta obra, agradecemos a preferência e desejamos que juntos possamos contribuir mais e melhor para o fortalecimento do cooperativismo e, através dele, de toda a sociedade. O aprimoramento contínuo e a educação cooperativa iluminam nosso propósito.

Ótima leitura, pesquisa e referências.

Maio de 2022.
Os Organizadores
FACCAT/UNIJUÍ

VERBETES

AGENDA 2030 E COOPERATIVISMO

Marcos Paulo Dhein Griebeler[1]

Instalada em 2015, oriunda dos 08 Objetivos do Milênio (2000 – 2015), a Agenda 2030, também conhecida como os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e aprovada pelos 192 países-membros e visa o alcance do equilíbrio entre a prosperidade humana com a proteção do planeta. Os 17 ODS compõem uma agenda de planejamento e de gestão de Políticas Públicas, desdobrados em 169 metas e 241 indicadores que buscam enfrentar problemas de ordem econômica, social, institucional e/ou ambiental. E qual pode ser a contribuição do cooperativismo nesta proposta?

Acredita-se que muitas ações que são negligenciadas ou até mesmo desconhecidas pelo Estado, especialmente com o agravamento da Pandemia de COVID-19, se tornam possíveis a partir de iniciativas que as cooperativas podem executar. Deste modo, quatro pontos são entendidos como ponto inicial de reflexão sobre o assunto. Por primeiro, está o (a) mapeamento de cooperativas existentes em um determinado território a fim de verificar suas condições de contribuição para com a sociedade. Em seguida, verificar quais são as (b) áreas de atuação específicas de cada cooperativa (crédito, trabalho, serviços, transporte, dentre outros ramos) com o intuito de priorizar os ODS aos quais possui maior expertise, para que seja viável na

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT-RS. E-mails: marcosdhein@faccat.br; marcosadmrs@hotmail.com

parceria com (c) potenciais correalizadores quanto ao (d) estabelecimento de ações.

Dentre os 17 ODS, em cada um deles sugere-se que as possibilidades sejam consideradas, conforme se aponta a seguir:

ODS 1 – Erradicação da Pobreza: a) Organização de Campanhas do agasalho/alimentos; b) Participação das cooperativas em projetos e/ou promoção de mutirões de melhorias básicas em comunidades vulneráveis – América do Sul é onde se apresenta a maior desigualdade de habitação no Mundo;

ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: a) Entrega de cestas básicas e promoção de campanhas de sensibilização junto aos cooperados sobre desperdício; b) construção/orientação de hortas comunitárias em bairros vulneráveis;

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar: a) Mutirões de saúde para a comunidade com médicos e outros profissionais da área da Saúde; b) parceria com escolas, gincanas com estudantes, palestras e oficinas sobre prevenção de doenças; c) Situações geradas pela COVID-19 no bem-estar das famílias;

ODS 4 – Educação de Qualidade: a) Arrecadação de material e de uniforme escolar; b) Oferecimento de cursos e conhecimento técnico na área do Cooperativismo; c) Demandas de cursos para professores da rede pública; d) Arrecadação de livros e a contação de histórias para incentivar a cooperação e não a desigualdade;

ODS 5 – Igualdade de Gênero: a) Realizar campanhas de sensibilização e estímulo à denúncia de violência doméstica (via códigos); b) Apoio e voluntariado em projetos para mulheres, tais como cursos de artesanato e possíveis fontes de renda, oficinas e palestras sobre saúde da mulher; c) Incentivar a criação de bazar nas organizações e feiras comunitárias com a venda de produtos de mulheres em situação de vulnerabilidade; d) Parceria com academias sobre aulas de defesa pessoal para mulheres; e) Estímulo a creches comunitárias.

ODS 6 – Água Potável e Saneamento: a) Arrecadação e envio de água potável para bairros vulneráveis; b) Mobilização de esforços para angariação de recursos para projetos comunitários; c) Criação de redes que permitam levar soluções de tecnologia para comunidades que precisem como no caso de armazenamento de água; d) Oficinas práticas sobre a ausência de água potável para o ser humano.

ODS 7 – Energia Limpa e Acessível: a) Campanhas internas e externas sobre uso sensato de energia; b) Apoio a projetos de pesquisa & desenvolvimento sobre energia limpa; c) Campanhas para ampliação do uso de placas solares; d) Reaproveitamento de garrafas pets para geração de energia, bancos e cesto de resíduos inteligentes para praças; e) Participação em projetos de implementação de tecnologias básicas em comunidades mais vulneráveis.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: a) Palestras e oficinas sobre educação financeira com base no cooperativismo; b) Aulas sobre noções básicas de empreendedorismo e intraempreendedorismo social; c) Feiras e bazares com artesãos e pequenos produtores locais a fim de fomentar a economia local; d) Preferência na contratação das pessoas que vivem na área de atuação da Cooperativa; e) Promoção de cursos que gerem possíveis fontes de renda – novos mecanismos (comércio solidário); f) Palestras sobre direito do trabalhador, mapeamento e divulgação de feiras livres da cidade.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: a) Apoio e divulgação das cooperativas no financiamento coletivo de projetos inovadores com foco na geração de energia limpa (água, vento e solar); b) Campanha de doação de computadores para projetos sociais e escolas públicas; c) Palestras sobre o destino incorreto dos equipamentos eletrônicos; d) Engajamento por meio de campanhas para arrecadação de materiais recicláveis; e) Parcerias com Universidades para a reutilização de materiais para a implementação de paradas de ônibus inteligentes.

ODS 10 – Redução das Desigualdades: a) Capacitação técnica e oferecimento de oportunidades a refugiados que podem também trabalhar nas cooperativas; b) Ampliar o apoio a projetos de educação inclusiva; c) Oficinas sobre paridade de atividades nas cooperativas; d) Orientação profissional a jovens de baixa renda.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: a) Mutirões de limpeza e melhoria de praças e de outros espaços públicos; b) Construção de horta comunitária; c) Campanhas para redução de ruídos; d) Implementação de coleta seletiva na cooperativa e em espaços da comunidade – bairros e pontos de coleta.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis: a) Promoção de bazares de troca de roupas e brinquedos; b) Palestras sobre consumo sensato; c) Campanha de substituição do copo plástico por canecas; d) Oficinas de aproveitamento de materiais recicláveis; e) Dia C: Novos produtos & serviços para a região de atuação da cooperativa.

ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima: a) Campanhas e atividades sobre uso eficiente de energia; b) Criação de parcerias para a implementação de coleta seletiva e correta destinação mantendo-se a ênfase com as crianças; c) Parcerias com escolas para exibição de teatro para as crianças sobre a importância de cuidar do planeta; d) Gincana cooperativa sobre reciclagem.

ODS 14 – Vida na Água: a) Organização de passeios com crianças e seus pais à nascente e/ou ao rio do município/região; b) Criação de um comitê cooperativo do bem; c) Parceria para mutirão de limpeza de áreas com alto índice de poluição; d) Campanha para a redução do consumo de plástico em casa e no trabalho.

ODS 15 – Vida Terrestre: a) Promoção de trilhas ecológicas e de turismo rural; b) Plantação e/ou distribuição de mudas para ampliação da fotossíntese; c) Promoção da “pedalada em cooperação ao ambiente”; d) Implementação de horta comunitária e oficinas de permacultura e jardinagem.

ODS 16 – paz, Justiça e Instituições Eficazes: a) Promoção de assessoria jurídica gratuita às organizações sociais e às pessoas de

baixa renda; b) Campanhas conjuntas com Órgãos Públicos pela paz no trânsito; c) Oficinas de comunicação não violenta; d) Promoção de esportes com crianças e jovens de baixa renda por meio de práticas semanais e em prol da boa condição física e mental; e) Palestras e atividades sobre Ética no cotidiano.

ODS 17 – Parcerias e Meios para Implementação: a) Apoiar e divulgar projetos de financiamento coletivo de causas importantes para a sociedade, por meio de incentivo à participação coletiva; b) Auxílio na construção de redes entre empresas e organizações sociais e envolvimento na construção de políticas públicas mais justas, acompanhando e participando dos espaços de discussão; c) Interação entre cooperativas e órgãos públicas para divulgação dos ODS em seu município.

Estas são apenas algumas das ações sugeridas e que podem ser otimizadas e/ou alteradas conforme a realidade de cada área de atuação das cooperativas, assim como a própria mobilização dos atores sociais envolvidos. De qualquer forma, entende-se que a Agenda 2030 pode ser uma oportunidade de convergência de políticas públicas, mesmo não competindo unicamente ao Poder Público sua implementação, uma vez que a cidadania se faz por identificação de demandas e não unicamente pela oportunidade de eleger um candidato.

Ao mesmo tempo, se faz necessário organizar uma estrutura de governança para o gerenciamento das ações, que podem estar constantes no cotidiano tanto dos cooperados como da sociedade em geral, uma vez que o engajamento de todos é fundamental. E em razão disso, o questionamento sobre o conhecimento sobre os ODS deve ser feito a todos pois o alcance deles se traduz em mobilização participativa.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <http://ods.cnm.org.br/>. Acesso: 21 jan. 2022.

Programa das Nações Unidas – PNUD; **Os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. **Transformando nosso mundo***:* A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 fev. 2022.

Sites para refletir sobre situação/ação das cooperativas no contexto contemporâneo:

https://www.techo.org/brasil/realidade-das-favelas-precarias/

http://habitatbrasil.org.br/

https://www.litrodeluz.com/envolvase

https://www.sociomotiva.com/pt-BR

https://observatorio3setor.org.br/

https://gtagenda2030.org.br/

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS

Jorge Luiz Amaral de Moraes[1]

As dinâmicas socioeconômicas de desenvolvimento de uma região, ou conjunto de municípios, pertencentes ou não a uma área de abrangência de uma cooperativa, são condicionadas pela organização local do seu sistema de produção. Esses sistemas são formados pelas interações entre as empresas locais, propiciando economias de escala, de escopo, de proximidade ou de aglomeração. Essas geram vários mercados internos e áreas de contato com o exterior, facilitando as trocas de informações e conhecimentos e outros bens e serviços. Diferentemente do crescimento industrial verificado até o final dos anos 1970, os resultados de uma ampla variedade de estudos indicam uma crescente importância atribuída aos territórios e às aglomerações produtivas locais e o aparecimento de novas formas de segmentação (MORAES, 2016).

Uma aglomeração produtiva é a concentração de atividades similares ou interdependentes em um determinado território, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida. Essas atividades podem pertencer ao setor agrícola, industrial ou de serviços. Podem incluir desde estruturas artesanais, com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem uma grande divisão de trabalho entre as unidades produtivas empresariais. Geralmente, os produtos resultantes têm um elevado

[1] Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. *E-mail:* jmoraes@faccat.br

conteúdo tecnológico e valor agregado. A concentração de unidades produtoras especializados estimula o desdobramento de cadeias produtivas a montante ("antes da porteira"), pelo surgimento de fornecedores de matérias-primas, máquinas e equipamentos, peças de reposição e assistência técnica, além de serviços especializados. Essa concentração estimula também o desenvolvimento das cadeias produtivas a jusante ("depois da porteira"), por meio da atração de empresas especializadas nesses segmentos e do surgimento de agentes comerciais que levam os produtos para mercados distantes (REIS, 1992). Essas aglomerações podem ser coordenadas por uma ou mais cooperativas, que substituem o papel das empresas individuais especializadas.

Assim, emerge um debate em torno da formação e do papel das aglomerações produtivas locais, que deram origem às abordagens teóricas dos "Arranjos Produtivos Locais ou Localizados (APLs)", dos "Sistemas Produtivos Localizados (SPLs)" e dos "Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs)" (REQUIER-DESJARDINS, 2002). Estas últimas formas de aglomerações, especializadas em produção agroalimentar e agroindustrial, são estruturados a partir de sistemas (SAGs) e cadeias produtivas (CPA) agroalimentares e agroindustriais, quase sempre ajustados ao perfil e às potencialidades locais específicas dos territórios rurais onde estão presentes.

Esses sistemas que dão forma às aglomerações produtivas nos territórios rurais são mecanismos de mediação entre os efeitos da globalização e as dinâmicas socioeconômicas locais de desenvolvimento dos territórios, através da coordenação por um grupo organizado de empresas individuais ou por cooperativas, aproveitando as oportunidades externas e as potencialidades locais desses territórios, caracterizando as dinâmicas locais de desenvolvimento dos territórios. A partir desse mecanismo, atores e instituições passam a gerenciar a produção e os recursos locais,

executando ações de coordenação do território e de suas aglomerações produtivas.

Desde o início da década de 1970, os sistemas produtivos locais (SPLs) de diversos territórios do Brasil vêm caminhando para uma crescente articulação ou integração socioeconômica com setores capitalistas mundiais, por intermédio de cadeias globais de produção e consumo. Essa articulação e/ou integração tem sido o caminho seguido por algumas regiões ou territórios como respostas locais às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global e à modernização tecnológica dos processos produtivos (MORAES, 2008).

Essa articulação e/ou integração tem sido o caminho seguido por alguns territórios, como resposta local às mudanças provocadas pela reestruturação do sistema produtivo global, ao modelo atual de modernização tecnológica dos processos produtivos agroindustriais e ao crescente acesso das famílias rurais aos diversos mercados locais, tanto de trabalho e de bens e serviços, como de fatores (MORAES, 2016). Muitos desses territórios rurais ainda se sustentam economicamente por meio de atividades de produção agropecuárias, nem sempre voltadas para produtos de melhor qualidade e/ou de maior valor agregado, ao lado de atividades agroindustriais, exercidas por pequenas e médias empresas, que procuram se manter em equilíbrio com o ambiente natural.

Enfim, o desenvolvimento dos territórios rurais depende tanto das dinâmicas externas, como os mercados agrícolas e agroindustriais, como também da capacidade dos seus agentes e atores locais, como empresas privadas ou cooperativas e instituições, atraírem fluxos de recursos externos e dos capitais territoriais locais (ambiental, cultural, social, institucional e o “saber-fazer”).

REFERÊNCIAS

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **Agricultura Familiar, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs) e as Dinâmicas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais**. REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE), v. 21, p. 238-256, 2016.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **Capital Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional Sustentável**. Revista Ciências Administrativas (UNIFOR), Fortaleza-CE, v. 14, n.2, p. 196-204, 2008.

REIS, José. **Uma Epistemologia do Território**. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 2006.

REQUIER-DESJARDINS, Denis. **Multifonctionnalité, territoire et secteur agro alimentaire:** une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés". Université de Versailles-Saint Quentin en Yvelines. CAHIERS DU C3ED, no 02-01: junho, 2002.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONFIANÇA E COOPERAÇÃO

Dilani Silveira Bassan[1]

A origem dos Arranjos Produtivos Locais reside na trajetória histórica e na identidade territorial (local ou regional), tendo como eixo comum, o social, o econômico, o cultural e o político. O desenvolvimento dos APL's ocorre em ambientes propícios a cooperação, interação e confiança entre os atores com a participação das políticas públicas e/ou privadas.

As primeiras concepções de APL's surgem a partir da ideia de distritos industriais, descrita por Marshall no início do século XX. A instalação dos primeiros arranjos produtivos se deu na Itália e Alemanha no início das décadas de 1960/1970. Seu êxito resultou na difusão deste tipo de organização empresarial (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014; SOUZA et al, 2020).

No Brasil, apenas a partir dos anos 1980/1990 passou-se a utilizar a terminologia Arranjos Produtivos Locais para os aglomerados empresariais. Este fato somente ocorreu devido ao êxito alcançado pelos aglomerados em alguns países, exemplo a Itália. Este tipo de organização fornecia aos integrantes flexibilidade, capacidade inovadora, vantagens competitivas, gerados por um processo de aprendizagem. Desta forma, os APL's apresentavam-se como uma estratégia para o desenvolvimento regional (AMATO NETO, 2000; SANTOS et al, 2019).

[1] Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Email: dilanib@faccat.br

Os conceitos de Arranjos Produtivos Locais foram desenvolvidos sempre buscando algo comum, as especificidades regionais, a competitividade, vínculos produtivos, integração entre os atores sociais com foco no desenvolvimento local ou regional. Para o projeto desenvolvido pelo SEBRAE juntamente com a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de UFRJ, coordenado por Lastres e Cassiolato, Arranjos Produtivos Locais são:

> [...]aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p. 3 e 4).

Este conceito é de grande abrangência, porém, encontra-se conceitos mais resumidos que tratam da temática de forma mais simples, como, por exemplo, o conceito da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist) que define "arranjos produtivos locais (APLs) como um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais localizados no mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem" (REDESIST, 2003).

A importância dos APL's para o desenvolvimento local e regional figura na utilização do potencial de conhecimento, das identidades territoriais e da rede de assistência pública e/ou privada

que vai impulsionar a expansão de determinada base econômica, utilizando de forma eficiente o recurso disponível no território.

Outra definição de Arranjos Produtivos Locais refere-se as "aglomerações locais que contam com o envolvimento de agentes econômicos, políticos e sociais, que com foco em atividades de um segmento econômico específico, apresentam vínculos entre si, mesmo que insipientes" (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, P. 3 e 4).

No entanto, é importante considerar que os APL's têm características próprias que os distinguem das demais formas de aglomeração. Os autores Lastres e Cassiolato (2003, p. 4 e 5) identificaram algumas destas características. Assim, os APL's podem ser identificados a partir da: dimensão territorial; diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais; conhecimento tácito, inovação e aprendizado interativos, governança e grau de enraizamento.

Dadas estas características é possível afirmar que a origem dos Arranjos Produtivos Locais tem diferente vertentes, mas que estão intimamente ligadas a vocação do território, ao local, potencial de produção e conhecimento e aos fatores históricos, que em alguns casos definiu, nos primórdios da colonização, a base econômica produtiva. O surgimento dos APL's foi de forma autônoma, observando as vantagens territoriais que permitiam o aparecimento de estruturas produtivas especializadas e com um número considerável de empresas (SANTOS e NETO, 2011).

Portanto, a importância dos APL's para o desenvolvimento de uma determinada região é resultado do potencial e da eficiência coletiva gerada por este aglomerado, tendo como princípio cooperativo: "a adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos cooperados, autonomia e independência, educação, formação e informação, cooperação entre as empresas do APL's e interesse pela comunidade" (SANTOS e NETO, 2011, p. 9).

Os processos produtivos, envolvem aprendizado, competências, interesses comuns, inovação, apoio público e privado, disponibilidade

de recursos, entre outros fatores. A implantação de um APL requer uma mudança de comportamento por parte dos atores envolvidos, resultado de um processo lento e de longo prazo, procurando respeitar o tempo de cada uma das localidades, no curso de um resultado positivo.

REFERÊNCIAS

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014. Série Empreendimentos Coletivos, 48 p.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. Arranjos Produtivos Locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**, 2003.

REDESIST. Rede de Pesquisas em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: RedeSist – IE/
UFRJ, 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 28 de fevereiro 2022.

SANTOS, Jadir Perpétuo dos; NETO, Geraldo Cardoso de Oliveira. Arranjo produtivo local (APL) uma visão moderna do associativismo a difícil tarefa de unir o setor. VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 12 e 13 de agosto de 2011, p. 1-21.

SANTOS, Ivaneli Schreinert dos; PARISOTO, Greici Joana; GIL, Samanta Ongaratto; SCHULTZ, Glauco. **Arranjos Produtivos Locais: análise bibliométrica das publicações de artigos nos últimos dez anos**. Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019.

SOUZA, Sandra Maria Araújo de; BEZERRA, Paloma Rayanne Silva; ROCHA, Sandra Ferreira; GONÇALVES, Gêuda Anazile da Costa. Classificação de arranjos produtivos locais a partir do modelo teórico proposto pelo Sebrae (2014): um estudo no setor de confecções do município de caruaru – PE. **Qualitas Revista Eletrônica**. v.21, n.1, jan/abril 2020, p.188-208.

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DO CAPITAL SOCIAL APLICADOS AO COOPERATIVISMO

Angela Ester Mallmann Centenaro[1]

A expressão capital social refere-se à criação de riquezas, não através de relações comerciais ou econômicas, mas através da tessitura social, dos relacionamentos que acumulam conhecimentos. Capital social "expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos" (D'ARAUJO, 2010, p. 10). Portanto, são as instituições, as relações e as normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma sociedade.

A premissa central do capital social é de que as redes sociais contêm valor. O capital social refere-se ao valor coletivo de todas as "redes sociais" (que as pessoas conhecem) e às inclinações que surgem a partir dessas redes para fazer coisas para os outros (normas de reciprocidade).

Porém, de uma perspectiva histórica, quer-se argumentar que o capital social não é apenas um conceito, mas também uma práxis - a ação de um sujeito que não produz nada fora de si mesmo –

[1] Graduada em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: angela.centenaro@unemat.br

(VÁSQUEZ, 1977), uma expressão usada para associar diferentes interesses de investigação interrelacionados e para facilitar a fertilização de ideias. O capital social é essencialmente uma abordagem nova, sem um corpo teórico definido e coerente, mas cuja tarefa básica é fornecer uma análise que insira os atores sociais e/ou as ações coletivas como catalizadores de projetos de desenvolvimento.

Essa imprecisão conceitual tem promovido um empecilho para a pesquisa teórica e empírica dos fenômenos sociais em que o capital pode ter um papel importante, bem como afirma Portes (2000), a popularidade do conceito ("parcialmente exagerada", segundo suas palavras) justifica-se por sua capacidade de acentuar "fenômenos reais e importantes". O exagero provém do fato de que não são fenômenos novos, tendo já sido estudados: "[...] denominá-los capital social é, em maior medida, apenas uma forma de apresentá-los com uma embalagem conceitual mais atraente" (HINTZE, In: CATTANI et al, 2009, p. 50).

A forma como o termo é usado hoje data de mais de 90 anos, quando Hanifan, em 1916, usou o capital social para explicar a importância da participação da comunidade na melhoria do desempenho escolar. Depois do trabalho de Hanifan, a ideia de capital social desapareceu do debate das ciências sociais, tendo ressurgido com uma equipe de sociólogos canadenses. Mais tarde, retornou numa investigação sobre cultura das comunidades urbanas, por Homans - 1961 e por Loury -1977, num estudo sobre a distribuição de renda (WOOLCOCK e NARAYAN, 2000).

Curiosamente, nenhum desses escritores possuía trabalhos anteriores sobre o assunto, mas todos usaram o termo para evidenciar a vitalidade e a importância dos laços comunitários, os quais unificam os seres humanos segundo modalidades que não conhecem barreiras. Ao enfrentar essa questão, deve-se especificar que a lógica comunitária não exclui a justiça nem se justapõe a ela e que o desenvolvimento econômico, social e político precisa dar espaço à ideia do socialmente justo.

Pensadores pioneiros como Alexis de Tocqueville, David Hume e Marcel Mauss usaram exemplos concretos para explicar o capital social, porém não utilizavam essa nomenclatura. Para Tocqueville (1987), a consciência de que relações solidárias permitem ganhos pessoais acaba refreando o egoísmo existente em uma sociedade com forte presença de comportamentos individualistas. O autor reconhece que, além do interesse privado, existem outras forças que atuam sobre a trajetória das sociedades.

Portanto, as ligações comunitárias e a participação do povo em associações permanentes, a livre circulação de ideias e opiniões e a tomada de decisões pautadas por princípios que vão além do mero interesse individual significam, para Tocqueville, um mecanismo que ajuda a consolidar a democracia e, mais do que isso, preservar a liberdade frente à tirania da maioria. Nesse sentido, é o capital social que cria as condições para que a vida em sociedade seja possível nas sociedades modernas.

O capital social é o sentimento de reciprocidade que sentimos um pelo outro que se expressa na confiança e cuidado. É o bem-estar vinculado por relações de amizade, cooperação e reciprocidade. Para Putnam, ele provém do tempo que as pessoas passam juntas em ligas de boliche, clubes de futebol, reuniões e até mesmo na barbearia local.

O antropólogo Marcel Mauss argumentou que nenhuma sociedade jamais foi baseada na troca. A prática dominante por milhares de anos foi a da reciprocidade, o que criou um sentido de confiança e obrigação de ligação entre grupos. Essa confiança e senso de obrigação de retribuir uma ação criaram normas éticas que atualmente correspondem ao capital social. Portanto, Mauss (2001) conseguiu demonstrar como a troca ritualizada de presentes contribuía para a manutenção da solidariedade social nas sociedades pré-industriais.

Apesar de o capital social ter sido explorado pelos pioneiros da expressão, a nomenclatura que hoje conhecemos foi popularizada

devido a estudos de Bourdieu (1980, 1986), Coleman (1988, 1994) e Putnam (2000, 2006).

No final dos anos 1980 e início dos anos 90, o conceito de capital social tornou-se um tema relevante no debate das ciências sociais, tendo algumas visões distintas, sendo as principais as que se baseiam nos trabalhos de Bourdieu (1980, 1986), a que se estrutura em torno das ideias de Coleman (1988) e a originária dos trabalhos de Putnam (2006).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. Actes de La Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: <http://socio.ens-lyon.fr/agregation/reseaux/ reseaux_ fiches_bourdieu_1980.php>. Acesso em: 28 jan. 2012.

_____. The forms of social capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood, 1986. Disponível em: <http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital. htm>. Disponível em: 28 jan. 2012.

COLEMAN, J. Foundations of social theory. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1994.

_____. Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology, Chicago, v. 94, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2780243?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21102550222891>. Acesso em: 12 fev. 2012.

D´ARAÚJO, M. C. S. Capital Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HINTZE, S. Capital Social. In: CATTANI, A. D. (Coord.) et al. Dicionário internacional da outra economia. São Paulo: Almedina, 2009.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. Lisboa: Edições 70 Ltda., 2001.

PORTES, A. Social Capital: its origins and applications in modern sociology. Annual Review Sociology, v. 24, n. 1, p. 1-24, 2000. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.1>. Acesso em: 10 mai. 2012.

PUTNAM, R. D. Bowling Alone: The collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.

_____. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOCQUEVILLE, A. C. H. M. C. Democracia na América. Tradução de João Miguel Pinto de Albuquerque. São Paulo: Nacional, 1987.

VÁSQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. World Bank Research Observer, 2000, 15: 225-249. Social Capital: Implications for Development Theory, Research, and Policy. Disponível em: <http://deepanarayan.com/pdf/papers/woolcock.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012.

ATO SOLIDÁRIO

Oscar Bastidas-Delgado[1]

A pedra angular que marca o funcionamento das cooperativas e as diferenças de outras organizações, especialmente as comerciais, é o Ato Cooperativo Cracogna (n.d.), que a define da seguinte forma:

> *A expressão mais relevante da natureza das cooperativas, pois constitui a operação típica realizada pelas cooperativas com seus respectivos membros a fim de cumprir seu objetivo social. Por sua natureza, este ato exclui qualquer finalidade lucrativa, pois consiste na prestação do serviço para o qual os consumidores ou usuários organizaram a cooperativa. Como os membros são tanto proprietários quanto clientes da cooperativa, o choque de interesses que caracteriza a relação consumidor/fornecedor não poderia ocorrer entre membro e cooperativa.*

Ele acrescenta reflexões sobre tributação que ajudam a esclarecer melhor o Ato Cooperativo.

> *Se o ato cooperativo tem uma natureza jurídica específica de acordo com sua realidade econômica, ele não pode ser tratado para fins fiscais da mesma forma que o ato comercial, que é uma realidade jurídica diferente, com um contexto econômico diferente.*

[1] Professor da Universidade Central da Venezuela (UCV). Consultor em Empreendedorismo e Desenho Organizacional, Economia Social, Cooperativismo, Responsabilidade Social e Equilíbrio Social. E-mail: oscarbastidasdelgado@gmail.com

> *É por isso que os impostos sobre transações, chamados impostos sobre o valor agregado, impostos sobre atividades econômicas, impostos de renda bruta, impostos sobre vendas, etc., não têm lugar dentro das cooperativas, porque são diferentes dos atos de um terceiro que compra e vende. Aqui ninguém compra e vende, todos compram em comum e todos vendem em comum - dependendo do tipo de cooperativa - mas não há intermediário.* ***Por sua própria natureza, a cooperativa não pode intermediar, pois é incapaz de fazê-lo. Se sobrar uma diferença, como vimos acima, essa diferença vai para os membros por meio de retorno, o que significa que a cooperativa, mesmo que quisesse, nunca poderia lucrar com as transações que realiza com seus membros"***, ênfase acrescentada pelo autor.

Estes esclarecimentos sobre o Ato Cooperativo, que são completamente válidos e pertinentes, fornecem a base para que o Ato Cooperativo adquira uma dimensão legal e seja assumida em nome da Lei de Cooperativas e das leis que qualificam as cooperativas como associações, a Lei Especial sobre Associações Cooperativas da Venezuela (2002) define o Ato Cooperativo da seguinte forma

> *"Ato Cooperativo". Os atos cooperativos são aqueles realizados entre cooperativas e seus membros ou por cooperativas entre si ou com outras entidades em cumprimento de seu objetivo social e estão sujeitos ao Direito Cooperativo e, em geral, ao sistema legal vigente".*

Aaron Gleizer (2006) acrescenta outras considerações ao declarar que

> *"A noção do ato cooperativo é enriquecida pela concordância de outros traços distintivos desta forma jurídica, entre os quais se pode mencionar a irrepartibilidade das reservas sociais e o destino desinteressado dos ativos excedentes em caso de*

> *liquidação [...] e a proibição de transformação em entidades de outra natureza jurídica sob pena de nulidade [...]....] e a proibição de transformação em entidades de outra natureza jurídica sob pena de nulidade [...] Não é possível, sem forçar o raciocínio, aplicar a esta forma organizativa um imposto que desde sua origem e devido a sua origem e fundações foi e é destinado exclusivamente a atividades orientadas pelo lucro e fins especulativos".*

De acordo com Esteller Ortega (1986), é impossível conceber a Gestão Cooperativa sem considerar o Ato Cooperativo. Devido a sua natureza e ao Ato Cooperativo, as atividades das cooperativas devem ser realizadas para fins de interesse social e benefício coletivo, de modo que, embora possam realizar qualquer atividade econômica e social de caráter lícito de igualdade com outras empresas, públicas ou privadas, a "intermediação" não é fundamental: o Ato Cooperativo está em desacordo com o Ato do Comércio.

Agora, retomando a definição de Solidariedade fornecida por Bastidas - Delgado (2020), que a entende como o

> Um valor voluntariamente construído e compartilhado entre pessoas ou organizações com respeito a objetivos, necessidades e aspirações comuns através de compromissos recíprocos assumidos individualmente como suas próprias responsabilidades. Dois indicadores de sua existência são a confiança tecida entre seus construtores e o uso frequente da palavra "nós" como um indicador do sentimento de pertencer ao grupo ou organização.

E retomando o ponto de vista de Cracogna sobre o Ato Cooperativo, mas aplicando a mesma lógica à Solidariedade definida, pode ser entendido que o

> O Ato Solidário é realizado por organizações constituídas voluntariamente que, sem buscar lucro e

> animadas por um propósito de serviço em cumprimento de seu propósito social, constroem permanentemente o valor da Solidariedade entre seus associados e com outras organizações e comunidades, através de compromissos recíprocos assumidos por seus atores como suas próprias responsabilidades.

Infelizmente nem todas as chamadas Organizações de Solidariedade constroem a Solidariedade: construir Solidariedade é seu desafio. Para alcançar sua plena realização, a Solidariedade deve ser estendida em todas as instâncias e atividades internas da organização e para a sociedade através da intercooperação e integração e, espera-se, permear outras organizações, setores, regiões, sociedade e o próprio planeta com este valor: a Globalização da Solidariedade.

REFERÊNCIAS

Bastidas Delgado, O. (2020) **La Identidad como guía de Acción de las Cooperativas. Amazon**. LA IDENTIDAD COMO GUÍA DE ACCIÓN DE LAS COOPERATIVAS *e-Book*: Bastidas Delgado, Oscar: Amazon.es: Tienda Kindle

Gleizer, Aarón (2006). La no sujeción de las cooperativas en el impuesto a las ganancias. En Revista I**delcoop**. Año 2006 - Volumen 33 - Nº 169. Pdf.

Cracogna, Dante (s/f). **Las cooperativas frente al régimen tributario**. PDF. Buenos Aires.

Esteller Ortega, David (1986). El Acto Cooperativo. Consejo de Profesores Universitarios Jubilados. Universidad Central de Venezuela. (UCV). Caracas.

_____ (2008). **Las cooperativas no deben pagar impuestos**. Documento en PDF.

República Bolivariana de Venezuela (2002). Ley Especial de Asociaciones Cooperativas. Caracas.

República de Colombia (1998). Ley 454 de 1998. Bogotá.

CADEIAS PRODUTIVAS AGROALIMENTARES E AGROINDUSTRIAIS (CPAS)

Jorge Luiz Amaral de Moraes[1]

Uma cadeia produtiva é formada pelo conjunto de componentes interativos, incluindo os segmentos produção agrícola, fornecedores de insumos e serviços, industriais de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. O objetivo é suprir o consumidor final de determinados produtos ou subprodutos (CASTRO, 1998).

Conforme Batalha (1997), uma cadeia produtiva pode ser segmentada, de jusante a montante, em três macro segmentos, que são:

a) Comercialização - É representada pelas empresas que mantém contato com o cliente final da cadeia de produção e que criam condições para o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, restaurantes, cantinas, etc.), podendo, ainda, serem incluídas nesse segmento empresas que se responsabilizam pela logística de distribuição dos produtos acabados.

b) Industrialização - É constituída pelas empresas que transformam as matérias-primas em produtos acabados destinados ao consumo.

[1] Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. *E-mail:* jmoraes@faccat.br

c) Produção de matéria-prima - É formado pelas firmas que fornecem matérias-primas iniciais para que outras empresas produzam o produto final destinado ao consumo.

A análise de cadeias produtivas é uma excelente ferramenta para investigar as várias interfaces que permeiam a dinâmica de um sistema agroalimentar e agroindustrial, pois a partir da premissa que o alimento ou uma matéria-prima energética (como cana-de-açúcar) deve ser produzido, industrializado e encaminhado até o consumidor final, qualquer disfunção em uma dessas etapas básicas compromete o abastecimento e a competitividade do sistema. Somente após a análise das CPAs é que poderão ser identificadas as disfunções e propiciar subsídios adequados à formulação e à implementação de uma política agroindustrial eficiente para o país, assim como tornar o sistema e as cadeias mais competitivos em nível internacional (BATALHA, 1997). Na análise de uma CPA devem ser incluídos os aspectos tecnológicos, comerciais e logísticos de uma CPA, assim como os fatores externos que a influenciam (socioeconômicos, legais e governamentais),

Uma cadeia produtiva é definida a partir da identificação do produto final que, após identificado, é encadeado de jusante a montante pelas várias operações técnicas, comerciais e logísticas necessárias a sua produção (BATALHA, 1997). Uma CPA é composta pelas indústrias de suprimentos para a produção agropecuária, infraestrutura de transporte e a comunicação, a produção agropecuária, agroindústrias, indústria de alimentos, redes de distribuição e consumo e outros prestadores de serviços. Conceitualmente, a diferença entre uma *agroindústria* e uma *indústria de alimentos* é que a primeira faz o processamento da matéria-prima agropecuária e a segunda produz e entrega o produto final ao consumidor. Esta diferença pode ser exemplificada na CPA do trigo, a primeira transforma o grão em farinha (moinho) e a segunda transforma a farinha em biscoitos, pães e massas. A CPA dos vinhos finos do Rio Grande do Sul e a do trigo e seus derivados

são exemplos de CPAs coordenadas tanto por empresas cooperativas como empresas não-cooperativas, com predominância destas últimas.

Uma CPA, também, representa uma série de transações (T1, T2, T3,T4, T5), que interligam os diferentes segmentos, desde o setor de insumos, passando pela produção agropecuária, indústria (agroindústria e indústria de alimentos), distribuição (atacado e varejo), até a chegada do produto ao consumidor. Além disso, deve ser destacada a importância do ambiente institucional, que define as "regras do jogo", e do ambiente organizacional, que é o processo de ação coletiva das empresas, por exemplo, por meio de associações, coopertivas e/ou sindicatos.

Os resultados das análises de CPA oferecem maiores oportunidades de aplicação na gestão e coordenação das cadeias ou na identificação de demandas tecnológicas da cadeia, pela sua maior especificidade e possibilidade de aprofundamento no plano do desenvolvimento setorial. A competitividade de uma cadeia produtiva agroalimentar e agroindustrial (CPA), também, é construída através da coordenação entre todos os seus agentes. Nesse ponto destacam-se como exemplos as cooperativas de produtores de leite do sul do Brasil, pelo seu trabalho de coordenação da cadeia produtiva agroindustrial do leite e seus derivados (MORAES, 2013).

Para o estudo de competitividade, dentro de uma visão sistêmica de agronegócios, deve ser efetuado um corte vertical do sistema econômico. A análise de competitividade é realizada de forma integrada, com evidentes vantagens na coordenação, pois essa é resultante de importantes arranjos contratuais entre os vários agentes e atores. Essa análise sistêmica de competitividade de cadeias produtivas deve utilizar modelos teórico-metodológicos que facilite a identificação da estrutura das cadeias produtivas e dos fatores que afetam o desempenho de todo o sistema (BATALHA, 1997).

A representação de um sistema produtivo agroalimentar ou agroindustrial estruturado sobre uma cadeia produtiva constitui-se em uma importante ferramenta para o estudo ou identificação, por exemplo, de modificações ocorridas a montante (segmentos localizados "antes da porteira" ou fornecedores de insumos e serviços para agropecuária) e a jusante (segmentos localizados "depois da porteira" ou processadores e distribuidores da produção agropecuária) do processo de inovação original (MORAES, 2013). De acordo com Batalha (1997), essa análise pode ainda avaliar as consequências das inovações como espaço analítico inicial (análise vertical), assim como junto a outras cadeias produtivas que se relacionem com ela (análise horizontal).

O crescimento econômico de uma região está associado ao desempenho de suas diversas cadeias produtivas. Geralmente, as variáveis nível de emprego e condições de saúde e habitação também estão associadas ao desempenho de determinadas cadeias produtivas. Assim, o planejamento do desenvolvimento regional também é beneficiado pela base ampliada de informação gerada pelos resultados das análises prospectivas de cadeias.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 1997. v.1.

MORAES, J. L. A.. **O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais**. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional. FACCAT: Taquara, v. 10, p. 71-97, 2013.

CAPACIDADE DE AGÊNCIA HUMANA DOS ATORES SOCIAIS

Cidonea Machado Deponti[1]
Verenice Zanchi[2]

De acordo com Long (2007), o conceito de agência é utilizado primeiramente por Hegel e Marx. O primeiro constrói sua análise filosófica em torno da dialética e, o segundo vincula à dialética ao conceito de luta de classe, esta vinculação cria sua própria contradição. Já Marx compreende que como parte da luta da classe trabalhadora, os trabalhadores poderiam criar um complexo de instituições para lidar com os problemas do dia a dia. Este complexo poderia ser o partido político da luta de classe. Assim, se a agência possibilita a criação de várias organizações proletárias para uma proposta específica, o partido se tornaria o agente político de classe. Marx considerou essas formações organizacionais como expressões da agência da classe trabalhadora. No entanto, com o tempo o conceito de agência desapareceu de seu discurso. Para Long (2007) a agência não pode ser explicada como categoria analítica da análise marxista.

[1] Economista, Doutora em Desenvolvimento Rural, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR/UNISC. E-mail: cidonea@unisc.br

[2] Administradora, Doutora em Desenvolvimento Regional PGDR/UNISC. Pós-doutoranda em Comunicação na UFSM. E-mail: verenice.zanchi@gmail.com

De acordo com González et al (2014), outro autor que discutiu o conceito de agência foi Weber, sua compreensão sobre processos de desenvolvimento parte da análise do comportamento dos indivíduos. A construção epistemológica de Weber é distinta daquela realizada por Marx. Para Weber, na sociologia o método é compreender e explicar a ação social. Sendo assim, a ação social parte do indivíduo e dele em seus grupos. Os atores do desenvolvimento, sejam indivíduos ou grupos sociais, são dotados de agência e a compreensão desta agência é cara aos estudos sobre desenvolvimento. Estudos sobre o desenvolvimento em uma concepção weberiana buscam primeiramente compreender a ação social, os atores, o poder e o conhecimento envolvido na agência humana.

A nova erupção do conceito de agência surgiu nos anos 1980 e foi tratada por Antony Giddens (1984). Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator (individual ou coletivo) a capacidade de processar a experiência social e inventar caminhos para as situações problemáticas, sob as mais extremas formas de coerção (LONG; PLOEG, 1994).

> Os agentes ou atores humanos [...] têm, como aspecto inerente do que fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem - sua cognoscitividade *como* agentes - está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como "continuar" nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta. (GIDDENS, 2009, p. XXV, grifo do autor).

Segundo Giddens (2009, p. 12), "agência refere-se a fazer", os indivíduos têm intenção e são cientes das razões que levam a prática

de determinadas ações, os agentes são reflexivos, ou seja, têm capacidade de trazer para consciência e refletir sobre suas escolhas. As respostas dadas pelos atores explicam suas práticas, suas ações e suas intenções. A reflexividade não deve ser entendida meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do "fluxo contínuo da vida social". A agência humana não cria sistemas sociais, mas os reproduz e transforma-os, refazendo a práxis (GUIVANT, 1997, p. 19; LONG; PLOEG, 1994).

> [...] os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos sociais e físicos, dos contextos em que se movem [...] possuir tal entendimento não deve ser equiparado à apresentação discursiva de razões para determinados itens de conduta, nem mesmo à capacidade de especificar tais razões discursivamente. (GIDDENS, 2009, p. 6).

A agência humana não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade de elas realizarem essas coisas. Os agentes humanos têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem, eles sabem tacitamente como continuar, mas sem capacidade de dar uma explicação discursiva direta. A noção de agência, portanto, apresenta importância estratégica para compreender o significado das redes sociais, garantir informações, formar opiniões, legitimar pontos de vista e, assim, gerar diferentes relações de poder. A incorporação de novas ideias e modos de comportamento carrega, simultaneamente, processos de transformação.

A agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente, pois são capazes de processar e sistematizar suas experiências vividas e atuar nelas.

> Ser capaz de "atuar de outro modo" significa ser capaz de intervir no mundo, ou abster-se de tal intervenção, com o efeito de influenciar um processo ou estado específico de coisas. Isso pressupõe que ser um agente é ser capaz de exibir (cronicamente, no fluxo da vida cotidiana) uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros. A ação depende da capacidade do indivíduo de "criar uma diferença" em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para "criar uma diferença", isto é, para exercer alguma espécie de poder. (GIDDENS, 2009, p. 17).

Por intermédio da noção de agência, o sujeito é capaz de conhecer e tem habilidade para fazer de acordo com seus limites de informação e recursos. Ele cria maneiras de resolver seus problemas e evitar situações problemáticas, colaborando para a construção de seus mundos de vida próprios. O sujeito torna-se um "estrategista ativo" que problematiza situações, processa informação e reúne os elementos necessários para operar.

A capacidade de agência não é um atributo do ator individual, manifestando-se quando ações particulares causam mudanças em relação a um curso de eventos pré-existentes ou a um estado de coisas, acarretando relações sociais e efetivando-se por meio delas. A agência requer capacidade de organização e capacidade de influenciar os outros, envolver os outros em seus projetos e fazer com que os outros aceitem determinada mensagem. As noções de agência diferenciam-se de sociedade para sociedade e em segmentos diferentes da mesma sociedade. Essas diferenças permitem estudar como a capacidade de agência é constituída culturalmente de forma distinta, afetando as relações interpessoais e as formas de controle que os atores podem desenvolver uns sobre os outros (LONG; PLOEG, 1994).

Nesses termos, agência é a capacidade de interferir em eventos, não necessariamente de modo intencional. Agir, mais do que pretender algo, é ser significativo na sua ocorrência, na medida em que

a “ação depende da capacidade do indivíduo de ‘fazer uma diferença’ em um estado pré-existente de coisas ou curso de eventos” (GIDDENS, 1984, p. 14).

Com base em Long (2007) verifica-se que a agência não é simplesmente o resultado de algum tipo de dom extraordinário, uma capacidade mística, um toque empreendedor ou uma manifestação do espírito inovativo adquirido por talentos individuais. A agência é gerada socialmente e é um fenômeno definido culturalmente, o que leva a diferentes formas de manifestação dependendo do contexto analisado. Assim, em algumas situações pode-se até concluir que dificilmente ela exista. A noção de agência está incorporada nas relações sociais e só pode ser efetivada através dela.

Long (2007) ainda salienta que a habilidade de influenciar a ação dos outros depende fundamentalmente da existência ou da criação de redes de relações com atores relevantes ou com atores que podem mobilizar e envolver colaboradores em alguma tentativa de alcançar fins comuns ou pelo menos compatíveis. A agência não é um conceito de fácil percepção, pois ela pode estar presente no cotidiano, mas de acordo com Long (2007), ela é reconhecida quando se torna amplamente pública. Importa, portanto, compreender como a agência se constrói e estrutura ações cotidianas.

REFERÊNCIAS

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **The constitution of society**: an outline of the theory of structuration. UK: Cambridge, Polity Press, 1984.

GONZÁLEZ, S., PEREIRA, V., DAL SOGLIO, F. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. **Perspectivas Rurales**. Nueva época, Año 13, N° 25, 2015.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo:** una perspectiva centrada en el ator. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007. 504 p.

_____. Resistance, Agency and Counterwork: a theoretical positioning. In: **The fight over food**: producers, consumers, and activists challenge teh global food system. Org. Wynne Wright and Gerr Middendorf. University Park, Pennsylvania, 2007. p 69-92.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. London: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

ZANCHI, Verenice. **Ressignificação do alimento em roteiros de turismo rural**: uma estratégia de desenvolvimento regional no Vale do Rio Pardo - RS - Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2019.

CAPITAL SOCIAL

Dejalma Cremonese[1]
Ricardo Corrêa[2]

O conceito de capital social foi inaugurado por Lyda Hanifan no início do século XX com o artigo "The rural school community center" (1916). A autora definiu-o como a unidade social que resulta das relações entre indivíduos e famílias. O conceito voltou a ser na segunda metade do século obtendo, desde então, uma rápida repercussão. Entretanto, apesar de ter passado a apresentar grande expressão entre as Ciências Sociais, há certa dificuldade de defini-lo, pois seus teóricos partem de duas perspectivas: uma micro e outra macrossocial. Sendo assim, este conceito não é homogêneo e ainda vem sendo desenvolvido.

Destaca-se que, apesar de ter sido usado pela primeira vez por Hanifan, o conceito de capital social já havia sido perceptível, de forma implícita, em 1835 na obra "Democracia na América" de Tocqueville (1962). Esse autor, mesmo sem ter mencionado termo, deixou-o presente ao falar da comunidade cívica que tornava peculiar os Estados Unidos, ao fazer uma relação entre vida associativa e democracia. Tocqueville apontou a participação dos indivíduos em associações comunitárias - que se pode traduzir pelo conceito de capital social - como influência ao funcionamento e consolidação da democracia.

Assim, após a indicação tocquevilliana de capital social e a inauguração de tal conceito por Hanifan, este esteve submergido na academia, até ser resgatado, em 1961, pela urbanista Jane Jacobs, que utilizou o termo para referir-se às redes sociais que são insubstituíveis à vida das cidades.

---

[1] Doutor em Ciência Política (UFRGS), Professor Associado II do Departamento de Ciências Sociais da UFSM, dcremoisp@yahoo.com.br

[2] Doutorando em Ciências Sociais (UFSM), Professor do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto, ricardo.correa@iffarroupilha.edu.br

Procedendo ao resgate do termo por Jacobs, diversos autores passaram a fazer uso desse conceito. Seus teóricos mais reconhecidos na academia são Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam e Francis Fukuyama. Os dois primeiros autores partem de uma perspectiva individualista na sua metodologia, através da análise de um panorama microssocial, enquanto que Putnam e Fukuyama assemelham-se pela concepção holística, que observa o capital social como uma entidade coletiva, por meio de um exame de nível macrossocial.

Pierre Bourdieu foi o primeiro a falar de capital social na literatura sociológica, sendo, por consequência, responsável pela maior expressão que o termo adquiriu a partir da década de 1980 entre os cientistas sociais. Este autor define capital social como o "agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas" (Bourdieu *apud* Higgins, 2005, p. 30).

A perspectiva de Bourdieu, embora diferente, influenciou a compreensão sustentada por outros teóricos desse conceito, como Coleman, Putnam e Fukuyama. James Coleman é um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento do conceito de capital social a partir do artigo, escrito em 1988, "The social capital in the creation of human capital". Diferente de Bourdieu, que parte de um foco político, Coleman tem por base um foco utilitarista ao entender o capital social em termos funcionais, ou seja, para o autor o capital social consiste em um meio para que os atores individuais, através das relações sociais, atinjam suas metas, satisfazendo seus interesses. Assim sendo, o capital social seria "a habilidade das pessoas trabalharem juntas, em grupos e organizações, para atingir objetivos comuns" (Coleman, 1988, p. 95).

Como foi possível perceber, Bourdieu e Coleman, embora divergindo em alguns aspectos, partem de uma análise micro-social na concepção de capital social, definindo tal conceito a partir das redes de relações entre indivíduos. Essa perspectiva se diferencia da concepção de Putnam e Fukuyama, que analisam tal termo sob uma ótica macro-social. Sob essa perspectiva, na década de 1990, Robert Putnam popularizou o conceito na Ciência Política, ao defender que o capital social diz respeito "a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações

coordenadas" (Putnam, 2002, p. 177). Putnam chega a tal conclusão por intermédio de seu estudo – de mais de 20 anos – sobre a Itália, que resultou no livro "Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna", no qual conclui que as diferenças de desempenho dos governos regionais na Itália davam-se em razão de umas regiões apresentarem mais comunidade cívica do que outras, sendo assim, o autor caracteriza-se por relacionar capital social e desenvolvimento institucional.

Muito próximo da perspectiva de Putnam está a de Francis Fukuyama, que define o capital social "como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles" (Fukuyama, 2000, p. 28). Para o autor, todas as sociedades possuem algum capital social, sendo que a variação deste elemento que diferencia cada uma delas é denominada por ele de "raio de confiança". Nesse sentido, Fukuyama aponta as famílias como fontes importantes de capital social em todo o mundo, uma vez que para ele "é muito mais provável a existência de confiança e cooperação entre os membros de uma mesma família do que entre estranhos" (Fukuyama, 2000, p. 29). Acreditamos que o conceito de capital social associado ao cooperativismo possa incrementar o desenvolvimento local e fortalecer as instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital.** In: RICHARDSON, J. G. (ed.). Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood Press, 1986.

COLEMAN, James S. **Capital social e a criação do capital humano**. Jornal americano de Sociologia, 94, Suplemento, p.95-120, 1988.

FUKUYAMA, Francis. **Social Capital and Civil Society** (April 2000). IMF Working Paper No. 00/74, Available at SSRN. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=879582

HANIFAN, Lyda Judson. **The rural school community center.** Annals of the American Academy of Political and Social Science. n. 67, 1916.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó: Argos, 2005.

JACOBS, Jane. **The death and life of great american cities.** New York: Random House, 1961.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

CAPITALISMO AGRÁRIO E COOPERATIVISMO

Zander Navarro[1]

Como é corriqueiro em relação a muitos conceitos, noções e argumentos das disciplinas que formam as Ciências Sociais, a expressão "capitalismo agrário" é também objeto de acesa controvérsia. É extensa a literatura que pretende iluminar o seu significado – talvez a interpretação mais criativa e até profética já oferecida encontra-se em Goodman *et alii* (1987). Parte dos interessados nesse campo de estudos, no campo mais à esquerda, preferiu ignorar um crucial fato inicial, pois Marx, de fato, não se interessou pela análise do "capitalismo no campo". Seus seguidores e esta tradição analítica apenas transpuseram para a economia agropecuária o que aquele autor havia proposto para o nascente capitalismo industrial do Século 19, gerando erros analíticos posteriores (ver o revelador, mas esquecido, artigo de Duggett, 1975).

Se o foco for uma sociedade já organizada sob um regime econômico capitalista há longo tempo, a expressão comumente assume entre os estudiosos outras designações – "desenvolvimento agrário" ou apenas "crescimento agrícola". Mesmo em ambientes científicos onde essas disciplinas mostram maior densidade intelectual, ainda assim essas expressões sofrem leituras interpretativas que podem ser significativamente distintas. No geral, analisada a literatura em voo panorâmico, se usa mais a segunda expressão (desenvolvimento agrário), mesmo que confundida

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente atua como pesquisador da Embrapa (Brasília). Email: z.navarro@uol.com.br

erroneamente, por exemplo, com “desenvolvimento rural”, “desenvolvimento agrícola”, “desenvolvimento territorial”, “desenvolvimento sustentável”, entre outras designações similares (Navarro, 2001).

“Capitalismo agrário”, curiosamente, é a expressão menos citada, entre as acima referidas, e ainda menos estudada ou analisada. Provavelmente devido a uma postura, ainda que relativa, de naturalização do regime econômico, equívoco analítico que, sob a linhagem de estudiosos mais conservadores e defensores da ordem existente, também reflete uma inclinação ideológica. Poucos autores analisam *além do econômico*, ou seja, uma ordem social em seu sentido amplo (Streeck, 2012). Mas similar visão também ocorre entre aqueles claramente situados mais à esquerda do pensamento social, os quais, na maior parte das vezes, preferem contestar a ordem econômica existente movidos por outros conceitos e análises, sem problematizar a essência da configuração econômica que a todos determina. Ao assim procederem, também esses autores acabam naturalizando a mesma ordem social existente que pretenderiam confrontar.

Esses comentários introdutórios destinam-se a sugerir que a inteligibilidade da expressão “capitalismo agrário” é fundamental quando se analisam os processos sociais de cooperação existentes nas regiões rurais, em especial o cooperativismo. Por muitas razões, mas duas delas são salientes. Primeiramente, entender que as diferentes manifestações concretas de uma sociabilidade capitalista são primordialmente *históricas*. Ou seja, os arranjos societários refletirão fortemente determinadas facetas fundamentais de períodos específicos, sugerindo, portanto, em decorrência, que tais arranjos *se movem com a História*, transformando-se. São mutantes, assumem feições diferenciados entre períodos e, quando comparados entre si, do mais recente aos momentos passados mais distantes, às vezes emergem estruturas sociais e econômicas que sequer parecem ter ocorrido no mesmo espaço geográfico e nas sociedades sob a mesma

nomeação nacional. E, muitas vezes, as distâncias temporais nem são tão alargadas entre si. Afinal, se existem países nos quais a vida social rural parece manter aspectos quase imutáveis durante a "longa duração", em outros a dinâmica da transformação atinge velocidades expressivas e em poucos anos a mesma região, suas populações, seu trabalho e até a sua institucionalidade são essencialmente diferentes entre si. Sem dúvida, esse tem sido o caso brasileiro, particularmente nos últimos trinta anos, pois o capitalismo agrário tem demonstrado invulgar desenvoltura transformadora no período citado (ver os artigos coletados em Navarro, 2020).

Em segundo lugar, embora sem a possibilidade de comentar longamente sobre a proposição, deve-se também perceber que o capitalismo agrário não apenas cresce, se expande, assume maior magnitude, com o passar do tempo. Mas, sobretudo, *reconfigura-se*. Existe uma gênese, o desenvolvimento e a maturidade, a evidência desta última demonstrada, em especial, pelas economias agrícolas mais avançadas. A frase não indica que todas as situações serão iguais e nem mesmo parecidas (o que suprimiria a primeira essencialidade acima citada, dos processos históricos). Mas implica que existem diversos processos, tendências e características que são tendencialmente universais, à medida que uma dada sociedade transforma sua economia agropecuária na direção à plena maturidade.

Entre diversos aspectos que poderiam ser salientados, dois deles destacam-se. Primeiramente, há uma crescente subordinação do rural ao urbano, com as firmas não agrícolas assumindo a hegemonia de todo o setor. Na conhecida expressão, trata-se da "industrialização da agricultura". Adicionalmente, a expansão do capitalismo agrário implica, necessariamente, a formação de cadeias de valor, inicialmente (a maioria delas) voltada ao mercado doméstico mas, conforme o caso analisado, algumas globais, introduzindo dinâmicas completamente novas, inclusive a gradual dominação do sistema financeiro. Em situações de maior amplitude produtiva, o conjunto dessas cadeias forma o "sistema agroalimentar" - ou "regime alimentar", como alguns

autores assim intitulam (Bernstein, 2015). O resultado dessa profunda transformação estrutural implica que são formadas *novas hierarquias sociais* nesse setor produtivo e a relativa autonomia original dos produtores rurais sobre seus processos decisórios vai sendo dissipada. Com o tempo, em sistemas agroalimentares mais desenvolvidos – como é, cada vez mais, o caso brasileiro – os produtores rurais se tornam rigidamente subordinados aos verdadeiros atores hegemônicos de tais sistemas, que são as firmas não agrícolas. Às vezes uma grande empresa integradora (como na criação de pequenos animais, como exemplo), outras vezes uma cadeia de supermercados. Esta pode ser capaz de impor não apenas preços pagos aos produtores, mas até mesmo a configuração tecnológica da produção, com o intuito de uniformizar o produto final em todos os seus aspectos.

Transpostas essas sucintas considerações para o tema do cooperativismo, o argumento aqui proposto é que a "forma cooperativista" clássica, aquela que reuniria agricultores enquanto agentes econômicos que associam *como iguais* os seus recursos diversos sob um teto formal organizativo (a cooperativa), no intuito de ganhar escala e poder competir mais favoravelmente nos mercados, esta forma está deixando de ser viável no capitalismo avançado. Seriam as *cooperativas de produção*, arranjo de cooperação sob o qual os associados agregam seus recursos, às vezes até parcelas de terra ou partes do capital, no intuito de formarem, em conjunto, um "ente econômico" maior e, assim, em tese se credenciariam para atuar com maior competitividade, na compra de insumos ou na venda de seus produtos, além de outros benefícios (por exemplo, o uso do "parque de máquinas coletivo" em escala adequada). E, ao final de um ciclo de produção, avaliam os resultados e distribuem as sobras, se existirem. Esses formatos cooperativos, contudo, paulatinamente deixaram de ser atraentes para as famílias rurais envolvidas por uma razão direta de enunciação. Com a expansão do capitalismo agrário (e sua intensificação tecnológica), atualmente, a complexidade assume, cada vez mais, uma faceta dominante na atividade agropecuária e, assim,

manter altos níveis de produtividade geral se torna um pressuposto impostergável para se alcançar a lucratividade final necessária para a manutenção do negócio agrícola.

Contudo, os associados dessas cooperativas de produção são diferentes entre si e não agregam ao ente coletivo as mesmas habilidades, recursos, disposição e nem produtividades do trabalho equivalentes. Por isso, gradualmente alguns se veem desfavorecidos *vis-à-vis* os demais, ao somarem mais resultados ao todo, em relação aos demais (ou seja, suas respectivas produtividades se tornam distintas). Não será preciso muito tempo para desistirem da permanência sob o mesmo teto cooperativo, por entenderem que podem ganhar mais se estiverem fora desse arranjo. Em síntese: a complexidade, a intensificação produtiva e tecnológica, as diferentes produtividades dos agentes econômicos envolvidos e outros fatores da moderna agropecuária, em conjunto, tornam os resultados finais gerais de problemática distribuição entre os associados. Se todos ganharem igualmente, não será justo. E se existirem critérios de distribuição das sobras que são desiguais, usualmente se instalará a insatisfação.

Em consequência, no capitalismo agrário sobra lugar apenas para as chamadas *cooperativas de comercialização*, aquelas que apenas recolhem partes da produção que as famílias decidirem entregar para a venda. Aqui existe o formato de cooperação não apenas ainda viável nas condições atuais do capitalismo agrário, mas absolutamente necessário para o grande conjunto de produtores médios e, particularmente, os pequenos. De fato, em processos de forte expansão do capitalismo agrário, como no Brasil, as cooperativas de comercialização representam a "última chance" desse conjunto de estabelecimentos rurais de menor porte econômico, caso pretendam se manter na atividade e resistir às tendências de concentração da riqueza no campo.

Esta é assimetria típica de processos de expansão capitalista em qualquer setor de produção, minimizada, muitas vezes, por

interferência de normas, leis e políticas estatais. Entretanto, como tem sido o caso do capitalismo agrário no Brasil, essas salvaguardas "de amortecimento" são quase inexistentes ou insuficientes. Ante a força da competição desigual, as cooperativas de comercialização, para os produtores rurais de porte médio e pequeno, seriam uma das raras possibilidades ainda existentes para assegurar alguma resiliência social na atividade.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, H., *Food regimes and food regimes analysis: a selective survey*. Haia, Institute of Social Studies, 2015. Disponível no endereço eletrônico: https://www.iss.nl/sites/corporate/files/CMCP_1-_Bernstein.pdf

DUGGETT, M., Marx on peasants. In: *Journal of Peasant Studies*, 2(2), 1975, p. 159-182. Ver em: http://arc.or.id/wp-content/uploads/2017/03/Marx-on-Peasant-JPS.pdf

GOODMAN, D.; SORJ, B. e WILKINSON, J. *From Farming to Biotecnology: a Theory of Agro-Industrial Development*. Londres: Blackwell, 1987. Edição em português esgotada (*Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional*, Editora Campus, 1992). Versão digital disponível no endereço: http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/goodman-9788599662298.pdf

NAVARRO, Z. (org). *A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação*. São Paulo: Editora Baraúna, 2020. Disponível em: https://www.editorabarauna.com.br/livro/educacao/a-economia-agropecuaria-do-brasil-a-grande-transformacao/

NAVARRO, Z., Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: *Estudos Avançados*, 15(43), 2001, USP, p. 83-100. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9825/11397

STREECK, W., How to study contemporary capitalism? In: *European Journal of Sociology*, 53(1), 2012, p. 1-28. Versão digital disponível no endereço: https://www.jstor.org/stable/43282219?refreqid=excelsior%3Ac15befb77d05229760f0be9f63f85553

COOINOVAÇÃO

Pedro Luís Büttenbender[1]
Bruno Nonnemacher Büttenbender[2]

A abordagem do termo composto 'COOINOVAÇÃO' aduz a uma fundamentação específica que resulta da aglutinação de dois termos intensamente explorados na literatura. O primeiro termo é o do 'Cooperativismo' que é combinado, integrado e inter-relacionado com o segundo termo que é o da "Inovação". A etimologia das palavras nos indica entender bem e referenciar cada uma, esclarecendo inclusive as diferenças com termos similares e popularmente utilizados.

O cooperativismo é um movimento econômico e social, orientado por doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades. O associativismo cooperativista tem por fundamento o progresso social pela cooperação e auxílio mútuo segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação mais frágil conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência e o seu fortalecimento (BÜTTENBENDER, 2008 e BÜTTENBENDER e MAGRI, 2018). O cooperativismo possui suas origens em várias referências milenares e seculares. Na América Latina as suas origens reportam ao século XVII, com a experiência das Reduções Jesuítico-Guaranis (PERIUS, 2020). Já o cooperativismo moderno teve as suas

[1] Doutor em Administração, Mestre em Gestão Empresarial, Administrador e Tecnólogo em Cooperativismo. Professor Pesquisador do PPGDR/UNIJUÍ. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br e plbutten@gmail.com

[2] Doutor em Ambiente e Desenvolvimento (Univates), Administrador. E-mail: brunonbuttenbender@gmail.com

raízes no século XIX, nas crises da Revolução Industrial na Europa, com a criação da Cooperativa de Rochdale, Manchester, Inglaterra (SCHNEIDER, 2019).

As pessoas que integram o cooperativismo, e assim se organizam econômica e socialmente são denominados cooperativistas. Estes guiam suas atividades, produção e serviços de acordo com os princípios e valores do cooperativismo. Os sete princípios do cooperativismo, de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2018), são: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos associados; Participação econômica dos associados; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; Compromisso com a comunidade. Já os valores (ACI, 2018) são: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.

Portanto o cooperativismo é visto e reconhecido como um movimento, uma estratégia, um sistema, um modelo de organização e até um estilo de vida. A sua organização e operação é respaldada em legislação constitucional própria e por estatutos sociais, assumindo personalidade jurídica. A atuação do cooperativismo tem elevados impactos e aportes desenvolvimento econômico e social dos seus membros, das regiões onde atuam e da sociedade (BENECKE, 1980; BÜTTENBENDER, 1995; BÜTTENBENDER, 2008).

O outro termo presente no Verbete COOINOVAÇÃO é o termo Inovação. Inovar é criar algo novo, é introduzir novidades, renovar, recriar. A inovação é tida como sinônimo de mudanças e/ou melhorias de algo já existente. O austríaco Josef Schumpeter na década de 30 define que inovação é a introdução comercial de um novo produto ou "uma nova combinação de algo já existente" criados a partir de uma invenção que por sua vez pertence ao campo da ciência e tecnologia (SCHUMPETER, 1982).

Na abordagem de Schumpeter (1934), a inovação e a mudança ocorrem por meio de um espiral de atração mútua onde um agente atrai outro e assim os efeitos são multiplicados. Com o passar do tempo

surgiram novos fundamentos da inovação, e se balizaram duas vertentes importantes: a evolucionária tendo Nelson e Winter (1974) como percussores; e a neoclássica que teve início na década de 50 com Solow (1957) inicialmente tratando a inovação e a tecnologia como fator exógeno ao processo. Pavitt (1984) traz inovação como sendo um produto ou processo de produção novo ou melhorado, comercializado ou utilizado em um país.

A criação ou invenção é o desenvolvimento de algo novo. Enquanto inovação somente acontece quando esta criação é colocada em uso (BOZEMAN e LINK, 1984). Resultando que a inovação é tomada como como algo novo, podendo ser desde um produto/serviço até um novo processo, sistema, investimento, modelo de gestão e organização, capaz de gerar valor adicional. Este valor podendo ser material ou imaterial, humano ou não, com resultados econômicos, sociais, ambientais e/ou outros.

Tomando a Inovação como um sistema e/ou processo, pode ser entendido como aquele que envolve a criação, o desenvolvimento, o uso e a difusão de um novo produto ou ideia, sejam de forma individual ou coletiva (UTTERBACK, 1983). Prahalad (2005) entende que inovação é adotar novas tecnologias que permitem aumentar o desempenho e a performance da companhia (entenda-se aqui uma organização cooperativa). Para Tidd, Bessant e Pavitt (2008) inovação é um processo de fazer de uma oportunidade uma nova ideia e de colocá-la em uso de maneira mais ampla possível, podendo esta ser uma posição, paradigma, produto e processo.

Como resultado do entendimento específico dos termos do cooperativismo e da inovação, pode-se aproximar a delimitação conceitual da aglutinação dos dois termos: COOINOVAÇÃO (BÜTTENBENDER, 2020). E atenção para não confundir o termo COOINOVAÇÃO, com a repetida presença da letra “O”, com termos simples, genéricas, de estratégias colaborativas e intensamente popularizadas, expressas pela colaboração, a cocriação, coparticipação, entre outros. Estes consideraram consideram a

colaboração, porém de forma simplificada, de aliança estratégica, de operação de dois ou mais atores, sem envolver necessariamente os fundamentos doutrinários, princípios e valores do cooperativismo.

Portanto, a COOINOVAÇÃO é definida como o processo, a capacidade e a competência que se instala na capacidade de gerar, criar, inventar, introduzir, adotar algo novo, podendo ser desde um produto/serviço até um novo processo, sistema, investimento, modelo de gestão e organização, capaz de gerar valor adicional para os seus membros e a sociedade, considerando o ambiente, o sistema, a estratégica, os princípios, os valores e as práticas do cooperativismo. A COOINOVAÇÃO se constitui como uma capacidade social e econômica contínua de inovar, pelo espírito cooperativista, no âmbito das organizações cooperativas, da intercooperação, promovendo a inclusão e a justiça social, a ajuda mútua, a solidariedade, a educação, o ser humano, gerando contribuições para o desenvolvimento dos seus membros, da região e de toda a sociedade. Somente neste contexto sinérgico, iluminado e orientado pelos fundamentos doutrinários do cooperativismo que existirá a COOINOVAÇÃO.

COOINOVAÇÃO tem a centralidade no cooperativismo, resulta das práticas cooperativas, exercidas no âmbito do cooperativismo e de seus membros. E se reconhece que a prática do cooperativismo, enquanto uma prática de educação cooperativa, com fins econômicos e sociais. O cooperativismo, por si só, se constitui como um sistema, uma estratégica, um modelo, uma forma de agir, um estilo de vida que gera a cooinovação.

COOINOVAÇÃO é a capacidade de criar e inovar cooperativamente. Onde os resultados são maiores do que a mera soma das partes. As partes isoladamente não alcançam esta competência superior e diferenciada, que resulta do pensar e agir coletivo. A Cooinovação, resulta da iniciativa conjunta das pessoas, agregadas as fortalezas do cooperativismo e as oportunidades vividas, fazendo desta dinâmica uma competência coletiva de gerar esperança, de todos serem cidadãos e partícipes do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACI. **Exploración de la Economía Cooperativa**. Word Cooperative Monitor. Informe de 2018. Euricse-Aliança Cooperativa Internacional. https://monitor.coop/sites/default/files/publication-files/wcm2018es-es-web-656088611.pdf Acessado em 22/03/2019.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Porto Alegre: Coojornal, 1980.

BOZEMAN, B.; LINK, A. N. **Tax Incentives for R&D**: A Critical Evaluation. Research Policy, v. 13, pp. 21– 31, 1984.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. D**outrina e Educação Cooperativa**. Ijuí/RS: UNIJUI, 2008.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. COOINOVAÇÃO. **Artigo do Jornal Novo Rural**. Veiculado em 05.07.2020. Disponível em: https://novorural.com/noticia/3365/opiniao-cooinovacao Acessado em 22.12.2021

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; MAGRI, Cledir A. **Fundamentos do Cooperativismo:** Evolução, Histórico e Perspectivas. Francisco Beltrão, PR: Grafisul,2018,

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. **Neoclassical vs. Evolutionary Theories of Economic Growth**: Critique and Prospectus. Economic Journal, v. 84, n. 336, pp. 886-905, 1974..

PAVITT, K. **Sectoral patterns of technical change:** towards a theory and a taxonomy. Research Policy, v. 13, pp. 343–373, 1984.

PERIUS, Vergílio F. **Origem do Cooperativismo**. Porto Alegre. Sescoop/RS. 2020.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide:** como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SCHNEIDER, José Odelso. I**dentidade Cooperativa: Sua história e doutrina**. Porto Alegre. Sescoop/RS. 2019.

SCHUMPETER, J. A. A Teoria do **Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

TIDD,J., BESSANT,J. & PAVITT,K. **Gestão da Inovação**. 3ed. Porto Alegre: Bookman. 2008.

UTTERBACK, J. The dynamics of product and process innovation in industry. In: HILL, C; UTTERBACK, J. **Technological innovation for a dynamic economy**. New York, Pergamon Press, 1983. pp 40-65.

COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO PARANÁ

Carlos Águedo Paiva[1]

Em 2021, o faturamento das 100 maiores organizações produtivas nacionais e estrangeiras que operam no do agronegócio brasileiro foi de R$ 1,3 trilhão de reais. A lista das 100 maiores organizações é aberta pela JBS seguida de empresas de expressão mundial, tais como Cosan, Marfirg, Cargill, Bunge, Ambev, Susano, Klabin, dentre outros. Dentre as 100 maiores organizações por faturamento, 28 são cooperativas agroindustriais nacionais. Destas, 50% (14 dentre as 28) estão sediadas no Paraná e operam fundamentalmente neste Estado, auferindo 60,3% do faturamento total das maiores cooperativas (Forbes, 2022). De sorte que se impõe uma questão: por que o cooperativismo agroindustrial do Paraná apresenta uma performance tão diferenciada?

Antes de mais nada, é preciso entender que o Paraná é apenas o núcleo, o epicentro, de uma distribuição geográfica das cooperativas agroindustriais nacionais que se encontram, todas elas, na porção meridional do país. Assim é que, das demais 14 grandes cooperativas, 4 são sediadas em SC (um estado de dimensão relativamente modesta, mas agricultura pujante), 3 no RS, 3 em São Paulo, 2 em Minas Gerais, 1 no Mato Grosso do Sul e 1 em Goiás. Esta distribuição geográfica peculiar das grandes cooperativas explica-se, essencialmente, pelo fato

[1] Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: carlospaiva@faccat.br

de que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a percentagem dos produtores rurais que são associados a cooperativas ser muito maior no Sul (36,77% do total de produtores rurais) do que no Centro-Oeste (13,29 do total), do Norte (3,5% do total) e no Nordeste (1,45%), cabendo uma posição intermediária ao Sudeste (17,09% do conjunto dos produtores). As diferenças entre norte e sul do país no quesito "associação cooperativa" deitam suas raízes numa longa tradição econômico-cultural que têm suas bases no peculiar padrão de ocupação e colonização da região sul (relativamente tardio e apoiado na imigração estrangeira) e na estrutura fundiária relativamente mais democrática daí resultante.

Mas este é apenas o ponto de partida da explicação para a peculiar expressão das cooperativas paranaenses. Ainda temos que entender por que RS e SC apresentam uma performance tão inferior à paranaense. Pois tanto o número **total** de agricultores associados a cooperativas no RS (143.481), quanto a porcentagem dos associados dentre o total de agricultores gaúchos (39,3%), superava, em 2017, tanto o número absoluto (106.440) quanto a porcentagem de associados no Paraná (34,88%). E, não obstante, em 2021, o RS só contava com três cooperativas entre as 28 maiores do país, e seu faturamento correspondia a meros 7,16% do total. Enquanto isto, SC, com 63.842 produtores cooperados, contava com 4 grandes cooperativas que auferiam 16% do faturamento total. Por quê?

Mais uma vez, a resposta a esta questão envolve elementos geográficos. A posição mais setentriontal do Paraná com relação aos dois outros estados sulinos lhe permitiu ingressar em atividades agrícolas de maior rentabilidade relativa durante o longo processo de modernização de capitalização da agricultura brasileira entre os anos 30 e 70 do século passado. Pensamos aqui, de forma particular, no café, que foi o carro chefe da economia brasileira por décadas e principal produto do norte paranaense entre os anos 40 e primeira metade dos 70. A atividade cafeeira oportunizou taxas de rentabilidade e de acumulação para algumas cooperativas paranaenses que o RS e

SC jamais conheceram. E mesmo após o fim do ciclo cafeeiro, a setentrionalidade do Paraná continua a ser um impulsionador de sua competitividade agroindustrial. Em primeiro lugar, porque, ao apresentar estações do ano menos marcadas e um inverno tardio e relativamente pouco rigoroso, o Paraná pode cultivar duas safras de verão (soja e milho, por exemplo) no mesmo ano em praticamente todo o seu território. Este cultivo de "dois verões" também é possível em certas regiões de Santa Catarina. E é praticamente impossível no RS.

Por fim, o fato do estado do Paraná fazer divisa, a nordeste, com o Mato Grosso do Sul (o estado mais meridional da região central do país) e, a leste, com o Paraguai (país de economia crescentemente integrada ao Brasil, via Mercosul) permitiu às cooperativas paranaenses adotarem duas estratégias de expansão que não estavam no horizonte imediato das cooperativas catarinenses e, muito menos, das gaúchas. A primeira foi a de expandir sua área de atuação em direção às regiões limítrofes, de grande afinidade no plano climático e da qualidade do solo, mas com pequena tradição cooperativa, empresarial e tecnológica para ingressarem de forma qualificada nas atividades de transporte, beneficiamento e comercialização de suas safras. Esta foi a estratégia, por exemplo, da Cooperativa Agropecuária de Campo Mourão, a COAMO, que, hoje, disputa o título de maior cooperativa da América Latina com a Copersucar.

A segunda estratégia foi adotada particularmente pelas cooperativas situadas mais ao sul do Estado, na divisa com Santa Catarina e o Paraguai. Nesta região as propriedades e estabelecimentos agrícolas são predominantemente pequenos e médios e a agricultura é majoritariamente familiar. Logo ficou claro para os gestores e associados das cooperativas locais que a dedicação virtualmente exclusiva à agricultura temporária (em especial, ao binômio soja e milho) limitava a diversificação produtiva regional e a incorporação dos jovens a atividades rurais e urbanas, promovendo o êxodo rural e a estagnação demográfica e econômica dos pequenos municípios. E isto não só porque a produção graneleira é sazonal e

propensa à mecanização e à negação relativa do trabalho mesmo nos períodos de safra. Para além disso, a produção de grãos exige pouco processamento e agregação de valor à montante e à jusante (antes e depois da "porteira") quando comparadas – por exemplo – com a pecuária de pequenos animais (aves, suínos, etc.). Estas atividades: 1) ocupam a mão-de-obra rural ao longo de todo o ano; 2) não são extensivas em termos espaciais e demandam grande quantidade de trabalho por unidade de área; 3) seus produtos exigem beneficiamento industrial nas proximidades do território rural e este beneficiamento é, via de regra, altamente empregador. Além disso, a proximidade com o Mato Grosso do Sul e com o Paraguai abria espaço para uma divisão inter-regional do trabalho na qual os pequenos produtores do sudoeste paranaense se dedicariam essencialmente à pecuária estabulada (produtora de frangos, suínos, ovos e leite) enquanto os produtores e estabelecimentos da periferia deste território se dedicariam a produção de grãos (soja e milho). As cooperativas, por sua vez, beneficiariam os grãos, transformando-os em ração para os animais da pecuária estabulada.

E, posteriormente, processariam os produtos desta pecuária. Criou-se, assim, uma rede complexa com elevada agregação de valor e empregabilidade na região. Como esse sistema de desenvolvimento agroindustrial é marcadamente inclusivo – porquanto assentado na pequena produção rural e na propriedade cooperativa das atividades de beneficiamento –, os pequenos municípios vivenciaram um rápido crescimento de consumo. Este, por sua vez, estimulou a emergência de redes comerciais e de serviços assentadas em pequenos empreendimentos de capital e iniciativa locais. E a emergência e consolidação desta rede de pequenos empreendimentos locais acabou por ter reflexos na produção artesanal, manufatureira e – por fim – na produção propriamente industrial local. Afinal, tanto a pecuária de pequenos animais, quanto o beneficiamento e transporte de proteína animal são altamente dependentes de insumos industriais (cercados, incubadoras, aquecedores, ganchos para carcaças, coberturas de inox,

câmaras frigoríficas industriais e para transporte rodoviário, etc.) e de serviços de assistência técnica (sanitária, veterinária, nutricional, administração energética, contábil, logística, etc.) que, via de regra, são customizadas e podem ser oferecidas por empresas de porte relativamente menor e de base regional. Ao fim e ao cabo, as cooperativas agroindustriais de base pecuária promoveram a emergência de verdadeiros arranjos produtivos locais de grande complexidade e enraizamento local, que passaram a promover a inovação continuada e os ganhos de produtividade destas estruturas, desde os elos rurais, até os elos finais associados aos serviços logísticos.

As cooperativas mais bem sucedidas de Santa Catarina adotaram uma linha muito similar de especialização. Do nosso ponto de vista, o segmento cooperativista catarinense só não tem a mesma expressão relativa do cooperativismo paranaense porque uma parte do nicho que poderia caber às cooperativas foi apropriado pelas grandes empresas de proteína animal do território, em especial, pela Sadia e Perdigão, que vieram a se unificar na BrF. Diferentemente, as cooperativas do RS adotaram uma estratégia mais conservadora.

Apesar do estado mais meridional do Brasil apresentar um padrão edafoclimático muito similar à Nova Zelândia – o que lhe empresta vantagens competitivas extraordinárias na produção leiteira – a produção agrícola regional é nucleada pela sojicultora e pela orizicultura e a produção pecuária regional está centrada no gado de corte. Mas a agregação de valor da produção graneleira é relativamente baixa. Esta é uma produção que atende uma demanda externa e os compradores não querem a soja beneficiada, mas em grão e a granel. Não pode surpreender, portanto, que, a despeito de ser o Estado com a maior porcentagem de agricultores associados a cooperativas, a participação delas no faturamento nacional seja relativamente discreta.

REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2007 (03), vol. 45 ISSN 1806-9479.

FAJARDO, S. **A Ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil**. GeoTextos, 12 (1), julho/2016. DOI 10.9971/1984-5537geo.v12i1.14355

FORBES AGRO BRASIL Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil. Forbes: São Paulo, 17 de jan. 2022. https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/ (pesquisa em 06 de março de 2022)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Censo Agropecuário 2017. Tabelas 2188 e 6846. Sistema SIDRA https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017 (pesquisa 05 de março de 2022)

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL Anuário do Cooperativismo Brasileiro – 2020. OCB, 2021. https://www.ocb.org.br/publicacao/79/anuario-do-cooperativismo-brasileiro (pesquisa 05 de março de 2022)

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Enise Barth[1]
Louise de Lira Roedel Botelho[2]
Paola Vogt[3]

O cooperativismo é conceituado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (2021), como "uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos". Ainda segundo a OCB, o cooperativismo mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

A primeira iniciativa de se constituir uma cooperativa ocorreu em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, como resultado de um processo

[1] Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: enise.barth@gmail.com

[2] Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora colaboradora Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC), professora titular Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: louisebotelho@uffs.edu.br

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: vogtpaola00@gmail.com

através do qual se procurava atenuar ou suprimir os desequilíbrios econômicos e sociais oriundos da Revolução Industrial. Nesse sentido, as primeiras cooperativas surgiram em um ambiente de crise e desemprego, com problemas de distribuição de renda e condições de exploração. Assim, com objetivos claros e eticamente discutidos, um grupo de 28 tecelões fundou a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale", que tinha como principal finalidade o homem e não o lucro (FARIAS; GIL, 2013).

Até o ano de 2019, no Brasil o cooperativismo possuía 13 ramos, porém, em 2020, após um processo democrático e uma avaliação minuciosa dos benefícios para as cooperativas, a estrutura modificou-se para sete ramos (OCB, 2021), sendo: agropecuário; crédito; transporte; trabalho, produção de bens e serviços; saúde; consumo; infraestrutura. A OCB (2021) ressalta ainda que essa modernização foi realizada com o intuito de garantir que o sistema fique mais próximo da realidade vivida pelas cooperativas, gerando cada vez mais resultados positivos tanto para as pessoas quanto para os negócios.

Destaca-se que no ramo do trabalho, produção de bens e serviços, a tipologia de Cooperativa de Trabalho é regulada pela Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e, no que com ela não colidir, pelas Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Segundo o Art. 2 da Lei 12.690, "Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho". Um dos objetivos da Lei nº 12.690/12 é evitar que os trabalhadores de uma cooperativa trabalhem de forma desumana, precarizada e sem condições básicas para garantir a sua sobrevivência.

Salienta-se que a primeira cooperativa de trabalho do Brasil teve início na cidade de Santos em 1938, sendo esta a Cooperativa dos Carregadores e Transportadores de Bagagem de Santos. Neste intuito a cooperativa de trabalho nasce da união de profissionais autônomos

com o objetivo de conquistar maior representatividade no mercado de trabalho e ganharam força no Brasil na década de 80, pela alta taxa de desemprego no país, também conhecida como “a década perdida”. No Brasil são mais de 190 mil associados distribuídos entre 895 cooperativas de trabalho (COOPERATIVAS, 2020). Segundo a Lei nº 12.690, a Cooperativa de Trabalho pode ser: de **produção**, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e de **serviço**, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

A Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com número mínimo de 7 (sete) sócios, podendo adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que previsto no seu Estatuto Social. É obrigatório o uso da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa (BRASIL, 2012). Uma cooperativa de trabalho é integrada por uma categoria específica de profissionais (ex.: cooperativa de dentistas, cooperativa de costureiras, cooperativa de catadores etc.), com objetivo de conseguirem melhores condições de trabalho (espaço, insumos, formação etc.) e valores superiores de contratação dos seus serviços.

A outra origem das cooperativas de trabalho resulta de iniciativas de trabalhadores marginalizados, sem chance de obter emprego regular ou ainda em perigo de perder o trabalho que têm (SINGER, 2004). Formam também cooperativas de trabalho trabalhadores muito pobres, que sobrevivem vendendo seus serviços individualmente e tentam obter melhores condições de ganho unindo-se em cooperativas de trabalho. Estas cooperativas são obviamente verdadeiras, frutos da livre vontade dos que nelas se associam, que não espoliam ninguém e são criadas como armas na luta contra a pobreza (SINGER, 2004).

No ano de 2014 foi criada no país a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), durante o I

Encontro Inter-Organizacional do Cooperativismo Solidário. Esta organização congrega as quatro principais centrais do cooperativismo e Economia Solidária do Brasil, sendo elas a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) e a União Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil (UNICATADORES). Cerca de 2.600 cooperativas e 850 mil associados são representados pela UNICOPAS, sendo que entre seus principais objetivos está a regulamentação e registro de cooperativas de trabalho nas juntas comerciais respectivas, assim como assessoria tributária e legislativa (UNICOPAS, 2021).

As cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis executam atividades fundamentais na manutenção do desenvolvimento de cidades e ambientes urbanos a partir da coleta e processamento de resíduos sólidos, muitas vezes não praticados ou ignorados pela administração pública. Conforme dados do Anuário da Reciclagem (2020), publicado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT, 2020), hoje existem 1.829 cooperativas de catadores no Brasil, sendo que apenas 152 delas possuem acordos de coleta seletiva com a administração pública.

A atividade dos catadores consiste em "coletar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar o material dos resíduos sólidos utilizados que tem valor de mercado e poderá ser vendido para reutilização ou reciclagem" (SILVA, 2017, p. 16). Cotidianamente estas pessoas buscam transformar aquilo que é considerado lixo em mercadorias comercializáveis, e mesmo sendo o elo mais frágil da cadeia de reciclagem, estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) indicam que estas pessoas são responsáveis por 90% dos resíduos sólidos produzidos no Brasil. Vivendo em sua maioria sob condições econômicas de extrema pobreza, muitas destas pessoas são exploradas por sucateiros,

intermediários que em troca de pagamentos adiantados praticam desvalorização no preço dos materiais coletados (SINGER, 2013).

Tais cooperativas são voltadas a regulamentação dos profissionais de materiais recicláveis, pois ao longo dos tempos esses profissionais, conhecidos como catadores, alcançaram reconhecimento através de seus trabalhos, uma vez que atuam diretamente na logística da coleta seletiva, tornando-se importantes vetores para o abastecimento do mercado de materiais recicláveis e, consequentemente, como suporte para a indústria recicladora (VILHENA, 2013).

Uma vez que tiveram sua profissão regulamentada nos últimos anos. Essa transformação social muito se deve aos seguintes decretos: o Decreto N° 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos descartados na fonte geradora e a sua destinação cooperativas dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, e trouxe em seu Art. 3 °, "estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direita e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis" (BRASIL, 2006), e pelo Decreto N° 7.405/2010, que instituiu o Programa Pró-Catador, no Art. 1 o , onde trata "[...] ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica" (BRASIL, 2010b).

Desta forma, a formação de cooperativa ou associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis propicia melhores condições de trabalho e de renda, além de melhores condições de trabalho (KUHN, 2019). O fomento à criação de cooperativas e/ou associações de catadores de materiais recicláveis no Brasil têm seu principal vetor a Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Nesta política a lei infere sobre a possibilidade de o poder público auxiliar os catadores na implementação de estrutura física para o funcionamento da cooperativa/associação, além de conduzi-los na aquisição dos

equipamentos para a realização do trabalho de triagem de materiais recicláveis (BRASIL, 2010a).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Brasília, 2010 b.

BRASIL. **Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei N 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010a.

BRASIL. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 21 set. 2020.

COOPERATIVAS, Empresas e. **O que é cooperativa de trabalho? Como funciona?** 2020. Disponível em: <https://empresasecooperativas.com.br/cooperativa-de-trabalho/>. Acesso em: 19 set. 2020.

FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Pelotas, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KUHN, Nuvea. A aproximação e o papel da extensão universitária da ITCEES-UFFS para o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos no município de Cerro Largo-RS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP). Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2019.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAL RECICLÁVEL. O que é o Movimento? [S. l.], 10 jun. 2015. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr>. Acesso em: 9 mar. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAL RECICLÁVEL. Princípios e objetivos do MNCR. [S. l.], 2008. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos>. Acesso em: 14 mar. 2021

OCB, Sistema. **O QUE É COOPERATIVISMO**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, Sandro Pereira. A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: Dilemas e Potencialidades Sob a Ótica da Economia Solidária. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. 56 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2268.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SINGER, Paul. Cooperativas de trabalho. **Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego–MTE**, 2004. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_126.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

UNICOPAS. **O que fazemos**. [*S. l.*], 2017. Disponível em: <http://unicopas.org.br/wordpress/o-que-fazemos/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

VILHENA, André. **Guia da coleta seletiva de lixo**. São Paulo: CEMPRE - Compromisso Empresarial para Reciclagem, 2013.

COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Darlan Christiano Kroth[1]
Enise Barth[2]

Referem-se às cooperativas que possuem como principal ramo de atividade, a intermediação de fundos monetários entre os cooperados. Desta forma, essas cooperativas visam constituir fundos (poupança) para emprestar (crédito) aos associados, em melhores condições creditícias (em termos de acesso, prazos, taxas de juros e garantias) que aquelas encontradas no setor bancário tradicional. Podem ainda oferecer demais serviços financeiros/bancários aos associados a custos mais baixos. Essa forma de operar (favorecendo a oferta de crédito e serviços bancários) viabiliza investimentos produtivos que por sua vez estimulam o desenvolvimento local e regional.

Embora transacionem crédito (e realizem demais operações e serviços bancários) as Cooperativas de Crédito (CC's) são em sua essência, distintas dos bancos tradicionais, principalmente em virtude de: i) terem como finalidade social atender o interesse comum de seus

[1] Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor e Pesquisador do Curso de Administração e do Programa de Pós-graduação em Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Email: dckroth@uffs.edu.br

[2] Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGPDD) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: enise.barth@gmail.com

associados; ii) não visarem lucro; e, iii) pautarem-se pela autogestão. Essas características estão garantidas por legislação própria e justificam seu tratamento jurídico e tributário diferenciado em relação aos bancos.

A atuação solidária e a necessidade de buscar a superação das restrições ao crédito nas instituições convencionais, podem ser consideradas as motivações para a origem das CC's, ainda no século XIX. As primeiras cooperativas de crédito foram criadas na Alemanha entre 1847 e 1862. Desenvolveram-se ali dois tipos de cooperativas sob a perspectiva da responsabilidade ilimitada dos sócios, os modelos Delitzch-Shulze (ou "bancos do povo") e Raifessen. Esses modelos logo iriam se popularizar e se espalhar por outros países, como é o caso da Itália em 1865 (modelo Luzzati, sob princípio da responsabilidade limitada dos sócios) e em 1900 no Canadá (modelo Desjardins, inspirado nos modelos europeus) (PINHEIRO, 2008).

Nesta evolução inicial sobressaem três elementos constitutivos das CC's: a organização social, o meio rural e as microfinanças. A maioria das CC's foram criadas a partir de associações e sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. O meio rural se sobressaiu em virtude da própria cultura cooperativista existente e das dificuldades adicionais de pequenos agricultores acessarem crédito para financiar sua produção. Já as microfinanças, decorre do fato que os empréstimos eram de menor valor e em condições mais acessíveis. (BÚRIGO, 2007).

Ao longo do século XX, principalmente após os anos 1960, as CC's observaram um significativo crescimento ao redor do mundo, sendo que em alguns países, constituíram-se como um dos principais agentes bancários, casos da França (Crédit Agricole, BPCE, Crédit Mutuel), Holanda (Rabobank) e Alemanha (DZ Bank). Em 2020, os países com maior expressão do cooperativismo de crédito eram: França, China, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Holanda, Canadá, Áustria e Espanha. As características de atuação, regulação e de configuração das CC's, variam entre países e ao longo do tempo, em

virtude de características culturais, socioeconômicas e políticas (MEINEN; PORT, 2016; WOCCU, 2022).

Deve-se destacar que a expansão e a consolidação do cooperativismo de crédito nas últimas décadas, acarretou em uma segmentação na sua forma de atuar. Pode-se considerar duas vertentes principais de atuação das CC's na atualidade: *i) cooperativismo financeiro*, em que as cooperativas tratam o crédito como uma operação financeira convencional, seguindo o padrão utilizado no sistema bancário tradicional. Nesta vertente, o valor emprestado deve ser reembolsado, o risco da operação deve ser coberto por garantias e a taxa de juros deve cobrir os custos de gestão, os riscos, e se possível, proporcionar um retorno positivo à entidade; *ii) cooperativismo de crédito solidário,* em que as cooperativas atuam na perspectiva desenvolvimentista. O crédito é considerado como um meio para viabilizar a produção per se e/ou novos projetos/empreendimentos. Aqui a taxa de juros deve ser a mais baixa possível e o foco não é o retorno com o crédito, mas sim sua viabilização (GENTIL; NIEUWKERK, 1998; MEINEN; PORT, 2016).

No Brasil, o Banco Central (2022) define as CC's como "instituições financeiras que oferecem aos seus associados produtos e serviços financeiros, de forma análoga a um banco comercial, contudo, com natureza societária distinta". Tal definição está alinhada com a primeira vertente exposta no parágrafo anterior, o que indica uma certa consolidação deste perfil de atuação no país. Todavia, ainda se observa experiências de CC's que lidam estritamente com microcrédito e economia solidária (BACEN, 2022).

Em que pese tal posicionamento das CC's brasileiras, sua forma de atuação é muito distinta dos bancos tradicionais. As CC's possuem forte presença no interior do país, enfatizam o apoio a micro e pequenos empreendimentos, tem menores exigências para acesso ao crédito, menores tarifas e taxas de juros, o que permite gerar efeitos ampliados sobre o desenvolvimento regional (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Em 2020, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), criado pela Lei Complementar n. 130/2009, era composto por quatro sistemas de três níveis e cinco sistemas de dois níveis. Os sistemas de três níveis, representados por SICOOB, SICREDI, CRESOL e UNICRED, contemplam as cooperativas singulares (1º nível), centrais (2º nível) e confederações (3º nível) e concentram 70% das CC's no país. Já os sistemas de dois níveis envolvem cooperativas singulares e centrais. Há ainda 222 cooperativas singulares que operam sem vínculos com centrais e/ou confederações (BACEN, 2022).

O cooperativismo de crédito no Brasil tem sua origem no ano de 1902, quando da criação da Caixa Rural de Nova Petrópolis (modelo Raiffeisen), no Rio Grande do Sul. Até o ano de 1961 o número de CC's expandiu consideravelmente, chegando a 511 cooperativas. Desse ano até final dos anos 1970, ocorre um declínio em virtude de medidas restritivas implementadas pelo Governo Federal. Na década de 1980, inicia uma fase de reativação das CC's, principalmente vinculadas às cooperativas agropecuárias, estabelecendo-se como seu braço financeiro, dado a queda no crédito rural oficial (PINHEIRO, 2008).

Os anos 1990 foram caracterizados como uma nova fase de expansão das CC's, favorecidos por novas regulamentações que permitiram o funcionamento das cooperativas de economia e crédito mútuo e rural (1992) e a criação de bancos cooperativos (1995). Essas mudanças somadas ao fato que as cooperativas passaram a ser o principal parceiro dos bancos oficiais para operacionalização do PRONAF, criou o impulso necessário para seu fortalecimento. No final da década de 1990, o número total de cooperativas chegou a 806, quase o dobro do final da década de 1980 (BÚRIGO, 2007).

Esse fortalecimento e expansão das cooperativas permaneceu em ritmo acelerado nos anos 2000, com diversas regulamentações que foram viabilizando o aumento de associados (como a resolução que permite a livre admissão no ano de 2003), a ampliação dos serviços prestados através de maiores concessões aos bancos cooperativos e a maior segurança para os cooperados, através da criação do Fundo

Garantidor. Em 2007 haviam 1.461 CC's no país. A partir de 2015 observou-se um movimento incorporações (aquisição de uma CC por outra) visando obtenção de economias de escala, o que refletiu na queda no número de cooperativas, totalizando 847 cooperativas em 2020. Apesar da redução de CC's, o número de postos de atendimento e agências cresceu, superando o número de agências dos bancos tradicionais

Destaca-se que o período de 2015-2021, as CC's observaram crescimento acima do sistema bancário tradicional, atingindo 21% do total de crédito rural do sistema financeiro nacional, o que indica que o SNCC tem substituído o setor bancário na oferta desse produto. Esse crescimento do SNCC também é um indicativo de que as CC's estão tomando espaço dos bancos tradicionais, principalmente no interior do país, demonstrando que podem assumir maior protagonismo no setor de crédito brasileiro nos próximos anos. No ano de 2020, as CC's estavam presentes em 2.788 municípios brasileiros, distribuídas nas regiões sul (55%), sudeste (30%) e demais regiões (15%). Em muitos municípios, a cooperativa é a única instituição financeira presente fisicamente (BACEN, 2022).

Alguns temas que merecem atenção e permearão o escopo de atuação das CC's nos próximos anos, referem-se às novas tendências bancárias (*openbanking*, *fintechs*, bancos digitais) que afetam a concorrência no setor; limites e possibilidades de resgatar/fortalecer a vertente mais afeita ao crédito solidário e de atuação como agente de desenvolvimento local; formas de ampliar a gestão democrática e efetivar a governança cooperativa; e, como aprofundar seu protagonismo e contribuir em empreendimentos ambientalmente sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cooperativas de crédito**. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Brasília: 2022. Acesso em: 22fev2022.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó-SC: Argos, 2007.

GENTIL, D.; NIEUWKERK, M. Microfinance: orientations methodologiques. Bruxelles: Commission Européenne, 1998.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, *25*(2), 489-509, 2016.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro**: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília: Confebras, 2014.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6ª ed. Brasília: BCB, 2008.

WORLD COUNCIL OF CREDIT UNIONS (WOCCU). **Statiscal report**. Washington: WOCCU, 2022. Disponível em: <https://www.woccu.org/>. Acesso em: 21fev2022.

COOPERATIVAS DE TRABALHO

Eliene Gomes dos Anjos [1]
Igor Loureiro de Matos [2]

Cooperativas de trabalho são empreendimentos econômicos organizados, geridos e conduzidos pelos próprios trabalhadores que se apropriam dos seus resultados[i]. Nesta modalidade, os trabalhadores superam o papel de meros fornecedores de força de trabalho, para alçar posições de condução da gestão e de destinatários principais dos resultados econômicos e financeiros. O delineamento das cooperativas de trabalho experimenta forte variação de acordo com cada contexto nacional. Na França, surgiu a tese da cooperativa subordinada aos sindicatos[ii]. Em 1884, a lei francesa sobre sindicatos profissionais estabeleceu que essas organizações poderiam possuir, dentre outros objetivos, a defesa dos interesses econômicos, industriais e comerciais de seus filiados. Posteriormente, quando essas operações econômicas coletivas alcançassem maior vulto, eram criadas cooperativas especialmente para assumir as operações econômicas coletivas, as quais, ainda assim, permaneciam subordinadas aos sindicatos.

Nos Estados Unidos e na Alemanha, desenvolveu-se na primeira metade do século XX a Teoria Economicista da Cooperação. Esta corrente sustenta que a cooperativa é um arranjo colaborativo

[1] Doutora em ciências, sociais, docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br.

[2] Mestre em direito. Membro do Instituto para Cooperação e Desenvolvimento – ICADE. E-mail: igorloureirodematos@yahoo.com.br

concebido como uma federação de unidades econômicas autônomas. Essas unidades, de acordo com a teoria, resguardam suas individualidades, embora coordenem atividades específicas comuns[iii]. Não há aqui defesa de interesses de coletividades profissionais, mas aglutinação de interesses particulares privados. Como teorias são formulações derivadas de observações das práticas sociais, considerando-se a variabilidade no mundo do trabalho, não é absurdo verificar tais dissonâncias.

No Brasil, a primeira norma jurídica a disciplinar cooperativas foi uma apropriação da experiência francesa. O Decreto 979 de 1903 dispunha que era facultado a profissionais da agricultura e rurais de qualquer gênero organizarem sindicatos para defesa de seus interesses, constando dentre as funções dos sindicatos a organização de cooperativas de produção[iv]. A legislação variou nas décadas que se seguiram e o modelo inaugural foi abandonado[v]. Até final da década de 1980, o cooperativismo brasileiro ficou bastante concentrado nos ramos crédito e agropecuário, cenário que sofreu alteração nos anos de 1990 e na primeira década de 2000. Este período é caracterizado pela proliferação de cooperativas de trabalho no Brasil, tornando-se o ramo que apresentou o maior crescimento no cooperativismo nacional (OCB, 2008), com práticas que subsidiaram análises com abordagens distintas.

De um lado, pesquisas que apontam os processos emancipatórios intrínsecos a esta modalidade de trabalho que não aparta meios de produção do fator trabalho (ANJOS, 2016). Noutro diapasão, há correntes que insistem que a prestação de serviço a terceiros pelas cooperativas contribui para a precarização do trabalho. Os autores que associavam as cooperativas ao trabalho precário defendem esta tese devido ao surgimento das cooperativas de fachadas resultantes do regime de acumulação flexível, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas e a utilização destas no processo de terceirização devido à ausência de uma legislação adequada que disciplinasse esta prática (DRUCK; FRANCO, 2007).

Diversos segmentos da classe trabalhadora, no entanto, criaram cooperativas para manter seu trabalho e vivenciar uma forma de gestão participativa e democrática, identificados nas experiências da economia solidária. Todavia, os desafios e exigências do mercado globalizado impuseram para muitas das cooperativas à subordinação ao contratante e uma intensa jornada para responder à competição exacerbada do sistema de capital com a inserção dos seus produtos no mercado[vi].

Esse cenário gerou diversos questionamentos sobre a possibilidade dessas experiências serem germes de processos emancipatórios, ressaltando a necessidade de regulação que culminou na Lei 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e funcionamento das cooperativas de trabalho. Estas cooperativas, as que buscam superar contextos adversos e se constituir numa alternativa de geração de trabalho e renda, ao invés de serem instrumentos de precarização do trabalho, podem ser de dois tipos: de produção e de serviços. De produção, quando constituídas por sócios/as que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e detiverem, a qualquer título, os meios de produção. De serviços, quando constituídas por sócios/as para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego. Com a delimitação do escopo da cooperativa de trabalho e a negação legal de intermediação de mão de obra na normativa jurídica, os trabalhadores que estão em cooperativas adquiriram um instrumento legal para lutarem pelos seus direitos, ainda que de forma onerosa para muitas cooperativas da economia solidária que não apresentam estrutura orçamentária para assegurar os direitos determinados na referida Lei[3] (PEREIRA; SILVA, 2012).

---

[3] Sobre as repercussões da Lei 12.690/2012 para as cooperativas de trabalho no campo da economia solidária ver **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.

A Lei 12.690/2012 garantiu direitos a remuneração não inferiores ao salário-mínimo ou ao piso da categoria, a repousos semanal e anual remunerados, a remuneração noturna superior à diurna, a adicionais de insalubridade e periculosidade, e a seguro de acidente de trabalho. Isto foi feito no intuito de proteger os trabalhadores e desincentivar a criação de cooperativas de fachada. Entretanto, outras inovações legislativas incidentes sobre o mundo do trabalho concorrem para o incentivo a cooperativas de fachada e o desestímulo à legítimas cooperativas de trabalho. A lei de terceirização de mão de obra (Lei 13.429/2017) tornou a constituição de empresas intermediadoras mais onerosa do que a criação de cooperativas de fachada. A lei do microempreendedor individual (Lei Complementar 123/2006, alterada pela LC 128/2008) facilitou a regularização de trabalhadores informais. O regime tributário do Simples Nacional barateou o pagamento de tributos e o custeio da previdência social (também criado pela Lei Complementar 123/2006) e excluiu a aplicabilidade para cooperativas de trabalho. O Ato Declaratório Interpretativo nº 005/2015 aumentou a contribuição previdenciária do trabalhador cooperado de 11 para 20%. O resultado de todas essas alterações foi que, na prática, cooperativas de trabalho se tornaram uma alternativa cara para o trabalhador autônomo associado e barata para o mero intermediador de mão de obra. Dois desafios prementes são, pois: (1) tornar a cooperativa de trabalho uma estrutura atrativa aos trabalhadores autônomos e associados que prestam serviços ou que produzem de forma coletiva; e (2) mitigar o risco de apropriação dessa estrutura por cooperativas de fachada.

Passados 10 anos do disciplinamento que rege as cooperativas de trabalho, estas continuam suscitando análises controversas sobre a potencialidade de gerar trabalho e renda como alternativa ao desemprego, ao trabalho informal e a recusa à subordinação do trabalho assalariado. Mas, seja qual for o desenho a ser proposto, ele haverá de materializar os regimes de ajuda mútua, autogestão e partilhamento de resultados entre os trabalhadores, pois

independente que seja uma cooperativa de produção ou de prestação de serviços, ressurge num contexto de renovação de utopias, como possibilidade de constituir-se em alternativa de trabalho com autonomia, principalmente para os segmentos da classe trabalhadora que não foram historicamente contemplados pelos direitos oriundos do assalariamento formal.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da economia solidária? Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. **Otra Economía**, vol. 10, p. 112-124, 2016. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.10 >. Acessado em 20 maio de 2017.

DRUCK, G.; FRANCO, T. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. Boitempo, São Paulo, 2007, p.97-118.

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A nova lei de cooperativas de trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. In: Mercado de Trabalho, **IPEA**, nº53, nov, p. 65- 74.90, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3872/1/bmt53_econ04_novalei.pdf. Acesso em 03/03/2014>.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília: OCB, 2008.

---

[i] Ajuda mútua, autogestão e partilhamento de resultados são elementos derivados do Triângulo Mutualístico, proposto por Guido Bonfante,

composto por três vértices: gestão de serviço, democracia e solidariedade (BONFANTE, Guido. **Trattato di Diritto Comerciale – volume quinto: La Società Cooperativa** – Italia: CEDAM, 2014).

[ii] Sobre o tema, indicamos GIDE, Charles. A Cooperação e o Partido Operário na França. I*n* GIDE, Charles. **O Cooperativismo** – 2ª Ed – Brasília: Confebras, 2008; e MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas** – Confebras: Brasília, 2003.

[iii] Sobre Teoria Econômica da Cooperação, indicamos ROBOTKA, Frank. **A Theory of Cooperation**. Journal Paper of the Iowa Agricultural Experiment Station (December), nº J-1423, pp. 94-114, 1946.

[iv] Vide Decreto 979 de 1903, artigos 1º e 10.

[v] Sobre evolução do direito cooperativo brasileiro, indicamos CENZI, Nerri Luiz. **Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro** – Curitiba: Juruá, 2009; e PERIUS, V. F. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

[vi] Sobre as cooperativas de trabalho constituídas pelos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora e identificadas com o cooperativismo solidário ver Otra Economía, v. 12, 2019.
Sobre as repercussões da Lei 12.690/2012 para as cooperativas de trabalho no campo da economia solidária ver **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012.

COOPERATIVAS: NOVAS OPORTUNIDADES

Ladislau Dowbor[1]

A cooperativa como instituição dispensa apresentações. Desde os primeiros passos de Rochdale no século 19 na Inglaterra, e passando pelo impressionante sistema de produção da cooperativa de Mondragón hoje na Espanha, e incluindo os mais de mil bancos cooperativos no Brasil, o básico é que atividades econômicas não precisam necessariamente ser organizadas sobre a base capitalista tradicional: assalariados trabalhando para proprietários de meios de produção. Trabalhadores podem se organizar entre eles, promover atividades úteis, administrar-se de maneira democrática, e repartir de forma igualitária o resultado econômico das suas atividades. Uma simples consulta na Wikipédia permite acessar os princípios, as modalidades, e formas diferenciadas de gestão. O que nos interessa aqui, é menos a herança histórica, e sim as novas oportunidades que se abrem na era da revolução digital.

Em Araraquara, no Estado de São Paulo, a prefeitura decidiu ajudar os taxistas uberizados a se tornarem donos da sua atividade. Tem algum sentido uma atividade local ter de pagar pedágio para acionistas distantes da Uber, que sem precisar comprar carro nem administrar o cotidiano, apenas por ser dona de um registro no

[1] Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Professor titular no Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *E-mail:* ldowbor@gmail.com

computador, se apropria de grande parte do valor que o taxista aufere com o seu trabalho, em qualquer parte do mundo? Criar uma plataforma colaborativa local é simples, não custa quase nada, não envolve grande burocracia, e no caso concreto de Araraquara os motoristas recebem 93% do que o cliente paga. O dinheiro fica em Araraquara, não vai alimentar acionistas internacionais: alimenta o consumo local. É uma plataforma colaborativa.[2]

E porque a Amazon tem lucros imensos com vendas sem ter uma só loja, o Uber com transporte sem ter nenhum carro, a Airbnb com locação sem ser dona de um único imóvel? Com o dinheiro imaterial de hoje, apenas um sinal magnético, dispensando as notas impressas pelo estado, o simples fato de disponibilizar a informação numa plataforma, com custo ridículo – são os clientes que fazem o trabalho tanto de preencher a oferta como de pedir o serviço – plataformas oligopolizadas mundiais se tornaram gigantes econômicos, e drenam lucros simplesmente por oferecer a plataforma. Mas essa pode ser oferecida de maneira gratuita ou quase gratuita, como sistema colaborativo.

O bairro da Casa Verde, em São Paulo, com 87 mil habitantes, criou uma plataforma colaborativa que envolve inúmeras atividades que têm como denominador comum o fato de serem do próprio bairro. Depois de recolher informações sobre empresas, clubes, escolas de samba, associações, lojas ou pessoas interessadas, e com a plataforma colocada online, as pessoas descobriram que podem comprar diretamente nas lojas do bairro, donas de casa passaram a vender bolos e outros produtos para a vizinhança. Uma empresa que tinha um galpão parado ofereceu as instalações para uma empresa de confecção de uniformes que estava à procura de um local. Ou seja, uma plataforma local, sem fins lucrativos, gera a chamada "economia de

---

[2] *Bibi Mob, o "uber público" de Araraquara* – Plataforma de cooperativa com a prefeitura, para transporte por aplicativo: entre 93% e 95% vão para os próprios motoristas. Revista Fórum, fevereiro de 2022- <https://www.google.com/amp/s/revistaforum.com.br/politica/bibi-mob-o-uber-publico-de-araraquara-bomba-com-apenas-um-mes-de-lancamento/amp/>

proximidade", permitindo que todos ganhem, e que muita gente parada passe a desempenhar atividades econômicas.

Na realidade é um conjunto de atividades colaborativas que se abre. No Google ou outra plataforma, se uma pessoa precisa de material de construção para uma reforma, vão aparecer os gigantes comerciais, porque são mais acessados. Na plataforma comunitária da Casa Verde, vão aparecer os pequenos comércios que podem estar a alguns quarteirões. O bairro, segundo o organizador Fernando Camilher-Almeida, "está descobrindo uma forma de dinamizar o desenvolvimento por meio de uma plataforma colaborativa local, em que as potencialidades do próprio bairro se tornam visíveis para todas as famílias, empresas, clubes, faculdades, gerando colaboração e sinergia, empregos e qualidade de vida." [3]

Uma área de atividades particularmente importante é a da intermediação financeira. O oligopólio bancário no Brasil drena a capacidade de compra das famílias e o potencial de investimento das empresas através de juros que tecnicamente constituem usura. Os bancos cooperativos, cujos financiamentos não são para enriquecer acionistas mas para fomentar atividades econômicas, preenchem uma função particularmente importante. Mas a facilidade de pessoas se contatarem em cidades, em bairros, com as novas tecnologias e a conectividade online, permite também a formação de bancos comunitários de desenvolvimento, que já são 118 no Brasil. São as chamadas finanças de proximidade, que permitem acesso a crédito barato e desburocratizado, com moeda própria emitida pelo banco. [4]

---

[3] A organização detalhada de como foi gerado o sistema está no artigo de Fernando Camilher-Almeida - *Nosso Núcleo Casa Verde* - <https://dowbor.org/2021/10/nosso-nucleo-casa-verde-desenvolvimento-local-sustentavel-fomentado-pela-vontade-do-territorio-e-pela-tecnologia.html>

[4] Ver o exemplo do Banco Palmas, em Fortaleza, coordenado por Joaquim Mello - <https://dowbor.org/2013/06/banco-palmas-15-anos-inst-palmas-e-nesol-usp-orgs-a9-editora-sao-paulo-2013-178-p.html>. Outro exemplo é o Banco Popular Comunitário de Maricá – Banco Mumbuca <https://www.bancomumbuca.com.br>

Um exemplo interessante é o de pequenos agricultores, que vivem na mão de intermediários financeiros e comerciais, tecnicamente atravessadores, se manterem como produtores independentes, mas organizarem cooperativas de serviços de apoio. A cooperativa dispõe de maquinário necessário, mas que individualmente o pequeno produtor não pode rentabilizar: sai mais barato para todos, e o parque de máquinas permite viabilizar um mecânico para a manutenção. Na "janela única" da cooperativa de serviços, os agricultores têm acesso ao financiamento cooperativo, a infraestruturas de estocagem e silagem, à informação de comercialização primária para escapar dos atravessadores comerciais e assim por diante. Aqui também a conectividade online permite acesso desburocratizado e a realização de economias importantes, e torna todos os membros mais produtivos. De certa forma o agricultor passa a dominar o ciclo completo da produção, e não apenas a dimensão do plantio e colheita.

Esses exemplos apontam para a facilidade com a qual grupos que têm interesses comuns, ou que desempenham atividades complementares, podem aproveitar a conectividade e facilidade de comunicação das novas tecnologias para se reapropriarem do controle das suas vidas. O mundo da tecnologia é hoje dominado por gigantes da intermediação financeira, da comunicação, da informação e inclusive do controle da vida privada por algoritmos. Mas essas mesmas tecnologias permitem a emancipação econômica, social e cultural na base da sociedade, o que pode nos tornar mais eficientes, mas sobretudo mais colaborativos e solidários.[5]

---

[5] Arun Sundararjan, no livro *Economia Compartilhada*, apresenta um leque de iniciativas de diversas partes do mundo, envolvendo diversas modalidades de cooperação <https://dowbor.org/2019/01/arun-sundararajan-economia-compartilhada-o-fim-do-emprego-e-a-ascensao-do-capitalismo-de-multidao-senac-sao-paulo-2018-301p-isbn-978-85-396-2377-8-e-isbn-978-85-396-2378-5.html>. Outra excelente fonte de informação sobre iniciativas colaborativas é o livro de Don Tapscott e Anthony Williams, *Wikinomics*, <https://dowbor.org/2008/03/wikinomics-2.html>

COOPERATIVISMO (O QUE É?)

Deivid Ilecki Forgiarini[1]

O cooperativismo pode ser classificado como doutrina e como teoria econômica. A diferença entre ambos os termos (doutrina e teoria) é descrita em Corrêa (1952). A doutrina do cooperativismo versa sobre os valores. A teoria econômica do cooperativismo versa que o objetivo das pessoas é maximizar a sua qualidade de vida tendo acesso a bens e serviços e que as organizações econômicas devem existir para garantir o acesso e não necessariamente a posse destes bens e serviços. A qualidade de vida na teoria do cooperativismo não está vinculada a posse, mas ao acesso. Este é o objetivo desta teoria econômica, garantir a produtividade e a distribuição de renda pelo uso coletivo dos fatores de produção, gerando melhor qualidade de vida aos cooperados e ao entorno.

Há a possiblidade de classificar a forma como cooperativismo é visto ou avaliado. Em uma análise rasa o termo pode ser confundido como um coletivo de cooperativas e alguns estudos o veem/classificam desta forma (FUSTER, ESPELT, RENAU, 2021; MOZAS, BERNAL, FERNÁNDEZ, MEDINA, PUENTES 2020; TARIFA, REIS, ALMEIDA, 2019) Em geral estes estudos não desejam debater o que é cooperativismo, buscam fazer a análise de algum outro campo científico em que as cooperativas são apenas objeto.

[1] Doutor em Administração; Mestre em Desenvolvimento Regional; Bacharel em Administração. Professor da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. E-mail: deividforgiarini@gmail.com

Em outros estudos o Cooperativismo pode ser visto restrito a ideia de doutrina econômica, como uma proposta que dita como as relações econômicas deveriam ocorrer. Silva e Morello (2021) debatem sobre os *trade-off* entre eficiência e o cooperativismo. Apresentam o cooperativismo como doutrina e analisam que quanto mais os princípios do cooperativismo são seguidos, maior é o nível de doutrina cooperativista da cooperativa. Contudo, como o cooperativismo é visto como doutrina e não teoria, as autoras necessitam buscar o que é eficiência em outra teoria econômica e neste sentido afirmam que "a eficiência é entendida no sentido da teoria da produção econômica, ou seja, como a maximização do produto por unidade de insumos dos fatores" (SILVA; MORELLO, 2021, p. 2). Restringir o cooperativismo a doutrina, pode criar estas confusões conceituais. Por isso é importante entender o cooperativismo também como teoria econômica.

O Cooperativismo também é uma teoria econômica que tem a cooperação como base sobre a qual se constroem todas as atividades econômicas. Consiste na primazia das pessoas sobre o capital e na cooperação de todos para a consecução do bem comum (SCHNEIDER, 2019). Sendo teoria econômica o seu objetivo é organizar as regras da casa, ou seja, como as organizações econômicas podem agir para maximizar a sua eficiência. Contudo a ideia de eficiência é diferente. O foco está na melhoria de qualidade de vida dos indivíduos envolvidos. O cooperativismo, enquanto teoria econômica, orienta os esforços da cooperativa para a melhoria da qualidade de vida do cooperado e na busca deste objetivo na melhoraria a qualidade de vida das pessoas na região de atuação desta organização (SCHNEIDER, 2019; MLADENATZ, 2003; ACI, 2015; NOVKOCIC, 2016, FORGIARINI, 2019).

A doutrina do cooperativismo possui valores que compõem a identidade cooperativa, quais sejam: Autoajuda; responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (SCHNEIDER, 2019). Para a teoria do cooperativismo funcionar, a

ACI promove a identidade cooperativa que é composta pelos valores e princípios do cooperativismo e pela concepção de cooperativa como sendo "uma associação autônoma de pessoas que se agrupam voluntariamente para satisfazer suas necessidade e aspirações comuns de caráter econômico, social e cultural mediante uma empresa de propriedade conjunta e gestionada democraticamente" (ACI, 2015, p.1).

A identidade é reflexo dos valores da doutrina do cooperativismo e foi a forma criada para que a cooperativa possa disseminar estes valores. A história mostrou que apenas os valores podem dificultar a compreensão dos gestores e os levar a práticas administrativas que destoam da teoria do cooperativismo. Neste sentido a Aliança Cooperativa Internacional -ACI instituiu os princípios do cooperativismo. Estes princípios são atualizados de forma regular e a última atualização condensou estes princípios em sete: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática pelos Associados; Participação Econômica dos Associados; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Intercooperação; Compromisso com a Comunidade (MLADENATZ, 2003; PINHO, 2004; MÜNKNER e MATEUS, 2011; NAMORADO, 2000; SCHNEIDER, 2019). Ou seja, a doutrina do cooperativismo está ligada aos valores, a teoria econômica do cooperativismo está ligada aos princípios.

E ambos são relevantes. Há vários estudos destacando estes entendimentos, mesmo que alguns apresentem a ideia de "novo cooperativismo" com o objetivo de se distanciar da ideia de ineficácia no qual as cooperativas já foram associadas.

Quadro 1: Características do Novo Cooperativismo

Ele defende valores e práticas de subsidiariedade e desenvolvimento liderado pela comunidade
Responde diretamente às crises.
É ético, equitativo e sustentável. Seus compromissos ético-políticos emergem não de estruturas centradas no capital, mas de experiências e necessidades cotidianas.

Visa uma distribuição mais equitativa da riqueza e dos excedentes sociais e é impulsionada por compromissos mais éticos e sustentáveis com o outro e com o planeta.
É inclusivo. É horizontal, democrático e co-gerenciado.
Pratica a propriedade coletiva. Seus meios de produção social, cultural ou econômica são de propriedade coletiva e não privada”

Fonte: Elaboração própria com base em Vieta (2014) e Zawiślak (2020).

Contudo, mesmo as propostas do “novo cooperativismo”, estão alinhadas as propostas originais do cooperativismo, buscando apenas se distanciar das disfunções históricas das cooperativas que possuíam muitas vezes apenas bases doutrinárias, sem contar com as bases teóricas, nas quais relaciona a eficiência cooperativista com a capacidade de gerar qualidade de vida a seus cooperados e entornos. Vários são os estudos que destacam os benefícios sociais que as cooperativas, alinhadas a proposta do cooperativismo, geram na sociedade. Robles (2019) apresenta como as cooperativas alinhadas aos princípios do cooperativismo também geraram incremento na qualidade de vida em regiões do Brasil.

O cooperativismo não pode ser um modelo de negócios, pois essa afirmativa carrega consigo a ideia de que os pressupostos teóricos são os mesmos de outros modelos de negócios. Que é a mesma coisa, mas com um modelo diferente. Isso seria negar a natureza histórica das cooperativas e do cooperativismo que nascem como uma resposta destoante das propostas teóricas e doutrinárias do século XIX. Responde que entre produtividade econômica e distribuição de renda, o cooperativismo busca o melhor equilíbrio entre os dois.

Afirmar que ele é apenas uma doutrina, pode fazer com que pesquisador pragmático entenda que a proposta é meramente romântica, utópica, algo interessante de se ter como motivação futura, mas que tem distância da realidade e que, portanto, deve-se usar a teoria econômica predominante que explica que a eficiência como a maximização da produção unitária frente a quantidade insumos dos

fatores (KUMBHAKAR, LOVELL, 2003; MAS-COLELL, WHINSTON, GREEN, 1995).

Neste sentido, resume-se o cooperativismo como doutrina e teoria econômica. A doutrina baseia-se nos pensadores socialistas utópicos tais como: Robert Owen; William King; Charles Fourier; Philippe Buchez; Louis Blanc (MLADENATZ, 2003; PINHO, 1962; HUGON, 1995; SCHNEIDER, 2019). Estes pensadores consolidaram os valores do cooperativismo, tais como: autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (SCHNEIDER, 2019; ACI, 2015). Cooperativismo também é teoria econômica, pois os inúmeros estudos econômicos, que possuem a doutrina cooperativista como pressuposto, orientam a prática econômica que se cristaliza nos princípios cooperativistas (ACI, 2015; SCHNEIDER, 2019; FORGIARINI, 2019). Nesta linha de pensamento refuta-se a ideia de vincular este verbete "cooperativismo" com a proposta que o mesmo seria um coletivo de cooperativas ou modelo de negócios. O Cooperativismo possui valores próprios (doutrina) e é reafirmado pelos seus princípios que são a cristalização das práticas de milhares de cooperativas ao longo de um século e meio de experiências ao redor do mundo (teoria).

REFERÊNCIAS

ACI. Alianza Cooperativa Internacional. Notas de orientación para los principios cooperativos. International Cooperative Aliance. Genebra, p. 109. 2015.

CORRÊA, O. D. Ciência, Teoria e Doutrina Econômica. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. v. 4, 1952. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/513 > Acesso em março de 2022.

FORGIARINI, D. I. Aprendizagem Interorganizacional em Cooperativas. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Porto Alegre, 2019.

FUSTER, M., ESPELT, R. & RENAU, M. Cooperatisvismo de plataforma: Análisis de las cualidades democráticas del cooperativismo como alternativa económica en entornos digitales. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 102, p. 5-31, 2021. DOI: 10.7203/CI RIEC-E.102.18429.

HUGON, P. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo: Atlas, 1995.

JIMÉNEZ, M. G.; STRANO, A. El cooperativismo social como respuesta a la crisis económica en el territorio calabrés. REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos, v. 129, p. 102-122, 2018. doi:10.5209/reve.62491

KUMBHAKAR, S. C.; Lovell, C. A. K. Stochastic frontier analysis. Cambridge Books, 2003.

MAS-COLELL, M. D., WHINSTON, and J. R. GREEN. Microeconomic theory. Oxford University Press, 1995.

MLADENATZ, G. História das Doutrinas Cooperativistas. Brasília: Confebrás, 2003.

MOZAS, A., BERNAL, E., FERNÁNDEZ, D., MEDINA, M. J.; PUENTES, R. Cooperativismo de segundo grado y adopción de las TIC. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 100, p. 67-85, 2020. DOI: 10.7203/CIRIEC-E.100.17712.

MÜNKNER, H.-H.; MATEUS, A. Glossário Cooperativo Anotado. Genebra: International Labour Office, 2011.

NAMORADO, R. Introdução ao direito cooperativo: para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000.

NOVKOVIC, S. Notas de orientação para os princípios cooperativos. CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, 2016. Disponivel em: <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Principio_4.texto_final.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PINHO, D. B. Dicionário de Cooperativismo. São Paulo: Editora USP, 1962.

PINHO, D. B. O Cooperativismo: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

ROBLES, W. The politics of agricultural cooperativism in Brazil: A case study of the landless rural worker movement (MST). Journal of Co-Operative Organization and Management. n. 7, p. 10-25, 2019 doi:10.1016/j.jcom.2019.02.001

SCHNEIDER, J. O. Identidade Cooperativa: sua história e doutrina. Porto Alegre: SESCOOP/RS. 2019.

SILVA, L. F., & MORELLO, T. Is there a trade-off between efficiency and cooperativism? Evidence from Brazilian worker cooperatives. Journal of Co-Operative Organization and Management, v. 9 n. 2, 2021. doi:10.1016/j.jcom.2021.100136

TARIFA, M. R.; REIS, L.. G. dos; ALMEIDA, L. B. Levels of management accounting practices in agribusiness cooperativism. Custos e @gronegócio on line - v. 15, n. 1, Jan/Mar. - 2019.

VIETA, M. The stream of self-determination and autogestión: Prefiguring alternative economic realities. Ephemera. Theory and politics in organization, v. 14, n. 4, p. 781–809, 2014.

ZAWIŚLAK, P. A. Business Models of “New Cooperativism” Organizations as an Instrument of Sustainable Development Stimulation. Central European Management Journal. V. 28, N. 3, p. 168-195, 2020.

COOPERATIVISMO COM PROPÓSITO

Juan Fernando Álvarez[1]

Um dos imaginários mais comuns na abordagem das organizações é a crença de que a única forma de organização está sob a estrutura empresarial e que o único objetivo da empresa é maximizar o lucro líquido total. Este imaginário é baseado em um sistema educacional que favorece o estudo das empresas capitalistas, tornando invisível a pluralidade de organizações e seu rigoroso estudo.

Em um contexto de profundas lacunas entre a finalidade dos negócios, o cálculo parcial dos resultados (que não incorporam os custos de suas externalidades) e a incapacidade de gerar sustentabilidade, estão sendo consideradas as transições entre modelos tradicionais de negócios e outras formas de fazer a economia. Uma abordagem para avançar em direção a uma nova economia vem da reavaliação do propósito dos negócios como um criador plural e integral de valor.

Autores clássicos da administração como Mintzberg (2015) destacam a importância de estudar organizações plurais, entendendo que elas representam expressões organizadas da sociedade civil em nível local e, portanto, têm uma função regulatória vital para o funcionamento dos mercados. Estas organizações se caracterizam por colocar, acima das expectativas monetárias, propósitos que visam satisfazer os coletivos (Felipe, 2019).

[1] Doutorado em ciências sociais pela Universidade de Lisboa (2016). Professor da Faculdade de Estudos Ambientais e Rurais da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá. E-mail: alvarez_juan@javeriana.edu.co

A este respeito, Drucker (1992) aponta que o propósito de uma organização se manifesta de uma forma particular de proceder dadas as diferentes funções que desempenha, abrindo um campo fértil para enriquecer o estudo das organizações com uma acumulação variada de organizações com diferentes propósitos. A este respeito, Drucker (1992, 2) afirma que:

> Há quarenta anos ninguém falava de organizações sem fins lucrativos, ou de um setor sem fins lucrativos. Os hospitais se viam como hospitais; as igrejas, igrejas... e assim por diante... Agora estamos começando a entender o que é essa coisa. Não é seu caráter sem fins lucrativos... nem sua natureza não governamental; é que eles fazem algo muito diferente das funções que as empresas comerciais ou o governo desempenham... (DRUCKER, 1992, 2)

Este acúmulo de opções configura outra forma de fazer economia, que parte de uma organização privada para gerar intencionalmente produtos sociais que inicialmente impactam seus membros e, por extensão, suas famílias e a comunidade em geral, traçando diferentes trajetórias até a crença de que tudo o que é feito nas organizações tem o único propósito de satisfazer as exigências das empresas comerciais.

Isto permite compreender que a função de uma cooperativa não se limita à maximização dos lucros líquidos, mas que ela trata de uma polivalência de resultados que envolve não apenas seus membros, mas também seus trabalhadores, suas famílias, a dimensão comunitária na qual a organização opera e até mesmo o ambiente circundante. Desse ponto de vista, uma característica distintiva de uma cooperativa proposital é:

> ...concentrar sua atenção na preservação da vida em suas múltiplas formas e em suas manifestações territoriais, nas comunidades, nos grupos de interesse das organizações, entre os quais estão os associados, trabalhadores, famílias, fornecedores, entre outros... (Álvarez, et.al., 2020).

Alarcón e Álvarez (2020) destacam como elementos característicos de todas as cooperativas o princípio da não-prioridade do motivo de lucro personalista e a observação de transferências sociais estendidas em espécie. O ponto de partida para esta análise é a leitura do institucionalismo econômico, que coloca no centro da análise das organizações os hábitos e rotinas que elas geram como resultado de suas práticas. Ao colocar os resultados econômicos a serviço da geração de múltiplos benefícios e do atendimento de múltiplos beneficiários, sua orientação é para a renda coletiva e sua distribuição por meio de transferências sociais estendidas em espécie como benefícios sociais, de saúde, culturais, educacionais e outros.

Uma cooperativa de propósito opera no contexto das economias de mercado, mas com diferentes padrões de participação, operação e distribuição. Eles também atuam fora do mercado sob seus próprios critérios de alocação. Seja qual for o caso, eles partem da maximização da satisfação do benefício de cada um de seus membros em uma esfera comum através da aglutinação das demandas (necessidades) e da satisfação como oferta. Portanto, existe uma estratégia básica de gerar economias de escala.

Como resultado, estas organizações acabam fortalecendo os mercados, gerando alocações eficientes de recursos e contribuindo para a solução de falhas do mercado e/ou do Estado, dado que:

- Não há incentivos para fornecer informações assimétricas devido ao princípio da identidade. Em outras palavras, os parceiros não têm incentivo para oferecer bens ou serviços abaixo do ideal, uma vez que eles próprios os consomem ou são consumidos por beneficiários com os quais têm fortes laços de empatia. Assim, a estratégia de reter sistematicamente informações sobre os atributos dos bens e serviços que produzem não é racional dentro deste tipo de empresas, pois elas acabam sendo seus próprios gerentes e consumidores.

- O bem-estar é perseguido com base em uma dimensão social intangível próxima ao conceito de bem comum.

- Códigos morais que favorecem a internalização de externalidades negativas e o compartilhamento de externalidades positivas são frequentemente praticados. Desta forma, induzem mudanças de comportamento em seus membros que promovem o fortalecimento das redes de reciprocidade, associatividade e confiança.

- Eles incorporam uma dimensão humana à teoria do valor, ponderando diferentes bens econômicos de acordo com sua utilidade e as necessidades às quais eles respondem. Desta forma, eles atribuem preços de mercado a seus bens e serviços como referência, ou podem usar preços abaixo, acima ou até mesmo dá-los gratuitamente, desde que a alocação de preços responda a uma estratégia definida e compartilhada pelos usuários que administram as empresas.

- Eles criam seus próprios mercados, com a vantagem de poder acessar informações em tempo real sobre os atributos desejados dos bens e serviços que são produzidos e que anteriormente eram procurados em comum. Isto pressupõe que eles conhecem as necessidades de seus beneficiários, os atributos que desejam do consumo de bens e serviços e que estão familiarizados com os objetivos de cada empreendimento.

Finalmente, uma cooperativa com um propósito deve demonstrar isso. Uma maneira é identificar os múltiplos benefícios que derivam de seus esforços empresariais. Os benefícios de uma cooperativa de propósito podem ter uma manifestação monetária e transacional nos mercados, como excedentes, eles podem dedicar seus esforços para gerar uma diferença no preço de seus produtos nos

mercados (por exemplo, fazendo com que seus compradores paguem menos do que o que normalmente é estabelecido como preço de mercado para transferir benefícios de consumo para eles), como a liberação de recursos. As transferências gratuitas também são possíveis se o objetivo for gerar acesso a um bem meritório, como no caso da distribuição de fundos sociais. Também é possível gerar benefícios coletivos destinados a satisfazer o acesso a bens comuns, e também é possível valorizar os benefícios que irão se acumular para as gerações futuras.

Não se trata de valorizar uma ou outra opção em detrimento das outras. Trata-se de questionar a necessidade de medir a magnitude dos benefícios em sua totalidade. Isto é tanto mais verdade quando o propósito das transações entre empresas e indivíduos exige que a proteção da vida, as trocas recíprocas e a subsidiariedade sejam colocadas no centro de seu trabalho como um meio de dar uma mão às pessoas mais vulneráveis, dada a perda de empregos, a diminuição da renda familiar e a necessidade de gerar fontes de trabalho em áreas locais.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ J., ZABALA H., SALGADO, O., SIERRA, D., SALAZAR, F. (Eds.) (2020). **Hechos y emprendimientos cooperativos de transformación.** Actas del XI Encuentro de Investigadores Latinoamericanos en Cooperativismo. Recuperado de www.ciriec-colombia.org

ALARCÓN, M., & ÁLVAREZ, J. (2020). **Contribución del cooperativismo colombiano al crecimiento económico por habitante en el periodo 2003-2016**. Revista Escuela de Administración De Negocios, (88)., https://doi.org/10.21158/01208160.n88.2020.2499

DRUCKER, P. (1992). **Dirección de instituciones sin fines de lucro**. Buenos Aires: Editorial El Ateneo.

FELIPE, S. (2019). **La Economía del Propósito**. Nuevos retos, nuevas respuestas. Madrid: Impact Hub Madrid & Foxize.

MINSTZBERG, H. (2015). **La sociedad frente a las grandes corporaciones**. Barcelona: Libros de Cabecera.

POLANYI, K. (1992). **La gran transformación**. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura Económica.

COOPERATIVISMO CULTURAL

Amparito Ramírez Alarcón[1]
Roque Penizzotto Arduini[2]

Em determinadas circunstâncias que respondem a uma variedade de razões, é comum que as pessoas que possuem aptidões e habilidades desenvolvam as diversas, múltiplas e variadas expressões de cultura e arte, inspiradas na necessidade inata de compartilhar o produto de sua vocação mais íntima, o valor de suas experiências sociais, os benefícios de unir forças, de maximizar recursos que são naturalmente escassos; é comum descobrir que os artistas têm se agrupado, unindo e formando diversas entidades como cooperativas, associações, empresas e outras diversas formas de vínculos.

Eles formam esses sindicatos voluntariamente para enfrentar os problemas que têm em comum, para enfrentar as crises que geralmente os afetam em todos os âmbitos, e também para manter a arte, a cultura e uma realidade que não é menos importante, que é sua própria subsistência e para ter acesso a formas estáveis de emprego que lhes permitam satisfazer suas necessidades básicas.

O desenvolvimento destas associações que expressam arte e cultura nestes tempos, como aponta o escritor e crítico Christian Viveros-Fauné em seu texto *Trastienda. Ou como desmistificar a obra da galeria de arte no Chile*, em períodos da história, onde o homem foi confrontado com guerras, manifestações e grandes conflitos, a arte,

[1] Gestora Socio Cultural. E-mail: amparitoramirezalarcon@hotmail.com

[2] Lic. Ciencias Políticas y Administración Pública. E-mail: roquepenia@gmail.com

através de seus agentes, foi capaz de inventar modelos para se fazer presente.

É importante mencionar e enfatizar que, embora esta necessidade de agrupar, em vários aspectos colide, entra em conflito e gera conflitos com os aspectos de personalidade e particularidades individuais que os caracterizam. Seu objetivo é a realização, incentivo, difusão, promoção, proteção da cultura, arte e gestão cultural, bem como a representação e defesa dos interesses dos agentes culturais em diversos campos, tanto nacionais como internacionais, para os quais projeta e realiza atividades culturais, artísticas e educacionais, considerando um vasto campo de ação, que inclui públicos de todos os estratos socioeconômicos e de diversas faixas etárias.

Embora hoje as feiras de arte, um dos muitos modelos de integração, estejam em sério declínio em todo o mundo, galerias de arte ainda estão de pé, assim como a proposta da Arte & Punto. As pequenas empresas que são absolutamente necessárias para a articulação da cultura e seu financiamento, estão atualmente procurando encontrar novos paradigmas para trazer o artista de volta ao público e seu trabalho a um mercado que precisa cada vez mais de luz.

Como aponta Viveros-Fauné em seu texto, referindo-se ao exemplo da feira Art Cologne, uma experiência de exposição fundada em 1967 pelos negociantes de arte Rudolf Zwirner e Hein Stünke, foi a primeira feira organizada por e para galerias comerciais, um exemplo que perdura nesta tentativa dos profissionais de arte chilenos de criar novas oportunidades e estruturas para a arte em tempos tão esperançosos quanto difíceis.

Há também outro componente importante para esta necessidade de se reunir e formar alianças entre os atores e praticantes deste aspecto do patrimônio do povo, e que é que os governos estaduais normalmente não alocavam orçamentos acessíveis para as artes e a cultura até tempos recentes.

Isto foi declarado em tempo hábil por representantes de cerca de dez organizações nacionais, quando anunciaram a criação da **Frente Cultural, uma** iniciativa que nasceu com o objetivo de ajudar o setor que foi prejudicado durante a pandemia:

> *"O trabalho das culturas, das artes e do patrimônio mediam entre a vida construída e a vida a ser construída". Nisso reside sua importância:* ***esta produção apoia e completa a transformação de nossa sociedade.***

Outro exemplo onde esta conjunção de vontades se manifesta, é o que foi gestacionado nos dias após 18 de outubro de 2019 sob os princípios de solidariedade e autogestão entre organizações sociais, coletivos e artistas de diferentes partes do mundo, é o ACAAB (Organizações Sociais e Artistas), sua base é criar diferentes marcos artísticos envolvendo fortemente as pessoas, como forma de dialogar e refletir transversalmente a partir da territorialidade, mudando a lógica do poder e da política atual, criando assim pontos de fuga e novas formas sociais de cooperativismo.

A ACAAB planeja realizar uma campanha de arrecadação de fundos com obras doadas por artistas em favor de organizações ou cooperativas, associações, ligadas ao movimento social. Sua atividade ocorrerá em toda a cidade, em espaços públicos e artísticos.

Neste sentido, é importante refletir com a Ministra das Culturas, Artes e Patrimônio, Consuelo Valdez Ch., quando ela diz: "A cultura é o motor que precisamos aprender com os novos cenários que teremos que enfrentar neste mundo diversificado e em transformação. É o espaço no qual podemos nos preparar para isso, com base na humanidade, solidariedade, diálogo e empatia". Portanto, e continuando com as palavras do Ministro, "os esforços institucionais devem continuar a se concentrar em contribuir para a reativação do setor, para a reabertura dos espaços, bem como em conceder maior sustentabilidade a toda a cadeia de valor da cultura".

REFERÊNCIAS

Los Límites de la mirada económica a las artes. Pamela López y José Manuel Izquierdo. CIPER Académico – Opinión <https://www.ciperchile.cl/2020/10/28/los-limites-de-la-mirada-economica-a-las-artes/>

ARTISHOCK Revista de arte contemporáneo. ACAAB Organizaciones Sociales Y Artistas se Unen en Torno Al Estallido Social en Chile Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio de Chile. <https://artishockrevista.com/2020/03/11/a-c-a-a-b-estallido-social-chile/>

COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE

Bruno Nonnemacher Buttenbender[1]

A relação do modelo cooperativo com a construção de um ideal de sustentabilidade é abordado em Büttenbender (2022) em relação aos seus princípios norteadores, o papel institucional do modelo em sua atuação e participação na construção da sustentabilidade por meio da interação com a comunidade e por meio do fomento ao senso coletivo e de pertencimento comum por meio das estruturas de capital social (PUTNAM, 1995) presentes em um determinado território.

A capacidade do modelo de interagir com todas as quatro dimensões que compõe a sustentabilidade no seio da Agenda 2030 – dimensões institucional, social, econômica e ambiental – (ONU, 2015), além disso, de institucionalmente viabilizar um cenário socialmente mais inclusivo, economicamente viável e ambientalmente responsável, se dá por meio de suas práticas intraorganizacionais e por meio da intercooperação e do interesse pela comunidade, visitados em seus princípios norteadores. Dessa forma, ainda que as dimensões do ideal de sustentabilidade articulem-se de maneira interdependente e interconectada, pode-se observar em cada uma destas a participação do modelo cooperativo.

Na dimensão institucional, primeiramente, o modelo cooperativo deve adotar práticas de governança e participação dos associados, para que a organização cooperativa possa desempenhar sua dupla funcionalidade, enquanto associação coletiva de interesses e representação organizacional de tais interesses. Partindo deste ponto,

[1] Doutor em Ambiente e Desenvolvimento (Univates). E-mail: brunonbuttenbender@gmail.com

o modelo cooperativo se articula dos associados para os associados, impactando diretamente no senso de pertencimento e no fortalecimento do capital social em um território, indispensáveis no processo de construção da sustentabilidade (GIESTA, 2005).

Na dimensão social, finalidade primeira do modelo cooperativo, este é capaz de participar no processo de inclusão social, dando vez e voz a grupos que por vezes não estariam devidamente contemplados em outros processos. Dessa forma, o modelo torna-se um agente de promoção dos direitos individuais, reduzindo desigualdades sociais e viabilizando uma melhor qualidade de vida para a comunidade. Fatores como a desigualdade de gênero estão presentes das discussões do modelo cooperativo, e desde sua origem institucionalizada pelos probos de Rochdale em 1844, o caráter de não exclusão e de livre adesão apontam para o aspecto de promoção das liberdades individuais (SEN, 2000) e da não discriminação, que fortalecem a participação do modelo na dimensão social.

No que tange à dimensão econômica, o modelo cooperativo desempenha uma importante função no processo de construção da sustentabilidade, uma vez que é responsável por um fomento à economia local e desenvolvimento regional, gerando emprego e renda no território em que atua. Os montantes distribuídos aos associados enquanto sobras do exercício, assim como os valores retornados aos cofres públicos na forma de impostos e contribuições fiscais, caracterizam também uma fatia da participação do modelo no aspecto econômico da sustentabilidade.

Além disso, em diálogo também com as dimensões social e ambiental, destacam-se os fundos previstos pela Lei 5.764/1971, onde está prevista a destinação de montantes proporcionais ao faturamento de cada exercício para o desenvolvimento da comunidade e de ações voltadas à esta, tanto quanto para reservas em caso de catástrofes ambientais e situações atípicas enfrentadas pela sociedade.

Em momentos de crise – como em função da pandemia enfrentada nos últimos anos, assim como no caso das enchentes e inundações

ocorridas no Vale do Taquari em 2020, e dos casos de estiagem por todo o território gaúcho nos últimos anos – o modelo cooperativo tem demonstrado sua relevância e estabilidade como referência e segurança para a comunidade, viabilizando a resiliência desta ao longo do enfrentamento de tais desafios.

Por último, a dimensão ambiental da sustentabilidade é contemplada também pelo modelo cooperativo uma vez que este tem entre seus princípios a ideia de educação, formação e informação. O papel do modelo no processo de conscientização e educação ambiental, tanto de seus associados como de toda comunidade, faz com que este torne-se um agente de promoção das mudanças em comportamentos individuais relativos a dimensão ambiental.

O modelo cooperativo pode também ser responsável pela viabilização de tais mudanças, facilitando e priorizando empreendimentos e fornecedores que adotem ações ambientalmente mais responsáveis, incentivando processos de logística reversa e de destinação adequada dos resíduos envolvidos em suas atividades, e na promoção da produção e consumo de bens e serviços mais responsáveis.

O papel desempenhado pelo modelo cooperativo na construção das condições para a sustentabilidade permeia uma pluralidade de aspectos interdependentes e indissociáveis nas dimensões institucional, social, econômica e ambiental. A construção destas condições não se dá de forma estática e menos ainda pontual. As ações e práticas que cabem ao modelo cooperativo envolvem fatores relacionados à gestão e governança organizacional, assim como práticas relacionadas ao coletivo de cooperados e comunidade (ALCARÓN-CONDE et al, 2022).

As formas de se perceber a relação entre o modelo cooperativo e a construção das condições para a sustentabilidade se articulam com abordagens que perpassam entre áreas do saber assim como se articulam de maneira interligada e interdependente. Construir e observar tais relações demanda uma abordagem complexa e é dessa

forma que o presente estudo contribui tanto para o modelo cooperativo quanto para o desenvolvimento das discussões acerca da sustentabilidade.

O modelo cooperativo, em função de sua ampla atuação em diferentes ramos e atividades, interage de maneira direta e indireta com as quatro dimensões – institucional, social, econômica e ambiental – a partir das quais se considera o ideal de sustentabilidade proposto, e em função dessa interação, faz possível impactar e gerir de forma mais concisa cada uma destas dimensões.

Há, contudo, que se dizer que tal qual não pode ser afirmado que uma cooperativa – assim como nenhuma outra forma de organização – participa da construção das condições para a sustentabilidade apenas por sua regulação e definição legal, também não pode ser afirmado que apenas em função de seus princípios e valores o modelo cooperativo estaria adequado à construção das condições para a sustentabilidade.

Contudo, em estando os princípios e valores do modelo em conformidade e equilíbrio para com as dimensões da sustentabilidade, assim como suas práticas e ações voltadas para tal finalidade, pode-se afirmar que o modelo cooperativo é capaz de institucionalmente reforçar o senso de pertencimento local, fomentando o capital social, e promovendo tais condições.

REFERÊNCIAS

ALCARON, M. A.; SILVA, A. M. MORAIS, L. P.; ÁLVAREZ, J. F.; MARIOSA, D. F. **Characterization o the UNTFSSE knowledge hub: 2019 reposiory about the relationship between social and solidarity economy and the susainable devevlopment goals.** UN Inter-Agengy ask Force on Social and Solidarity Economy, 2022. Disponível em: <https://knowledgehub.unsse.org/knowledge-hub/characterization-of-the-knowledge-hub/>

BUTTENBENDER, B.N. O modelo cooperativo na construção das condições para a sustentabilidade. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação em ambiente e desenvolvimento. Univates, Lajeado/RS, 2022.

GIESTA, L. C. Organizações preocupadas com a gestão ambiental e de pessoas e o reflexo na promoção de capital social: Estudo de caso em cooperativas gaúchas. **Dissertação de mestrado.** Programa de pós-graduação em administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2005.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 05 mar. 2020.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: america's declining social capital.** *Journal of democracy*. 1995. 6(1), 65-78.

SEN, A. **Development as Freedom**, Alfred A. Knopf, New York. 2000.

COOPERATIVISMO EM SAÚDE

Monica Concha-Amin[1]

Em 1950, o artigo de Helen Johnston estudou as primeiras cooperativas rurais na saúde, surgidas nos Estados Unidos. Essa autora apontou como principais objetivos dessas cooperativas a redução da distância entre as localidades mais afastadas que não tinham acesso a serviços de saúde, assim como reduzir os custos que afastavam as pessoas que precisavam do serviço de saúde da provisão do mesmo, graças aos benefícios da busca comunitária solidária para fins de prover as necessidades ao invés da busca de lucro individual. A primeira dessas cooperativas surgiu em 1929. As necessidades assistidas por tais cooperativas eram com relação a se ter acesso a Médico assim como a leitos hospitalares, quando necessário esse nível de atenção. Desde aquela época, algumas cooperativas já utilizavam o pré-pagamento e outras não (JOHNSTON, 1950).

De acordo com Possamai (2009) entre as Cooperativas do ramo Saúde estão aquelas que priorizam o atendimento em saúde para a população, a valorização profissional e a defesa da dignidade do trabalho médico. Segundo o mesmo autor, (POSSAMAI, 2009), foi em 18 de dezembro de 1967 quando surgiu no Brasil, na cidade de Santos, em São Paulo, a primeira Cooperativa de Trabalho Médico, sendo o doutor Edmundo Castilho, um dos pioneiros desse movimento.

Destaca-se que as cooperativas em Saúde não devem ser consideradas Cooperativas do ramo Trabalho. Se bem as Cooperativas

[1] Doutora pela UFRGS em Área: Economia Aplicada. Professora do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. monicac@ufcspa.edu.br

de profissionais da saúde têm nuances do ramo de Trabalho ao reunir profissionais que prestam serviços, a legislação não as coloca nessa linha. O marco legal do Cooperativismo no Brasil é a lei no. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Por sua vez, a Lei no. 12.690 de 19 de julho de 2012 especifica para as Cooperativas de Trabalho, no seu Capítulo 1, Art. 10, parágrafo único, " Estão excluídas do âmbito desta Lei: na seção I - as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar". Ou seja, as Cooperativas do ramo Saúde que não fazem parte do ramo Trabalho (atualmente Trabalho, Produção de bens e serviços) e fazem parte da Saúde Suplementar.

Para definir o Cooperativismo em Saúde, é importante começar pelo ramo Saúde do Cooperativismo. Em 2018, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) criou a resolução atualizada com sete ramos do Cooperativismo no Brasil, entre esses o da Saúde:

> *Art. 1º, f) Ramo Saúde: composto por cooperativas que se destinam, precipuamente, a prover ou adquirir, por meio da mutualidade, serviços dedicados à preservação, assistência e promoção da saúde humana, constituídas por profissionais da área da saúde ou usuários destes serviços (OCB, 2018).*

Nessa definição, a OCB considera a nomenclatura "Atividades de Atenção à Saúde Humana", da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) CNAE-86. De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (OCB, 2020) em 2019 havia 783 Cooperativas do ramo Saúde, com 275.900 Cooperados e 108.100 empregados.

Dessa forma, na provisão de serviços através Planos de Saúde as Cooperativas médicas concorrem com outras empresas de Auto-Gestão, as Filantrópicas, as de Medicina de Grupo, e, Seguradoras Especializadas em saúde. Com relação à regulação da Agência

Nacional de Saúde Suplementar (ANS) no segmento de Planos de Saúde, as Cooperativas médicas contemplam no seu Estatuto Social sobre: a) o Ato Cooperativo, - que não envolve uma transação comercial dos cooperados -; b) a responsabilidade diante dos pacientes e c) a responsabilidade da gestão do trabalho médico. Sob a regulação da ANS, os serviços ofertados como planos de saúde das Cooperativas devem seguir toda a legislação da ANS, sendo o consumidor representado, por exemplo, pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Por sua vez, a situação financeira e indicadores de desempenho são importantes para que não haja o risco da falta de provisão dos serviços de saúde devidos aos beneficiários da saúde suplementar.

Outras cooperativas em Saúde não atendem a saúde suplementar mas a gestão entre profissionais da CNAE 86. Do lado do consumo de bens e serviços em saúde é menos comum mas também pode ser contemplado o cooperativismo.

Fora do Brasil tem se a International Health Co-Operative Organisation (IHCO), organização que reúne, desde 1996, as Cooperativas da Saúde no contexto da International Cooperative Alliance (ACI). De forma mais ampla, a IHCO reúne as cooperativas do setor para trabalhadores, produção, usuários e outros *stakeholders* (atores interessados).

No Brasil, uma organização para o apoio da gestão das Cooperativas em saúde é a Federação Nacional de Cooperativas Médicas (FENCOM).

Vale destacar em Gaudio e Baicocchi (2019) a necessidade de compreender o marco jurídico do cooperativismo em geral e como se aplica para a governança interna das cooperativas no caso do segmento saúde, assim como o destaque do resultado da análise de Almeida e Azevedo (2012), mostrando a importância das cooperativas em saúde no setor de saúde suplementar permitindo aumentar as opções de escolha a beneficiários.

Para finalizar este verbete, pode se dizer que dificuldades ou empecilhos para as cooperativas em Saúde, passam pelo tamanho, capacidade de resposta, concorrentes, mercado onde atua, profissionais e recursos disponíveis entre outros, assim como dependendo da legislação do segmento saúde. A ameaças podem se dar dentro das dificuldades inerentes à gestão cooperativa assim como pelas dificuldades que ameaçam o segmento como um todo, tais como imprevistos, elevação do risco, entre outros. A legislação pode ter resultados positivos quando priorizado o bem-estar geral e a sustentabilidade de cada Cooperativa junto ao bem-estar de cada cooperado. Entende se aqui de forma genérica o termo cooperado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, SÍLVIA. F. de.; AZEVEDO, PAULO, F. de. **Cooperativas Médicas: Cartel ou Legítima Defesa**? In: Livro Aspectos Jurídicos e Econômicos das Cooperativas de Saúde. Krueger, Fuilherme, Rocha, Lucila, C. M. da.- Belho Horizonte: Del Rey, 2012.

BRASIL, Sistema OCB. Ramos do Cooperativismo. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: novembro de 2021.

BRASIL, Sistema OCB. Anuário do Cooperativismo Brasileiro. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/>. Acesso em: novembro de 2021.

GAUDIO, R. Y BAICOCCHI, E. (2019). Direito cooperativo como lacuna na análise antitruste – o caso das cooperativas de saúde no Brasil. Cooperativismo & Desarrollo, 27(1), 1-30. DOI: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2019.01.12>
Johnston, Helen L. Rural Health Cooperatives. **Public Health Reports.** v.65, n.43, October 27, 1950.

POSSAMAI, HÉLIO. Tese de doutorado em Psicologia do autor: Hélio Possamai, Título: **União dos Médicos UNIMED: Ambivalências e Contradições** (PUC-RS, Porto Alegre, 2009).

URLs

https://nuneslaw.com.br/noticias/plano-de-saude/como-sao-classificadas-as-operadoras-de-planos-de-assistencia-a-saude/

https://fencom.coop.br/quem-somos/

https://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-do-consumidor

https://idec.org.br/quem-somos

http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei5764.htm

http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei-12690-2012.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

COOPERATIVISMO HABITACIONAL

Tarcisio Dorn de Oliveira[1]
Helena Copetti Callai[2]
Cristhian Moreira Brum[3]

O cooperativismo habitacional diz do habitar dos sujeitos – sua casa e sua cidade. O direito de habitar é maior do que simplesmente morar em algum lugar, haja vista, que ocupar um espaço, diz da dignidade para ali viver e ter acesso aos bens que sempre são socialmente produzidos, sejam nos aspectos econômicos, sociais, culturais de modo a construir suas identidades e pertencimento. O cooperativismo habitacional traz consigo o direito a ter uma vida digna com justiça social numa perspectiva também da justiça espacial, da identidade e do pertencimento pois decorrem além dos aspectos visuais, da aparência do espaço e da dimensão afetiva.

---

[1] Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Instituição de Ensino Superior Meridional (IMED). Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ). tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

[2] Pós-Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Madrid - Espanha (UAM). Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências (PPGEC/UNIJUÍ). helena@unijui.edu.br

[3] Pós-Doutor E Doutor em Educação nas Ciências pelo PPGEC/UNIJUÍ. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas. cristhian.brum@sou.unijui.edu.br

Assim, cabe apostar nessas características para ampliar os elementos que encaminham os aspectos mais estruturais da cidade tendo a marca da moradia como propriedade privada para compreender os processos de valorização do solo urbano e suas interfaces com a política habitacional e urbanística brasileira. Daí, vem os questionamentos acerca dos processos de segregação urbana cuja observação pode ser desencadeada pela leitura da paisagem, de modo geral e, numa escala mais ampla, a paisagem da cidade e do bairro. Nessa perceptiva, é oportuno observar:

> As políticas que com o tempo foram surgindo acabaram por ampliar a desigualdade e a má distribuição da terra urbana. Sua prioridade era garantir a capitalização e a especulação da terra urbana, o que amplia os problemas sociais e a exclusão e territorial ao deixar de se preocupar com a inserção dessa população em locais do tecido urbano, providos de infraestrutura e acesso. Uma das soluções para o problema da moradia é a constituição das cooperativas habitacionais, como forma de proporcionar o acesso a habitações de qualidade, juntamente com serviços e infraestrutura adequadas aos cooperados (OLIVEIRA FILHO et al., 2017, p. 83-84).

Estas são as bases para entender o cooperativismo habitacional que é compreender o ato de ver o mundo por meio da solidariedade e do compartilhamento de ações, pelas quais, somam-se forças capazes de no campo do saber arquitetônico prover moradias habitacionais dignas e adequadas ao ser humano. Este campo, dentro da singularidade simbólica do viver, demonstra que o abrigo além de propiciar condições de uso e de proteção também simboliza a potencialidade social cidadã básica, pelas quais o estado e a sociedade devem perpetuamente defender, lutar e estimular políticas públicas e estratégias a médio e longo prazo.

Uma cooperativa habitacional está, em tese, subordinada às regras do cooperativismo e, nesse sentido, é uma organização sem fins

lucrativos que visa o compartilhamento de viver numa comunidade com o intuito de entrar na casa própria sem os custos (ou com menores custos) do mercado imobiliário. Os proprietários são membros de uma cooperativa que deve ter para a construção, os fundamentos legais de um sistema cooperativo.

Os processos de construção dessas cooperativas habitacionais têm marcadas características que são decorrentes dos entendimentos imobiliários e dos interesses do mercado, mesmo sendo em forma de cooperativismo. E essas questões são significativas nos processos de envolvimento das pessoas interessadas, mas de modo muito concreto no tipo de construção e nos tipos de relações entre as pessoas envolvidas. Os cuidados com as edificações, no sentido dos espaços privados e dos espaços públicos para convívio são merecedores de atenção e de olhar crítico. No caso interessa, e muito, considerar o contexto físico- natural, ambiental, onde são construídas as edificações, que de um modo geral são cuidados desconsideradas em nome do aproveitamento dos espaços de qualquer modo sem acrescer custos.

As questões ambientais, nessa perspectiva, dizem do cuidado com a natureza com o espaço físico das construções e com as questões ambientais que decorrem do convívio social entre os habitantes. Isso significa que tem que ter atenção e cuidado com as edificações, nos seus processos de construção e de sua localização considerando o local e o entorno nos aspectos geológicos, de relevo, da vegetação e da hidrografia. São cuidados necessários que podem evitar danos sérios em caso de riscos naturais e isso faz parte e seria exigência de políticas urbanas de organização dos espaços das cidades e dos bairros residenciais e condomínios coletivos.

A sustentabilidade ambiental é fundamental para sustentar uma cidade que seja acolhedora, ao passo que, as políticas públicas também precisam serem claras e rigorosas tendo em pauta a vida humana. Logo, a questão ambiental, para além do conforto ambiental, diz do viver com dignidade. Além desse aspecto, nos espaços privados

há o cuidado e atenção com os espaços coletivos e nessas perspectivas é fundamental a ideia de cooperativismo como fundante de posturas de cooperação e cuidados consigo próprio, com o outro e com o ambiente, quer dizer a Terra que é nossa morada. Nesse sentido, é fundante observar que certamente, um dos maiores desafios para o século XXI será o de colocar as necessidades humanas no lugar da necessidade do lucro. Isso exige novas relações de trabalho, passando-se da cooperação orgânica à cooperação política. Impõe-se o conhecimento e a cooperação no sentido da criação de novas possibilidades de convivência social e ambiental. Coloca-se o desafio de acolher a liberdade individual e a necessidade do coletivo como dimensões de organização social.

A organização cooperativa é um fenômeno resultante da associação consciente de pessoas que ao terem necessidades e interesses comuns buscam seu fortalecimento pela organização coletiva. O cooperativismo habitacional insere-se nesses termos de interesse e, para isso, é necessário um processo educativo que abrigue as pessoas e pela comunicação, pela conversa, pelo diálogo encontrem os caminhos mais adequados para seu empreendimento que é de moradia, mas que é de viver a vida com dignidade.

Cooperar, habitar e viver é uma tríade básica no entendimento da arquitetura, do urbanismo e de todo o aprendizado formativo pelos quais as Escolas de arquitetura devem se ater. Passando pela capacidade que construir é o mesmo que desenvolver um capítulo da história das pessoas e que as vivências constituídas no lugar, marcam desde seu pertencimento a sua identidade naquilo gerado chamado de habitação.

O cooperativismo habitacional relaciona-se a um método associativo em que um grupo de sujeitos, com objetivos e interesses em comum, reúnem-se para alicerçar a construção da casa própria (sua ou de seu bando) com o intuído de simplificar e tornar acessível o processo construtivo dos interessados. O habitat nos condiciona ser parte do meio, e faz com que a arquitetura e o urbanismo possam

fornecer ferramentas valiosas para instrumentalizar os métodos eficazes a construções sustentáveis e garantidoras de uma boa qualidade de vida para as pessoas.

O cooperativismo habitacional releva uma forma diferenciada de proposições coletivas na produção de habitações reforçando a função social do abrigo de maneira a vincular as questões de auxílio, assistência, apoio e amparo mútuo solidificando a igualdade, equidade e solidariedade do grupo, ao passo que, entender os processos de concepção arquitetônica e de construção da habitação requer do profissional arquiteto e urbanista, muito além de sua formação generalista, uma visão humana de mundo, ao passo que, sua obra é testemunha de um tempo e espaço marcado por um legado constituído genuinamente único.

REFERÊNCIAS

FRANTZ, Walter. A atualidade da organização cooperativa. **Anais Salão do Conhecimento**, [*S. l.*], p. 1-10, 12 set. 2014.

OLIVEIRA FILHO, João Telmo de et al. O cooperativismo urbano: A experiência das cooperativas habitacionais no Brasil e no Uruguai. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 75-86, 2017.

COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Fábio Luiz Búrigo[1]
Eloiza Andréa Moraes Silva[2]

A expressão "Cooperativismo Solidário" surgiu no Brasil durante a década de 1980, juntamente como um processo de mobilização social para a constituição de novas cooperativas. A vertente solidária do cooperativismo se contrapunha ao chamado cooperativismo pioneiro ou tradicional (PINHO, 2004), na medida em que procurava aglutinar agrupamentos sociais urbanos e rurais de menor renda que estavam sendo excluídos das cooperativas então existentes ou que nunca tinham participado desse tipo de organização. Defensores das cooperativas solidárias teciam críticas aos rumos adotados por algumas cooperativas tradicionais. De um lado, seu gigantismo e modelo de governança dificultavam a participação democrática dos associados. Por outro, sua ênfase numa racionalidade de cunho econômico-financeiro, fortalecia uma abordagem utilitarista da organização, levando a criação de políticas seletivas do quadro social e desconsiderando outras aspirações humanas, demandas, valores e princípios inerentes à cultura cooperativista. Essa visão gerava um "isomorfismo organizacional" (LAVILLE, 2014), pelo qual as cooperativas incorporam práticas e estratégias semelhantes às

[1] Doutor em Sociologia Política. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). Coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). fabio.burigo@ufsc.br

[2] Mestra em Agroecossistemas (PGA/UFSC). Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). elo_ms@hotmail.com

empregadas por empresas capitalistas. Essa conduta também leva as cooperativas a medir sua taxa de sucesso por parâmetros de desempenho inadequados, por ser adotados por empresas de natureza não cooperativa (LEVI, 2000).

O cooperativismo solidário se constitui pelo compromisso da cooperativa auxiliar pessoas, geralmente desprovidas de recursos materiais e financeiros, a melhorarem sua condição de vida em termos sociais, econômicos e culturais. Além de oferecer condições de participação mais ativa nos mercados, a sustentação do cooperativismo solidário está em constituir um novo modo de convivência social. Nesse sentido, o cooperativismo solidário remonta às origens das cooperativas. Esse tipo de organização foi concebido no século XIX por trabalhadores empobrecidos e suas entidades de apoio (sindicatos, partidos políticos, movimento religiosos, etc.), como forma de enfrentar a opressão e a exclusão social e econômica, tendo como base a propagação das práticas educativas voltadas à gestão participativa e autogestionária (SINGER, 2004).

O surgimento das cooperativas solidárias se somou a outras experiências populares de economia social e solidária que a partir dos anos 1970 emergiram no país e em outras partes do mundo. Além dos próprios beneficiários diretos (trabalhadores, desempregados, agricultores familiares, etc.) esse movimento contou com apoio de técnicos, acadêmicos, religiosos, políticos e outros militantes das causas populares. Nos primeiros anos, o cooperativismo solidário se configurou fundamentalmente por cooperativas de trabalho no meio urbano e as cooperativas de agricultura familiar no meio rural (RIOS, 2007). Uma parcela das cooperativas financeiras (crédito) que ganhou expressão no Brasil a partir dos anos 1990 também teve origem nessas experiências do cooperativismo solidário (BÚRIGO, 2010).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 valorizou a importância das cooperativas para o desenvolvimento econômico e social do país, garantindo a liberdade de associação e de organização dos cidadãos. Essa determinação rompeu com algumas regras da Lei

Geral das Cooperativas (5.764/71). Por essa lei as novas cooperativas podem funcionar somente com a autorização das Organizações Cooperativas do Brasil (OCB), ou por meio de suas instâncias estaduais. O resultado desse processo de abertura institucional, associado ao surgimento de um ambiente sociopolítico favorável à criação de novas políticas públicas de cunho social, resultou no surgimento de muitas cooperativas independentes e cooperativas ligadas ao movimento solidário, bem como à estruturação de representação político institucional desse novo cooperativismo. Ao longo da década de 2000 nasceram três organizações de representação do cooperativismo solidário no país: a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil). Em 2014 elas constituíram a União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas), com o objetivo de fortalecer o cooperativismo e a economia solidária no Brasil (ZANCO, 2017). A nova organização também unificou a representação nacional do cooperativismo solidário no país. Em 2017, mais uma organização se incorpora à Unicopas: a União Nacional de Catadores e Catadoras de Material Recicláveis (Unicatadores).

Apesar de congregar aproximadamente 800 mil associados em torno de 2,5 mil cooperativas legalizadas, atuar em diversos ramos e de contar com estruturas de representação formais no âmbito federal e nos estados (UNICOPAS, 2022), o cooperativismo solidário ainda não é plenamente reconhecido jurídico e institucionalmente no país. Esses limites dificultam o acesso à políticas públicos e aos recursos gerados pelo próprio movimento cooperativo nacional. Além de reconhecer a diversidade do movimento cooperativista brasileiro, um novo marco legal é importante para se instaurar uma Política Nacional do Apoio ao Cooperativismo, criar novas regras de acesso aos recursos e às estruturas de apoio geradas pelas organizações cooperativas. Ou seja, impulsione ações que reforcem a educação e a cultura

cooperativista nos associados e na população em geral, pois "não existe cooperativa sem movimento cooperativo" (CHAYANOV, 2014).

Embora muito empregado para caracterizar a trajetória recente do movimento cooperativo brasileiro, o termo cooperativismo solidário é pouco usual em outros países. Ao longo das últimas décadas ocorreram processos semelhantes de constituição de novas cooperativas, mas esse fenômeno foi geralmente denominado como novo cooperativismo, cooperativismo popular, cooperativismo alternativo, entre outros termos. Em comum todas essas nomenclaturas expressam a preocupação que a organização cooperativa deve ter com segmentos excluídos da sociedade. Ressaltam que o "agir cooperativamente é um inconformismo perante a injustiça, a incompletude e a imperfeição: é um fazer por si, sem esquecer os outros" (NAMORADO, 2013, p.72).

O termo cooperativismo solidário também carrega certas ambiguidades em termos conceituais. Como a solidariedade já integra historicamente os valores universais do movimento cooperativo mundial, pode-se entender que o termo solidário é inerente à própria identidade cooperativista. Não obstante, o surgimento e consolidação desse termo no contexto social brasileiro permitiu lançar e reavivar temas/conceitos para se pensar o futuro do movimento cooperativo e discutir o potencial dessas organizações como agentes de desenvolvimento dos territórios onde atuam (SILVA; BÚRIGO; CAZELLA, 2021). Algumas desses conceitos também remontam valores e princípios universais do movimento cooperativo, como justiça social, igualdade, democracia, social etc. Outros são empregados em estudos correlacionados à ação coletiva (cooperação, reciprocidade, participação, capital social, *embeddeness,* construção social de mercados, habilidades e práticas sociais, desenvolvimento, sustentabilidade, empreededorismo social, desenvolvimento sustentável, etc). Por acreditar no potencial da ação cooperativa para a criação de outra economia, o cooperativismo solidário ressalta a possibilidade de se estabelecer novas relações sociais e econômicas,

mesmo atuando em ambientes os quais a ordem capitalista é hegemônica. Tendo em conta as ideias de Polanyi (2000), especialmente em suas críticas ao mito dos mercados autorregulados, presentes nas sociedades contemporâneas, as cooperativas podem ser vistas como empreendimentos capazes de se "contrapor às organizações capitalistas, estabelecendo padrões de troca e distribuição mais autônoma, constituídos sob relações de reciprocidade, de troca socialmente regulada e de redistribuição" (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p.211). Para isso é necessário estimular e aprimorar práticas e habilidades para cooperar, gerando aprendizados capazes de contornar conflitos e relações competitivas que moldam as sociedades atuais (BÚRIGO; ROVER; FERREIRA, 2021). O termo cooperativismo solidário também induz a se pensar na construção de formas de gestão solidárias das organizações (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020). Ao ampliar a análise teórica das cooperativas para além de seus resultados economicos/financeiros, o cooperativismo solidário acaba instigando novas pesquisas em diversas áreas do conhecimento, reafirmando a importância de avaliar a capacidade dessas organizações em enfrentar novos desafios que caracterizam as sociedades contemporâneas, como as questões da sustentabilidade e da desigualdade. Nesse sentido, o cooperativismo solidário reafirma a importância da cooperação cooperativista, por acreditar que ela seja (ainda) capaz de entrelaçar, de forma muito especial, o econômico e o social, permitindo o florescimento de empreendimentos capazes de se contrapor ao modo de produção, transformação, distribuição e as práticas de gestão. Por isso o cooperativismo solidário defende que a cooperativa siga existindo como uma sociedade de pessoas, não se transformando numa sociedade de capital, que pode ampliar o risco de seu isomorfismo organizacional com as empresas capitalistas. Em última análise, o cooperativismo solidário reacende a discussão sobre os fundamentos da proposta cooperativa e se essas organizações são um caminho para

as sociedades humanas alcançarem mais justiça social, econômica e, agora, também ambiental.

REFERÊNCIAS

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade:** uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Chapecó: Argos, 2010.

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (orgs). **Cooperação e desenvolvimento rural:** olhares sul americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/livro-cooperac%CC%A7ao_e_desenvenvolvimento.pdf>.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017

FRANÇA FILHO, G. C.; EYNAUD, P. **Solidariedade e organizações:** pensar em outra organização gestão. Salvador: Edubra – Atelier de Humanidades, 2020.

LAVILLE, J. Mudança social e teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 60-73, maio/ago. 2014.

LEVI, Y. The Ambiguous Position of Cooperatives vis-a-vis the Issue of "difference". *Journal of Rural Cooperation*, Jesuralem, v. 28, n. 2, 2000. p.125-131.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo**. Coimbra: Almedina, 2013.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevie, 2000.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, ano 13, n.27. p. 180-219, mai./ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22640>.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo financeiro e desenvolvimento sustentável: a aplicação do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade – Cresol Vale Europeu. **Revista Pegada**: Dossiê – Trabalho e Cooperativismo, v. 22, n. 2, p. 232 – 262, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8471>.

SINGER, P. A economia solidária no governo federal. **Revista Mercado de Trabalho**. IPEA, Rio de Janeiro, 2004.

UNICOPAS – União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias. **Quem somos**. Brasília: Unicopas, 2022. Disponível em:< https://unicopas.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 21 fev. 2022.

ZANCO, A. M. **A contribuição do pecsol para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo**. Dissertação (mestrado). Programa Programa de

Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional,
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

COOPERATIVISMO URBANO

Tarcisio Dorn de Oliveira[1]
Helena Copetti Callai[2]
Daniel Hedlund Soares das Chagas[3]

As comunidades organizadas, atualmente, presentes nos espaços urbanos serão as responsáveis pelo movimento e desenvolvimento das cidades do amanhã, haja vista, que são compostas por sujeitos cumpridores de seu papel na construção do lugar e da cidadania – sendo este binômio um forte elo para balizar o estabelecimento de políticas públicas para o futuro. Este é o entendimento que se tem a respeito de uma idealização, resta saber se, efetivamente, os sujeitos diante dessa tarefa entendem-se como cidadãos que exercem sua cidadania – isso reporta a indicativos de o que se faz hoje tem resultados nas cidades do amanhã, pois nada é neutro e tudo que se faz tem consequências que manifestam-se espacialmente nas estruturas urbanas.

---

[1] Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Instituição de Ensino Superior Meridional (IMED). Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ). tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

[2] Pós-Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Madrid - Espanha (UAM). Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências (PPGEC/UNIJUÍ). helena@unijui.edu.br

[3] Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Especialista em Docência do Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

As formas cooperativas de viver que existem no Brasil e no mundo podem ser referências para os interessados em viver cooperativamente de modo a estabelecer os vínculos com seus interesses e necessidades. Mas isso exige sair do individualismo e considerar a dimensão social que é um poder cívico que pode ser o estimulador para construção de espaços mais acolhedores a todos. As diferenças e a diversidade neste jogo de forças se estabelecem para avançar cooperativamente na busca de soluções na construção de espaços que dizem de um cooperativismo urbano.

A ideia do cooperativismo urbano constitui-se como a possibilidade de pensar, planejar, construir e/ou reconstruir espaços urbanos em que os interesses e necessidades de todos os sujeitos sejam atendidos e assim acolhidos em sua diversidade e pluralidade. O cooperativismo urbano apresenta-se como um elo entre o lugar e os sujeitos que nele habitam propiciando novos modelos de cidades sustentáveis nas searas da economia, do meio ambiente, cultura, identidade e pertencimento fortalecendo o direito à cidade para todos. Nesse sentido:

> [...] o interesse pela comunidade é um princípio que remete à consciência do cooperado com relação ao espaço em que vive. O local de onde sai e para onde volta. O desenvolvimento e a dignidade do local em que vive e seus descendentes vivem a preocupação da melhoria com o espaço público (OPUSZKA, 2012, p.60).

E assim, o modo de vida cria laços entre as pessoas e delas com o lugar, pois na construção de espaços urbanos esses laços constituem-se como força para gerar políticas públicas voltadas ao bem-estar e ao bem viver de cada um e de toda a coletividade. Para Santos (1996), o conceito de força do lugar observa que os sujeitos que ali vivem são capazes de organizarem-se, podendo estabelecer bases que sustentam o que interessa para vida na cidade de modo digno. E isso diz da cooperação que acontece entre os homens refletindo-se nos cuidados

com vida humana na Terra incorporando a importante ideia de a cidade ser sustentável.

O cooperativismo urbano mostra-se como um movimento multidisciplinar que intenta compreender a cidade identificando lacunas sociais a fim de formular e implantar ações coletivas que possam desvendar soluções a problemas urbanos propiciando, por meio da cooperação, uma cidade mais justa, igualitária e acessível a todos os cidadãos. O cooperativismo urbano pode oportunizar o cuidado com a cidade considerando a dimensão ética com todos sendo acolhidos e com respeito à natureza e a dimensão estética que diz do cuidado com a cultura e com a produção de espaços que atendam a dignidade da vida humana. Nesse sentido:

> Para que cada sujeito possa entender o que acontece na vida cotidiana, é fundamental que ele consiga abstrair daquilo que é o dia a dia de sua vida, das questões que acontecem no lugar em que ele vive. E, desta forma refletir se distanciando das ações corriqueiras para perceber que os acontecimentos não são simplesmente do acaso, mas que o mundo é construído socialmente, cada um realizando a sua parte – fazendo algo ou não fazendo nada. Só assim é possível compreender as coisas historicamente situadas e construídas no cotidiano da vida [...]. As pessoas vão construindo seus espaços enquanto constroem suas vidas, suas histórias, e isso precisa ser compreendido (CALLAI, 2010, p. 29).

Assim as várias áreas disciplinares contribuem com os avanços de um cooperativismo urbano que interessa a todos, chamando cada um a partir de sua especialidade a pensar e propor formas de organização espacial adequadas ao bem viver. Se isso cabe aos estudiosos das questões há paralelamente movimento de envolver a todos comunitariamente a pensar o que é importante e trabalhar para alcançar efetivamente espaços urbanos que atendam a viver com dignidade.

O novo modelo de cooperativismo urbano está rigorosamente vinculado a efetiva participação do morador na vontade de evoluir do padrão habitual (pensamento individual) para uma consciencialização coletivas das deficiências urbanas e possíveis soluções. Nessa perspectiva, providências, ações e atitudes são fundantes nas relações sociais, haja vista, que é nas comunidades que emergem as ausências comuns do coletivo, ao passo que, nelas, afloram as soluções mais adequadas, pois a vida humana vivida nos espaços urbanos reflete os interesses individuais e sociais, e o cooperativismo é o movimento que agrega para o coletivo.

As cooperativas urbanas incorporam o entendimento de fixação dos sujeitos ao lugar, visto que, os laços fraternos que unem os sujeitos a seus familiares, cooperados e comunidade em geral inclinam-se a estabelecer o fortalecimento da convivência entre os sujeitos que a compõem. O empenho em estabelecer uma cidadania nos espaços urbanizados revela-se como uma emancipação social e humana, pois todo o sujeito possui o direito de conhecer e ter acesso, cada vez mais, a espaços que busquem e garantam interesses e direitos de forma difusa e coletiva.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. Escola, cotidiano e lugar. *In*: BUITONI, Marísia Margarida Santiago. **Geografia: ensino fundamental**. Brasília: [*s. n.*], 2010. v. 22, p. 25-42.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo. Hucitec. 1996.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo popular: análise jurídica e economia**: Juruá, 2012.

COOPERATIVISMO E DECOLONIALIDADE

Carlos Eduardo Arns[1]
Aline Mendonça dos Santos[2]

O encontro das reflexões sobre cooperativismo e decolonialidade pode ser considerado uma novidade no âmbito das discussões acadêmicas e políticas. Desta forma, a contribuição deste verbete consiste em apresentar mais uma base epistêmica e política para contribuir com o conjunto de reflexões teóricas e de práticas dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que se debruçam sobre os pilares da cooperação e da solidariedade, na perspectiva de uma sociedade mais justa e sustentável.

A decolonilidade vem se constituindo em uma abordagem teórico-metodológica, a partir da década de 1990, por um movimento de intelectuais e lideranças sociais latino-americanos e latino-americanistas, que tem entre suas principais referenciais Anibal Quijano, Catherine Walsh, Walter Mignolo, Ramón Grosfogel, entre outros (BALESTRIN, 2013).

---

[1] Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC) e Doutorando em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: tche@unochapeco.edu.br

[2] Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UNISINOS) e Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com Pós-doutorados realizados junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora, pesquisadora e extensionista da Universidade Católica de Pelotas. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: aline.santos@ucpel.edu.br

O movimento e a abordagem decolonial, decorre de um de seus conceitos estruturais, ou seja, a *colonialidade*, introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano em 1989, que traz um novo sentido para o legado do colonialismo como a lógica subjacente da fundação e desenvolvimento da civilização ocidental desde o Renascimento até o presente, constituindo-se como um padrão de dominação e exploração, que se pauta pelo capitalismo (categoria classe) e pelo colonialismo (categoria raça) como formas de opressão.

Este conceito, por um lado, apresenta uma denúncia da "continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial" (GROSFOGUEL, 2008, p.126). Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade. Nesta perspectiva, a *modernidade* não é compreendida como um período histórico, mas uma narrativa complexa, cujo ponto de origem compreende as relações de poder concentradas na Europa que, ao longo da história construiu a civilização ocidental a partir das conquistas e saberes advindos daquele território invisibilizando pela violência produzida a partir da *colonialidade*, reproduzida em suas três dimensão fundamentais: a do poder, do saber e do ser, como partes constitutivas e indissociáveis (MIGNOLO, 2017).

Esta abordagem se encontra entre as muitas construções da longa trajetória de uma espécie de campo dedicado ao Pensamento Crítico Latino Americano – PCLA (SVAMPA, 2016), entendido como conjunto das ideias relacionadas a certas disciplinas, que interpretam e analisam fatos e fenômenos (BARON, 2012), produzidos sobre e a partir da América Latina em diálogo crítico com outros aportes teóricos. A decolonialidade emerge, por um lado, da reação as possíveis limitações das críticas e reflexões pós-coloniais, de outro, ancorada em teorias latino-americanas – caras para compreender a lógica de produção das desigualdades sociais no Sul, tais como a Teoria

Marxista da Dependência (TMD) protagonizada por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e André Gunder Frank, entre outros, e desenvolvida nos anos de 1960. Tal teoria compreende a dependência sistêmica entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no capitalismo, propondo o rompimento para a superação do subdesenvolvimento latino-americano (CORTÉS, 2016).

Do mesmo modo, apoia-se na Teoria do Sistema-Mundo Moderno (TSM) desenvolvida por Immanuel Wallerstein – nos anos de 1970, que também parte da compreensão da dependência em termos de um sistema global de desigualdade estruturais da relação centro-periferia, enquanto uma proposta de análise do capitalismo como um sistema mundial, deslocando a unidade básica de análise social do Estado-Nação para o sistema-mundo moderno (RESTREPO e ROJAS, 2010). Para Martins (2015, p.107) a constituição do aparato institucional multilateral, tem servido para manter o sistema-mundo funcional, pois o capital nunca se deixou aprisionar dentro das fronteiras nacionais, desde o século XVI, mantendo a TSM válida para compreender a "sociedade global hodierna".

Por fim, nutre-se também da Teoria da Libertação - TdL (filosofia e sociologia autônomas latino-americanas), desenvolvida nos anos de 1970 e tendo como referências um coletivo constituído por Leopoldo Zea, Salazar Bondy, Enrique Dussel, Arturo Andrés Roig, Rodolfo Kusch (MANCE, 2000), podendo acrescentar Orlando Fals Borda e o pedagogo brasileiro Paulo Freire e tantos outros. A TdL reconhece a diversidade dos sujeitos sociais da américa-latina (povos originários, afrodescendendentes, campesíndios, camponeses, os múltiplos favelados urbanos, entre outros) na categoria *oprimido* que também dialoga com a categoria *subalterno* da pós-colonialidade, ampliando o sentido convencional da *classe* operária.

No entanto, de acordo com Svampa (2016), a sociologia latino-americana, de modo geral, tem dificuldades de pensar a "cartografia social diversa" a partir da ideia de atores sociais plenos (associados ao "grau de classicidade"; ou seja, à possibilidade de ação autônoma ou

coletiva). Nesta perspectiva, Lander (2000) afirma que as ideias de civilização, desenvolvimento, modernização e, podemos acrescentar progresso, são diferentes conceitos que ainda vão configurando um paradigma de normalidade.

O *giro decolonial* proposto por estas teorias se materializa no *outro*, reconhecendo as alteridades em projetos-processos de libertação, no qual

> (...) se encuentra la apelación a una exterioridad de la modernidad: la diferencia colonial. La diferencia colonial constituye el lugar privilegiado epistémica y políticamente, no sólo para realizar un tipo de crítica que es imposible desde el interior de la modernidad, sino que también es desde la diferencia colonial que se articulan las intervenciones de desmantelamiento de la colonialidad (RESTREPO e ROJAS, 2010, p.57)

A *opção decolonial* em sua dimensão epistêmica, teórica e política se constitui em um instrumento inovador para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALESTRIN, 2013).

Nesta perspectiva, algumas áreas de conhecimento historicamente vem dialogando com esta análise teórico/política, como a filosofia, a antropologia, a sociologia, a comunicação e as artes, enquanto que as outras áreas, consideradas mais "duras" e tradicionalmente relacionadas a organização da produção - no qual a cooperação se percebe majoritariamente - como área contábil, administrativa, econômica e de acesso à justiça entre outras, onde as reflexões críticas na perspectiva decolonial ainda são inicias, com o envolvimento de poucos autores/as, instituições e poucos trabalhos desenvolvido, particularmente no Brasil.

Na área da contabilidade o uso de novas abordagens teóricas e metodológicas nos estudos vem buscando desmistificar conceitos e práticas solidificados por pressupostos imperialistas e encobertos, buscando reconstruir aquilo que foi silenciado e reprimido, ao levar em consideração o ponto de vista do colonizado em pesquisas

analíticas, bem como em pesquisas mais pragmáticas, manifestar a desvinculação do colonizador a partir da "Epistemologia Decolonial" (SAUBERBRONN, AYRES E LOURENÇO, 2017, p.142).

Na área da administração os primeiros estudos aparecem nos anos 2000 e estão concentrados no campo da gestão organizacional, fazendo uso predominantemente da abordagem pós-colonial e da subalternidade, particularmente em conexão com o *critical management studies* (CMS), limitados à apropriação de autores anglófonos, que ainda desenvolvem suas análises a partir de um contexto sociocultural distinto da realidade latino-americana (ROSA e ALCADIPALDI, 2013).

Davel e Alcadipani (2003), Alcadipani e Caldas (2012) denominaram de "americanização" a influência norte-americana na teoria e na prática administrativa na América Latina, classificando como uma nova forma de colonialismo, que visa produzir, de forma idealizada, um modelo universal de administração capaz de ser utilizado por qualquer tipo de organização, em qualquer lugar do mundo, independentemente da sua dinâmica sociocultural. Faria e Wanderley (2013) identificam a marginalização das organizações familiares por meio de um conjunto de contraposições como: administração científica versus primitiva; gestão estratégica versus medíocre; Estados Unidos versus União Soviética; Capitalismo versus Socialismo, que caracterizam de "fundamentalismo epistêmico", em quanto Rosa e Alcadipaldi (2013), denominam de "colonialidade epistêmica".

Na área da cooperação, cooperativismo e economia solidária constata-se poucos estudos com a abordagem decolonial, que majoritariamente se ancoram em um *determinismo negativo*. Desta forma, considera-se necessário *novos marcos institucionais*, inclusive jurídicos, que levem em conta a realidade brasileira e outras formas de produzir e viver pautadas na história, na ancestralidade, na tradição e numa outra temporalidade.

Nesta perspectiva Pita (2016) sustenta que a formalidade e o processo de imposição da formalização das organizações de cooperação constituídas e existentes nas outras economias (economia popular, economia solidária, economias tradicionais, economia feministas, economia social, etc.), podem ser compreendidas como relações de poder impostas pela modernidade e, portanto, consideradas no marco da lógica colonial. Por outro lado, Carvalho *et al* (2018), assim como Fernandes e Diniz (2018) identificam o cooperativismo, a economia solidária e a economia popular como instrumento de giro decolonial ao romper com o saber, o ser e o poder eurocêntrico, reconhecendo o conhecimento dos povos tradicionais, como fator de produção importante, que extrapola a visão capitalista hegemônica, embora reconheçam a necessidade de mais estudos e reflexões.

Estamos certos que a análise de experiências de cooperação e solidariedade a partir do território exigem outras metodologias e outras epistemologias e, necessariamente, precisamos fazer um esforço para compreende-las a partir dos diferentes contextos. Portanto, entendemos a necessidade de ampliação dos estudos e aprofundamento nas reflexões a respeito do encontro das temáticas aqui tratadas, pois a abordagem decolonial pode ser um potente instrumento para o cooperativismo e para economia solidária compreenderem, por um lado, as referências moderna, eurocêntrica e colonial que por ventura venham reproduzir, bem como sua gênese transformadora e libertadora dos *sujeitos outros*, historicamente invisibilizados, oprimidos e explorados pelas lógicas de produção de desigualdade social (classe, raça e gênero), a fim de fortalecer outras formas de produzir e viver, outras economias como estratégia contra hegemônica e decolonial.

REFERÊNCIAS:

ALCADIPANI, R, & CALDAS, M. (2012). **Americanizing Brazilian management**. Critical Perspectives on International Business, 8(1), 37-55.

BALESTRIN, Luciana**. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política,** nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARÓN, D. F. (2012). Pensamiento económico em América Latina (1950-2010). Antecedentes y perspectivas. Artículo de Reflexión. Apuntes del Cenes, 31(54), 37–72. <https://doi.org/10.19053/01203053.v31.n54.2012.14>

CARVALHO T. M. *et al*. **A Economia Solidária como um Instrumento de giro Decolonial do saber Econômico Capitalista**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.12 N.3 2018. ISSN: 1984-1639. Doi: 10.21057/10.21057/repamv12n3.2018.27939

CORTÉS, Alexis. **La dependencia ayer y hoy: una evaluación política**. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología. Vol.25 No.3 (julio- septiembre 2016): Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/122/12249678016.pdf>, acessado em maio de 2020.

FARIA Alexandre e WANDERLEY, Sergio. Fundamentalismo da gestão encontra a descolonialidade: repensando estrategicamente organizações familiares. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, nº 1, artigo 5, Rio de Janeiro, Dez. 2013 p.569–587

FERNANDES, Bruno Siqueira; DINIZ, Sibelle Cornélio. Economia popular, des/colonialidade do poder e economia solidária: notas para um debate latino-americano. 2 5 4 **Revista Brasileira Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, v.20, n.2, p.254-268, maio - ago., 2018.

GROSFOGUEL Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 80 | 2008, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/697>; DOI : 10.4000/rccs.697

MANCE, Euclides. Uma Introdução Conceitual às Filosofias de Libertação. Revista Libertação-Liberación / Nova Fase - Curitiba, IFiL, Ano 1, N.1, 2000, p.25-80. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/umaint.htm> e <http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/umaint.htm>

MARTINS, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V), pp. 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundouma-teoria-ainda-atual/>

MIGNOLO Walter, **Desafios decoloniais hoje**. Epistemologias do sul, Foz do Iguaçu/PR, 1 (1), pp. 12-32, 2017. Acessado em fevereiro de 2018 e disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645>

PITA, Flávia Almeida. **Formalização e economia popular solidária: o modelo de pessoa jurídica como sintoma da colonialidade do poder**. Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 3, n. 1, jan./abr. 2016.

RESTREPO, Eduardo e ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.** Popayán, Colombia, Universidad del Cauca, Instituto Pensar, Universidad Javeriana, 2010, 234 pp. - 1vol; 40pp; 30cms.- (Políticas de la Alteralidad).- ISBN 958-732-067-1.- Español. Disponível em: <https://biblioteca.hegoa.ehu.eus/registros/19870>

ROSA, Alexandre Reis e ALCADIPANI, Rafael. Universidade Presbiteriana Mackenzie. RAM, REV. ADM. MACKENZIE **A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo**, V. 14, N. 6, Edição Especial. SÃO PAULO, SP.NOV/DEZ. 2013, p. 185–215. ISSN 1518-6776 (impresso) • ISSN 1678-6971 (on-line)

SAUERBRONN, F.F.; AYRES, R.M.; LOURENÇO, R.L. **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais: uma proposta de agenda de pesquisa em contabilidade no Brasil**. Custos e @gronegócio on line - v. 13, n. 3, Jul/Set - 2017. ISSN 1808-2882. Disponível em: <www.custoseagronegocioonline.com.br>

SVAMPA, M. Presentación: La teoría social Latinomericana hoy. Cuestiones de sociología, [S. l.], n. 14, p. e 002, 2016. Disponível em: https://www.cuestionessociologia.fahce.unlp.edu.ar/article/view/CSn14a02. Acesso em: 4 mar. 2022.

DECRESCIMENTO E COOPERATIVISMO

MARJANA ELOÍSA HENZEL[1]
RICARDO CORRÊA[2]

Decrescimento é um termo proposto pelo ecologista político André Gorz em 1972 e depois lançado pelos ativistas ambientais em 2001 como um *slogan* provocativo para re-politizar o ambientalismo. É uma crítica ao crescimento, entendendo tal conceito *opositorum* como uma direção desejada na qual as sociedades usam menos recursos naturais e se organizam e vivem de maneira diferente de como vivem atualmente (DEMARIA *et al.*, 2013).

A tese principal do decrescimento tem por base a hipótese de que a economia neoclássica, que busca o aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB), não é sustentável pelo ecossistema global, sendo assim, uma ideia oposta ao pensamento econômico dominante (LATOUCHE, 2003). A questão principal, conforme o economista e filósofo francês Serge Latouche, é de que os recursos naturais são limitados e portanto, não existe crescimento infinito e também que a melhoria das condições de vida devem ser obtidas sem

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Técnica Administrativa em Educação (TAE), Instituto Federal Farroupilha (IFFAR). E-mail: marjana.henzel@iffarroupilha.edu.br

[2] Doutorando em Ciências Sociais (UFSM), Professor do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto. E-mail: ricardo.correa@iffarroupilha.edu.br

aumento do consumo, o que caracteriza-se como que uma mudança do paradigma dominante (LÉNA, 2018).

O decrescimento implica a redução de fluxo de energia e material por outro lado, o decrescimento é uma tentativa de desafiar a onipresença de relações na sociedade (comoditização) bem como, as raízes do imaginário social baseadas no crescimento, substituindo desta forma a ideia de uma abundância frugal (DEMARIA *et al*., 2013).

O termo aqui apresentado converge com a proposta do cooperativismo, que se ajusta as distintas dinâmicas de desenvolvimento, decrescimento e com o pós-desenvolvimento, gerando condições para uma abordagem equilibrada entre as dimensões humana, social, econômica e ambiental (BÜTTENBENDER *et al*, 2020). Ao mesmo passo que busca o viver de forma mais racional em relação ao meio ambiente, de maneira mais prudente e econômica no uso dos recursos consumíveis, evitando o desperdício, o esbanjamento e a extravagância, ou seja, uma vida mais compartilhada, com o cuidado de si e para com os outros, tal noção nos remete à base do bem viver e da felicidade.

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, P. L., Sparemberger, A., Zamberlan, L., Perdonsini, D., & Büttenbender, B. N. (2020). **Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional:** um olhar regional, do local para o global. Revista De Gestão E Organizações Cooperativas, 7(13). <https://doi.org/10.5902/2359043240082>

DEMARIA, Federico; SCHNEIDER, Francois; SEKULOVA, Filka; MARTINEZ-ALIER, Joan. ***What is Degrowth? From an Activist Slogan to a Social Movement.*** Environmental Values, 2013, vol. 22, issue 2, 191-215. Disponível em: <https://www.degrowth.org/wp-content/uploads/2014/08/What-is-degrowth.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

LATOUCHE, Serge. **As vantagens do decrescimento.** Acervo On line, 2003. Trad.: Regina Salgado Campos. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-vantagens-do-decrescimento/>. Acesso em 03 dez. 2020.

LÉNA, Philippe. **Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In:** Enfrentando os limites do crescimento. IRD Éditions, Éditions Garamond Universitāria, 2018. Disponível em: <https://books.openedition.org/irdeditions/19989>. Acesso em 10 dez. 2020.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO:

ESCOBAR, Arturo. ***Degrowth, postdevelopment, and transitions:* a preliminary conversation.** Sustain Sci (2015) 10:451–462. DOI 10.1007/s11625-015-0297-5. Special Feature: review article. Socially Sustainable Degrowth as a Social-Ecological Transformation. Disponível em: <https://sustainabilityscience.w.uib.no/files/2015/04/Degrowth-postdevelopment-and-transitions.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

DESEMPENHO COOPERATIVO

Vilmar Rodrigues Moreira [1]

Diferentemente das empresas de sociedades de capital que buscam a maximização de seu resultado financeiro, as cooperativas estão fundamentalmente voltadas para a satisfação das necessidades (financeiras ou não) de seus cooperados. O desafio da administração, sobretudo no planejamento e controle, é aumentado devido às características culturais e políticas inerentes à reunião de pessoas com interesses comuns e, frequentemente, ao mesmo tempo conflitantes (Moreira, 2009; Moreira, Freier e Veiga, 2016). Segundo Antonialli (2000), um dos grandes desafios das cooperativas é conseguir equilibrar os interesses econômico, social e político dos seus membros. O interesse econômico está relacionado ao crescimento da cooperativa e dos empreendimentos dos cooperados. O interesse social se refere aos serviços, benefícios e desenvolvimento da comunidade afetada pelas operações da cooperativa. O interesse político normalmente leva a disputas internas pelo poder e pela representatividade da cooperativa perante a comunidade. A incapacidade da cooperativa em equilibrar esses interesses pode levar à falta de competitividade e a situações gerenciais complexas. Por isso, a mensuração da eficiência e desempenho organizacional dessas entidades deve se dar em ambas as dimensões: econômico-financeira e econômico-social (Lerman &

[1] Formação: Doutorado em Administração pela EAESP/FGV (2009), Mestrado em Administração pela PUCPR (2003), Matemática pela UFPR (1999). Vínculo: Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. e-mail: vilmar.moreira@pucpr.br

Parliament, 1991; James & Sykuta, 2005; Soboh, Lansink, Giesen, & Dijk, 2009; Valentinov & Iliopoulos, 2013), pois o entendimento de que ambas são mutuamente excludentes pode inviabilizar sua existência a longo prazo (Bialoskorki Neto, 2012; Costa, Andreaus, Carini, & Carpita, 2012; Lauermann, Moreira, Souza, & Piccoli, 2018).

No contexto organizacional, o desempenho pode ser entendido como sendo a realização de uma atividade ou de um conjunto de atividades. Diversos autores destacam os variados conceitos, elementos e contextos relacionados a ideia de desempenho. Pereira (1993) entende o desempenho como as dimensões pelas quais podem ser visualizadas as diversas atividades empresariais. Lebas (1995) relaciona o desempenho a um contexto que envolve usuários e propósitos. Kiyan (2001) afirma que o desempenho encerra em si a ideia de algo que já foi realizado, executado ou exercido. Pereira (2001) analisa as dimensões do desempenho quanto a natureza (operacional, econômico, financeiro e social), amplitude (global, divisional, funcional), ocorrência (planejado, em realização, já realizado), tempo (curto, médio, longo) e qualidade (eficácia e eficiência).

Com relação ao desempenho econômico-financeiro em cooperativas, verifica-se que é um tema que está sendo cada vez mais estudado e desenvolvido em termos teóricos e práticos. No caso das cooperativas de produção, como as agroindustriais por exemplo, os indicadores tradicionais de análise financeira, desenvolvidos nas áreas de administração financeira e contabilidade gerencial, são diretamente aplicáveis mediante a consideração e adaptação de algumas particularidades, como as de estrutura de capital e do custo do capital próprio por exemplo. Uma descrição completa dos procedimentos de cálculo dos indicadores econômico-financeiros de liquidez, endividamento, tesouraria, ciclo financeiro, graus de alavancagem e resultado, com contextualização para aplicação em cooperativas de produção e demais referências, pode ser encontrado no trabalho de Lauermann, Souza, Moreira e Souza (2016). Nos demais ramos, as adaptações devem incluir as exigências dos órgãos

reguladores, como o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Para análise do desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito, por exemplo, o Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (WOCCU – *World Council of Credit Unions*) criou em 1990 um sistema de 39 indicadores denominado como PEARLS. Esse sistema é uma adaptação do modelo CAMELS, desenvolvido pelo *Federal Reserve* (Banco Central dos EUA) em 1979 para avaliar as condições financeiras dos bancos norte-americanos. O PEARLS é um acrônimo em inglês para os grupos de indicadores:

P – *Protection*: relacionada à proteção dos ativos;

E – *Effective financial structure*: refere-se à estrutura dos ativos;

A – *Assets quality*: referente à qualidade dos ativos;

R – *Rates of return and costs*: analisa os custos e as taxas de retorno;

L – *Liquidity*: relativo à liquidez;

S – *Signs of growth*: avalia o crescimento.

Embora esse sistema ainda não seja comumente aplicado na avaliação das cooperativas brasileiras, ele vem se tornando um modelo de referência para análise de desempenho e risco das cooperativas de crédito.

Assim, é possível verificar que para a análise de desempenho econômico-financeiro de cooperativas existem sistemas consolidados de indicadores adaptados a cooperativas. Esses sistemas são fundamentados em métodos tradicionais de análise da administração financeira clássica e da contabilidade gerencial.

Porém, diferentemente das organizações baseadas em sociedades de capital, as cooperativas têm na sua missão uma ênfase importante na preocupação com o desempenho econômico-social. Segundo Taylor (1971) a respeito da teoria da cooperação no contexto das cooperativas, a análise econômica deve considerar importantes

relações entre essas organizações, seus membros e o mercado. E uma das principais características das cooperativas não é o lucro individual, mas sim alcançar objetivos econômicos e sociais do grupo a que pertence. Assim, podemos definir o desempenho cooperativo como sendo o desempenho geral da cooperativa nas dimensões econômico-financeira (mercado) e socioeconômica (cooperados). Esse desempenho depende do estabelecimento do equilíbrio entre os interesses dos associados e da própria cooperativa, considerando diversas relações de interdependência entre as necessidades das cooperativas, os incentivos oferecidos para a cooperação e o comportamento dos cooperados em relação à cooperativa e sua gestão.

Na definição e análise do desempenho cooperativo é fundamental considerar as cooperativas como sociedades de pessoas e também como sociedades empresariais. Nessa dupla natureza verifica-se os dois objetivos de geração de riqueza e de criação de valor para os membros (Van Dijk & Klep, 2005; Costa, Andreaus, Carini, & Carpita, 2012). Mas embora esse duplo objetivo seja evidente na empresa cooperativa, a literatura tem focado mais nos indicadores econômico-financeiros tradicionais como medida de desempenho para esse tipo de organização (Soboh, Lansink, Giesen & Dijk, 2009; Soboh, Lansink, & Dijk, 2012).

Apesar de ainda não haver um modelo que seja consenso para análise do desempenho cooperativo nas duas dimensões, alguns autores têm se dedicado a fomentar a discussão sobre como conceituar e avaliar o desempenho social das cooperativas. As abordagens podem ser identificadas na análise do relacionamento com os cooperados, incluindo uma abordagem de análise societária, e a análise de impacto regional, considerando qual é a importância das cooperativas nas comunidades em que estão inseridas. Mas em qualquer abordagem considerada, verifica-se que a definição de um sistema de indicadores e métricas ainda é incipiente, o que dificulta a mensuração do desempenho cooperativo geral devido a dificuldade de mensuração do desempenho na dimensão social.

Bialoskorski Neto (2002) afirma que o desempenho social em cooperativas agropecuárias pode ser medido por *proxies* econômico-financeiras, como nível de renda dos associados, igualdade na posse de terra, capacitação e assistência técnica, entre outros. Além disso, o autor também corrobora a constatação de que o desempenho econômico-financeiro é condição necessária para o desempenho social. Ling e Liebrand (1998) propuseram o índice de valor extra (*extra value index*), que é o resultado da diferença entre a margem operacional e o retorno sobre o patrimônio líquido. Em seus estudos, os autores constataram que as cooperativas e as empresas de sociedade de capital apresentaram desempenho equivalente ao considerar o índice de valor extra como *proxy* para criação de valor a cooperados (no caso das cooperativas) e para criação de riqueza a acionistas (empresas de sociedade de capital). Silva (2005) defende que um sistema de indicadores socioeconômicos para cooperativas deve levar em consideração o comportamento da cooperativa quanto aos seus princípios doutrinários, a competitividade em um ambiente de mercado e o grau de desenvolvimento dos seus associados e da comunidade em que está inserida.

Resumindo, as organizações cooperativas enfrentam o desafio de promover o bem-estar e crescimento econômico de seus membros mantendo ao mesmo tempo sua sustentabilidade financeira. O atendimento a essa dupla finalidade (social e financeira), mostra-se como um tema relevante nos estudos dessas organizações, em grande parte pela dificuldade na adoção de indicadores que permitam medir sua finalidade social.

É possível verificar que a tradução do desempenho das relações/benefícios econômicos e sociais do cooperado com a cooperativa, que em última análise é o objetivo das cooperativas enquanto sociedade de pessoais, não é uma tarefa trivial. Como desafio para pesquisas futuras podemos ressaltar a dificuldade em conceituar desempenho cooperativo, sobretudo no que tange à sua dimensão

social, e a definição de indicadores de avaliação das relações dos associados com a cooperativa.

REFERÊNCIAS

Antonialli, L. M. (2000). **Modelo de gestão e estratégias:** o caso de duas cooperativas de leite e café de Minas Gerais. Tese de doutoramento não publicada, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Bialoskorski Neto, S. (2002). **Estratégias e cooperativas agropecuárias**: um ensaio analítico. In: M. J. Braga, & B. S. Reis (Org), *Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.

Bialoskorski Neto, S. (2012). **Economia e gestão de organizações cooperativas** (2. ed.). São Paulo: Atlas.

Costa, E., Andreaus, M., Carini, C., & Carpita, M. (2012). ***Exploring the efficiency of Italian social cooperatives by descriptive and principal component analysis.*** *Service Business*, *6*, 117-136.

James, H. S., & Sykuta, M. E. (2005). **Property right and organizational characteristics of producer-owned firms and organizational trust.** *Proceedings of Public and Cooperative Economics*, *76* (4), 545–580.

Kiyan, F. M. (2001). **Proposta para desenvolvimento de desempenho como suporte estratégico.** Dissertação de mestrado não-publicada, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil.

Lauermann, G. J., Souza. A. K., Moreira, V. R., & Souza, A. (2016). **Desempenho econômico-financeiro de cooperativas:** o caso do programa de monitoramento da autogestão das cooperativas agropecuárias do Paraná. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, *3* (6), 59-72.

Lauermann, G. J., Moreira, V. R., Souza, A., & Piccoli, P. G. R. (2018). ***Do cooperatives with better economic-financial indicators also have better socioeconomic performance?*** *Voluntas, 2018*.

Lebas, M. J. (1995). ***Performance measurement and performance.*** *International Journal of Production Economics, 41*, 23-45.

Lerman Z., & Parliament C. (1991). ***Size and industry effects in the performance of agricultural cooperatives.*** *Eur Rev Agric Econ,* 6(1), 15–29.

Ling, K. C., & Liebrand, C. (1998). ***A new approach to measuring dairy cooperatives performance.*** *USDA Research Report 166*.

Moreira, V. R. (2009). **Gestão dos riscos do agronegócio no contexto cooperativista.** Tese de doutoramento não-publicada, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil.

Moreira, V. R., Freier, A., & Veiga, C. P. (2016). ***A review of concepts, strategies and techniques management of market risks in agriculture and cooperatives.*** *International Business Management, 10*(6), 739-750.

Pereira, C. A. (1993). **Estudo de um modelo conceitual de desempenho para gestão econômica.** Dissertação de mestrado não-publicada. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Pereira, C. A. (2001). **Avaliação de resultados e desempenhos.** In: A. Catelli, A. (Coord.). *Controladoria: uma abordagem da gestão econômica*. São Paulo: Atlas.

Silva, E. S. (2005). **A eficiência econômica e social em cooperativas do setor pecuário em Pernambuco.** *Custos e Agronegócio*, 1(2).

Soboh, R. A. M. E., Lansink, A. O., Giesen, G., & Dijk, G. (2009). ***Performance measurement of the agricultural marketing cooperatives:*** the gap between theory and practice. *Review of agricultural economics*, 31(3).

Soboh, R. A. M. E., Lansink, A.O., & Dijk, G. (2012). ***Efficiency of Cooperatives and Investor Owned Firms Revisited. Journal of Agricultural Economics***, 63(1), 142–157.

Taylor, R. A. (1971). ***The Credit Union as a cooperative institution***. *Review of Social Economy, 29*, 207–217.

Valentinov, V., & Iliopoulos, C. (2013). ***Economic theories of nonprofits and agricultural cooperatives compared:*** new perspectives for nonprofit scholars. *Nonprofit and voluntary sector quarterly,* 21(1), 109-126.

Van Dijk, G., & Klep, L. (2005). ***Als 'de markt' faalt (Inleiding tot coöperatie).*** Den Haag, Sdu Uitgevers.

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

Pedro Luís Büttenbender[1]
Bruno Nonnemacher Büttenbender[2]

A abordagem do termo composto 'desenvolvimento cooperativo' aduz a uma fundamentação específica de cada termo para sustentar uma definição delimitada deste verbete. A definição do termo desenvolvimento possui vários significados, referenciado em distintas vertentes teóricas, multidisciplinar, multifacetado. Pode ser entendido como um processo de evolução, de mudança de um objeto, pessoa ou situação específica em determinadas condições, não se restringindo ao termo apenas de crescimento. O desenvolvimento possui uma conotação positiva, relacionado a pessoas, situações ou fenômenos de várias tipologias.

O desenvolvimento é também definido como sendo a ação ou efeito de desenvolver (algo) ou de se desenvolver. Relacionado a explorar o significado do verbo "desenvolver": trata-se de acrescentar ou de melhorar/aperfeiçoar algo podendo ser de ordem física, intelectual, moral, econômica, política e social. Desenvolvimento é definido como o processo de expansão das liberdades coletivas da humanidade, alcançado com base no emprego de mecanismos

[1] Doutor em Administração, Mestre em Gestão Empresarial, Administrador e Tecnólogo em Cooperativismo. Professor Pesquisador na UNIJUÍ. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br e plbutten@gmail.com

[2] Doutor em Ambiente e Desenvolvimento (Univates), Administrador. E-mail: brunonbuttenbender@gmail.com

socioeconômicos e institucionais, que tem como consequência direta, a melhoria das condições de vida e a redução dos índices de miséria das comunidades (SEN, 2000).

Tal como o primeiro termo, a definição do termo 'cooperativo' também é múltipla e diferenciada. Pode ser entendido a partir do verbo cooperar, aquele que coopera, ajuda ou auxilia. Nesta orientação encontra-se a definição do termo próprio de "Ato Cooperativo", que é a realização do objeto social da cooperativa e é a relação jurídica das operações que realizam as cooperativas e sua cooperativa e entre cooperativas (TESCHE, 2000).

O ato de cooperar gera a cooperação. Reconhecido como o ato de agir com outros, em função de um objetivo comum e pelo sinônimo da colaboração. A cooperação é entendida como uma relação de auxílio mútuo entre indivíduos e/ou entidades, visando atingir metas em comum, pelo uso de práticas mais ou menos em conformidade. Como definido por Büttenbender (2010), a cooperação define-se pela capacidade de planejar, gerir e executar estratégias e ações em conjunto, ou no mínimo alinhadas umas com as outras, sejam pessoas ou organizações.

Por intermédio da solidariedade e ajuda mútua, ele valoriza as relações humanas, aumenta a confiança e a credibilidade, produz novas aprendizagens e identidades, defende interesses em comum, fortalece marcas, gera ganhos de escala, possibilita acesso a mercados inatingíveis individualmente, amplia a competitividade e tonifica os arranjos institucionais. A cooperação produz benefícios não apenas para os seus membros, mas a toda a sociedade direta ou indiretamente envolvida.

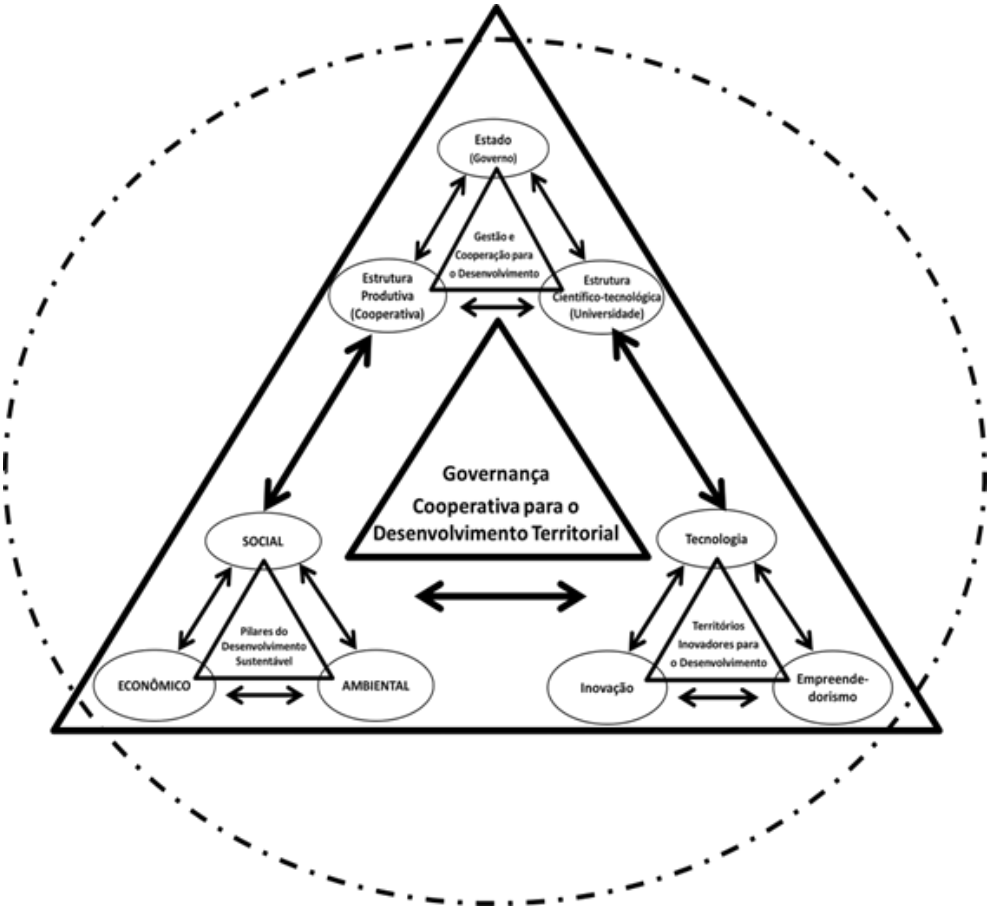
Deste modo, o desenvolvimento cooperativo é definido como o processo através do qual se promove o desenvolvimento de forma colaborativa e em cooperação entre o conjunto de instituições, lideranças e cidadãos. De acordo com Büttenbender (2008, 2011 e 2017), ele é o que promove o conjunto de processos e viabiliza a produção dos seguintes resultados: 1) maximizar as taxas de

crescimento da renda total e per capita; 2) melhorar a distribuição da renda social e regional; 3) elevar a qualidade de vida da população de modo geral em termos de educação, saúde, habitação, alimentação e segurança; 4) aumentar a capacidade "social" e "tecnológica" de inserção coopetitiva no contexto local e global; 5) aumentar investimentos em estruturas de ciência e tecnologia focadas nas vocações regionais e fortalecimento das estruturas universitárias; 6) desenvolver programas de fomento, capacitação e integração, por meio de redes de cooperação, de micro e pequenas empresas (clusters); 7) instituir programas de geração e difusão de tecnologias, envolvendo Estado, universidade, empresas e comunidade (gestão coletiva – gestão societária); 8) identificar as potencialidades locais/regionais e executar programas estratégicos de desenvolvimento, preservando as características histórico/socioculturais, em que a inovação se incorpore como elemento cultural básico e 9) fortalecer e ampliar as tecnologias de informação e conhecimento (TICs) e formação técnica e profissional, orientada para a inovação.

Com a finalidade de promover um ambiente de desenvolvimento cooperativo, através da constituição de um ambiente de interação e cooperação, de governança inovadora na dimensão regional ou territorial, requer-se a combinação e cooperação de um conjunto de variáveis, conforme o constructo "triple-tri" originalmente proposto por Büttenbender (2014, p.175), e com avanços de abordagem ampla e multidisciplinar, voltado ao cooperativismo, Büttenbender et al (2020 e 2022) conceberam um constructo que incorpora e reconhece os fundamentos do cooperativismo, apresentando a governança inovadora e cooperativa para o desenvolvimento territorial. Esta abordagem com uma amplitude, diversidade e complexidade das relações e instituições envolvidas e reconhecidas no ambiente do cooperativismo. O constructo "triple-tri" de governança cooperativa para o desenvolvimento territorial, reconhecido com sistêmico, aberto,

complexo e dinâmico e expresso pelo contorno circular descontínuo, conforme exposto a seguir.

Figura 1 - Constructo de Governança Cooperativa para o Desenvolvimento Territorial.



Fonte: Büttenbender et al (2020), pág. 1689.

A simplicidade sugere uma superficialidade no apoio ao processo de desenvolvimento e sustentabilidade contínua ao longo do tempo. No constructo apresentado combina as múltiplas dimensões

do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares.

A primeira, quando aporta as contribuições de Etzkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e da Universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e Extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados).

A terceira abordagem com as definições de por Elkington (2008) e Días (2009) aportando as dimensões econômica, social e ambiental. Estas variáveis também são impactadas pelas relações políticas e territoriais. Büttenbender (2022) corrobora e aprofunda as abordagens que relacionam o cooperativismo e o desenvolvimento, uma vez que explora as relações do modelo cooperativo com a construção das condições para a sustentabilidade, por meio das concepções de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, Bruno Nonnemacher. **O modelo cooperativo na construção das condições para a sustentabilidade.** Tese de Doutorado. Orientadora: Dra. Júlia Elisabete Barden. Programa de Pós-graduação em ambiente e desenvolvimento. Univates, Lajeado/RS, 2022.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís (Org.). **Arranjos institucionais, Cooperação e Desenvolvimento.** Redes econômicas, tecnológicas e sociais, sementes do desenvolvimento e agregação de valor. Ijuí/RS: Unijuí, 2010.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís (Org.). **Gestão de Cooperativas**. Fundamentos, Estudos e Práticas. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2011.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Doutrina e Educação Cooperativa.** Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2008.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Desenvolvimento Corporativo** In: Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre/RS: Ed. Conceito, 2017, p. 103-105.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. ***Prácticas innovadoras de gestión del desarrollo de región de frontera:*** el caso de la Región del Noroeste del Estado do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em administração. Orientador. Dr. Jorge Oneide Sausen Facultad de Ciências Económicas, Universidad Nacional de Misiones, Posadas/MI/Argentina. 2014.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SAUSEN, Jorge Oneide; BÜTTENBENDER, Bruno Nonnemacher; SPAREMBERGER, Ariosto. ***Alianzas estratégicas y prácticas cooperativas que promueven la inclusión y el desarrollo territorial***: Propuesta de un constructo de gobernanza cooperativa y territorial. Revista Redes / Unisc, v. 25, p. 1676-1697, 2020.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; BÜTTENBENDER, Bruno Nonnemacher; THESING, Nelson José; SPAREMBERGER, Ariosto; SAUSEN, Jorge Oneide. **Práticas cooperativas que promovam a inclusão e o desenvolvimento: proposta de um constructo de governança cooperativa para o desenvolvimento territorial.** In: Pensando o desenvolvimento do Noroeste do RS. Cruz Alta/RS: Ilustração, 2022, p. 141-166.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental:** responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, Atlas, 2009.

ELKINGTON, John, ***Cannibals With Forks:*** The Triple Bottom Line of 21st Century Business, Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice:** universidade-indústria-governo: inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

JULIEN, Pierre André. A. **Empreendedorismo Regional e economia do conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TESCHE, Walter. **Dicionário Básico do Cooperativismo**. Sescoop. São Paulo. 2000.

DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO

Pedro Luís Büttenbender[1]

Pensar o desenvolvimento "corporativo" em sua definição léxica refere-se ao que é estruturado ou alicerçado em corporações. Etimologicamente originária do latim '*corporativu*' e do francês 'corporatif'. Enquanto adjetivo, a palavra "corporativo" estabelece uma dimensão de limite, de proteção, de defesa, de identidade, de grupo interesses, de uma cooperativa e outros.

O vocábulo corporativo exibe um vínculo com a definição de corpo humano, que fisiológica, anatômica, sistêmica, física, mental e espiritualmente se conformam. O corpo se conforma com os sistemas e órgãos interdependentes e complementares que no seu conjunto constituem o todo. Este se identifica, interna e externamente, e se protege pelo seu sistema imunológico.

O termo corporativo define-se a partir do que pertence ou que é relativo a uma corporação. Este termo costuma referir-se a uma empresa de grandes dimensões, ou a uma organização composta por pessoas que a governam, ou por regiões e territórios que estabelecem vínculos e identidades em comum. Uma coletividade sujeita a uma mesma regra, estatuto ou que dirige assuntos de interesse público comum. Corporativo se define a partir de um conjunto de interesses comuns que circunscrevem um grupo de pessoas, um interesse público, uma associação de profissionais, uma representação sindical.

[1] Doutor em Administração, Mestre em Gestão Empresarial, Administrador e Tecnólogo em Cooperativismo. Professor Pesquisador na UNIJUÍ. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br e plbutten@gmail.com

A definição do termo 'corporativo' abrange a delimitação de identidade em comum, conformação de interesses comuns, de grupos de interesse. Pode ser definido a partir de um conjunto de atributos que torna a organização, empresa, cooperativa, região ou território. Os estudos mais abundantes e popularizados exploram a dimensão corporativa a partir do vínculo a organizações, a gestão corporativa[2], a governança corporativa, como os expressos por Lodi (2000), Steinberg (2003), Silveira (2005), Silva (2006) e Oliveira (2015). E, relacionada a cooperativas, segundo IBGC (2015) a governança corporativa em cooperativas é o sistema pelo qual as cooperativas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários/cooperados, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle (Conselho fiscal, auditorias e outros).

A referência exteriorizada é consubstanciada pela noção de imagem corporativa, relacionada com a representação ou figura de uma grande entidade, um conjunto de entidades e instituições e/ou ainda, um sistema social, histórico-cultural e etnográfico delimitado. As delimitações da imagem corporativa podem ser explícitas ou, principalmente, demonstrações tácitas. As demonstrações explícitas e materiais podem ser expressas através de marcas, símbolos, emblemas, estigmas, costumes, hábitos, práticas, padrões entre outros. As demonstrações tácitas, implícitas ou até secretas, podem estar vinculadas a abstrações simbólicas, representações, sensações, crenças, dogmas, emoções, valores, princípios e outros.

Portanto, a conceituação de corporativo é construída a partir do conjunto de elementos que a constituem e a identificam e pelo qual são reconhecidos os sujeitos e interesses que a compõem. Complementarmente identificados pelo conjunto de referenciais

---

[2] A governança corporativa, que tem a sua origem superar o "conflito de agência", é objeto inclusive de uma iniciativa corporativa, com a criação e manutenção do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2015 (http://www.ibgc.org.br/) que visa ser uma referência nas práticas de governança corporativa no Brasil, apresentando inclusive o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

através dos quais os entes integrantes e protegidos pela corporação são conhecidos e reconhecidos pelo seu entorno e a sociedade.

Nesse sentido, **o desenvolvimento corporativo pode ser definido** como o conjunto de iniciativas que visam promover a evolução, o crescimento e o desenvolvimento circunscrito a valorização e proteção dos elementos de identidade de um grupo de pessoas ou grupos de interesse, e que podem estar assentados em um território, uma organização, uma empresa, uma instituição, um sistema e/ou uma região. Esta se constitui uma definição evoluída e relacionada com o cooperativismo, em relação das definições de Büttenbender (2017).

No âmbito do desenvolvimento regional, que possui forte interface com a presença de cooperativas, o desenvolvimento corporativo é demonstrado através de conselhos regionais de desenvolvimento[3], associações de municípios, cooperativas, consórcios públicos, agências de desenvolvimento, sindicatos de classe, associações comerciais e industriais, e outros grêmios representativos.

Com a finalidade de promover um ambiente de desenvolvimento territorial, referenciando o desenvolvimento corporativo, recomenda-se buscar os aportes produzidos por Büttenbender e Sausen (2020) no que se refere a práticas inovadoras de governança, e de Büttenbender et al (2020) quando se refere a governança cooperativa para o desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Desenvolvimento Corporativo In: **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Porto Alegre/RS: Ed. Conceito, 2017, p. 103-105.

[3] Podem ser citados como exemplo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Rio Grande do Sul e as Secretarias Regionais de Desenvolvimento em Santa Catarina (Dallabrida, 2011).

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SAUSEN, Jorge Oneide. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development. RBGDR – **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.16, n.2, 2020. p. 446-458

BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SAUSEN, Jorge Oneide; BÜTTENBENDER, Bruno Nonnemacher; SPAREMBERGER, Ariosto. **Alianzas estratégicas y prácticas cooperativas que promueven la inclusión y el desarrollo territorial:** Propuesta de un constructo de gobernanza cooperativa y territorial. Revista Redes / Unisc, v. 25, p. 1676-1697, 2020.

IBGC. Código das melhores práticas de governança corporativa. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 5ª ed. São Paulo. 2015. Disponível em <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>. Acessado em 12.05.2021.

LODI, João Bosco. **Governança Corporativa**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na Prática**: Integrando Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria. São Paulo. Editora Atlas. 2015.

SILVA, André Luiz Carvalhal. **Governança Corporativa e Sucesso Empresarial:** melhores práticas para aumentar o valor da firma. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa**: desempenho e valor da empresa no Brasil. São Paulo: Saint Paul, 2005.

STEINBERG, Herbert. **A dimensão humana da Governança Corporativa**: pessoas criam as melhores e piores práticas. 2ª ed. São Paulo. Gente, 2003.al

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COOPERATIVISMO

Cinara Neumann Alves51F[1]

Este verbete busca refletir a conexão entre o alinhamento das cooperativas ao cooperativismo e a promoção do desenvolvimento regional. O conceito de desenvolvimento é complexo dado que são diversos paradigmas filosóficos que orientam as noções de desenvolvimento expressas na literatura. De forma que é necessário explicar ao leitor qual paradigma aqui apresenta-se. O desenvolvimento regional constitui-se como um instrumento teórico-metodológico de análise dos processos de desenvolvimento das regiões52F[2]. Daí também o seu caráter interdisciplinar, com fortes bases econômicas e geográficas, além de contribuições da sociologia, da administração, da história, das engenharias, entre outras.

O desenvolvimento regional é uma forma de pensar o desenvolvimento que leva à região o protagonismo do próprio desenvolvimento. Ou seja, pensar com as pessoas da região as suas potencialidades, os seus objetivos, suas construções, seus investimentos, indo na contramão de políticas e projetos que são impostos à sociedade. Sustentando essa proposta encontram-se

[1] Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. E-mail: cinaranalves@gmail.com

[2] Ver verbetes relacionados em "Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos".

autores como Silveira (2020); Deponti; Felippi (2020); Theis (2019); Froehlich; Sopeña (2018); Sen (2010); Etges (2017: 2022); Etges; Degrandi (2013). Além dos autores mencionados há outros pesquisadores encontrados em obras publicadas com o intuito de trazer novos olhares ao desenvolvimento regional, promovidas pelos programas de pós-graduação e por intuições como CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada), por exemplo. Em que pesem análises e disciplinas distintas, dotadas de diversidade de métodos e ideias, é uníssono a concepção do desenvolvimento para além das questões econômicas, seja ele sobre a égide regional, sustentável, territorial etc.

O desenvolvimento "[...] se dá a partir de uma mudança da capacidade individual, decorrente de um mecanismo de aferição e adaptação, ou seja, uma transformação de habilidades individuais pré-existentes e uma adaptação de habilidade às necessidades postas". (BORBA; SIEDENBERG, 2010, P. 344). Na busca por novas percepções sobre o desenvolvimento regional, encontra-se em Hansen (2021) uma análise do desenvolvimento regional a partir do aporte teórico da "*foundational economy*", ou economia fundamental em tradução livre. Em síntese a economia fundamental defende uma outra forma de fazer economia, voltando os esforços produtivos às reais necessidades da região e não aos interesses do capital. O autor defende que as políticas de desenvolvimento regional orientadas a partir da "*foundational economy*" elevaria a qualidade de vida da população, se configuraria como mais sustentável, promoveriam nos territórios mais inovação e promoveriam um desenvolvimento mais abrangente em diversas regiões.

Também nesse sentido, Grillitsch (2018) lança a provocação sobre o papel do empreendedorismo e da inovação para a promoção do desenvolvimento regional por meio da capacidade de agência do indivíduo nos territórios. Refere-se a capacidade do empreendedor inovador de transformação dos lugares e mobilizações de recursos necessários ao desenvolvimento de novos caminhos. Trata-se de, na

visão do autor, pensar as estruturas de promoção do empreendedorismo inovador, este "identificado como uma forma de agência que conecta e muda as estruturas sociais". (GRILLITSCH, 2018, p. 7 – tradução nossa).

Percebe-se, a exemplo das duas últimas publicações apresentadas, caminhos para o desenvolvimento regional que colocam os territórios no eixo central da ação, seja no planejamento das políticas e estruturas, seja na ação individual e coletiva dos agentes. Nesse sentido, o cooperativismo, sistema econômico e social que possui na cooperação a base para suas atividades econômicas (SCHNEIDER, 2019) constitui-se como uma teoria aliada do desenvolvimento regional.

Aporta-se aqui a síntese do cooperativismo em seus valores e princípios. Valores são um conjunto de crenças estimadas no comportamento coletivo. "Apresentam um caráter direcional na seleção da ação e envolvem certos componentes afetivos e por isso exercem uma grande força de atração e de motivação sobre as pessoas, que se empenham pelo seu seguimento e a sua defesa. (SCHNEIDER, 2003, p. 70). Valores orientam as ações sociais e econômicas dos indivíduos.

O cooperativismo defende valores como autoajuda; responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade, solidariedade (ACI, 2015). Esses valores devem ser refletidos pelas organizações cooperativas que estão alinhadas ao paradigma do cooperativismo, na medida em que seus cooperados partilham destes valores. No que se refere a organização, os valores atuam como pilares fundamentais para a realização dos princípios cooperativos. Os princípios cooperativos são orientadores para a gestão das cooperativas, ou seja, são diretrizes para as cooperativas colocarem em prática seus valores53F[3] (ACI, 2015).

Esse conjunto de princípios objetivam fazer as cooperativas cumprirem com a sua finalidade no território em que atuam. Uma

[3] Ver verbete "Cooperativismo".

cooperativa é "[...] una asociación autónoma de personas que se agrupan voluntariamente para satisfacer sus necesidades y aspiraciones comunes de carácter económico, social y cultural mediante una empresa de propiedad conjunta y gestionada democráticamente". (ACI, 2015, p.ii). Ou seja, é uma organização feita pelas pessoas de uma região, para as pessoas dessa região. É uma sociedade de pessoas e não de capital. O capital é instrumento para a realização do objetivo fim da sociedade, qual seja a necessidade que esta busca satisfazer, sendo ela de gerar economia ao seu cooperado, seja ela de gerar trabalho ao seu cooperado.

A intersecção entre a concepção aqui apresentada de desenvolvimento regional e o cooperativismo concentra-se no paradigma que orienta as ações dos agentes na região. Uma cooperativa atuante e consciente da sua finalidade, encontra no desenvolvimento regional um pilar sólido para sua atuação e para a defesa do modelo cooperativo, que buscará transformar sua realidade visando um protagonismo que desenvolve a organização e a região, tornando esta protagonista e desenvolvida.

Uma região que busca o desenvolvimento regional a partir do protagonismo do seu território tem no cooperativismo um importante aliado para a promoção do desenvolvimento a partir de políticas e projetos de atuação que fomentem o cooperativismo, não apenas a criação de cooperativas, mas que disseminem os valores e princípios cooperativismo, as informações pertinentes ao conceito de cooperação e cooperativa, incentivem a ação dos agentes para o desenvolvimento coletivo54F[4].

[4] Sugere-se, para melhor compreensão do tema, a leitura do verbete "Cooperativismo e o Desenvolvimento Regional" em "Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos" – 2ª edição.

REFERÊNCIAS

ACI. Alianza Cooperativa Internacional. **Notas de orientación para los principios cooperativos**. International Cooperative Aliance. Genebra, p. 109. 2015.

BORBA, M. F. D.; SIEDENBERG, D. R. **Organizações que aprendem: potencializando e compartilhando o desenvolvimento**. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. Cap. XIII, p. 341-364.

DEPONTI, C. M.; FELIPPI, C. T. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional.** 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020. p. 36-63.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. **Desenvolvimento regional:** a diversidade regional como potencialidade. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 085-094, mar. 2013. ISSN 2317-5443. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>. Acesso em: 01 mar. 2022. doi: http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n1p085-094.

ETGES, V. E. **Desenvolvimento regional sustentável**: o território como paradigma. Redes (St. Cruz do Sul Online), v. 10, n. 3, p. 47-55, 12 set. 2017.

ETGES, V. E. DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A REGIÃO IMPORTA?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** [S. l.], v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i1.6450. Disponível em:

<https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/6450>.Acesso em: 1 mar. 2022.

FROEHLICH, J. M.; SOPEÑA, M. B. **Sobre a noção de desenvolvimento baseada na felicidade**: considerações críticas. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 272-299.

GRILLITSCH, M. **Following or breaking regional development paths: on the role and capability of the innovative entrepreneu**r, Regional Studies, DOI: 10.1080/00343404.2018.1463436, 2018.

HANSEN, T. **The foundational economy and regional development.** Regional Studies. DOI: 10.1080/00343404.2021.1939860. 2021

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Identidade Cooperativa**: sua história e doutrina. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, D. R. **Desenvolvimento:** ambigüidades de um conceito difuso. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 9–26, 2011. DOI: 10.21527/2237-6453.2004.3.9-26. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SILVEIRA, R. L. L. D. **Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional:** uma

contribuição ao debate. In: SILVEIRA, R. L. L. D; DEPONTI, C. M.; FELIPPI, A. C. T. Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

THEIS, I. M. **O que é desenvolvimento regional?** Uma aproximação a partir da realidade brasileira? REDES, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro-dezembro 2019.

DIREITO COOPERATIVO

Ronaldo Chaves Gaudio[1]

As cooperativas, ao exercerem atividade econômica, o fazem organizando e coordenando os fatores econômicos sob princípios e métodos próprios (BALAY, 1965). Como os fatores econômicos não se combinam espontaneamente, e sim através das instituições que fornecem as regras pelas quais eles são organizados (FIANI, 2011, p. 2-3), a historicidade evidenciará como a regularidade de uma iniciativa econômica motivada pela cooperação converte-se de instituição informal para uma instituição formal inicialmente plasmada nos atos constitutivos de organizações tipicamente cooperativas e, posteriormente, passando a ser recepcionada na instância legislativa.

Entretanto, a prática do cooperativismo constitui "[...] um fenômeno social com escassa profundidade histórica" (Namorado, 2000, p. 23-24) e, portanto, escapa à lógica do exercício de atividade empresarial dominante.

A partir de tais constatações, é fácil reconhecer a naturalidade de que a imensa maioria das instituições de Direito não constituam uma resposta normativa às particularidades das relações jurídicas e de direitos patrimoniais nas cooperativas.

---

[1]Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento. Coordenador da Pós-graduação em Direito Cooperativo da PUC/Minas. Professor convidado de Direito Cooperativo da FGV – Fundação Getúlio Vargas. Diretor Executivo da AIDCMESS – Associação Ibero-americana de Direito Cooperativo, Mutual e da Economia Social e Solidária. Assessor jurídico do Sistema OCB-SESCOOP/RJ. Presidente da Comissão Especial de Direito Cooperativo da OAB/RJ. E-mail: ronaldo@gaudio.adv.br

Ao contrário, a maior parte das normas jurídicas do globo foram forjadas para recepcionar, proteger e dar previsibilidade a direitos congruentes com as premissas de relações baseadas no individualismo lucrativista ou no coletivismo comunista, de acordo com o sistema econômico adotado por cada país. Esse é um dos fatores que faz com que o direito cooperativo seja mais um dos elementos que mereça uma consideração especial por parte dos administradores das sociedades cooperativas, pois ele traz consequências bastante pragmáticas. Senão, veja-se que algumas delas:

- Boa parte dos problemas concretos a serem solucionados no âmbito das cooperativas não possuem uma resposta prevista em lei;

- Enquanto a legislação prevê inúmeros dispositivos aplicáveis a contratos e a outras obrigações congruentes com a atividade e os negócios capitalistas, a atividade das cooperativas deve ser realizada de forma congruente com uma espécie de obrigação com baixíssima densidade legislativa, qual seja um negócio jurídico denominado em lei como "ato cooperativo" (art. 79 da Lei Federal nº 5.764/1971);

- As lacunas legislativas do ato cooperativo deverão ser preenchidas autogestionariamente, mas nos limites legais da autonomia estatutária e contratual das cooperativas, harmonizando-se, no que couber, com o sistema jurídico vigente;

- Entretanto, tais tarefas de normatização congruente e de harmonização desafiam o modelo de racionalidade que preside o conhecimento, a intepretação e a aplicação das leis, estranho ao cooperativismo – o que constitui não apenas um desafio para que o gestor formule respostas autogestionárias adequadas,

mas também constitui um risco muito maior de atos de administração judicante, regulamentadora e fiscalizatória, ou da própria regulação de mercados, aplicarem soluções impróprias para as questões próprias das cooperativas;

- De tal sorte, administrar e colocar em marcha a atividade da cooperativa com previsibilidade e estabilidade sobre seu regime jurídico importa em um desafio a parte para gestor.

Salientada tal importância, mais ainda antes de definir o direito cooperativo, é importante consignar a constatação de que ele não deriva, portanto, de uma abstração teórica alheia à realidade. Ao contrário, ele deve revelar, através de suas instituições, a capacidade do Direito em recepcionar a originalidade do fenômeno social do cooperativismo a partir do processo histórico (CRACOGNA, 2002, p. 176)[2].

Ainda que a cooperativa não importe ainda no modelo de empresa preponderante, as "cooperativas são também, evidentemente, uma estrutura econômica a que corresponde uma forma jurídica específica" (NAMORADO, 2000, p. 14). Tal fator faz com que o regime jurídico das cooperativas, de sua atividade, da sua propriedade e das relações jurídicas a partir delas estabelecidas não consigam ser compreendidas e tuteladas em sua integralidade através de nenhuma das disciplinas (ramos) de Direito.

Como se sabe, as cooperativas se erigem não apenas a partir de fatos próprios[3], mas de valores e princípios próprios. Tais elementos corroboram com o reconhecimento de que o direito cooperativo reúna justificativas para sua pertinência, viabilidade e oportunidade para

---

[2] O autor demonstra tal dinâmica através da recepção legislativa de uma instituição nodular do Direito cooperativo – o ato cooperativo - como consequência natural da atividade cooperativista no plano obrigacional.

[3] Para nós, estes fatos são a própria cooperação econômica, a finalidade própria das cooperativas e a dupla qualidade (GAUDIO, 2016, p. 519-544).

reconhecimento como uma categoria dogmática a ser destacada, mas sua autonomia didática. Tal perspectiva é reconhecida de longa data e contemporaneamente por autores brasileiros e estrangeiros, tais como Waldírio Bulgarelli, Fabio Luz Filho, Antonio Salinas Puente, Nancy Andrighi, Renatro Lopes Becho, Dante Cracogna, Rui Namorado, Hans-H Münkner, Hagen Henry, Mario Schujman aos quais recomendamos a leitura[4]. O primeiro autor a lançar mão do termo direito cooperativo seria Otto von Gierke, segundo SCHAFFER (1999).

Diante das considerações expostas e dos contributos desses diferentes doutrinadores, pode ser o considerado que o direito cooperativo constitui a disciplina do Direito que, com autonomia didática e inter-relacionada com outros de seus ramos, tem por objeto o reconhecimento e desenvolvimento do regime jurídico societário e operacional congruente com o fato do exercício da atividade econômica cooperativista, seus princípios e valores, e suas projeções nos planos da propriedade e das relações obrigacionais entre cooperados e cooperativas e entre estes com terceiros.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHI, Fátima Nancy. A autonomia do direito cooperativo. *In*: KRUEGER, Guilherme (coord.). **Cooperativismo e o novo código civil.** 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

BALAY, Esteban. **Bases del ordenamento cooperativo de la econômica social.** Buenos Aires: [*s. n.*], 1965.

BECHO, Renato Lopes. **Elementos de direito cooperativo**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

BULGARELLI, Waldirio. **Elaboração do direito cooperativo**: um ensaio de autonomia. São Paulo: Atlas, 1967.

[4] Todos as obras respectivas constam das referências bibliográficas.

CRACOGNA, Dante. O acto cooperativo. *In*: OLIVEIRA, Celso Claro; NAMORADO, Rui. (coord.). **Pensamento cooperativo**: as relações entre cooperativas e cooperadores. Lisboa: INSCOOP: OCB, jun. 2002. p.175-189.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIERKE, Otto Friedrich von. **Community in historical perspective**: a translation of selections from Das deutsche genossenschaftrecht. Cambrige: Cambrige University Press, 1990.

HENRY, Hagen. **Guidelines for cooperative legislation**. 3e ed. rev. Geneva: International Labour Office, 2012.

MÜNKNER, Hans-H. **Co-operative principles and co-operative law.** 2nd. ed. Zürich: Lit, 2015.

NAMORADO, Rui. **Introdução ao direito cooperativo**: para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000.

SALINAS PUENTE. Antonio. **Derecho cooperativo.** México: Editorial Cooperativismo, 1954.

SCHAFFER, Jack. **Historical dictionary of the cooperative movement.** Maryland: Scarecrow Press, 1999.

SCHUJMAN, Mario S. Historia del derecho cooperativo. *In*: SCHUJMAN, Mario S.; GAUDIO, Ronaldo Chaves (coord.). **Derecho cooperativo latinoamericano**. Curitiba: Juruá, 2018. p. 21-29.

GAUDIO, Ronaldo Chaves. Desenvolvimento econômico e cooperativismo: fundamentos e desafios para implementação do art. 174, §2º, da Constituição Federal, a partir das características essenciais das sociedades cooperativas. *In*: MIRANDA, José Eduardo; REIS, Marcelo Terra; GAUDIO, Ronaldo Chaves; SIELICHOW, Cristiano as Silva (coord). **Ordem econômica constitucional**: compreensão e comparativo da ordem econômica na Constituição de 1988 com outros sistemas jurídicos. Curitiba: Juruá, 2016.

WEBER, Max. **O direito na economia e na sociedade.** 1. ed. São Paulo: Ícone, 2011.

DIREITOS DE PROPRIEDADE EM COOPERATIVAS

Dieison Pivoto[1]

A Teoria dos Direitos de Propriedade é um importante referencial para compreensão das organizações cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 2012). Algumas definições de direitos de propriedade são propostas, entre elas a de Eggertsson (1990), que os define como os direitos de usar, de transformar e de transferir determinado bem ou ativo.

Os direitos de propriedade, como aponta Grossman e Hart (1986), podem ser separados em dois tipos dentro de uma organização: direito ao resíduo e direito ao controle. O primeiro está ligado à prerrogativa do proprietário de receber ganhos e perdas geradas, denominadas de ganhos ou lucros residuais. O segundo confere ao proprietário autoridade para definir como os membros da organização deverão alocar os ativos a serem utilizados no sistema produtivo e os mecanismos de monitoramento (FAMA; JENSEN, 1983).

Destaco o contexto histórico e a origem do modelo de negócio das cooperativas, e sua lógica de funcionamento. As cooperativas surgem como uma contestação ao modelo de empresa capitalista, no final do século XIX. Muitas das críticas foram feitas por pensadores e

[1] Doutor em Agronegócios – UFRGS. Professor da Escola de Negócios da Faculdade Meridional – IMED. E-mail: dieissonpivoto@gmail.com

incorporadas às organizações cooperativas nas primeiras experiências europeias, e depois inseridas na doutrina cooperativista e na legislação de vários países.

O primeiro aspecto é a impossibilidade de venda das cotas partes (ou ações ao fazer uma analogia com uma empresa). As cooperativas não são fundadas com uma lógica de aumentar valor de mercado e gerar resultados para seus proprietários por meio da venda do negócio. O cooperado, ao deixar a organização cooperativa, pode apenas resgatar o valor investido é gerado na cooperativa, mas não pode especular com sua "propriedade", buscando obter ganhos de capital, pois os direitos de propriedade são compartilhados com os demais cooperados. Ninguém vai ver uma cooperativa sendo criada com fins de vendê-la em dois ou três anos.

Um segundo aspecto refere-se a não vinculação do direito de propriedade adquirido ao ingressar na cooperativa, ou ampliado por meio da participação na cooperativa, com a distribuição de resultados da cooperativa. O direito de propriedade, representado pelas cotas partes, não têm impacto na distribuição das sobras (resultado) da cooperativa ao final do exercício. A contribuição com trabalho ou movimentação na organização cooperativa que irá influenciar no resultado do cooperado ao final do exercício contábil-fiscal.

Posto isso, qual o impacto aplicado dos direitos de propriedade para o funcionamento das cooperativas? Um deles é que cooperativas possuem um pequeno incentivo para o cooperado ampliar sua dimensão proprietário (adquirindo mais cotas partes) para ter mais capital dentro da organização. Esse capital não aumenta seu poder de decisão, posto que cooperativas possuem um modelo de autogestão, em que cada um cooperado tem o mesmo poder de decisão.

Nesse sentido, as cooperativas apresentam desafios para engajar seus cooperados do ponto de vista de participação e preocupação com os resultados do negócio. Os cooperados estão preocupados com a dimensão usuário, e com os serviços prestados pela cooperativa. Como a lógica de funcionamento da cooperativa é de

direitos de propriedade difusos e fundos coletivos, muitas cooperativas buscam criar outros mecanismos de incentivo e restrição, não financeiros, para os cooperados aumentarem sua participação no negócio coletivo.

Os direitos de propriedade são uma discussão central no modelo e na arquitetura das cooperativas, pois foram a essência dessas organizações. Alguns países fizeram ajustes nesse modelo, para fazer frente às empresas orientadas para o investidor. Por outro lado, os direitos de propriedade difusos em cooperativas, com uma lógica de não especulação, dão segurança para a perenidade da cooperativa e para sua longevidade. Para aprofundamentos recomendo a leitura dos trabalhos dos professor Sigismundo Bialoskorski Neto sobre o tema e aprofundamento teórico.

REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Economia e Gestão de Organizações Cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

EGGERTSSON, Thráinn. **Economic behavior and institutions. Cambridge (UK):** Cambridge University Press, 1990.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. **Separation of ownership and control. Journal of Law and Economics,** Chicago, v. 26, n. 2, p. 301-327, 1983.

GROSSMAN, Sanford J.; HART, Oliver D. **The costs and benefits of ownership:** a theory of vertical and lateral integration. Journal of Political Economy, Chicago, v. 94, n. 41, p. 691-719, 1986

DISPOSITIVOS COLETIVOS, AGRICULTURAS FAMILIARES E TERRITORIALIZAÇÃO

Monique Medeiros[1]

À luz de um quadro sociológico centrado na compreensão dos movimentos sociais, a ação coletiva refere-se, sobretudo, a formas de mobilização social em torno de um objetivo, de uma reivindicação. Mais especificamente sob a perspectiva da ação organizada, ela visa, mormente, a produção de regras, as quais delinearam um jogo de negociação para, inclusive, a configuração de uma hierarquia organizacional (MORMONT, 2014). Na confluência dessas concepções, Crozier e Friedberg (1977) salientam que as ações coletivas populares, ou ações organizadas, tratam-se não de fenômenos espontâneos, mas de construções sociais cuja emergência, e mesmo o fortalecimento, implicam em persistência e estratégia dos indivíduos envolvidos.

Ao analisar uma série de instrumentos de ação coletiva postos em marcha por agricultores familiares no Brasil como forma de suprir as ausências do Estado, Sabourin (2010) reitera que esses instrumentos, ou dispositivos, emergem a partir de regras, normas ou convenções, e que, sua formação tem como estímulo a redução ou

[1] Doutora em Agroecossistemas; Docente na Universidade Federal do Pará/Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. E-mail: mmedeiros@ufpa.br

resolução de diferentes incertezas, o que faz com que sua eficácia esteja diretamente correlacionada à sua capacidade de resolução coerente dessas incertezas.

A abordagem utilizada por este autor permite colocar em destaque o ponto de vista do agricultor, em particular do agricultor familiar, assim como mostrar que cada incerteza, impulsionadora da constituição desses dispositivos coletivos, pode ter importâncias distintas, dependendo da situação a qual está relacionada. Assim, é possível compreender, por exemplo, que um agricultor pode aceitar uma grande incerteza em uma área, se certa segurança lhe é possibilitada em outras áreas. Nessa perspectiva, o surgimento de sistemas de organização de agricultores familiares no Brasil, que desviam do modelo hegemônico de desenvolvimento, é um exemplo desse objetivo de amenizar as incertezas relacionadas à possibilidade de trabalho e geração de renda no meio rural para esses indivíduos.

O entendimento das particularidades dessas construções desviantes é facilitado pelas leituras feitas por Mormont (1996) acerca dos movimentos organizacionais de agricultores. Segundo esse autor, existem três principais campos de incerteza que impulsionam a construção de formas de cooperação contra-hegemônica pelos agricultores: o ecológico ou técnico-ecológico, o econômico e o social ou sociopolítico. Essas incertezas podem assumir conformações que abrangem preocupações baseadas em necessidades, como a criação ou aperfeiçoamento de regulamentações profissionais e a proteção e conservação de ecossistemas locais, e mais abrangentes também, como o planejamento de ações de desenvolvimento rural e, até a idealização e operacionalização de inovações tecnológicas. Isso não significa mencionar que uma cooperativa, por exemplo, somente emergirá centrada em uma única incerteza, pois sua criação pode ser resultante de uma combinação de diversos fatores, inclusive de consequências históricas, com os quais os agricultores se defrontam em contextos específicos.

Pode-se afirmar, portanto, que a conformidade das hesitações dos agricultores também será relativa ao grau com que os mercados e o padrão tecnológico estão atrelados aos seus processos produtivos. Nesse caso, o grau de autonomia inerente à base de recursos é a principal vantagem das formas de agricultura propensas ao reforço de sua identidade por meio de escolhas sociotécnicas condizentes ao seu contexto social. Os acessos aos mercados, a informações e mesmo a serviços, como o de assistência técnica, vêm se mostrando mais facilitados aos estilos de agricultura condizentes ao modelo de trabalho desempenhado por instituições técnicas, no qual a produção altamente especializada e a demanda por tecnologias de ponta são primordiais (CONTERATO *et al.*, 2010).

Na América Latina, a trajetória das iniciativas de cooperação da agricultura familiar está intrinsecamente correlacionada à atuação dos movimentos sociais rurais e suas incertezas em face de um cenário excludente da modernização da agricultura. Particularmente no Brasil, esses movimentos sociais tiveram maior expressividade entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando o sindicalismo rural passou a ser fortemente questionado por suas oposições sindicais (PICOLOTTO, 2007). Agricultores marginalizados dos processos de desenvolvimento defendidos por tal sindicalismo iniciaram ações coletivas desviantes da institucionalidade estabelecida, dando origem a um novo sindicalismo. Assim, visando distintas transformações sociais, foram constituídos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (PICOLOTTO, 2007).

Dentre outros grupos sociais, esses coletivos colocaram-se como construtores de projetos contra-hegemônicos de desenvolvimento. Para tanto, estruturaram experiências de viabilização da sua base social, desenvolvendo e fortalecendo iniciativas, como a agricultura de base ecológica e a construção social de mercados. Essas iniciativas, por sua vez, desencadeiam

ordenamentos de componentes sociomateriais – ou seja, processos de territorializações - de formas diversas e, muitas vezes, inovadoras (HERNÁNDEZ; MARQUES; SALAZAR, 2019).

Percebendo a riqueza desses processos, Medeiros et al. (2020) indicam a importância de reorientar a visão exclusivamente sociotécnica dos dispositivos coletivos para uma perspectiva sociomaterial. Isto requer avançar para além do contexto e reconhecer a 'materialidade do social', que pode expressar-se em estratégias cooperativas, permitindo uma aproximação à compreensão de superação de incertezas, por meio de alianças, lutas, contradições e conflitos envolvidos no surgimento de dispositivos coletivos em um dado território. Isto considerando que, não raro, estes processos ocorrem em espaços assimétricos de poder, nos quais há diferentes expressões do planejamento e da tomada de decisão territorializadas (Souza, 2019).

Às configurações dos territórios estão, também, intrínsecas dinâmicas de conhecimento, o que pode gerar, por um lado, disputas entre os diferentes atores sociais, que tentam fazer valer seus interesses, ora estabelecendo coalizões em torno de um objetivo comum, ora criando antagonismos com relação aos processos em curso. Por outro lado, o encontro de diferentes formas de conhecimentos abre a possibilidade de interfaces entre eles, o que amplia consideravelmente o potencial de surgimento de práticas territorializadas e cursos de ação que provocam a emergência de inovações.

REFERÊNCIAS

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S; WAQUIL, P. D. **Estilos de agricultura:** uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, 2010, pp. 149-186.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système**, Paris, França, Le Seuil, 1977.

HERNÁNDEZ, J. Q; MARQUES, F. C.; SALAZAR, C. Z. **Caña, campesinos y panela**: emergencia del "territorio dulce" en el Oriente antioqueño (Colombia). Eutopia. Revista de Desarrollo Económico Territorial N.º 15, pp. 101-120. 2019. Disponível em: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/download/3876/2821?inline=1>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MEDEIROS, M. al. **A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil:** avanços e limites da participação da agricultura familiar. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2020, v. 58, n. 3.

MORMONT, M. **Agriculture et environnement:** pour une sociologie des dispositifs, Economie Rurale, nº 236, 1996, pp. 28-36.

MORMONT, M. **Le sociologue dans l'action collective face au risque**. Développement durable et territories, Varia (2004-2010), 2014.

PICOLLOTO, E. L. **Movimentos sociais rurais no sul do Brasil:** novas identidades e novas dinâmicas. Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

SABOURIN, E. **Dispositivos coletivos de apoio à produção e dinâmicas territoriai**s. Raízes, 28-29 (1), p. 154-165, 2010.

SOUZA, Z. B. de. **Perspectivas Territoriais na Produção da Ação Pública entre Sociedade e Estado**. Revista NAU Social - v.09, n.17, p. 24 – 32. 2019.

DIVERSIDADES NO COOPERATIVISMO

Rejane Inês Kieling[1]
Rosane Oliveira Duarte Zimmer [2]

O tema "diversidades" está em pauta nos diversos âmbitos da sociedade atual, seja pela via dos movimentos sociais e grupos de ativistas que procuram romper padrões culturais enrijecidos ao longo da existência humana, como no plano institucional por meio de legisladores, gestores, trabalhadores, pessoas que procuram ampliar a diversidade e a inclusão em todos os espaços. No que diz respeito à legislação, os princípios que balizam a construção de um Estado Democrático de Direito complementam-se com alguns aspectos delimitados na Constituição Brasileira, do Artigo 3º, nos incisos I, III e IV, quando é mencionado respectivamente: construir uma sociedade livre, justa e solidária. Erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais está com promover o bem de todos sem preconceitos de origem raça, sexo, cor, identidade e quaisquer outras formas de discriminação. Na sequência pode-se mencionar a Lei nº 8.213, de 1991, que disciplina a reserva de vagas para pessoas com deficiências no mercado de trabalho. A Lei nº 10.097, de 2000, estabeleceu diretrizes para que empresas de médio e grande porte contratem jovens com idade entre 14 e 24 anos como

[1] Doutora em desenvolvimento regional. Professora na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP). E-mail: rejanekieling@hotmail.com

[2] Doutora em educação. Professora da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: rosaneodzimmer@gmail.com

aprendizes. O Decreto nº 4.228 de 2002 que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas. E, em 2015, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (CAMILO, 2020).

A luta de representações sociais que defendem o direito de grupos que fazem parte das diferentes categorias que ainda são minoria dentro das organizações, tanto de cooperativas como de sociedades mercantis, assim como a legislação existente para este fim, sem dúvida é de suma importância. Contudo, é no ambiente informal das instituições que a inclusão ou a exclusão bem mais se estabelece. O que requer, portanto, uma reversão cultural. Um processo mais lento e delicado que visa buscar a essência das diversidades, que se relaciona ao respeito à individualidade e ao seu reconhecimento (FLEURY, 2000). Nesse sentido, conhecer um pouco sobre a realidade das minorias reveste-se de suma importância para que as organizações possam criar movimentos contra a maré da exclusão.

Em relação ao grupo de pessoas representado pela sigla LGBTQIA+[3]é importante compreender o significado da Diversidade de Gênero: a. identidade de gênero: é como o indivíduo se enxerga, o que ele pensa sobre si mesmo. b. orientação sexual: refere-se ao desejo. Por quem se sente atraído/atraída sexualmente. c. sexo biológico: refere-se ao órgão sexual genital, cromossomos e hormônios. Pode ser predominantemente feminino, masculino ou intersexual (ou uma combinação dos dois). d. expressão de gênero: é como o indivíduo

[3] Lésbicas: mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; Gays: homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero; Bissexuais: homens e mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelos gêneros masculino e feminino; Transexuais ou Transgêneros: pessoas que se identificam com o outro gênero que não aquele atribuído ao nascimento, inclusive do aspecto não-binário; Queer: pessoas que se auto identificam queer transitam entre os gêneros feminino e masculino ou em outros gêneros nos quais o binarismo não se aplica; Intersexo: pessoas cujo desenvolvimento sexual corporal (expressado em hormônios, genitais, cromossomos e outras características biológicas) não se encaixa na forma binária; Assexual: pessoas que não sentem atração afetiva/sexual por outras pessoas, independente do gênero; +: abriga todas as diversas possibilidades de orientação sexual e/ou de identidades de gênero que existam.

demonstra seu gênero pela forma de agir, vestir, interagir e se expressar de modo geral.

A simples constatação de que na segunda década do século XXI ainda persistem desigualdades entre homens e mulheres, entre pessoas de cores diferentes, configura-se no despertar de uma problematização sobre as razões que explicam a persistência de uma sociedade machista. A autora Saffioti (1987) em sua obra 'O Poder do Macho' dá um importante direcionamento ao entendimento dos alicerces que vem permitindo a manutenção do poder do homem branco e de classe alta. Tríade, portanto, entre: raça/etnia; gênero e classe social, que, segundo a autora, forma uma espécie de nó, com maior ou menor peso, de acordo com as circunstâncias que se está vivenciando.

Outro grupo social que também trava uma luta histórica pela destruição de estereótipos e estigmas é composto pela população negra. A desigualdade relacionada às questões étnicas e raciais vincula-se historicamente ao discurso de superioridade do agente colonizador Europeu. Para os negros, entretanto, configura-se à permanência de práticas voltadas à sua subjugação. No Brasil, Munanga (2011) denuncia a existência de um "racismo manhoso" ou silencioso. Trata-se de um sentimento que está enraizado e naturalizado na sociedade, mas é revelado de forma explícita e com consequências reais em diversas instâncias sociais, inclusive no ambiente interno das cooperativas.

O período de transição demográfica que o Brasil está passando, decorrente da queda das taxas de fecundidade e mortalidade, está provocando mudanças drásticas na distribuição etária da população brasileira. Um dos efeitos que deverá ser sentido a partir de 2030 será o aumento do grupo populacional com idade acima de 45 anos (KIELING, 2009). O envelhecimento carrega o estereótipo negativo que relaciona esta fase da vida com perdas, seja no quesito de habilidades e competências, como na forma como as pessoas em geral encaram a finitude da vida.

A inclusão das pessoas com deficiência no ambiente organizacional intensificou após a criação da Lei nº 8.213, que garante o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência. Contudo, Garbin (2016) aponta que as empresas vêm contratando pessoas com deficiência apenas para cumprir a exigência legal, sem considerar mudanças culturais que visem uma vivência de inclusão. A de se considerar que inclusão se relaciona ao desenvolvimento de programas para contratação e capacitação das pessoas com deficiência. Além de proporcionar locais de trabalho adaptados à execução de suas atividades laborativas, deve-se sensibilizar chefias e demais colaboradores que irão trabalhar com as pessoas com deficiência.

Esta breve apresentação dos diferentes grupos que compõem o tema Diversidades mostra a intrínseca ligação aos valores e princípios do cooperativismo. Pode-se afirmar que a razão de existir de uma cooperativa esteja justamente na sua capacidade assumir uma postura de ruptura com padrões errôneos que foram sendo construídos ao longo da história. O cooperativismo nasce de uma postura de resistência e luta por direitos de inclusão - o que se constitui em uma prática freiriana, que nega uma presença neutra no mundo e convida à transformação, a partir da capacidade humana de fazer novas e diferentes escolhas (FREIRE, 2000).

Nesse sentido, a categoria diversidades no cooperativismo remete ao compromisso com a equidade e justiça social. Um olhar livre das estigmatizações, fortalecido pela amorosidade e por relações que solidificam atitudes empáticas que, ao fazerem parte da cotidianidade das cooperativas, na força de seus os ramos, possam, paulatinamente, incluir uma cultura inclusiva e respeitosa em que as “diferenças” sejam vistas como potencialidade.

REFERÊNCIAS

CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **Gestão de Pessoas:** Práticas de Gestão Da Diversidade nas Organizações. Ed. Hagnos Editora, 2020.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gerenciando a diversidade cultural:** experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, p. 18-25, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GARBIN, A. C. **A vivência de trabalho da pessoa com deficiência e as repercussões à saúde**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2016.

KIELING, Rejane Inês. **Janela de oportunidade demográfica:** um estudo sobre os impactos econômicos da transição demográfica no Brasil. 2009.

MUNANGA, K. **Nosso racismo é um crime perfeito**. In: Revista Fórum, fev. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Maria Zina, Gonçalves. **Luta das Mulheres pelo Direito de Voto.** In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio.

Dicionário Crítico de Gênero. Ponto Delgada: Revista da Universidade dos Açores, 2ª série, VI, 2002.

ADORNO, Theodor W. **Educação após Auschwitz**. In: *Educação e Emancipação*. 3. ed. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ALMEIDA, Sérgio. **O que é racismo estrutural.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BUITONI, Dulcília. **A Mulher de Papel.** São Paulo: Summus Editorial, 2009.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena B. **Juventudes e sexualidade.** *Brasília*, DF: UNESCO, 2004.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988

ZIMMER, Rosane Oliveira Duarte. **Entre medos e ousadias:** resistências educativas pela reinvenção das lutas do "ser mais" e a atualidade do legado freiriano. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3664>. Acessado em fev. 2022.

ECONOMIA CIRCULAR

Roberto Morais[1]
Gabriel Schmitt Morais[2]

A economia circular é uma alternativa ao modelo linear de produção. Esse último, baseado na extração, transformação, consumo e descarte, desconsidera que os recursos naturais e energéticos são finitos. O modelo linear propicia a degradação ambiental, gerada pelo descarte incorreto dos resíduos e não promove a sustentabilidade econômica e o desenvolvimento do país.

Economia circular é um conceito que associa desenvolvimento econômico a um melhor uso de recursos naturais, por meio de novos modelos de negócios e da otimização nos processos de fabricação com menor dependência de matéria-prima virgem, priorizando insumos mais duráveis, recicláveis e renováveis. É, portanto, um conceito estratégico que assenta na **redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia**. Substituindo o conceito de fim-de-vida da economia linear, por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação.

Em nível mundial a demanda por bens de consumo está pressionando as reservas de recursos naturais. Assim, é bem provável

[1] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: posgrad@faccat.br

[2] Graduado em Administração pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e Pós-graduando em Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS. E-mail: gabrielmorais@sou.faccat.br

que países mais desenvolvidos já tenham obtido um padrão de vida mais elevado em virtude de ações tomadas antecipadamente contrariamente aos países emergentes ou em desenvolvimento. Portanto, carece senso de urgência para o Brasil pensar em formas inovadoras de produção e consumo, "[...] que considerem a inclusão da base da pirâmide da sociedade global no mercado formal e atendam a demanda crescente por melhor qualidade de vida" (CNI, 2018, p. 11).

A economia circular visa assim o desenvolvimento de novos produtos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficientes, radicados em ciclos idealmente perpétuos de reconversão a montante e a jusante. Materializa-se na minimização da extração de recursos, maximização da reutilização, aumento da eficiência e desenvolvimento de novos modelos de negócios.

Uma economia "mais circular" tem vindo a ser apresentada como um conceito operacional no caminho para a mudança de paradigma, tendo em vista enfrentar os problemas ambientais e sociais decorrentes da globalização dos mercados e do atual modelo económico baseado numa economia linear de "extração, produção e eliminação". Segundo *Ellen MacArthur Foundation* a economia circular baseia-se em **três princípios básicos (**RMAI, 2016):

1) **Preservar e aprimorar o capital natural** controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis;
2) **Otimizar o rendimento de recursos** fazendo circular produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade o tempo todo, tanto no ciclo técnico quanto no biológico;
3) **Estimular a efetividade do sistema** revelando e excluindo as externalidades negativas desde o princípio.

A mesma fundação identificou **quatro pilares** que vão ajudar a estimular a transação e adoção para o modelo circular: **Design de**

produtos e produção circulares*:* As cooperativas precisam desenvolver competências centrais em **design circular** para facilitar a reutilização, reciclagem e o aproveitamento em cascata dos produtos. **Novos modelos de negócios:** modelos de negócio **que substituam a propriedade por pagamentos com base no desempenho** são fundamentais na tradução de produtos e projetos para reutilização em propostas de valor atraentes. Priorizando o acesso em vez da propriedade, esses modelos orientam a **transformação de consumidores em usuários. Ciclo reverso***:* Para criar valor a partir de materiais e produtos usados, é necessário **coletá-los e devolvê-los à sua origem**. A logística reversa e os métodos de tratamento possibilitam o retorno desses materiais ao mercado. **Condições Sistêmicas favoráveis: a colaboração efetiva entre cadeias de valor e setores** é imperativa para o estabelecimento de um sistema circular de larga escala.

E o cooperativismo como está enfrentando a nova realidade? As principais práticas são encontradas em cooperativas de catadores para reciclagem de resíduos sólidos. Em 2019, a engarrafadora Coca-Cola FEMSA Brasil celebrou a reciclagem de 100 milhões de garrafas PET em um ano, por meio do centro de coleta SustentaPET. O local funciona em parceria com catadores de material reciclável e cooperativas, fortalecendo sua atuação e colaborando para o descarte correto de resíduos. O aplicativo Cataki, desenvolvido em 2017, permite o registro dos coletores de recicláveis por nome, telefone, endereço e material recolhido. Sua proposta é colocar as cooperativas e os coletores individuais em contato com as pessoas que querem descartar resíduos.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Economia Circular**: oportunidades e desafios para a indústria brasileira. Brasília: CNI, 2018. 64 p.

REDAÇÃO. **A revolução da economia circular**. In: Revista Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade, 22 dez. 2016. Disponível em <http://rmai.com.br/acervo digital>. Acesso em 17 de jan. 2022.

ECONOMIA FORMALISTA

Angela Ester Mallmann Centenaro[1]

A abordagem formalista na teoria econômica estuda a economia como parte das sociedades humanas, assim como a abordagem substantivista. Os formalistas são os que consideram o indivíduo como a unidade básica na tomada das decisões econômicas com base nos benefícios econômicos. Para eles, a lógica racional e as noções de maximização são os motivadores dos comportamentos humanos.

O formalismo propõe que o indivíduo tem uma essência eminentemente egoísta, agindo por interesse próprio, independentemente do lugar, cultura e sistema de valores em que se insere. Esse argumento é baseado na teoria utilitarista, segundo a qual todo comportamento humano segue uma linha estratégica de maximização dos ganhos e minimização dos custos. Segue, assim, a lógica da racionalidade e busca incessante da maximização do lucro. O próprio significado "formal" origina-se do caráter lógico da relação meios-fins, evidente em termos como economizante ou economização. Refere-se à escolha entre os diferentes usos dos meios, isto é, implica uma série de normas que regem a escolha entre os usos alternativos de meios escassos.

A abordagem formalista, referente à economia de mercado, afirma que mesmo quando um indivíduo está obrigado a tomar suas decisões, por exemplo, nas economias planejadas de maneira centralizada, ainda assim existem custos e benefícios para as decisões econômicas a serem considerados.

[1] Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: angela.centenaro@unemat.br

A economia formal teve que se ajustar ao aplicar a abordagem universal às culturas primitivas. Porque as populações pré-agrícolas tiveram algumas atividades que puderam ser classificadas como comércio, os economistas formalistas expandiram suas definições para incluir os benefícios culturais e sociais, como base para as decisões; assim há aproximação com os substantivistas. No entanto, afirmam que os fatores sociais e culturais são exclusivos para sociedades primitivas em particular e devem ser considerados separadamente, uma vez que não se aplicam como parte do quadro das economias universais falsas.

REFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, G. C. de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2041/1542>. Acesso em: 19 nov. 2012.

MACHADO, N. M. C. Sociedade vs. Mercado – Notas Sobre o Pensamento Econômico de Karl Polanyi. Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão, 2009.

POLANYI, K. A Grande Transformação – As origens da nossa época. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REIS, F. É a economia, estúpido vs. é a dádiva estúpida: Reflexões de um antropólogo sobre o ensino da antropologia a futuros economistas. NEVES, V. CALDAS, J. C. (org.). A Economia sem muros. Coimbra: Almedina, 2010.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dilani Silveira Bassan[1]

A economia solidária surge na Europa no início do século XIX, como resposta a um momento de crise, pós-revolução industrial, marcado pelo empobrecimento dos artesãos, pelo advento da mecanização industrial e a organização fabril da produção (LEAL e RODRIGUES, 2018; SINGER, 2002).

No Brasil, não muito diferente, a economia solidária surge em meio à crise de 1981/1983, período em que o país passava por uma grande recessão. Porém, a expressão "Economia Solidária" tornou-se mais presente a partir dos anos 1990 (SINGER, 2002).

Dada as crises instaladas na Europa e na América, pode-se afirmar que:

> A economia solidária surge como uma alternativa para a parcela da sociedade que sofre com os problemas sociais inerentes ao modo de produção capitalista, em especial o desemprego que aprofunda cada vez mais a desigualdade social, afetando gradativamente a vida dos que se encontram fora do mercado de trabalho (Pereira *et al*, 2020, p.30479).

A Economia Solidária ou também chamada Economia Social foi a origem do associativismo, surgindo como uma reação às precárias condições de trabalho impostas pelo capitalismo e as demais consequências sociais dele advindas. Sendo assim, a economia solidária representa um modo de produção singular diante do sistema

[1] Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Email: dilanib@faccat.br

capitalista, mostrando-se como um movimento social, com o objetivo de que o resultado da produção econômica, possa estar ao alcance daqueles que a executam, os trabalhadores (LEAL e RODRIGUES, 2018).

A Economia Solidária, historicamente ligada à economia social, tem por origem os movimentos operários na Europa, bem como, os primeiros empreendimentos cooperativistas e associativos e os movimentos trabalhistas no Brasil na década de 1980. Desta forma a Economia Solidária tem seus primórdios no desejo de uma sociedade mais igualitária, no empenho por condições de trabalho mais dignas e, por fim, no desenvolvimento humano em contraposição a acumulação de capital (LEAL e RODRIGUES, 2018).

A origem histórica da Economia Solidária remete ao conceito de solidariedade, atributo essencial nas cooperativas, pois a solidariedade entre os cooperados era a garantia de acesso ao capital, pois estes não possuíam bens ou outras formas de garantia.

O movimento cooperativista surge no século XIX, a economia solidária na sua sequência (1970), sendo chamada de "novo cooperativismo", retoma, desta, forma, a ideia da solidariedade, bem como, o grande valor conferido a democracia e a igualdade nas empresas, a autogestão e a recusa as formas assalariadas de trabalho (SINGER, 2002).

O conceito de Economia Solidária concebido por Vieira (2021) mostra as diferenças atribuídas ao modo de produção mais igualitário em contraposição ao modo de produção capitalista. Embora alguns nomes sejam comuns ao modo de produção capitalista, o que diferencia a economia solidária é o fato de estar diretamente relacionada ao coletivo.

> [...] a economia solidária é uma atividade económica de produção de bens e/ou serviços que envolve distribuição, consumo e finanças. Sua realização ocorre por meio do trabalho associativo, da posse coletiva dos meios de produção e da autogestão ou gestão coletiva do negócio pelos próprios trabalhadores associados (VIEIRA, 2021, p. 65).

A ideia de Leal e Rodrigues (2018), vem agregar o lado social e humano proposto pela Economia Solidária, tornando-se, assim, uma alternativa ao modo de produção capitalista com características puramente sociais.

> [...]a Economia Solidária é o modo de produção que melhor dialoga com o social e o político. Isto ocorre porque não visa só um crescimento financeiro, mas principalmente o desenvolvimento humano, tendo a primazia, valores como a igualdade, a valorização do ser humano, satisfação das necessidades humanas, estímulo à liberdade e ao pensamento crítico (LEAL e RODRIGUES, 2018, p.215).

O conceito de Economia Solidária está intimamente relacionado ao de economia social, com o objetivo de "evitar a separação entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situa o aspecto essencial da Economia Solidária" (ALEIXO, 2015 p. 23).

Para Leal e Rodrigues (2018, p. 218)) a Economia Solidária propondo-se como movimento social, busca por meio de um modo de produção autogestionário, democrático e cooperativo, ser uma alternativa à economia tradicional, tendo por finalidade o desenvolvimento econômico, social e político, em detrimento da pura acumulação de capital. Estes princípios revelam que a origem da economia solidária está baseada na igualdade e na cidadania, refutando qualquer ideia de exploração do trabalho.

De forma a sintetizar, a Economia Solidária vai além de ser apenas um modo de produção contraposto ao capitalismo, mas viabiliza, na sua forma associativa, a inclusão dos marginalizados pelo mercado de trabalho. Possibilita que estes trabalhadores, a partir de sua produtividade, sejam competitivos, mas não individualmente, e sim, de forma coletiva. Portanto, o compromisso da Economia Solidária e com a mudança nas condições de vida, tanto dos envolvidos

diretamente na produção, como da realidade local em que estas pessoas estão inseridas.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária.** 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>**.** Acesso: 24 de fevereiro 2022.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. Revista Humanidades e Inovação. v.5, n. 11. 2018, p. 209-2019.

PEREIRA, Cristiano Miguel Pontes; LIMA, Conceição Maria Dias de; SILVA, José Crisólogo de Sales; COSTA, Jakes Halan de Queiroz. Economia solidária e as perspectivas de desenvolvimento territorial. **Brazilian Journal of Development**. v.6, n.5. 2020, p.30479-30489.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEIRA, Patricia Carvalho. Uma abordagem sobre a economia solidária no Brasil. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. XLI. 2021, pp. 63-81.

ECONOMIA SUBSTANTIVISTA

Angela Ester Mallmann Centenaro[1]

Substantivistas, na teoria econômica, estudam a economia como parte das sociedades humanas, também como os formalistas, porém, a abordagem substantivista coloca o indivíduo no contexto de sua sociedade e de sua cultura e sustenta a ideia de as decisões não se basearem em um benefício puramente econômico, mas em outros benefícios imateriais, pois sugerem que os comportamentos são motivados por questões sociais e culturais, uma vez que as pessoas estão submetidas a quadros de valores e experiências históricas distintas.

O econômico substantivo está ligado a uma economia diferenciada do mercado capitalista ou economia de mercado, afirmando que este não constitui o único sistema econômico viável e legítimo como "imposto" na atualidade. Como escreve Polanyi (2000), o econômico designa um processo institucionalizado de interação entre homem e natureza, que permite um abastecimento regular em meios materiais para satisfazer as necessidades. Essa ideia remete à concepção aristotélica e à etimologia da palavra economia doméstica – boa gestão do domínio – oikos – autossuficiente, que não tem que buscar dinheiro num mercado – atividade não natural, mas contentar-se com o que se produz.

[1] Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: angela.centenaro@unemat.br

Os substantivistas trabalham bem as ideias de altruísmo, generosidade e solidariedade na economia. Sustentam que, em especial nas economias planejadas, as decisões são tomadas mesmo quando o nível individual não seja puramente econômico. Introduzem os fatores relacionados com a natureza da sociedade e estabelece como resultado que não existe uma abordagem válida universalmente.

Contra a economia neoclássica, ou de seus defensores, os defensores da economia substantivista deram contribuições insistindo em negar a separação da ação econômica de seus marcos históricos, culturais e institucionais. Nesta mesma linha, podem-se incluir os estudos mais recentes da economia informal, economias étnicas, incluindo o chamado capital social, que reclama em definitivo que as origens étnicas, as estruturas de parentesco, os valores culturais e as relações sociais são importantes para explicar os fenômenos econômicos.

RFERÊNCIAS

FRANÇA FILHO, G. C. de. **Teoria e prática em economia solidária**: problemática, desafios e vocação. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2041/1542>. Acesso em: 19 nov. 2012.

MACHADO, N. M. C. **Sociedade vs. Mercado** – Notas Sobre o Pensamento Econômico de Karl Polanyi. Mestrado em Sociologia Econômica e das Organizações. Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão, 2009.

POLANYI, K. **A Grande Transformação** – As origens da nossa época. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REIS, F. **É a economia, estúpido vs. é a dádiva estúpida:** Reflexões de um antropólogo sobre o ensino da antropologia a futuros

economistas. NEVES, V. CALDAS, J. C. (org.). **A Economia sem muros**. Coimbra: Almedina, 2010.

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Roberto Morais[1]
Gabriel Schmitt Morais[2]

Vamos dar início ao entendimento do significado da palavra **ecossistema** a partir da biologia. Se trata da ciência que estuda os seres vivos. Nesse sentido, estamos discorrendo sobre um conjunto de componentes bióticos (vivos) e abióticos (químicos e físicos) que interagem e colaboram entre si para a sobrevivência e desenvolvimento de todos os elementos. O mesmo ocorre quando cooperativas e sociedade se unem para fortalecer um ao outro.

O próximo passo é entender o que significa **ecossistema de inovação. Ecossistemas de inovação** são ambientes que promovem articulações entre diferentes atores (Universidades, Governos, Startups, Fundos de Venture Capital, Empresas de Tecnologia, Associações e Aceleradoras) que enxergam a inovação como força motriz para o desenvolvimento social e econômico. A figura 1 reproduz o que estamos buscando explicar.

[1] Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. E-mail: posgrad@faccat.br

[2] Graduado em Administração pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e Pós-graduando em Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS. E-mail: gabrielmorais@sou.faccat.br

Figura 1 – Ecossistemas de Inovação

Fonte: Google, 2022.

Entretanto, antes de aprofundar a discussão sobre os ecossistemas de inovação é necessário tecer considerações sobre a inovação e competitividade, pois são elas que permitem a sobrevivência das cooperativas. Pode parecer extremo, mas é a realidade imposta por uma economia globalizada. Cooperativas que desejam otimizar suas práticas e, assim, melhorar sua participação no mercado (*market share*), precisam que a inovação faça parte da cultura da organização. As **c**ooperativas que disponibilizam ao mercado soluções inovadoras têm condições de se diferenciar de seus concorrentes e atingir uma posição de **vantagem competitiva**[3]. Quanto maior a dificuldade de suas concorrentes copiarem a inovação, maior o retorno que a cooperativa terá com o seu produto ou serviço.

A construção de um ecossistema de inovação necessita de um comportamento pró-social. Eisenberg (1986) define-o como ações e ou

[3] Acontece quando uma empresa consegue criar uma capacidade ou valor superior, que a diferencia das demais, para seus clientes (Porter, 1989)

julgamentos voluntários dirigidos a outros indivíduos ou grupos, sem influências ou pressões externas, sem expectativa de prêmios ou recompensas materiais ou sociais. Nesse sentido, o autor destaca nove pontos essenciais (comportamentos necessários): parar de emular o Vale do Silício; focar em mudanças culturais locais; apoiar o crescimento orgânico; basear a construção do **ecossistema** nas potencialidades da região; engajar o setor privado a participar colaborativamente; reformar marcos legais, burocráticos e regulatórios.

Outro autor que merece destaque para ampliação do conceito de ecossistemas de inovação é Feld (2012) que desenvolveu a Teoria de Boulder (*Boulder Thesis*). Sua teoria se sustenta nas abordagens que as comunidades de *startups* que mais prosperam já utilizaram. O autor identificou quatro pilares, quais sejam: a) deve ser liderada por empreendedores *(leaders*); b) deve existir compromisso de longo prazo (20 anos); c) deve ser inclusiva (não aceitar as panelinhas); d) devem ter uma atmosfera vibrante (os *feeders* – Universidades, Aceleradoras, Coworkings, Governos, entre outros) devem contribuir para o engajamento da comunidade.

Caro leitor, já percebeu que o ecossistema de inovação exige um ambiente com inúmeros atores e mecanismos de estímulo à cooperação? Stahl (2021) afirma que "[...] ecossistema de inovação é falar de interação e muita cooperação, e destes temas a Sicredi Pioneira entende muito!". Vamos demonstrar o avanço desta cooperativa a partir do testemunho do próprio Sthal (2021):

> [...] no ano de 2017, a Sicredi Pioneira iniciou um movimento mais estruturado, estabelecendo uma Gerência de Estratégia e Inovação. Esta nova área seria a orquestradora das já existentes e das novas iniciativas de inovação e, principalmente, de conexão com o ecossistema de inovação que ia ganhando força e relevância na nossa região. Em 2018, aconteceram as primeiras grandes entregas: Goog (nossa base de conhecimento), Juntos (nosso programa de fidelidade) e Plataformas de Crédito,

além da formação do primeiro time de colaboradores motivados para inovação, o Darwin.

Para alcançar esses resultados a Cooperativa Sicredi Pioneira se conectou com o mercado, com *startups*, com parceiros os mais diversos, fez *benchmarking*[4], capacitou colaboradores e trouxe seus associados para o centro do processo. Outro passo importante foi o Cooptech, ocorrido em 2019, sendo o primeiro evento brasileiro sobre inovação no cooperativismo e plataformas cooperativas. Este foi um importante passo para a construção de um ecossistema de inovação no cooperativismo.

REFERÊNCIAS:

Ecossistema de Inovação. Conheça as funções dos centros e do ecossistema de inovação. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=ecossistema+de+inova%C3%A7%C3%A3o&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjYjeOkvLv1AhXqEbkGHXoCCxIQ_AUoAnoECAgQBA&biw=1366&bih=617&dpr=1#imgrc=1XDUcrycQkf-2M>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

EISENBERG, N. Altruistic emotion, cognition and behavior. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

FELD, B. Startup communities: building na entrepreneural ecosystem in your city. Nova Jersey: Editora: John Wiley e Sons, 2012.

[4] Processo de medição e comparação, tomando como referência os métodos e as melhores práticas de negócios realizadas pelas organizações que são reconhecidas como líderes em determinado setor (NETO, et al., 2008).

NETO, L.M. et al. Benchmarking: um instrumento para o mundo moderno. In: Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, n. 5, Jul/Dez, 2008.

PORTER, M. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior, 19° ed., Rio de Janeiro: Editora Campos.1989.

STHAL, S.S. Sicredi pioneira junto com o ecossistema de inovação. Disponível em: <http://sicredipioneira.com.br>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA – UMA CATEGORIA INDISPENSÁVEL AO COOPERATIVISMO

Rejane Inês Kieling[1]
Rosane oliveira Duarte Zimmer[2]

Nossa acepção para a educação transformadora se pauta no espólio do humanismo de Paulo Freire. Para o autor, não há educação neutra, mas intencional e dialética. Assinala que é a partir da educação que nos refazemos; nos refazemos pela práxis, pela lidagem no jogo dos contrários, em permanência-mudança. Logo, transformar-se pela via educativa é compreender-se em problematização constante - o que reforça a mudança e não a aceitação do presente, bem-comportado, nem, igualmente, o futuro determinista (2001b, p. 72-74).

Educação transformadora, enquanto categoria indispensável ao cooperativismo, nos remete a elenco de racionalidades que contrapõem os epistemes baseadas em hipóteses e métodos de

[1] Doutora em desenvolvimento regional (UNISC). Professora na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP). E-mail: rejanekieling@hotmail.com

[2] Doutora em educação (PUCRS). Professora da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: rosaneodzimmer@gmail.com

financeirização da cidadania coletiva. Ou seja, para Freire a educação deve ser a propulsora de um projeto de humano que se rebele às epistemologias que não *dão conta* da inesgotável complexidade da existência, do valor da vida e da sustentabilidade planetária.

Logo, a educação transformadora está em conformidade aos princípios cooperativistas, princípios humanizadores, como os inscritos pela gestão democrática, liberdade, adesão livre e voluntária, autonomia e independência, à educação, formação e informação, intercooperação e no interesse pela comunidade. Se inscreve, ainda, aos homens e às mulheres que se movem pelas bases cooperativistas e se empenham por relações dialógicas, por relações mais horizontais, de igualdade e equidade, de responsabilidade e de ajuda mútua; relações solidárias e de preocupação com o semelhante, coerentes e transparentes; relações contrárias à alienação e à subserviência.

A educação transformadora como categoria ao cooperativismo está, do mesmo modo, como o cooperativismo está para Freire, pois se alinham não apenas em tese, mas em concretude. Se alinham pelo valor humano, pela luta contra a mentalidade econométrica que nos coloniza, nos assalaria e nos arrenda.

Educação que potencialize o direito ontológico de 'ser mais' (FREIRE, 2000a; 2000b; 2001a; 2007). Trata-se do principal argumento à educação que dignifica os seres humanos.

Portanto, é preciso reconhecer as tramas ideológicas, pedagógicas, políticas, sociais, as tramas mercadológicas assentadas ao que Freire chama de 'bancarismo educacional' (2016, p. 105), uma vez que se traduzem por rituais vazios em prol da adaptação humana ao mundo, e não à sua transformação. Para o autor, reside aí uma "[...] distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 2016, p. 104-105). Desse modo, a insígnia cooperativista se identificada com o ser humano enquanto possibilidade de ser além de

si mesmo, como projeto singular que tem como ponto de partida o aqui e o agora. É a partir desse ponto de vista que se torna possível afirmar que a educação transformadora, na perspectiva freiriana, é argumento de 'quefazeres permanentes' (FREIRE, 2000a, p. 72-73).

O humanismo de Freire acorda o diálogo com o cooperativismo ao travar uma narrativa de desacomodação, em defesa dos oprimidos e de denúncia do silêncio imposto. Nesse sentido, é possível afirmar que o projeto freireano de humanização assenta-se ao legado do cooperativismo uma vez que concede a educação transformadora é baluarte ao exercício de resistência, tática de luta política, do 'ser mais' pelo compromisso com a causa humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. A utopia possível na sociedade líquida. **Revista Cult**, a. 12, n. 138, ago. 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo (Org.) São Paulo: UNESP, 2001a.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001b.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Notas. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

FREIRE, Paulo. **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS, 2000b.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia:** diálogo e conflito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, Ana Lúcia Souza. **Pedagogia da conscientização:** um legado de Paulo Freire à formação de professores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000a.

_____. Projeto sonho possível: a formação permanente do educador. Sonho Possível. **Revista de Educação Popular**, Canoas, v. 1, abr. 2000b.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é "esclarecimento"? **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 100-107).

EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA

Carlos Daniel Baioto[1]

Esta etapa da pesquisa visa a uma delimitação conceitual, como ferramenta de análise, que possa ampliar o quadro representativo quanto aos sentidos de resultado em gestão de cooperativas – resultados estes delimitados em um sentido específico de eficiência no âmbito desse modelo de organização. Neste sentido, argumentamos a necessidade da delimitação conceitual do que reconhecemos como os indícios de uma eficiência específica da organização cooperativa. Essa delimitação intenciona demonstrar a trajetória analítico-interpretativa do que entendemos por referências de um conceito que reconheça o conjunto de elementos influenciadores no processo de análise de resultado da gestão desse modelo de organização dentro de suas singularidades.

A partir do reconhecimento da complexidade das dimensões da organização cooperativa, entendemos que também no âmbito da análise de seus resultados se faz necessário um aprofundamento reflexivo, a fim de reconhecer a abrangência do que consideramos como uma eficiência de gestão cooperativa.

[1] Doutor em Ciências Sociais pela UNISINOS, Prof. e Coordenador do curso de graduação pós-graduação em Gestão de Cooperativas e no CESURG, e professor convidado dos pós graduação em Gestão de Cooperativas na UNISINO, pesquisador e consultor em Gestão de Cooperativas. E-mail: cbaioto46@gmail.com

Parte-se inicialmente da tentativa de demonstrar a complexidade do termo "eficiência", bem como as formas de simplificação reducionista no uso do termo. Partindo de uma análise epistemológica, identificamos que a palavra "eficiência" deriva do termo latino *efficientĭ*, que significa "a capacidade de dispor de alguém ou de algo para conseguir um efeito determinado" (ABRUCIO, 1997 apud Baioto 2018). O conceito também costuma ser equiparado com o de "ação", quando um ato é praticado para que se obtenha um determinado resultado – ou seja, em termos de um uso racional dos meios dos quais se dispõe para concretizar uma meta. Trata-se da capacidade de alcançar os objetivos e as metas programadas, conseguindo, dessa forma, a sua otimização.

Consideramos importante ressaltar que a palavra "eficiência" é usada em diferentes áreas e contextos, estando a análise de seu significado dependente do contexto onde ela é utilizada e o objetivo previsto. Neste sentido, o termo "eficiência" não está diretamente relacionado a priori a nenhuma área de conhecimento ou referência pré-estabelecida de resultado, sendo um conceito de uso relacional ao objetivo previamente elaborado ou objetivos fim. No âmbito da economia neoclássica, fala-se da eficiência à Pareto, que é uma noção enunciada no sentido de utilidade otimização dos recursos. Nas ciências administrativas, esse conceito pode ser entendido pelo Princípio da Eficiência. Idalberto Chiavenato (1994, p. 70 apud Baioto 2018) ensina que toda organização deve ser analisada sob o escopo da **eficácia** e da **eficiência**. Questão esta que não aprofundaremos neste artigo mas demonstramos a abrangência do conceito e seus desdobramentos.

Com base nessa análise, a eficiência não teria relação apenas como os fins, mas também com os meios operacionais, e é voltada para os aspectos internos da organização. "Quem se preocupa com os fins e em atingir os objetivos é a eficácia, que se insere no êxito do alcance dos objetivos, com foco nos aspectos externos da organização". Segundo Chiavenato (1994, p. 70 apud Baioto 2018): Para o autor, nem

sempre se é eficiente e eficaz ao mesmo tempo. Uma organização pode ser eficiente e não ser eficaz – e vice-versa. O ideal é ser igualmente eficiente e eficaz.

Para Sérgio Rodrigues Bio (1996 apud Baioto 2018), "eficiência diz respeito a método, a modo certo de fazer as coisas" e considera que a eficácia diz respeito a resultados, a produtos decorrentes de uma atividade qualquer. Trata-se da escolha da solução certa para determinado problema ou necessidade. O que fica explicitado nessas abordagens e que o princípio da Eficiência diz respeito aos meios empregados para atingir determinado fim a ser determinado de acordo com as características de cada contexto em que o sentido é empregado, não sendo possível, assim, generalizar que a eficiência limita-se a fatores de resultado monetário a priori. Independentemente de seu significado nos diferentes campos teóricos discutidos, cabe identificar quais os resultados previstos para, assim, determinar os meios a serem relacionados e o sentido de "eficiência" que será utilizado.

No contexto de gestão de cooperativas este debate inicia com as considerações de Schneider (2001), que destaca que - somente o êxito econômico da cooperativa compromete seu sentido de existência, colocando em segundo plano todos os valores e princípios característicos do cooperativismo. O autor aponta os riscos de uma gestão cooperativa focada somente em resultados econômicos, sendo um deles o esvaziamento da participação do associado, por não se compreender responsável pelos caminhos trilhados pela cooperativa. Para Schneider, a instrumentalização econômica não é um fim, mas um meio de a cooperativa efetivar sua função social. Sendo assim, é reconhecível a necessidade da gestão cooperativista, desenvolver sentidos de resultados voltados a interligar a dimensão social e econômica da organização. Prerrogativa esta já descrita nos princípios e valores do cooperativismo.

2 Sobre os sentidos de "eficiência" na gestão cooperativa: considerações sobre meios e fins

Na delimitação dos sentidos de "eficiência" vinculados à gestão de uma organização ou empreendimento cooperativo, identificamos algumas correlações entre a dinâmica de um empreendimento cooperativo e a proposta de uma empresa capitalista. Questões como a efetividade da gestão, proporcionando resultados monetários para os sócios e sustentabilidade socioeconômica e ambiental, são alguns dos fatores recorrentes nas duas formas de organização. Todavia, com base nas diferenciações estatutárias que delimitam as organizações cooperativas é importante reconhecer que a principal diferenciação, no que tange à gestão cooperativa, está na tensão para apresentar resultados – tanto na dimensão social (organização de pessoas) como na econômica (em sua dimensão empresarial).

Segundo Schmidt e Perius (apud CATTANI, 2003), opor essas duas racionalidades, a cooperativa e a capitalista, e identificá-las como totalmente contrárias nos coloca em uma contradição, pois a cooperativa atua social e economicamente junto ao sistema de produção capitalista, em alguns momentos mantendo negócios comerciais como compra, venda e prestação de serviços junto a empreendimentos capitalistas.

Em suas respectivas representações de eficiência, também identificamos correlações e distanciamentos entre as duas racionalidades, tanto na dimensão do termo como na compreensão dos limites dos impactos sociais e ambientais na geração de resultados e indicadores de eficiência. Em outras palavras, existem diferenciações no que tange aos meios e fins de ação sobre os resultados propostos pelas duas racionalidades.

O demonstrativo abaixo representa uma análise comparativa dessa afirmação, utilizada como forma de evidenciar a diferenciação entre meios e fins através das diretrizes de um empreendimento que

se propõe cooperativista e de uma empresa capitalista, que se propõe a seguir o modelo de uma economia de mercado:

Quadro - Demonstrativo de diferenciação de meios e fins da gestão em cooperativa

Modelo Econômico	Meios	Objetivos / Fins	Resultados
Capitalismo: economia de mercado	- Pessoa - Recursos naturais - Comunidades	- Acúmulo de capital - Maximização dos lucros - Competitividade no mercado	- Continuidade do modelo de desenvolvimento - Ampliação das desigualdades sociais - Reproduz modelo formal de economia
Proposta cooperativa	- Capital financeiro - Mercado - Sobras	- Qualidade de vida dos cooperados - Desenvolvimento local sustentável	- Modelo de desenvolvimento sustentável - Reproduz modelo substantivo de economia

Fonte: Baioto (2018)

O quadro acima intenciona evidenciar a diferenciação de sentidos de valor entre as duas formas de organização. Reconhecemos essa diferenciação da seguinte forma: na empresa capitalista, os meios sociais empregados na gestão visam a garantir uma boa imagem social ou uma adequação às exigências legais das políticas de inclusão, ou mesmo um aumento da produtividade; no entanto, o objetivo final é o acúmulo de capital, e as consequências reproduzem os paradigmas desse modelo. Na organização cooperativa, os resultados de uma eficiência econômica monetária visam a garantir a eficiência na prestação de serviço (objetivos) junto aos associados, garantindo uma melhor distribuição de renda. As consequências disso, segundo já

elencamos, constituem um desenvolvimento mais sustentável. Compreender a abrangência dessa diferenciação representa um fator estratégico na gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista. No entanto, essa diferenciação precisa estar presente no processo gerencial, no entendimento dos colaboradores e associados e na imagem da cooperativa junto à comunidade local e ao mercado, representando um posicionamento interno e externo por parte da organização.Em outras palavras, o sentido de resultado da gestão cooperativa, e consequentemente os indicadores de resultado, necessitam ser relacionados a um sentido cooperativista da organização.

Reconhecemos que a dimensão econômica da organização cooperativa necessita gerar resultados monetários de desenvolvimento, mas que este não é o objetivo da cooperativa; é, antes, um meio que a cooperativa tem de efetivar o resultado social de sustentabilidade junto aos associados e comunidade. A base analítica para a construção do quadro apresentado, bem como os argumentos decorrentes deste, é referenciada pelas diretrizes do "ato cooperativo" (lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.) e amparada pela lei das cooperativas, onde fica destacado que a cooperativa tem um fim social e não econômico. Neste sentido, o quadro segue a diretriz do "ato cooperativo", evidenciando assim que os meios não podem ser confundidos com os fins, a custo de se tornar similar ao modelo de gestão e de resultado de uma empresa capitalista de mercado.

O paradoxo que configura a gestão de um empreendimento que se propõe cooperativista consiste em não encarar os elementos econômicos da dimensão empresarial como um fim em si, mas como um meio para objetivos voltados à proposta cooperativista (PANZUTTI, 1998 apud Baioto 2018). Esse risco parece iminente quando avaliamos que a sua relação com o mercado considera que o empreendimento cooperativo não se limita ao intercâmbio de mercadorias e serviços, mas também de compreensões sobre o agir social Baioto (2018). Em outras palavras, a relação com o mercado

pode estimular a adequação entre os meios e os fins da gestão de um empreendimento cooperativo de acordo com as referências do paradigma utilitarista.

Godbout (1998, apud Baioto 2018) considera que a base da racionalidade instrumental, inerente ao paradigma do mercado, atua na distinção entre os fins e os meios, como uma separação das duas ordens. Os meios, para ele, contaminam os fins, com o objetivo de otimizar o processo de tornar o produto mercantil.

Como decorrência desse paradoxo, podemos destacar o seguinte questionamento: como avaliar os resultados possíveis da inversão de percepção em um empreendimento cooperativo, no que tange aos vínculos sociais, aos princípios do agir econômico e às representações das práticas econômicas monetizadas? Esse questionamento aponta para duas considerações: a primeira, com base em Godbout (1998 apud Baioto 2018) e Polanyi (2000 apud Baioto 2018), avalia que as diretrizes da economia de mercado propiciam a corrosão dos laços sociais; e a segunda leva em conta que as bases da proposta de empreendimentos no formato de cooperativa são a aproximação e a manutenção de vínculos sociais fusionais voltados à cooperação e à reciprocidade. Neste sentido, cabe ponderar que a negligência com esses laços, que aqui podemos denominar "ativos sociais", representaria não apenas a inversão dos princípios cooperativistas, mas também uma forma de adaptação aos paradigmas da economia de mercado, voltados ao utilitarismo com relação aos resultados gerados. Baioto (2018).

Compreender a pluralidade da proposta da organização de um empreendimento cooperativista evidencia a necessidade de se avaliar, de forma mais ampla, a abrangência dos objetivos previstos por esse modelo de organização, os quais não se restringem exclusivamente à sua viabilidade econômica. Baioto (2018) Ou seja, a viabilidade de um empreendimento que se propõe cooperativista depende da identificação de sua totalidade, ou seja, da interação entre suas representações de eficiência, eficácia e efetividade. Com base nas

considerações apresentadas, justifica-se a necessidade de uma maior delimitação dos significados referentes aos *resultados esperados da gestão desse modelo de organização*. Baioto (2018) Entendemos que as representações de uma "Eficiência Cooperativista" podem evidenciar alguns elementos norteadores desse formato de organização socioeconômica. Neste sentido, defendemos que "Eficiência Cooperativista" *representa conceitualmente: "**o reconhecimento de que os resultados objetivados como fins da gestão de uma organização cooperativa são indissociáveis de sua dupla dimensão (social/econômica) e que os princípios cooperativistas são balizadores desses resultados**." (Baioto 2018 p. 90)* Sendo assim, os indicadores de uma **eficiência** cooperativista teriam como referenciais de análise os princípios e valores do cooperativismo aliados aos resultados de sustentabilidade socioeconômica do empreendimento. Essa abordagem reconhece a necessidade de incorporar tanto aspectos tangíveis como intangíveis relacionados à gestão dessa organização. Em um sentido epistemológico, reconhecemos na delimitação conceitual apresentada a indissociabilidade entre a organização e as pessoas, e entre o econômico e o sócia. Esta análise possibilita a construção de indicadores multidimensionais que tenham condições de ampliar o debate sobre resultados da gestão de cooperativas voltada à efetivação do propósito cooperativista.

REFERÊNCIAS

SCHNEIDER, J.O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. **Cadernos Cedope**, São Leopoldo, v. 10, n. 12, 2001.

CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BAIOTO, Carlos Daniel. Cultura cooperativista como potencializador de eficiência cooperativista: um estudo de caso da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2018

EFICIÊNCIA E TRÍADE DA GESTÃO DE COOPERATIVAS

Carlos Daniel Baioto [1]

A análise de resultados no contexto da gestão de cooperativas é um tema complexo, cabível de análise de várias instâncias de riscos. A abordagem aqui apresentada é delimitada como um tipo específico de risco, o que Giddens (1999) delimita de risco fabricado, ou seja, um risco construído dentro da organização. O tema delimitado, contexto de risco, remete a questão da necessária distinção entre: as singularidades da gestão de uma organização cooperativa e o risco desta gestão ser pautado com base em paradigmas de gestão de outros modelos de organização. O risco está em descaracterizar os sentidos de resultados no contexto da gestão de cooperativas. O ponto de aprofundamento aqui apresentado remete a questão da simplificação quanto a construção de indicadores de resultados que, podem ser distintos do propósito cooperativista. Para aprofundamento da análise sobre paradigma e simplificação, podemos referenciar Morin (2000) que delimita que a reprodução de uma lógica voltada ao paradigma da simplificação tende a repetir modelos já "normatizados como hegemônicos" em detrimento a necessidade de análises mais complexas sobre as singularidades das diferentes realidades, em uma

[1] Doutor em Ciências Sociais pela UNISINOS, Prof. e Coordenador do curso de graduação pós-graduação em Gestão de Cooperativas e no CESURG, e professor convidado dos pós-graduação em Gestão de Cooperativas na UNISINO, pesquisador e consultor em Gestão de Cooperativas. E-mail: cbaioto46@gmail.com

tentativa de normatizar ou simplificar a modelos formais, contextos que são singulares e complexos.

No contexto da gestão de cooperativas, esta adequação a modelos voltados ao paradigma da simplificação tem como consequência uma distorção dos sentidos de propósito cooperativista. Esta situação pode colocar a cooperativa no risco de representar uma mera adequação às necessidades do mercado dentro de uma metodologia de cooperação, visto que a cooperação não é exclusividade das organizações cooperativas mas de todas as organizações sociais. A ausência deste debate no campo da gestão de cooperativas tem como uma das consequências - o risco de reproduzir relações precárias com o associado e com a comunidade que não conseguem identificar a diferença entre a cooperativa e outros modelos de organização no que tange aos resultados gerados, ou seja, a cooperativa não consegue diferenciar-se de outros modelos de organização nem internamente entre colaboradores e gestores, e nem junto a comunidade.

Tendo como base as considerações representativas da **Eficiência Cooperativista**, Baioto (2018), trabalhada em artigo anterior, identifica-se a necessidade de aprofundar a análise de construção de indicadores, que respondam as análises de objetivos fim da gestão de cooperativas e superem a simplificação de análise de resultados deste modelo de organização. Neste sentido, a contribuição reflexiva aqui apontada, trata da construção de indicadores de resultados que demonstram a pluralidade da avaliação de resultados tendo como perspectivas as seguintes perguntas: - O que vem a ser "resultados" na gestão de cooperativas? E que tipo de indicadores poderiam evidenciar estes resultados?

A reflexão sobre a pluralidade dos indicativos acerca do impacto socioeconômico da gestão de empreendimentos cooperativos nos impõem o desafio de construir indicadores voltados a evidenciar de forma inter-relacional os resultados de uma **Eficiência Cooperativista (Baioto (2018)** ou seja, a construção de

indicadores multidimensionais que abarquem questões sociais, econômicas, tendo como referência os princípios do cooperativismo como forma de diferenciar-se de outros modelos de organização. Neste sentido, o quadro apresentado representa o reconhecimento do que delimitamos como - evidências de uma **Tríade da Gestão Cooperativa**, (Baioto 2018) que incorpora: a) princípios cooperativistas como balizadores ou referências interpretativas do modelo de organização quanto aos meios e fins; b) ações de resultado econômico da gestão, como objetivos-meios (dimensão econômica); e c) ações de resultado social da gestão, como objetivos-fins (dimensão social). Esses elementos, organizados no formato de quadro, possibilitam evidenciar referências operacionais de análise de resultados de uma **Eficiência Cooperativista**.

Quadro 1 - Análise demonstrativa da tríade da gestão cooperativa

Princípio cooperativo (Referências)	**Resultado econômico (Objetivos-meios-meios)**	**Ação e resultado social (Objetivos-fins)**
1. Adesão voluntária e livre	- Ampliação do quadro de associados, e consequentemente de capital integralizado a cooperativa - Ampliação de inserção financeira na comunidade - Potencialização dos ativos sociais e econômicos	- Potencialização de ações de lideranças locais a fim de fomentar a participação na cooperativa - Fomento à construção de vínculos comunitários locais - Fortalecimento do capital político e humano da cooperativa

2. Gestão democrática pelos associados	- Aumento da participação nas assembleias da cooperativa – representa maior envolvimento e fidelização destes - Potencialização da rotatividade da gestão - Ampliação de lideranças locais - Estímulo maior à fidelização do associado	- Criação de ambientes democráticos, bem como investimento em formação continuada voltada à qualificação da participação do associado - Fortalecimento do capital político e humano da cooperativa - Potencialização da transparência de gestão - Aumenta do envolvimento do associado - Manutenção do capital político e social da cooperativa
3. Participação econômica dos associados	- Ampliação de cotas-partes da cooperativa - Ampliação de ativos tangíveis e intangíveis - Ampliação da cultura empreendedora dos associados com isto gerar mais ativos para a cooperativa - Ampliação do fundo de reserva e Fates.	- Construção de benefícios aos associados, que agreguem valor à relação de trabalho junto à cooperativa - Valorização do associado e dos potenciais deste de empreender
4. Autonomia e independência	- Ampliação da sustentabilidade - Ampliação de ativos tanto para a cooperativa como para associados - Efetivação do processo de governança _- Implementação da Organização do Quadro Social da Cooperativa	- Fortalecimento de ações comunitárias de autonomia tanto da cooperativa como dos associados e comunidade (em âmbito político e econômico) - Maior seguridade social e econômica do associado.

5. Educação, formação e informação	- Ampliação da variedade de ativos - Maior controle e transparência da gestão - Ampliação da autonomia e independência da cooperativa - Qualificação profissional - Ampliação da cultura empreendedora entre associados e colaboradores, ampliando ativos econômicos e sociais	- Investimento na disseminação de uma cultura cooperativista e comunitarista. - Ampliação da qualificação participativa do associado - Formação continuada, a fim de qualificar a relação de conhecimento dos associados e da comunidade local sobre a importância do cooperativismo - Gestão do capital intelectual da cooperativa - Potencialização da autogestão - Aumento do capital intelectual da cooperativa - Aumento do capital social
6. Intercooperação	- Potencialização de ações em redes de cooperação - Geração de mais ativos entre associados e comunidade cooperativa - Ampliação da integração cooperativa - Ampliação da economia cooperativista - Fortalecimento do setor	- Fortalecimento das relações entre cooperativas de forma multidimensional – tanto entre os ramos do cooperativismo em âmbito microrregional como macrorregional - Acréscimo de valor às relações junto a outras cooperativas - Aumento do capital comunitário em rede - Aumento do capital político

7. Compromisso com a comunidade	- Ampliação da fidelização do associado e da comunidade - Ampliação da aderência da cooperativa com a comunidade - Sustentabilidade e desenvolvimento da comunidade e por sinergia também da cooperativa	- Envolvimento nas necessidades da comunidade, atuação na formação e fortalecimento de vínculos fusionais, não utilitaristas - Aumenta o capital comunitário em rede - Aumento do capital político

Fonte: Baioto (2018)

A construção deste quadro possibilita demonstrar de forma sintética as possibilidades de uma interpretação gerencial dos princípios do cooperativismo como um vetor estratégico de desenvolvimento desse modelo de organização. Fica evidenciada a inter-relação entre as ações da dimensão econômica e como elas influenciam os resultados das ações sociais. Importante destacar que as dimensões sociais e econômicas não estão em escala de hierarquia; sendo assim, entendemos que algumas ações podem – dependendo do contexto – começar por uma ação social capaz de influenciar o resultado na dimensão econômica – e vice-versa. Tudo depende do contexto da cooperativa. Destacamos, a título de exemplo, algumas ações gerenciais que têm por base os princípios cooperativistas na geração de desdobramentos sociais e econômicos:

a) Princípio da gestão democrática dos associados: pode ser facilmente relacionado à governança cooperativa, à organização social dos associados, aos meios de comunicação estratégicos internos da cooperativa, aos canais de transparência, aos boletins informativos e ao fortalecimento de ações de nucleação das redes sociais como forma de fortalecer os vínculos com o associado.

b) Princípio da autonomia e independência: busca dar foco à sustentabilidade da organização com base no empreendedorismo junto ao associado, na não dependência de um único setor de trabalho e na autonomia tanto em relação ao primeiro setor como ao segundo setor.

c) Princípio da educação e formação: está relacionado à gestão do conhecimento e fortalecimento do capital intelectual, tanto do corpo social da cooperativa como de novas lideranças. Também inclui incentivos à formação continuada de associados e filhos de associados, investimento em educação cooperativista para os diferentes níveis de formação da cooperativa, investimentos em pesquisa e inovação, intercâmbios de conhecimento entre cooperativas e redes de apoio. Schneider (2001)

d) Princípio do compromisso com a comunidade: reconhecido como responsabilidade social, propicia investimento em desenvolvimento regional, estímulo a cadeias produtivas locais voltadas a cooperativas e apoio a fóruns locais com a comunidade para identificar estratégias para um desenvolvimento local sustentável.

As possibilidades de uso desse quadro são multidimensionais, com potencial de adequação às peculiaridades de cada ramo do cooperativismo e do contexto regional e microrregional – não representando, assim, uma matriz única, mas adaptável ao plano de ação estratégico de cada cooperativa. Outra questão que fica evidenciada através desse quadro é a sinergia de capitais tangíveis e intangíveis do processo de gestão. Uma vez que essa sinergia é identificada, a capacidade de gerar resultados multidimensionais é potencializada. Lembrando que a Sinergia de Capitais Baioto (2018) só é possível com o reconhecimento sobre o que vem a ser recurso disponível na gestão de cooperativas, ou seja, o que e capital tangível e intangível no contexto da gestão e como estes capitais interagem em prol de uma análise sobre resultados gerados pela cooperativa em seus diversos setores. A ausência de uma análise de indicadores

multidimensionais específica da gestão de cooperativas, produz, como risco, incorrer na reprodução dos mesmos objetivos fins de uma empresa de capitais, ou empresa de mercado, voltada a outra lógica de análise de resultados específicos deste modelo de organização. O debate sobre os sentidos de resultados, meios e fins, na gestão de cooperativas, contribui para gerar subsídios ao processo de tomada de decisão, no processo gerencial, operacional, de comunicação e no processo assemblear da cooperativa. A construção da Tríade da Gestão de Cooperativas objetivou contribuir para uma reflexão que supere interpretações simplistas sobre as singularidades da gestão de cooperativas, aproximando os resultados da cooperativa ao propósito cooperativista.

REFERÊNCIAS

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. São Paulo: Record, 1999.

MORIN, E. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Coleção Nova Consciência).

BAIOTO, Carlos Daniel. Cultura cooperativista como potencializador de eficiência cooperativista: um estudo de caso da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2018

SCHNEIDER, J.O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. **Cadernos Cedope**, São Leopoldo, v. 10, n. 12, 2001.

ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Edemar Rotta[1]

Existe uma extensa tradição de estudos sobre o tema, presente na literatura das áreas de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas (NOGUEIRA, 2021; THOMSEN, 2018; ARRETCHE, 1995; DRAIBE e HENRIQUE, 1988). Não é objetivo deste verbete, neste dicionário, retomar este debate que já é de conhecimento público na literatura nacional e internacional. Concentra-se, aqui, na tarefa de identificar sua emergência, na sociedade europeia, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX; explicitar suas características básicas; identificar os principais "modelos"; e incitar a reflexão sobre sua crise e possibilidades.

A sociedade europeia, da segunda metade do século XIX e início do século XX, experimenta a afirmação do Modo de Produção capitalista "maduro"; a explicitação de suas contradições básicas; a emergência de reações organizadas; e o desafio de produzir alternativas, no mesmo e para o mesmo (POLANYI, 2000; HOBSBAWM, 2001 e 2002). Neste cenário emerge a necessidade de discutir a relação entre Estado, desenvolvimento econômico e sistemas de proteção social (DREIBE, 2006). Portanto, o Estado de Bem-Estar[2] é um fenômeno histórico moderno, que precisa ser

[1] Doutor, com Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social (PUCRS). Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – Mestrado (UFFS). E-mail: erotta@uffs.edu.br

[2] Presente na literatura e nas experiências práticas com denominações variadas, sendo as mais usuais "Estado Providência", *Welfare States*, Estado Social, Estado

situado em seu tempo histórico para conseguirmos compreender suas características fundamentais. Nesta busca das características que formam o núcleo básico do conceito (*core*), segue-se a tradição teórica e os usos correntes nas experiências práticas (FONSECA, 2014).

Arretche (1995) identifica a existência de duas grandes tradições teóricas, com divergências entre elas, quando se trata de buscar a origem e as características básicas do Estado do Bem-Estar Social. A primeira, acentua os fatores econômicos e pode ser compreendida a partir de duas grandes tendências: os que ligam o fenômeno às mudanças ocorridas a partir do processo de industrialização e os que o entendem como uma resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista. A segunda, acentua os fatores políticos e pode ser compreendida a partir de três tendências: os que o compreendem como resultado de uma progressiva ampliação dos direitos dos cidadãos; os que o entendem como resultado de um acordo entre capital e trabalho; e os que o identificam como produto das configurações históricas que antigas estruturas estatais e instituições políticas passaram a assumir diante das transformações do capitalismo.

Quando se trata de analisar as experiências práticas implantadas na Europa ocidental e derivadas para outros países do mundo, a literatura existente, mesmo com algumas divergências, tende a identificar a Alemanha (a partir da experiência conduzida por Bismarck), a Inglaterra (a partir do Plano Beveridge) e a Suécia (a partir do governo conduzido na aliança entre o Partido Social Democrata e o Partido Agrário) como berços. Destas experiências originárias a ideia se expande para outros países do mundo. No caso da América Latina, o desenvolvimentismo é que incorpora (ou utiliza) algumas características dos modelos originários (DRAIBE, 2006; ARRETCHE, 1995; NOGUEIRA, 2021; VOLF e OLIVEIRA, 2016; entre outros).

---

do Bem-Estar Social (NOGUEIRA, 2021). Ou ainda representados na configuração de regimes de bem-estar ou sistemas de proteção social.

A partir da análise de literatura (nos aspectos históricos, epistemológicos e teóricos) e das experiências concretas, se pode afirmar algumas características que estariam no *core* do conceito, tais como: (1) ***uma forma particular de regulação social*** que se expressa pela transformação das relações entre o Estado, o mercado e as organizações da sociedade civil em um dado momento do desenvolvimento econômico capitalista; (2) ***um conjunto de institucionalidades*** capazes de intervir nos processos de produção e distribuição da riqueza, no sentido de proteger os indivíduos contra as diferentes fontes de insegurança que limitam sua capacidade de atender às necessidades fundamentais e de se inserir na dinâmica produtiva e na vida social (MARSHALL, 1967); (3) um ***padrão de financiamento público da economia capitalista***, no qual se utiliza o fundo público, a partir de regras pactuadas na esfera pública, tanto para a produção quanto para a reprodução da força de trabalho (NOGUEIRA, 2021); (4) ***sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados*** de educação, saúde, habitação, previdência, assistência e substituição de renda, que, em conjunto com as políticas de salário e emprego, regulam, direta e indiretamente, o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário na economia (AURELIANO e DRAIBE, 1989); (5) um ***conjunto de programas sociais inclusivos***, a partir da geração de excedentes econômicos, proporcionados pela revolução industrial e pelo grau de desenvolvimento tecnológico, combinados com as pressões políticas derivadas da expansão das democracias capitalistas (NOGUEIRA, 2021); (6) um ***modelo dominante de solidariedade*** que gere certo grau de coesão social, um sistema de valores pactuados coletivamente, a limitação dos conflitos, a redução das desigualdades, relações de poder menos assimétricas e a busca coletiva do bem-estar de todos (ESPING-ANDERSEN, 1991, 1998).

Fiori (1997), analisando as experiências de *Welfare States* contemporâneos refere que as mesmas foram possíveis graças à generalização do paradigma fordista; a existência de um consenso

suprapartidário em torno dos valores do crescimento e do pleno emprego; um consenso em torno das políticas keynesianas; a manutenção de um ritmo de crescimento econômico constante e sem precedentes na história capitalista; a existência de ganhos fiscais crescentes que foram alocados por coalizões políticas socialmente orientadas; um ambiente econômico global criado pelos acordos de Bretton Woods; um clima de solidariedade nacional que instalou-se logo depois da guerra dentro dos países vencedores e vencidos, e, logo depois, pela solidariedade supranacional gerada pelo novo quadro geopolítico; e o avanço das democracias partidárias e de massa que, pelo menos nos países centrais – onde de fato pode-se falar de *welfare* –, permitiu que a concorrência eleitoral aumentasse o peso e a importância das reivindicações dos trabalhadores – e dos seus sindicatos e partidos – e dos demais setores sociais interessados no desenvolvimento dos sistemas de *welfare states*.

Analisando a literatura se percebe a existência de diversas tipologias quando se trata de classificar as experiências de Estado Social implantadas no mundo, dependendo, em grande parte, da forma como articulam as políticas econômicas e as sociais. Uma das classificações mais aceitas é a construída por Esping-Andersen (1991, 1998), a partir da tipologia originalmente concebida por Titmuss. Ele propôs a existência de três modelos de Estado de Bem-Estar Social: o **liberal** (anglo-saxão: Irlanda, Reino Unido, EUA), que se caracteriza pelo papel residual do Estado, o qual se restringe a assegurar o pleno funcionamento do sistema e o atendimento das necessidades fundamentais de grupos sociais específicos, notadamente aqueles que não são capazes de sobreviver por seus próprios meios; **o conservador-corporativo** (Europa continental: Alemanha, França, Áustria, Bélgica e Luxemburgo), no qual o Estado assume o papel de criar um conjunto de benefícios básicos à população, garantidos via pagamento de contribuições ou mecanismos de regulação do mercado de trabalho, a fim de evitar ricos e gerar segurança nas relações econômicas e sociais; e **o social-democrata** (Dinamarca, Finlândia

e Suécia), no qual o Estado assume o papel central na relação com o mercado e com as instituições da sociedade civil, garantindo, via financiamento público, o acesso a um conjunto de benefícios que evitem os riscos e produzam elevado grau de solidariedade social.

A partir do final de década de 1970, o Estado do Bem-Estar Social passa a ser responsabilizado como um dos principais culpados pela crise do capitalismo (grande, pesado, burocrático, excessivo na regulamentação, na proteção e nos custos sobre o mercado e a sociedade) e a sua superação como uma exigência para sair da crise. Grupos mais à direita passam a defender um Estado enxuto e menos oneroso à sociedade e ao mercado, tendência esta que Fiori (1997) denomina como a "nova direita". Grupos mais à esquerda criticam o caráter cooptativo e o uso dos direitos sociais como mecanismos de gestão dos conflitos, exigindo maior participação e controle social sobre as políticas e a organização do Estado, tendência esta que Fiori (1997) chama de "nova esquerda". Esta crise, as tendências de reorganização e/ou superação, bem como suas possibilidades diante do cenário atual do desenvolvimento do Modo de Produção capitalista são debates inconclusos que desafiam quem se interessa pelo estudo do tema.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. T.S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **Boletim informativo e bibliográfico (BIB) das ciências sociais**, n. 39, Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995. p. 3-40.

AURELIANO, Liana; DRAIBE, Sônia M. A especificidade do "Welfare State" Brasileiro. In: Ministério da Previdência e Assistência Social/Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **A política social em tempo de crise**: articulação institucional e

descentralização. v. 1. Reflexões sobre a natureza do Bem-estar social. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989, p. 86-179.

DRAIBE, Sônia. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea**. 30º Encontro Anual da ANPOCS** – GT19 – Políticas Públicas. Sessão 1 – Reformas Institucionais e Políticas Sociais. Caxambu, 24-28 de outubro de 2006
.

DRAIBE, Sônia M.; HENRIQUE, Wilnês. *Welfare State*, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 3, n. 6, p. 53-78, 1988.

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do Welfare State.** Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 85-110, 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of Welfare Capitalism.** Princeton: Princeton University Press, 1998.

FIORI, José L. **Estado do Bem-Estar Social**: padrões e crises. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.

FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimento: a construção de um conceito. In: CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marco Antônio M. (orgs.). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. p. 29–78.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848 – 1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875 – 1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARSHALL, Thomas H. **Política social**. Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOGUEIRA, Vera M. R. Fundamentos e tendências dos Sistemas de Bem-Estar Social. *In*: ROTTA, Edemar; LAGO, Ivann C.; KAPELINSKY, Fabiano (org.). **Desenvolvimento e políticas públicas em perspectivas.** Cruz Alta: Ilustração, 2021, p. 107-158.
POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

THOMSEN, Débora B. G. Revisão de literatura sobre o Welfare State. **Revista Científica UMC**, Mogi das Cruzes, v. 3, n. 2, p. 1-11, ag. 2018.

WOLF, Paulo J. W.; OLIVEIRA, Giuliano C. Os Estados de Bem-Estar da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 3 (58), p. 661-694, dez. 2016.

FALSO COOPERATIVISMO

Marcos Paulo Dhein Griebeler[1]

A possibilidade de burlar o sistema no campo do trabalho não se restringe unicamente ao "jeitinho" comumente conhecido no Brasil quando da busca pela fácil obtenção de algo. O Cooperativismo também possui seus desafios dentro do campo do trabalho, imerso em um contexto que exprime cuidados quando pessoas se valem da sistemática de solidariedade e de autogestão para a prática escusa de vínculos trabalhistas.

A lei 12.690/2012, define uma cooperativa de trabalho como "a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho". Dito de outro modo, uma pessoa significa um voto e não a quantidade integralizada que eventualmente poderia gerar um peso para as decisões.

Ao mesmo tempo, neste encontro, elegem alguns companheiros para administrarem os bens e negócios comuns. Neste caso, os sócios participam, de fato, da vida societária da cooperativa, sem fraudes ou interesses particulares se sobrepondo aos coletivos. Ou seja, em uma cooperativa autêntica, as pessoas reúnem-se com frequência e quando se encontram em uma assembleia geral debatem os principais assuntos de interesse de todos os integrantes, com a lógica da associação de pessoas e não de capital.

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT-RS. E-mails: marcosdhein@faccat.br; marcosadmrs@hotmail.com

Sobre este último item, cabe destacar que as políticas neoliberais dos últimos anos levaram à financeirização de diversas empresas, o que impôs um novo complexo de reestruturação produtiva que atingiu a objetividade e a subjetividade do mundo do trabalho (ALVES, 2000), metamorfoseando os trabalhadores, gerando uma necessidade de garantirem sua subsistência pelo único meio que possuem: sua força de trabalho.

Deste modo, o falso cooperativismo (ou também conhecido como coopergato), aparece com essa junção da palavra "cooperativismo" + "gato", sendo este último um epíteto conferido aos intermediadores de trabalhadores do meio rural que informalmente chamam, buscam e organizam o encaminhamento de trabalhadores aos espaços ocupacionais para um trabalho informal, reforçando o descumprimento da lei, sem a garantia de direitos trabalhistas.

Contudo, é importante destacar ainda que a gênese dessa prática tem sua formação embrionária representada pelas fazendas de laranja no início de 1990, que contava com até 10.000 trabalhadores (LIMA, p. 90, 2011). Alguns outros exemplos podem ser representados pelos boias-frias do Nordeste, que objetivamente, junto com a exploração na prática, caracterizam-se por formas de trabalho escravo, inclusive, de crianças (PICCININI, 2004).

Ainda sobre as fraudes no âmbito do cooperativismo, em alguns casos, a formação da cooperativa se dá atualmente por ex-patrões ou por ex-funcionários que ocupavam cargos de chefia em uma determinada empresa com a intenção de reduzir os custos da força de trabalho. Geralmente, a empresa fecha um setor, demite seus empregados, até então contratados pelo regime baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por isso, acaba se valendo agora de uma nova alternativa: mantém os ex-funcionários como cooperados, trabalhando da mesma forma (horário, atividade e salário).

Em linhas gerais, estas organizações se constituem com a alegação de manter alguns dos princípios cooperativos, tais como

autogestão, autonomia e livre associação. Contudo, a decisão dos rumos a serem tomados não cabem aos trabalhadores, mas sim aos que possuem a relação estabelecida com as empresas interessadas em uma mão-de-obra barata e sem risco, não indo ao encontro daquilo que se espera dentro do contexto, como sendo a mobilização coletiva um ato de resistência ante à exploração do trabalho. Como reforço, cabe destacar ainda que tal prática desviante não acontece unicamente no meio rural, mas também na área urbana, principalmente pela criação de coopergatos em áreas como Serviços de Limpeza, Manutenção, Educação e Transporte.

Isto, por extensão, em um primeiro momento ocasiona uma série de ações na Justiça do Trabalho em que o trabalhador busca receber seus direitos como empregado, algo que compromete não apenas a lógica dos princípios como a integridade dos "falsos" cooperados, reforçando a ideia de que a exploração se traduz em uma forma sistematizada, tendo como pretexto o ideário cooperativo. O resultado colateral ocasiona também uma deterioração no processo esperado de desenvolvimento por meio do prejuízo gerado à emancipação social, uma vez que na cooperativa o trabalhador.

Cabe destacar que ações infringentes como esta aqui descrita deve ser combatido, por qualquer que seja o ator social, seja a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, que vem reconhecendo essa prática (SENADO, 2019), o cidadão, o Ministério Público, ou até mesmo o trabalhador que é vítima desse parasitismo do capital. Dito de outro modo, o que realmente importa é a conformidade das cooperativas, especificamente aquelas de trabalho dentro dos moldes da lei. Ao contrário disso, evidentemente não existirá uma relação de associação, mas sim de emprego informal e de subterfúgio da essência cooperativa.

Ou seja, as cooperativas, quando efetivamente organizadas e institucionalizadas, que seguem os princípios e valores históricos, podem representar de modo possível a autonomia dos trabalhadores, mesmo quando inseridos em uma economia capitalista e flexibilizada.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BRASIL. Lei 12.690. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12690.htm>. Acesso em: 24 set. 2021.

LIMA, Jacob Carlos. **Coopergatos (ou falsas cooperativas)**. *In*: Dicionário de trabalho e tecnologia. Antonio David Cattani e Lorena Holzmann (Org.), Porto Alegre, Zouk, 2011, 494 p.

PICCININI, Carolina Piccinini. **Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 68-105. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/J9YGyXhhXMMFmcztPs9DBNR/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2021

SENADO. Agenda Econômica. **Denúncia**: falsas cooperativas podem estar sendo usadas para gerar estabilidade no emprego. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/agenda-economica/2019/08/denuncia-falsas-cooperativas-podem-estar-sendo-usadas-para-gerar-estabilidade-no-emprego>. Acesso em: 22 ago. 2021

GESTÃO DE COOPERATIVAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES

Carlos Eduardo Ruschel Anes[1]
Louise De Lira Roedel Botelho[2]
Enise Barth[3]
Dioneia Dalcin[4]

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor e pesquisador do Curso de Administração e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: carlos.anes@uffs.edu.br

[2] Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora colaboradora Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC), professora titular Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: louisebotelho@uffs.edu.br

[3] Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGPDD) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: enise.barth@gmail.com

[4] Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Email: dioneia.dalcin@uffs.edu.br

O cooperativismo é conceituado como uma filosofia de vida, que procura oportunizar condições melhores para as pessoas por meio da transformação do mundo em um lugar mais mitigado e justo. Além disso, segundo a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, o cooperativismo sugere que é possível unir o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, a produtividade e a sustentabilidade, o individual e o coletivo (OCB, 2021).

A respeito das cooperativas, convém sublinhar que a primeira iniciativa de se constituir uma sociedade com esses moldes ocorreu em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, como resultado de um processo que procurava atenuar ou suprimir os desequilíbrios econômicos e sociais oriundos da Revolução Industrial. As primeiras cooperativas, então, surgiram em um ambiente de crise e desemprego permeado por problemas de distribuição de renda e repleto de condições de exploração. Assim, com objetivos claros e eticamente discutidos, um grupo de 28 tecelões fundou a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale", que tinha como principal finalidade o homem e não o lucro (FARIAS; GIL, 2013). Fatores que evidenciam que o cooperativismo está atrelado ao desenvolvimento de regiões, pelo processo organizativo e produtivo.

Em 1995, durante o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), ocorrido em Manchester, também na Inglaterra, foram elaborados os Princípios do Cooperativismo Mundial, a saber: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação e Interesse pela comunidade (OCB, 2021).

Na adesão voluntária e livre, as cooperativas são abertas para todas as pessoas que tenham intenção de participar, desde que estejam alinhadas ao objetivo econômico proposto pela instituição, e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.

Na Gestão democrática, as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os membros, que participam ativamente na formulação de políticas e na tomada de decisões. Os representantes oficiais, por seu turno, são eleitos por todo o grupo.

Na Participação econômica dos membros em uma cooperativa, os integrantes contribuem equitativamente para o capital da organização. Desse modo, parte do montante é, normalmente, propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando existir. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa, contanto que decidido democraticamente.

Na autonomia e independência, as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e têm como premissa elementar permanecer com esse arranjo. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, sejam elas públicas ou privadas, as negociações devem ser feitas para assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.

No princípio que relaciona a educação, formação e informação, ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir tanto para o desenvolvimento dos negócios como para o desenvolvimento das localidades onde estão inseridos. Além disso, são oferecidas informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e as vantagens do cooperativismo.

Na intercooperação, o cooperativismo se materializa pelo trabalho em conjunto. É por meio da atuação coletiva que as cooperativas fortalecem o movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou,

até mesmo, internacionais, o objetivo é sempre a reunião em torno de um bem comum.

Quanto ao interesse pela comunidade, este princípio visa contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo inerente ao cooperativismo. Para tanto, as cooperativas utilizam de políticas aprovadas pelos membros.

São prioridades fundamentais do sistema cooperativo, conforme Büttenbender et al. (2020), pelo vínculo da territorialidade e compromisso com o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos seus membros e das regiões onde estão inseridos: a qualificação dos processos de gestão e a intercooperação entre cooperativas. Contribuindo assim, com a dinâmica do desenvolvimento regional.

Até o ano de 2019 no Brasil, o cooperativismo possuía 13 ramos[5]. No entanto, em 2020, após um processo democrático e uma avaliação minuciosa dos benefícios para as cooperativas, a estrutura foi modificada para sete ramos: agropecuário; crédito; transporte; trabalho, produção de bens e serviços; saúde; consumo e infraestrutura (OCB, 2021).

O ramo agropecuário reúne cooperativas relacionadas às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. O papel da cooperativa consiste em receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados e, sobretudo, em oferecer assistência técnica, educacional e social. No ramo relacionado ao Crédito, o negócio visa promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado, sempre a preço justo e em condições vantajosas para os associados. Afinal, o foco do cooperativismo de crédito são as pessoas, não o lucro.

O transporte, como mais um ramo do cooperativismo no Brasil, é formado por cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. Essas cooperativas têm gestões

[5] Agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, mineração, produção, saúde, infraestrutura, trabalho, especial, turismo e lazer e transporte (SCHMIDT; PERIUS, 2003).

específicas para cada uma de suas modalidades: transporte individual (táxi e mototáxi), transporte coletivo (vans, micro-ônibus e ônibus), transporte de cargas ou motofrete e transporte escolar. Em relação ao ramo do Trabalho, Produção de Bens e Serviços, pode-se interpretar que esta é a grande mudança no processo de modernização, pois essa é a nova denominação do antigo Ramo Trabalho. A partir da atualização, o novo ramo engloba as cooperativas que prestam serviços especializados a terceiros ou que produzem bens tais como beneficiamento de material reciclável e artesanatos, por exemplo. Assim, reúnem-se aqui todas as cooperativas de professores e dos antigos ramos: produção, mineral, parte do turismo e lazer e, por fim, especial.

Quanto à saúde, o Brasil é referência neste ramo. Além de ser pioneiro no setor é o país com maior número de cooperativas dedicadas à preservação e à promoção da saúde humana. Cabe destacar que o segmento surgiu no Brasil e se expandiu para outros países. Com a modernização, o novo ramo saúde reúne cooperativas formadas por médicos, odontólogos ou profissionais ligados à área de saúde humana, enquadrados no CNAE 865, e as cooperativas de usuários que se reúnem para constituir um plano de saúde, consideradas como operadoras.

O ramo do consumo é composto por cooperativas que realizam compras em comum, tanto de produtos quanto de serviços, para seus cooperados (supermercados, farmácias). As cooperativas formadas por pais para contratação de serviços educacionais e aquelas de consumo de serviços turísticos também pertencem a esse ramo. Assim, a principal alteração foi a inclusão dos antigos campos “Educacional” e “Turismo e Lazer”. Quanto ao ramo da Infraestrutura, este é formado por cooperativas que fornecem serviços essenciais para seus associados, como energia e telefonia, por exemplo. Seja por meio do repasse de energia de concessionárias ou da geração da sua própria, esses empreendimentos garantem o acesso dos cooperados às condições fundamentais para seu desenvolvimento. A principal

alteração neste ramo foi a incorporação do antigo "Ramo Habitacional", que passou a incluir também as cooperativas de construção de imóveis para moradia.

Esta modernização foi realizada com o intuito de garantir que o sistema fique mais próximo da realidade vivida pelas cooperativas de modo a gerar, cada vez mais, resultados positivos tanto para as pessoas quanto para os negócios.

As cooperativas, todavia, requerem modelos de gestão eficientes, eficazes e efetivos, os quais proporcionem sustentação para que estas tenham vantagens competitivas reais, sustentadas e duradouras (OLIVEIRA, 2011, p. 4), ancorados nos seus princípios cooperativistas e nos ramos de atuação. Nesta perspectiva, o empreendedorismo pode se inserir à gestão cooperativa por meio de pessoas que tenham em seus perfis a capacidade de ter visão; de tomar decisão; de agregar valor aos serviços e produtos; de ser dinâmico; de liderar, de estabelecer redes de relacionamentos; de organização e de conhecimento (DORNELAS, 2003).

Na interpretação de Strobel Neto (2003), os empreendedores são pessoas de visão, ou seja, materializam pensamentos emergentes e esses levam a novas relações que, por sua vez, contribuem para aprimorar a própria maneira de pensar, num processo contínuo de mudança e incorporação de novas tecnologias a produtos e serviços. Martins (2013), complementa e destaca que para os empreendedores, as decisões delimitam as ações. Dependem, sobretudo de um planejamento, pois podem gerar boas ou más consequências. Assim, as decisões representam uma das principais ferramentas para lidar com oportunidades, desafios e incertezas presentes no cotidiano das empresas, e porque não, das organizações cooperativas.

Portanto, a gestão de cooperativas complementa de maneira singular o próprio processo produtivo de trabalho deste modelo organizacional. Pois, as cooperativas ao adotarem um sistema de gestão que integre princípios empreendedores permite que essas organizações se integrem em diferentes cenários econômicos, fazendo

com que o processo de tomada de decisão se torne mais assertivo em conjuntura ao mercado em que estão integradas.

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, P. L., SPAREMBERGER, A., ZAMBERLAN, L., PERDONSINI, D., BÜTTENBENDER, B. N. Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: um olhar regional, do local para o global. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, *7*(13), 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/40082/pdf_1>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

DORNELAS, J. C. de A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.

FARIAS, C. M.; GIL, M. F. **Cooperativismo.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Pelotas, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LEMOS, M. R. A. de et al. Cooperativas de crédito: uma nova opção no mercado financeiro. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO**, 2007, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2007. Disponível em: <http://ri.uepg.br:8080/riuepg/handle/123456789/760?show=full>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARTINS, D. R. **Processo de decisão e empreendedorismo:** um estudo com empreendedores da região oeste de Santa Catarina. Pedro Leopoldo-MG, 2013. Disponível em:<https://fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2

013/dissertacao_daiana_ransan_martins_2013.pdf >. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

OCB, Sistema. **O QUE É COOPERATIVISMO**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas** – uma abordagem prática. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 63-71.

STROBEL NETO, H. **Empreendedorismo, o processo visionário**: inovação e criatividade. Salvador, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10651/1/HELMUTH%20STROBEL%20NETOseg.pdf> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

GESTÃO SÓCIO-EMPRESARIAL SOLIDÁRIA

Raquel Oses Cabrera[1]
Sandra Raquel López De Mesa Oses[2]

A gestão empresarial nas organizações é um conceito administrativo que evoluiu com o tempo, foi importado da economia tradicional indiscriminadamente para o modelo cooperativo, para a economia social e solidária. A partir de concepções básicas, genéricas e tradicionais da economia, para alguns autores a administração e gestão são as mesmas, para outros são conceitos diferentes, concebendo amplamente, administração como a ação de disposição de recursos, formulação de políticas, planejamento de ações para atingir os objetivos, implementação de processos de organização, direção e controle (comumente chamados de processo administrativo e suas etapas) para uma operação eficiente, diferente da gestão de uma organização, pois está de acordo com a economia tradicional coloca em prática o que é planejado, realizando as diligências necessárias e as estratégias propostas para atingir os objetivos estabelecidos.

Estas importações conceituais e teóricas indiscriminadas da economia tradicional, para o cooperativismo e a economia social e solidária, sem levar em conta as particularidades destas outras formas de fazer economia, não consideram as empresas da economia social e

[1] Trabajadora social de la Universidad Nacional de Colombia. Magíster en educación. Docente, investigadora y consultora. Miembro del Comité Científico CIRIEC Colombia, E-mail: raque.oses.c@gmail.com
[2] Administradora de Empresas, Especialista en Gerencia de Proyectos y Candidata a Magister en Desarrollo Humano FLACSO Argentina. e-MAIL:, sandralopezdemesa@hotmail.com

solidária como empresas diferentes das outras do setor capitalista privado, embora entendamos como Jorge de Sá (2010, p.15) que: "a economia social não é vista de forma antagônica em relação ao modelo capitalista dominante e global, mas sim como uma economia complementar e de proximidade, capaz de responder e resolver os problemas específicos de pessoas específicas, promovendo a coesão e a integração social". As teorias e conceitos administrativos aplicados às economias transformadoras devem caminhar na direção de sua identidade, de suas características particulares.

Ao aplicar os conceitos administrativos de um modelo que é muito diferente, há o risco de distorcer os objetivos e metas substanciais das economias transformadoras, pois se baseiam em diferentes concepções teóricas, níveis técnicos, ambientes e paradigmas, as organizações em cooperativismo, a economia social e solidária são agentes de mudança, que respondem a partir de uma visão holística de interesse mútuo, são empresas em que seus membros são proprietários, usuários e, em alguns casos, trabalhadores, sem fins lucrativos, mas não com a intenção de perda. As empresas de economia social e solidária são outra forma de fazer economia que envolve ações recíprocas baseadas na solidariedade e associatividade que beneficiam seus membros.

Embora interações de diferentes concepções teóricas possam contrastar e alimentar, a natureza de uma empresa de capital é obter lucro ou lucro para fortalecer financeiramente os proprietários principalmente, embora eles também tenham se aproximado em outras direções, por exemplo, do bem-estar laboral de seus empregados ou da responsabilidade social e ambiental, sua essência difere amplamente das organizações da economia social e solidária, que embora estejam imersas no mercado com diferentes orientações, visam objetivos mais amplos que não se restringem apenas ao econômico e financeiro, tratam também de objetivos multidimensionais que têm a ver com o desenvolvimento integral de seus associados, com aspectos sociais, econômicos, educacionais,

culturais, políticos e ambientais que geram bem-estar para seus membros, famílias e comunidades vizinhas, ou seja, são geridos com outros critérios além do lucro, que constituem outra forma de economia, que também é suscetível de medição. Portanto, suas concepções teóricas e conceituais devem estar de acordo com sua identidade e natureza.

Para o conceito que nos diz respeito, assumimos que administração e gestão são conceitos diferentes, que, assim como existe uma Gestão Sócio Empresarial Solidária, existe também uma Administração de Organizações Solidárias, que se afastam das concepções tradicionais. Enquanto para Oses e Muñoz (2016, p. 66), o processo administrativo de empreendedorismo sócio empresarial solidário é:

> [...] o conjunto de ações interdependentes que põem em ação a dinâmica estratégica, tática e operacional da organização, ações que são o produto da vontade política de cada um e de cada uma das pessoas associadas, com o objetivo de ser socialmente capaz e economicamente sustentável.

Assim, a gestão sócio empresarial solidária para eles abrange um espectro mais amplo de organizações (2016, p. 100):

> [...] essa força que torna possível ser uma organização solidária com desafios mais ambiciosos que os de qualquer empresa comercial tradicional, pois além do crescimento econômico para ser sustentável, ela tem desafios sociais, culturais, ambientais, políticos, administrativos e educacionais que a tornam "ser" também socialmente capaz. Este é o valor agregado que as pessoas associadas às organizações de solidariedade oferecem à sociedade no exercício de sua identidade e pertencimento na prática dos postulados da economia solidária.

O acima exposto enfatiza a gestão, mas com relação à solidariedade sócio empresarial, é primeiro prudente se referir à socio

economia, pois a partir deste conceito é possível falar de sócio empreendedorismo, a Real Academia Espanhola o define como "pertencente ou relacionado a fatores sociais e econômicos", enquanto social se refere à sociedade e à comunidade, que, juntamente com o econômico, têm uma correlação importante. Da perspectiva socioeconômica e do comunitarismo proposto pelo sociólogo Amitai Etzioni (2007), ele afirma que "um argumento central da socio economia é que toda economia está inserida em uma sociedade, com instituições éticas e políticas específicas" e portanto "o estudo do ambiente social do mercado é intrínseco ao estudo do próprio mercado", Ele afirma que embora existam crises no capitalismo, existem também falhas estruturais dentro dele, que não explicam outros comportamentos, como o mutualismo, daí a necessidade de repensar, em seu trabalho "A Dimensão Moral". Rumo a uma nova economia" expressa que muitas realidades não podem ser explicadas operacionalmente ou teoricamente na economia dominante, referindo-se apenas ao mercado ou ao Estado, pois entre estas existem muitas atividades comunitárias que não respondem apenas a estas lógicas, além das falhas morais e exigências éticas da economia de mercado.

Por exemplo, para conceber o desenvolvimento humano como a expansão das liberdades fundamentais, Amartya Sen (2000, p. 99) aponta que ele requer "a eliminação das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, a escassez de oportunidades econômicas e privações sociais sistêmicas". De acordo com o acima exposto, Max-Neef's (1998, p. 38) em Desenvolvimento Escala Hmana exige uma nova forma de interpretar a realidade, diferente da convencional, em grande parte orientada para a satisfação das necessidades humanas, o que implica, naturalmente, ir além do econômico, até mesmo do social.

Para o conceito que nos preocupa, o socioeconômico inclui novas dimensões, nas quais não há divisão entre o social e o econômico, mas são pensados numa lógica diferente na qual a

comunidade é enfatizada. É por isso que falamos de empreendedorismo sócio empresarial solidário, onde o social e o econômico são combinados em uma organização, que tem a ver com a comunidade, com a base organizacional social e as formas solidárias e associativas de negócios. É um termo que tem sido cunhado, que combina diferentes elementos que fazem parte das organizações da economia social e solidária, o que lhes permite responder a diferentes frentes na amplitude de seus objetivos desde a democracia, solidariedade e autogestão. As empresas de economia social e solidária devem crescer simultaneamente em múltiplas frentes, processos inter-relacionados da cultura de participação democrática, a produção de bens e serviços, a educação, a geração de excedentes para o bem-estar de seus associados, famílias e comunidades de forma sustentável.

O professor Razeto tentou dar um reconhecimento teórico às práticas, relações e organizações que têm um caráter de solidariedade econômica, que estão fora da lógica privada e estatal, onde ele reconhece a solidariedade como um elemento ativo nas forças produtivas, relações e comportamento econômico (1993, p.183), em unidades baseadas em relações econômicas de doação, reciprocidade, cooperação e comensalidade. Nessas organizações, prevalece o fator humano, a relação entre os sujeitos que tomam decisões e os sujeitos que executam o que foi decidido. Relações estruturadas de diferentes maneiras, mas nas quais prevalece o fator humano, a relação social entre os sujeitos que tomam decisões e os que executam o que é decidido, dando lugar ao fator de gestão, que em resumo é definido como um poder-fazer (Mora Rendón, 2012).

As organizações da economia social e solidária respondem a uma filosofia e práticas que as diferenciam, as quais estão em processo de consolidação teórica e conceitual. Portanto, é oportuno falar de GESTÃO SÓCIO EMPRESARIAL SOLIDÁRIA, que se define como a execução de atividades e a coordenação das interações que compõem o processo associativo solidário dentro das organizações cooperativas e da economia social e solidária, através da prática de valores e

princípios cooperativos, a fim de alcançar seus propósitos, no exercício de suas decisões, em coerência com sua identidade, valorizando recursos e comprometendo os membros na busca do desenvolvimento integral, visando objetivos amplos e multidimensionais, que não se restringem aos aspectos econômicos e financeiros, mas incluem aspectos sociais, educacionais, culturais, ambientais e políticos, a fim de gerar bem-estar para os membros, suas famílias e comunidades vizinhas, com o objetivo de serem socialmente capazes e economicamente sustentáveis.

Não há dúvida de que a Gestão Sócio Empresarial Solidária e a Administração das Organizações Solidárias possuem ferramentas importantes como: o Plano de Desenvolvimento Sócio Empresarial, o Projeto Educativo Sócio Empresarial - PESEM e o Balanço Sócio Empresarial Solidário.

REFERENCIAS

DE SÁ, J. (2010). **Formación profesional y cooperativa en Portugal.** Cuadernos de Desarrollo Rural, 7 (65), 149- 173.

ETZIONI, A. (2007). **La dimensión moral**. Hacia una nueva economía. Madrid. Palabra.

MAX-NEEF, M. (1998). **Desarrollo a escala humana.** Barcelona. Learia.

MORA, S. (2012). **La gestión en las asociaciones de pequeños y medianos productores agropecuarios:** ¿un nuevo modelo administrativo? Observatorio de la Economía Latinoamericana.

OSES, R. y MUÑOZ, M. (2016). **Modelo de gestión socioempresarial solidario**: reflexiones conceptuales. Bogotá. Corporación Universitaria Minuto de Dios

RAZETO L. (1993). **Los caminos de la economía de solidaridad.** Santiago de Chile. Ediciones PET.

SEN, A. (2000). **Desarrollo y libertad**. Argentina. Planeta.

GOVERNANÇA EM COOPERATIVAS

Clea Beatriz Macagnan[1].

As mais de 3 milhões de cooperativas existentes no mundo, responsáveis pela geração de cerca de 250 milhões de empregos, o que corresponde a aproximadamente 10% de toda a população economicamente ativa (OCB, 2020). Em conjunto, as 300 maiores cooperativas mundiais faturaram, em 2019, mais de US$ 2 trilhões (OCB, 2020). De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2020), em 2019, no Brasil, existiam 5.314 cooperativas, distribuídas em 7 ramos: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços; e transporte. Essas informações permitem inferir a importância desse tipo de organização para a economia e a sociedade onde as mesmas encontram-se inseridas. Isso porque, diferente das organizações corporativas, as cooperativas têm vínculo com os interesses locais da sociedade onde estão instaladas, pois se originam das forças econômicas daí existentes. Sua sustentabilidade depende da qualidade da relação que estabelece com o contexto social em que se encontra inserida. A concepção da organização cooperativa: "juntos somos mais fortes", nasceu em meados de 1844, na Inglaterra (SCHNEIDER, 2006). Para os associados permanecerem juntos é preciso cuidar da relação que a organização estabelece com os seus cooperados.

[1] Senior Professor Ph.D. Program in Finance Accounting and Professional Master's in Law at the University of Vale do Rio dos Sinos.

De outra parte, as organizações cooperativas enfrentam desafios semelhantes às organizações corporativas. O livro de Berle e Means: *The modern corporation and private property* (1932) chama a atenção sobre um novo conceito de propriedade, classificando em dois tipos: propriedade de consumo e propriedade produtiva. Enquanto o primeiro tipo refere-se a bens e serviços os quais objetivamos utilizar, como: roupas e calçados, por exemplo, o outro representa investimento sobre o qual objetivamos receber renda ou obter lucro. Portanto, quando abordamos aqui sobre propriedade, estamos refletindo sobre a propriedade produtiva, e não a de consumo. Berle e Means (1932) estudaram a organização empresarial, caracterizada como sociedade anônima, em que se define por um sistema de gestão hierarquizado, com um controle central, mas com muitos proprietários. O que leva a separação da propriedade e do controle, uma vez que na estrutura organizacional não há espaço para todos os proprietários atuarem. Embora as sociedades anônimas sejam juridicamente diferentes das organizações cooperativas, ambas possuem esta mesma característica; muitos são proprietários, associados das cooperativas, e poucos atuam na gestão da mesma. O que difere de uma firma de pequeno ou médio porte, em que o proprietário é também o gestor; quem toma as decisões e controla a respectiva organização.

Nessa perspectiva, as organizações cooperativas, assim como as sociedades anônimas, caracterizam-se pela separação entre a propriedade e o controle da organização. A separação da propriedade e controle cria as condições de dois possíveis problemas: emergência de conflito de interesse e de assimetria de informação entre as partes envolvidas no contrato: proprietários e gestores. O nível de informação é distinto entre os gestores e os proprietários, à medida que o segundo é incapaz de observar todas as ações do primeiro, o que possibilitaria uma melhor avaliação sobre a gestão da organização (AKERLOF, 1970; BERLE e MEANS, 1932; JENSEN e MECKLING, 1976). No contexto das organizações cooperativas, essa fundamentação encontra sentido,

na medida em que um pequeno número de associados (proprietários) exerce funções de gestão ou no conselho de administração (controle) (FERREIRA ET. AL., 2020). Outro problema é conflito de interesse, o qual emerge sempre que os gestores, sejam eles dirigentes ou do conselho de administração, adotarem decisões que privilegie seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos associados da cooperativa. Assimetria de informação e a emergência de conflito de interesse entre gestão e cooperativados são problemáticas estabelecidas pela estrutura de sociedade que caracteriza as organizações cooperativas.

As cooperativas, por serem sociedades decorrentes da união de pessoas visando o alcance de um objetivo comum, embora necessitem das sobras para se manterem ativas, buscam levar aos cooperados e a sociedade onde estão inseridas, desenvolvimento e renda (LUND, 2013; ICA, 2017). Dessa forma, a sua sustentabilidade e desenvolvimento das cooperativas dependem da qualidade da relação entre cooperados e cooperativas. Portanto, superar as problemáticas de conflito de interesse e assimetria de informação é uma condição necessária. Nessa perspectiva, emerge a proposição de sistema de governança como mecanismo mitigador dessas problemáticas nas organizações cooperativas. O sistema de governança varia segundo a estrutura de capital da organização, a saber: familiar, de organizações sem fins lucrativos (ONGs), corporativa ou mesmo em cooperativas. Ainda, os sistemas de governança variam segundo as bases institucionais de cada sociedade (MORCK, 2005 e LA PORTA, SHLEIFER, LOPEZ-DE-SILANES, 1999), a qual regula as relações e determina as possibilidades de atuação das organizações. No Brasil temos o sistema proposto pela Organização de Cooperativas no Brasil (OCB) e do Banco Central do Brasil para as cooperativas de crédito.

O sistema de governança em cooperativas pode ser definido como um conjunto de mecanismos, da organização ou de Estado, que permite aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo sua continuidade e os princípios

cooperativistas. Isto com vistas a ampliar as condições gerais de segurança, de eficiência, redução dos riscos e retorno aos associados. Porém, os mecanismos propostos pela OCB ou pelo Banco Central do Brasil não têm caráter normativo; é de adesão voluntária, no sentido de que não há obrigatoriedade por parte das cooperativas em adotá-las. O sistema baseia-se em princípios os quais devem nortear o comportamento na tomada de decisão dos gestores das cooperativas.

Segundo o sistema de governança proposto pela OCB, os princípios são cinco, a saber: autogestão, senso de justiça, transparência, educação e sustentabilidade. Autogestão é o processo pelo qual os próprios cooperados, de forma democrática e por meio de organismos de representatividade e autoridade legítimos, assumem a responsabilidade pela direção da cooperativa e pela prestação de contas da gestão. Vale ressaltar que os agentes de governança são responsáveis pelas consequências de suas ações e omissões. O princípio: Senso de Justiça configura-se pelo tratamento dado a todos os cooperados orientado por: igualdade e equidade em suas relações com a cooperativa e nas relações desta com suas demais partes interessadas. Outro princípio é o de Transparência, o qual chama atenção sobre a importância de facilitar o acesso das partes interessadas às informações que vão além daquelas determinadas por dispositivos legais, visando à criação de um ambiente de relacionamento confiável e seguro. O quarto princípio: Educação, o qual destaca a importância de investir no desenvolvimento do quadro social, visando à formação de lideranças, para que estas tragam em seus conhecimentos de gestão e administração a essência da identidade cooperativa, base de sucesso e perpetuidade de sua doutrina. E o último, e não menos importante, o princípio de Sustentabilidade, o qual orienta a busca por uma gestão ética nas relações internas, para geração e manutenção de valor a todas as partes interessadas, visando à perenidade da cooperativa, considerando os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos.

Quando pensamos na estrutura do sistema de governança em cooperativas, a OCB propõe a organização conforme figura abaixo:

Fonte: OCB

Vale destacar que a assembleia geral dos cooperados configura-se como órgão soberano da sociedade, o qual deve atuar dentro dos limites legais e estatutários e detém poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. Suas deliberações vinculam todos os cooperados, ainda que ausentes ou discordantes, seguindo a ordem do edital de convocação. Convocação que deve explicitar o local, a data e a hora, facilitando a presença do maior número possível de cooperados e a oferecer tempo suficiente para que se preparem adequadamente para a deliberação. A prestação de contas da gestão a assembleia geral deve conter: demonstrações contábeis, relatório de gestão e os planejamentos estratégico e orçamentário, aprovados pelo Conselho de Administração. Ainda, o sistema prevê que o valor das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, devem ser divulgados de forma individualizada. É recomendada a disponibilização das atas na íntegra aos cooperados, em meio eletrônico, seja por página na Internet, seja por envio pelo

correio eletrônico ou outra forma de comunicação. Importante é que o cooperado tenha acesso às deliberações da assembleia.

O conselho de administração configura-se como o órgão colegiado, eleito pela Assembleia Geral, constituído pelo mínimo cinco e máximo onze conselheiros, sempre uma composição ímpar, o qual deverá atuar no processo decisório em nível estratégico, configurando-se como ele entre os cooperados e a gestão para orientar e supervisionar a relação desta última com as demais partes interessadas. O presidente do conselho de administração deverá assegurar que os conselheiros recebam informações completas e tempestivas para o exercício dos seus mandatos e que o mesmo monitore o processo de avaliação do Conselho. Importante destacar que o presidente não deve acumular o cargo de executivo principal da cooperativa (função executiva e gerencial) para que possa ser mitigado o risco de conflito de interesse.

O conselho fiscal, de outra parte, é o órgão colegiado, também eleito pela assembleia geral, com poderes estatutários e legais de fiscalizar, assídua e minuciosamente, os atos da administração da cooperativa. É subordinado exclusivamente à assembleia geral e, portanto, independente dos órgãos de administração. A estrutura prevê a possibilidade de a cooperativa contar com um conselho consultivo e de comitês, os quais seriam estabelecidos segundo a necessidade da organização, os quais atuariam como forma de apoio seja ao corpo diretivo ou aos conselhos: de administração ou fiscal.

De outra parte, o Banco Central do Brasil propõe diretrizes para as cooperativas de crédito: representatividade e participação; direção estratégica; gestão executiva e fiscalização e controle. Sobre representatividade e participação é recomendado que a administração realize esforços para assegurar a efetiva representatividade e participação dos associados nas deliberações da assembleia geral, estando atenta às regras de votação, ao processo eleitoral e à participação dos associados. Para tanto é importante a formação cooperativista, desenvolvimento de liderança e responsabilidade

social. Na Assembleia, a deliberação sobre a prestação de contas deve ser precedida da leitura dos pareceres da auditoria externa e conselho fiscal. As cooperativas devem adotar o procedimento de contagem e divulgação dos votos, em vez do voto por aclamação. O processo eleitoral deve estar regulamentado nos normativos da cooperativa e regras devem ser de amplo conhecimento dos associados. Cabe à comissão eleitoral zelar pela segurança no processo, pela transparência e igualdade de oportunidade de participação.

Com relação a direção estratégica, a orientação é que deve haver clara separação entre os papéis desempenhados pelos administradores com funções estratégicas e executivas. É desejável que a remuneração dos administradores com funções estratégicas, quando não se tratar de trabalho voluntário, tenha relação com a remuneração atribuída ao executivo principal, não computados os benefícios e eventual remuneração variável desse último. A gestão executiva deve atuar com responsabilidades, seguindo código de conduta e padrões éticos, seguindo políticas de risco amplamente divulgadas para o quadro funcional da cooperativa de crédito e prestação de informações. Estabelecer parâmetros de comparação com outras cooperativas, especialmente em temas como custos administrativos frente à receita, nível de exposição a riscos e índices de inadimplência. Vale observar que os valores e critérios de remuneração dos administradores devem estar disponíveis a qualquer associado.

Em termos de fiscalização e controle, o sistema de governança das cooperativas de crédito proposto pelo Banco Central do Brasil destaca a auditoria e o conselho fiscal. O Conselho Fiscal verifica as obrigações legais e estatutárias e o exame da gestão e atos que tenham impacto sobre os resultados da cooperativa. Poderá solicitar aos auditores internos esclarecimentos ou informações, bem como aos auditores externos a apuração de fatos específicos. Sua criação é obrigatória e fundamental na estruturação organizacional da Governança de cooperativas; encontra-se subordinada exclusivamente à assembleia geral. Conselho Fiscal é visto como uma

forma de controle independente para os cooperados. Seus membros não devem ter negócios com a cooperativa, além daqueles realizados na condição de associados. Os novos conselheiros fiscais empossados devem receber, dos administradores e dos conselheiros fiscais remanescentes, informações necessárias à efetividade de sua atuação.

Para finalizar, as diretrizes propostas pelo Banco Central do Brasil para as cooperativas de crédito são orientadas por quatro princípios que regem o sistema de governança, a saber: transparência, equidade, ética e prestação de contas. O princípio da transparência objetiva mitigar a problemática de assimetria de informação entre a gestão e os cooperados, possibilitando melhor entendimento sobre as decisões adotadas pelos gestores da cooperativa. O princípio de equidade significa tratar equitativamente os associados de tal forma que injustiças sejam mitigadas. O princípio de ética deve orientar o comportamento dos gestores em suas decisões, enquanto representantes dos cooperados na gestão da cooperativa. Por último, não menos importante, o princípio de prestação de contas, muito relacionado ao princípio da transparência, chama atenção da importância de os gestores prestarem contas de seus atos aos cooperados.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. **The Market for "Lemons"**: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. The Quarterly Journal of Economics. Vol. 84, No. 3 (Aug., 1970), pp. 488-500.

ARROW, Kenneth J. **Uncertainty, and the welfare economics of medical care**. The American economic review, v. 53, n. 5, p. 941-973, 1963.

ARROW, Kenneth J. **The economics of moral hazard:** further comment. The American Economic Review, v. 58, n. 3, p. 537-539, 1968.

Banco Central do Brasil. **Governança Cooperativa:** Diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito. <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/gov_coop/DiretrizesVersaoCompleta.pdf>. In 28 de março de 2022.

BERLE, A., MEANS, G. **The modern corporation and private property.** New York: Harcourt, 1932.

COASE, Ronald H. **The nature of the firm**. Economica, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

FERREIRA, Marcelo; MACAGNAN, Clea; VANCIN, Daniel e TOALDO, Ana. **Technical assistance**: A determinant of cooperative member loyalty. Annals of Public and Cooperative Economics. P.565-567: 04 November 2021. https://doi.org/10.1111/apce.12312.

JENSEN e MECKLING. **Theory of the firm**: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics. Volume 3, Issue 4, October 1976, Pages 305-360

LA PORTA, Rafael, SHLEIFER, Andrei, LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. C**orporate ownership around the world**. Journal of finance, New York, v. 54, 1999.

LUND, M. **Cooperative Equity and Ownership:** An Introduction. University Of Wisconsin Centre For Cooperatives, [s. l], p. 1-49, 2013. Disponível em:

<http://www.uwcc.wisc.edu/pdf/Cooperative Equity and Ownership.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

MORCK, Randall K. (Ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research – NBER, 2005.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO.** 2020. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/ anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: mai. 2021.

OCB. **MANUAL DE GOVERNANÇA COOPERATIVA.** <https://www.ocb.org.br/publicacao/16/manual-de-governanca-cooperativa>. In 11 de março de 2022.

GOVERNANÇA

Nelson José Thesing[1]
Luciana Moro de Souza[2]

O termo governança surge como orientação (steering), ao indicar de como pilotar um navio. Mais tarde, a orientação, indica análises para compreender a relação das empresas com o mercado; bem como, a orientação feita pelo Estado, ao proporcionar certo tipo de ação estatal. Já os artigos clássicos, de Berle e Means, 1932; Coase, 1937, apresentam as concepções das modernas corporações, inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Recebe apoio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Governança na literatura internacional, apresenta diferentes concepções, de um extremo, as concepções sobrevalorizam o caráter empresarialista, como governança urbana, de outro, concepções referentes às formas de governança democrática e compartilhada

1 Doutor em Integração Regional. Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC. E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

2 Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC. E-mail: luciana.moro@unijui.edu.br

entre os atores sociais, institucionais, governamentais e empresariais (DALLABRIDA, 2015).

No Brasil, o modelo de governança corporativa, conquista seu espaço com a criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Já a governança cooperativa conquistou seu espaço pela Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa (SESCOOP), pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS), ao auxiliarem no desenvolvimento dos Princípios de Governança Cooperativa

Governança cooperativa, do IBGC, foi embasado nas estruturas existentes e praticadas pelas cooperativas de crédito, saúde, contou com os ensinamentos de Rossetti e Andrade (2022), que semearam os quatro marcos construtivos da governança: 1) O ativismo pioneiro de Robert Monks (ao qual se juntou o de investidores institucionais), que, a partir da segunda metade dos anos 80, mudou o curso da governança nos Estados Unidos; 2) O Relatório Cadbury, menos personalista que o ativismo de Monks, produzido de comitê constituído no Reino Unido em 1992, para definir responsabilidades de conselheiros e executivos, visando à prestação responsável de contas e transparência, em atenção aos interesses legítimos dos acionistas; 3) Os princípios da OCDE, definidos em 1998, voltados para o bom funcionamento das corporações e dos mercados de capitais e, por esta via, para o desenvolvimento das nações; e 4) A Lei Sarbanes- Oxley, aprovada em julho de 2020 pelo Congresso dos Estados Unidos.

Governança - Guia das Melhores Práticas de Governança Cooperativas (2015, p.15-16):

Transparência: Mais do que a obrigação de informar, é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações das

cooperativas com terceiros. Não deve se restringir ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem a criação de valor.

Equidade: Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os cooperados e demais partes interessadas (*stakeholders*). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.

Prestação de Contas *(Accountability*): Os agentes de Governança devem prestar contas de sua atuação de forma transparente e equânime, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões.

Responsabilidade Corporativa: Os agentes de Governança devem zelar pela sustentabilidade das cooperativas, visando a sua longevidade e perenidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Governança Cooperativa – liderada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pelo Manual de Boas Práticas da Governança Cooperativa, que aborda conceitos e princípios importantes da governança, aplicada a sociedades cooperativas e trata de outras questões fundamentais, como o papel de cada agente, além da função dos órgãos de administração e fiscalização.

Governança cooperativa - Manual de Boas Práticas (2016, p.13): "define a governança cooperativa como um modelo de direção estratégica, baseado nos valores e princípios cooperativistas, que estabelecem práticas éticas visando garantir os objetivos sociais e assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável de acordo com os interesses dos cooperados", oportunizando visibilidade aos

Princípios da Governança Cooperativa:

Autogestão: processo pelo qual os cooperados são responsáveis pela direção e prestação de contas da cooperativa. Os agentes de governança respondem pelas consequências de atos e omissões;

Senso de Justiça: é o tratamento dado a todos os cooperados com igualdade e equidade em suas relações com a cooperativa e nas relações da cooperativa com suas demais partes interessadas;

Transparência: visa facilitar voluntariamente o acesso dos interessados às informações além das exigidas por dispositivos legais, criando um ambiente de relacionamento confiável e seguro;

Educação: investir no desenvolvimento do quadro social visando formar lideranças que tragam em seus conhecimentos de gestão e administração à essência da identidade cooperativa;

Sustentabilidade: significa buscar a gestão ética nas relações internas e externas para geração e manutenção de valor a todas as partes interessadas, visando à perenidade da cooperativa.

Governança é uma temática complexa, para Rodrigues e Brandão (2010) de natureza multidisciplinar, composto por variáveis de campos do conhecimento como economia, finanças, teoria organizacional, direito, sociologia, ética, comunicação e teoria da informação.

Governança cooperativa conta os agentes estabelecidos pela OCB (2016): Cooperados, Assembleia Geral, Conselho de Administração/Diretoria, Conselho Fiscal, Comitês Técnicos, Auditoria Independente, Auditoria Interna e Gestão Executiva, para assegurar que toda a organização esteja em conformidade com os seus princípios, valores, práticas efetivadas em políticas, procedimentos, normas, dispositivos regulatórios.

Para Gorla *at al.* (2015) afirmam: [...] a governança é composta por um conjunto de mecanismos institucionais e de mercado que induzem administradores a maximizar o valor do fluxo de caixa de acordo com o interesse dos proprietários". Para Nascimento (2010) diz respeito ao conjunto instrumental, que a administração pode usar para assegurar que os recursos dos quais ela se utiliza nas atividades, sejam otimizados de uma forma que os resultados atendem ou superem as expectativas das pessoas envolvidas na empresa

Governança cooperativa é uma atitude ética, uma percepção das necessidades coletivas, da autogestão, onde "ser humano é viver e atuar em conjunto" no dizer de Thesing (2015, p. 97). Ainda, o autor sustenta que essa força gregária, o esforço associativo, possibilita a marca de humano, onde a arte de cooperar possa somar em cada um, uma atitude de desprendimento, vontade de partilha, uma conquista por melhores dias, para homens e mulheres. Para Silva (1986), as cooperativas são uma constituição de pessoas e não de capital, necessitam trilhar os caminhos dos valores éticos, da democracia, transparência, em oposição à sociedade mercantil que visa só o lucro. Klaes e Saln (1997), apontam a importância da Educação Cooperativista, como um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas.

Governança cooperativa cultiva "autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo" (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p. 6)

A **Governança** cooperativa, para Ventura (2009), é um conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, de natureza pública e privada, buscando sua perenidade. Bialoskorski Neto, Barroso e Rezende (2012), apontam a necessidade de estudos que se dediquem a compreensão do nível de participação dos associados nas práticas de gestão.

A governança cooperativa para OCB (2016, p.12), [...] é um modelo de direção estratégica, fundamentado nos valores e princípios cooperativistas, que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a autogestão, a autodisciplina das cooperativas de modo sustentável, em consonância com os interesses dos cooperados".

Gestão de Riscos em um processo de governança - responde a eventos que possam afetar os objetivos estratégicos da

organização, de acordo com o Guia de Orientação para Gerenciamento de riscos Corporativos, do IBGC (2015). Suas diretrizes devem ser estabelecidas pelo Conselho de Administração, fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Externa

Cooperação – em uma perspectiva do materialismo histórico, Marx (1980, p. 374) define a cooperação como "a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos". Assim, no processo de (re) criação das relações de trabalho, faz-se necessário, estabelecer condições objetivas e subjetivas para o fortalecimento da cooperação como prática social humanizadora e mediadora do processo de reprodução ampliada da vida.

Dallabrida (2016, p. 37), chama atenção para [...] a governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridades a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial.

Governança - os desafios: Para Harmes (2006), há um projeto específico neoliberal de governança, que implica em "trazer a economia para cima", para a escala supranacional, pela mobilidade do capital, ao centralizar as competências políticas facilitadoras do mercado, e "empurrar a política para baixo", pela descentralização de competências políticas capazes de inibirem as forças de mercado. Já para Santos (2005), há um movimento contra hegemônico que implica em estratégias contrárias, colocando o campo político em evidencia as

organizações, movimentos sociais, como espaço democrático de debate onde problemas privados são tornados públicos (ou políticos).

REFERÊNCIAS

BERLE, A.; MEANS, G. **The Modern Corporation and Private Property**. **New York:** McMillan, 1932.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BARROSO, M. F. G.; REZENDE, A. J. **Governança Cooperativa e Sistemas de Controle Gerencial:** uma Abordagem Teórica de Custos da Agência. Brazilian Business Review**,** v. 9, n. 2, 2012.

COASE, Ronald. **The Nature of Firm**. Oxford University Press. New York, 1937.

DALLABRIDA, V.R. **Governança Territorial:** do Debate Teórico à Avaliação da sua Prática. Análise Social, v.2ª, 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência. São Paulo: LiberArs, 2016.

GORLA, M. C.; MAGRO, C. B. D.; KROENKE, A.; HEIN, N. Ranking das Cooperativas Agropecuárias: um Estudo dos Indicadores de Desempenho e a Relação com Atributos de Governança Corporativa. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 253-268, 2015.

HAMES, A. **Neoliberalism and multilevel governance**. Review of International Political Economy, v. 13, n. 5, 2006.

KLAES, L. S.; SALN, J. F. O **Estado da Arte e a Educação Cooperativa.** Florianópolis: s.e., 1997.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia das Melhores Práticas de Governança para as Cooperativas.** São Paulo: IBGC, 2015.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4ª versão. São Paulo: IBGC, 2018. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigo CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>. Acesso em abr. de 2020.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I, 1980.

NASCIMENTO, A.M. **Controladoria, Instrumento de apoio ao Processo Decisório**. São Paulo: Editora Atlas. 2010.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Manual de Boas Práticas de Governança para Cooperativas**. Brasília. 2016.

RODRIGUES, G. M.; BRANDÃO, M. M. M. **Visões da governança corporativa a realidade das sociedades por ações e a sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2010

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2022.

SANTOS, B. S. **A crítica da governação neoliberal:** o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 72, 2005

SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. **Educação e Capacitação Cooperativa:** sua Importância e Aplicação. ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa: Unisinos, 2006.

THESING. N. J**. Por um Mundo Melhor:** Cooperação e Desenvolvimento. Sescoop/RS. Porto Alegre. 2015.

VENTURA, E.C.F, Coordenação Geral: FILHO, J.R.F, SOARES, M.M. **Governança Cooperativa:** Diretrizes e Mecanismos para Fortalecimento da Governança em Cooperativas de Crédito. Brasília: BCB, 2009.

IDENTIDADE COOPERATIVISTA COMO VANTAGEM COMPETITIVA

Deivid Ilecki Forgiarini[1]

A definição deste verbete inicia-se com o que é Identidade Cooperativista. Define-se Cooperativas como empresas que são dirigidas e gerenciadas pelos seus cooperados. Todos os cooperados podem votar com igual peso nos temas ligados às atividades da empresa cooperativa e à distribuição igualitária dos resultados (ACI, 2015; SCHNEIDER, 2019; FORGIARINI, 2019).

As cooperativas são baseadas em valores tais como autoajuda; responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, por isso não se limitam a gerar apenas resultados econômico-financeiros, outrossim geram também resultados sociais trabalhando para a construção de um mundo melhor por meio da cooperação (SCHNEIDER, 2019; MLADENATZ 2003; ACI, 2015; FORGIARINI, 2019; NOVKOVIC, 2021).

Os valores do cooperativismo (doutrina[2]) são sistematizados e acontecem na prática por meio da observância, compreensão e aplicação dos princípios do cooperativismo (teoria[3]). Os princípios do

---

[1] Doutor em Administração; Mestre em Desenvolvimento Regional; Bacharel em Administração. Professor da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. E-mail: deividforgiarini@gmail.com

[2] Ver Verbete "Cooperativismo"

cooperativismo foram consolidados junto a criação da ACI – Aliança Cooperativa Internacional em um esforço de sistematização de práticas de centenas de cooperativas e pesquisadores de cooperativas em 1895. Estes princípios foram revisados e alterados novamente em 1937, 1966 e 1995, neste último consolidando os atuais sete princípios do cooperativismo (ACI, 2015; FORGIARINI, 2019; NOVKOVIC, 2021). Os princípios do cooperativismo são: 1º Adesão Voluntária e Livre; 2º Gestão Democrática pelos Associados; 3º Participação Econômica dos Associados; 4º Autonomia e Independência; 5º Educação, Formação e Informação; 6ª Intercooperação e; 7º Compromisso com a Comunidade, que são bem explorados e explicados por Schneider (2019) e ACI (2015).

Define-se, assim, a Identidade Cooperativista como aquilo que permite identificar a diferença entre uma cooperativa e uma empresa mercantil. A empresa tradicional busca maximizar o capital nela investido para poder maximizar a geração de lucro em suas atividades para maximizar o retorno de capital ao proprietário no limite de afetar os lucros futuros da organização. Por outro lado, a cooperativa busca maximizar a satisfação dos cooperados (uma vez que cooperados são os seus proprietários) que estão envolvidos nas atividades das cooperativas, no limite de continuar essa maximização no presente e no futuro (NOVKOVIC, 2008: 2021; FORGIARINI, 2019).

A satisfação do cooperado não se limita a geração de capital; pode estar na prestação de um bom serviço (para as cooperativas de consumidores como as de crédito, de infraestrutura ...) na geração e distribuição de mais renda aos cooperados (nas cooperativas agropecuárias, de trabalho, tais como as cooperativas de médicos e outras profissões); pode estar em dar condições de um bom trabalho nas cooperativas organizadas em função de profissões (médico, professor, prestadores de serviços, coletores de resíduos). E a

[3] Ver Verbete "Cooperativismo"

satisfação não se limita a lógica intraorganizacional, também inclui a lógica interorganizacional (NOVKOVIC, 2008; FORGIARINI, 2019).

Os valores e os princípios orientam essa ação interorganizacional porque entendem que o cooperado vive e tem raízes na região e ao expressar-se social e economicamente na região é interessante que serviços socialmente usados possam estar em boas condições para todos, porque isso eleva a qualidade de vida do cooperado e sua satisfação como um todo. Se a educação, a saúde e a segurança em uma região apresentam resultados positivos, se a cooperativa pode de alguma forma contribuir para isso, a satisfação do cooperado aumenta. (NOVKOVIC, 2008; 2021 FORGIARINI, 2019). O desafio pode estar em como demonstrar tudo isso, e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem ser uma forma de evidenciar essa diferença (NOVKOVIC, 2021).

Apresentado o conceito de Identidade Cooperativista, cabe destacar qual o conceito, aqui utilizado, de Vantagem Competitiva. Uma definição de vantagem competitiva pode ser: o diferencial entre dois concorrentes em qualquer dimensão concebível, que permita a um criar mais valor para o cliente do que ao outro (MA, 2000, p. 18, tradução nossa). Para a Escola de Análise do Posicionamento Estratégico (APE): A vantagem competitiva assenta-se no valor que uma empresa consegue criar para seus compradores e que ultrapassa o custo de fabricação pela empresa (PORTER, 1985, p. 3). A *Resource-Based View* (RBV) diz-se que uma empresa possui vantagem competitiva quando implementa uma estratégia de criação de valor que não pode ser simultaneamente implementada por qualquer outro competidor corrente ou potencial (BARNEY, 1991, p. 102, tradução nossa). Na análise das Capacidade Dinâmicas, são justamente essas capacidades a fonte da Vantagem Competitiva e elas são baseadas no tripé: processos (padrões de processos e aprendizado), posições (ativos, relações entre agentes internos e destes com os externos) e trajetória (histórico de decisões e oportunidades tecnológicas e de mercado) (TEECE et al., 1997; TEECE, 2007).

Buscando sintetizar o debate, Vantagem Competitiva está na formação de valor superior ao destinatário final do produto e serviço (em comparação com o concorrente) e que este valor muda de forma dinâmica na sociedade. Cabe ainda o debate sobre valor.

Kaplan e Norton (1997) apresentam a seguinte operação: Valor = Atributos do Produto/Serviço + Imagem da Organização + Relacionamento com os Stakeholders (destinatário final do serviço e/ou produto, colaboradores, fornecedores, sociedade...). Para Churchill e Peter (2013) Valor é igual aos benefícios percebidos menos os custos percebidos pelo destinatário final do produto ou serviço. Em que pese o debate de valor ser longo é importante, neste debate compreender que o valor ultrapassa a racionalidade clássica e neoclássica restrita ao benefício material, utilitário ou de troca do produto ou serviço.

O pacto mundial pela Agenda 2030 e os 17 ODS fazem com que as pessoas busquem produtos e serviços que estejam atendendo a diversos interesses nas esferas econômicas, sociais e ambientais (NOVKOVIC, 2021). Atender a esses interesses nestas esferas gera valor no presente. A busca pela satisfação do cooperado é convergente com a lógica de atender as três esferas do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Fortalecer a identidade cooperativa faz com que a cooperativa se reinvente para satisfazer as necessidades dos cooperados que se transformam dinamicamente e que já contemporaneamente e no futuro apontam cada vez mais para o desenvolvimento sustentável (NOVKOVIC, 2021).

Considerando um ambiente que entende que o Valor de um produto transpassa apenas a sua utilidade e inclui os impactos econômicos, sociais e ambientais, a identidade cooperativista pode ser fonte de vantagem competitiva desde esteja percebido que a cooperativa está maximizando a sua satisfação do cooperado para além do produto e ou serviço em si e justamente porque é um tipo de empresa que se pauta por valores e princípios que a instiga a ser um agente transformador em sua comunidade e região. Evidenciar as

inúmeras atividades econômicas, sociais e ambientais das cooperativas pode fazer com que os cooperados percebam o valor superior que a sua cooperativa gera e entrega em contraposição a empresas mercantis concorrentes.

REFERÊNCIAS

ACI. Alianza Cooperativa Internacional. **Notas de orientación para los principios cooperativos**. International Cooperative Aliance. Genebra, p. 109. 2015.

BARNEY, J. **Firm resources and sustained competitive advantage**. Journal of management
destin, v.17, n.1, p. 99-120, 1991. Disponível em:
<http://www3.uma.pt/filipejmsousa/ge/Barney,%201991.pdf>
Acesso em: 25 fev. 2022

CHURCHILL, G. A.; PETER, J. P. **Marketing:** criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FORGIARINI, D. I. **Aprendizagem Interorganizacional em Cooperativas.** (Tese) Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Porto Alegre, 2019.

KAPLAN, R. S., & NORTON, D. P. (1997). **A estratégia em ação:** *balanced scorecard*. Rio Janeiro: Elsevier.

MA, H. **Competitive Advantage and firm performance.** Competitiveness Review. V. 10, N. 2, p. 16-33, 2000.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativistas.** Brasília: Confebrás, 2003.

MÜNKNER, H.-H.; MATEUS, A. **Glossário Cooperativo Anotado.** Genebra: International Labour Office, 2011.

NAMORADO, R. **Introdução ao direito cooperativo:** para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000.

NOVKOVIC, S. (2008). **Defining the co-operative difference**. Journal of Socio-Economics. 37. 2168-2177. 10.1016/j.socec.2008.02.009.

NOVKOVIC, S. (2021). **Cooperative identity as a yardstick for transformative change.** Annals of Public and Cooperative Economics. 10.1111/apce.12362.

PINHO, D. B. O **Cooperativismo:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PORTER, M. E. (1985). **Competitive advantage.** New York: Free Press.

SCHNEIDER, J. O. (2019). **Identidade Cooperativa:** sua história e doutrina. Porto Alegre: SESCOOP/RS.

TEECE, D J.; PISANO, G; SHUEN, A. **Dynamic Capabilities and Strategic Management.**
Strategic Management Journal, v. 18, n. 7, p. 509-533, 1997.
Disponível em:
<http://iic.wiki.fgv.br/file/view/Dynamic+Capabilities+and+Strategic+Management.pdf>.
Acesso em: 05 fev. 2022.

TEECE, D J. (2007). **Explicating dynamic capabilities:** the nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. Strategic Management Journal. p. 1319–1350. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1415-65552014000700041000000&lng=en>. Acesso em: 01 fev. 2022.

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS)

Louise De Lira Roedel Botelho[1]
Carlos Eduardo Ruschel Anes[2]
Enise Barth[3]
Dionéia Dalcin[4]

[1] Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora colaboradora Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC), professora titular Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: louisebotelho@uffs.edu.br

[2] Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor e pesquisador do Curso de Administração e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: carlos.anes@uffs.edu.br

[3] Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: enise.barth@gmail.com

[4] Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Email: dioneia.dalcin@uffs.edu.br.

Em contexto mundial, as incubadoras originam-se pelo propósito de auxiliar empreendimentos que apresentam dificuldades em seus processos de organização e funcionamento, com o intuito de proporcionar melhores condições por meio de assessoramento. Assim, esses lugares são criados para desenvolver e consolidar novos empreendimentos que contribuam para o fortalecimento de novas empresas para a sua inserção no mercado. O objetivo das incubadoras, portanto, é o de dar suporte a pequenas e microempresas que buscam a diversificação e a revitalização econômica. Agregando valor aos seus produtos e viabilizando a interação com centros de ensino e pesquisa, objetiva-se que a região beneficiada tenha maior produtividade e seja mais competitiva no mercado (RIBEIRO, ANDRADE, ZAMBALDE, 2005).

Convém destacar também que a atuação das incubadoras promove a revitalização e, muitas vezes, o desenvolvimento das regiões nas quais atuam, pois favorecem o surgimento de novas empresas e empregos e, como consequência, ajudam na melhor distribuição de renda. De acordo com Engelman, Fracasso e Brasil (2011), uma incubadora, frequentemente, propicia não apenas instalação física, mas também inúmeras facilidades e serviços dispostos aos novos empreendimentos, como, por exemplo, suporte técnico-gerencial e a chance de dividir experiências e formar uma rede de relacionamentos. É importante salientar, entretanto, que mesmo que a incubadora esteja oferecendo uma infraestrutura adequada, treinamento efetivo e trabalhando para melhorar a oportunidade de acesso ao mercado, a equipe de gestão da incubadora deve estar atenta a possíveis dificuldades ou problemas para serem solucionados.

Quanto à forma de trabalho ofertada pelas incubadoras, cabe mencionar o processo de incubação. O processo de incubação em si

pode ser visualizado em três momentos, tais como: pré-incubação, incubação e desencubação. A pré-incubação é a fase que antecede a própria incubação dos empreendimentos pelas incubadoras, geralmente é um momento de troca entre a incubadora e organização, o que consiste em uma primeira aproximação de trabalho entre essas duas frentes. Nessa fase, normalmente são estabelecidas estratégias e planejamento sobre o que será executado entre a incubadora e a organização. Já na fase seguinte, na incubação, a organização recebe assessoria contínua da incubadora. Nesse momento, um plano de atividades e metas é estabelecido e promove-se o acompanhamento dos resultados ao longo do período em que o empreendimento será acompanhado. Por fim, após o assessoramento e acompanhamento da organização, encontra-se a fase final do processo, chamada de desencubação, na qual a incubadora analisa o processo evolutivo da organização e define quanto à competência para a atuação de forma independente no mercado, com vistas a minimizar os riscos de fracasso a partir das atividades e do conhecimento obtido ao longo do processo de incubação. Cabe salientar que cada incubadora define suas próprias formas de incubação e tempo de atuação junto às organizações, ou seja, cada incubadora possui um *modus operandi*. Desse modo, o processo de incubação se configura como fator de desenvolvimento das atividades que viabilizam melhorias dos processos de inovação e construção de novos conhecimentos. A partir da análise de diferentes experiências, Jordan (1974) identificou que todas as formas de incubação são caracterizadas como um sistema interligado, constituído de elementos (entidades) com interação e interdependência regular e formam um todo integral.

As empresas incubadas, além de partilhar dos serviços e da infraestrutura, são beneficiadas por meio da interação social com outros empreendedores, visitantes e agentes e das possíveis colaborações que daí poderão resultar, sobretudo pela aglomeração de conhecimento numa localização específica, que é característica regular nas incubadoras (RAUPP; BEUREN, 2006).

Efetivamente, uma das vantagens apontadas para a incubação é o papel dos relacionamentos (sociais) nas regiões de inserção (BOLLIGTOFT; ULHOI, 2005). O fluxo de conhecimento baseado na experiência entre firmas é formado não somente na interação entre empresas e empreendedores, mas também entre acadêmicos, comunidade externa, universidades e centros de pesquisa. Essa interação social permite a transferência de conhecimento que de outra forma seria relativamente impraticável (SZULANSKI, 1996).

Outro ponto facilitador e propulsor do processo de incubação nas incubadoras é a cooperação. Esse item estimula o intercâmbio de conhecimentos advindos da interação humana entre os envolvidos, conforme Oliveira (2014) a cooperação deve estar internalizada, e não somente passado como algo racionalizado pelos sujeitos, as relações diretas e informais podem gerar benefícios mútuos mais significativos, advinda de uma perspectiva dialógica.

Cabe mencionar também outra questão relevante para a compreensão da atuação e trabalho das incubadoras: a tipologia. Sabe-se que existem diferentes tipologias para as incubadoras no Brasil e, neste trabalho, apresentaremos dois tipos que melhor caracterizam o contexto apresentado: incubadoras tecnológicas e incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs). As incubadoras tecnológicas são integradas a parques e centros de empreendimentos tecnológicos juntamente com as universidades e surgiram como resultado de ações conjuntas entre empresas, universidades e governo. Sua origem, convém esclarecer, está relacionada com a criação dos chamados parques tecnológicos, que são ambientes de inovação, implantados geralmente em países desenvolvidos e em desenvolvimento para dinamizar economias regionais e nacionais (STEINER, CASSIM, ROBAZZI, 2013). Já as ITCPs são incubadoras destinadas a dar assistência e amparar o estágio inicial de empreendimentos econômicos solidários, principalmente aqueles ligados a universidades. Essas incubadoras começam como projetos, programas ou órgãos da universidade e têm por objetivo dar suporte à

formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares. Em sua maioria, essas cooperativas populares foram criadas por iniciativa daqueles que vivenciam situações de precarização das condições e das relações de trabalho (GAIVIZZO, 2006).

Para Bezerra, Silva e Carvalho (2013), as ITCPs são um mecanismo para auxiliar empreendimentos oriundos de projetos sociais. Para os autores, percebe-se facilmente que a criação de incubadoras sociais incentiva o aparecimento de inovações e novas tecnologias. Além disso, o setor econômico da região é diretamente afetado de maneira positiva, uma vez que a maior parte dos novos produtos e serviços criados nas empresas por meio do apoio das incubadoras podem ser comercializados. Assim, nota-se que o grande objetivo da incubadora social é gerar o desenvolvimento social, econômico e humano.

As ITCPs geralmente assessoram cooperativas e projetos sociais durante a incubação desses empreendimentos ou ideias. Cada ITCP possui diretrizes e *modus operandi* característico fortemente embasado nas demandas sociais e das organizações envolvidas. Por isso, seu principal intuito é possibilitar a geração de trabalho e renda para diferentes populações, oportuno para populações excluídas dos sistemas dominantes. Culminando, assim, a promoção do desenvolvimento local.

No entendimento de Moretto Neto, Garrido e Justen (2011, p. 838-839) os objetivos das ITCPs são:

> a) Promover a interação da universidade com a sociedade e as organizações do setor empresarial e do terceiro setor, valendo-se da gestão social;
> b) Gerar conhecimento, modelos, metodologias e ferramentas para a gestão de projetos visando a inovação social substantiva;
> c) Buscar soluções inovadoras sustentáveis no desenvolvimento regional e local, com base na gestão social;

d) Criar espaços e oportunidades de incubação de ideias e projetos para transferir, socialmente, tecnologias gerenciais de inovação social de base substantiva;
e) Promover a aprendizagem e geração de conhecimento em gestão social em ensino, pesquisa e extensão.

Assim, considera-se que as ITCPs são instrumento efetivo de enfrentamento à economia do modo de produção capitalista, que tem provocado exclusão social, além de significativas mudanças na dinâmica do mundo do trabalho, resultando na precariedade das condições e intensificação do desemprego.

À vista disso, essas incubadoras representam a possibilidade de geração de emprego e conhecimento, aumento de renda e inclusão social, bem como o incremento à economia local e consequente contribuição ao desenvolvimento. Portanto, seu papel principal é levar à academia a discussão das questões de melhoria de condições da comunidade por meio da economia solidária como alternativa de geração de renda, inserção no mercado formal e promoção da cidadania (FROTA, 2017).

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. F. A.; SILVA, W. S. C.; CARVALHO, Z. V. **As Incubadoras Sociais e o Desenvolvimento Local:** O que é e porque apoiar a iniciativa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 23., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPROTEC, 2013.

ENGELMAN, R.; FRACASSO, E. M.; BRASIL, V. S. **A qualidade percebida nos serviços de incubação de empresas**. **REAd,** Ed. 70, v. 17, n. 3, p. 802-822, 2011.

FROTA, M. B. **A extensão universitária como estratégia para o desenvolvimento regional**: o caso da Universidade Federal da

Fronteira Sul - *Campus* Cerro Largo. 2017. 121 f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1577/1/FROTA.pdf> Acesso em: 11 fev. 2022.

GAIVIZZO, S. B. **Limites e possibilidades da Economia Solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho:** a experiência da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas. 110 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

JORDAN, N. **Temas de psicología especulativa**. Buenos Aires: Troquel S.A, 1974.

MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, art. 7, 2011.

OLIVEIRA, E. M. **Incubadora de empreendimentos de economia solidária, territorialização e cooperação; elementos de uma educação sócio dialógica**. In: CORDEIRO, A. M. R.; ALCOFORADO, J. L.; FERREIRA, A. G. (Org.). **Territórios, comunidades educadoras e desenvolvimento sustentável.** Coimbra: DG-FLUC, 2014

RAUPP, F.; BEUREN, I. M. **O suporte das incubadoras brasileiras para potencializar as características empreendedoras nas empresas incubadas. Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 41, n. 4, p. 419-430, 2006.

RIBEIRO, S. A.; ANDRADE, R. M. G.; ZAMBALDE, A. L. **Incubadoras de empresas, inovação tecnológica e ação governamental**: o caso de Santa Rita do Sapucaí (MG). **Cad. EBAPE.BR**, v. 3, n. spe, p. 01-14, 2005.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Aleteia Hummes Thaines[1]

A Indicação Geográfica é caracterizada como um signo distintivo utilizado tanto em produtos quanto em serviços para designar a sua origem geográfica e indicar que estes produtos e/ou serviços possuem qualidades, notoriedade ou características provenientes e relacionadas ao local de origem. (THAINES, 2013).

Uma vez registrada, é reconhecida a estes produtos e/ou serviços, reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local, indicando que determinada região se especializou e que possui capacidade de produzir um produto ou prestar um serviço de excelência

A Indicação Geográfica delimita a área produtiva ou de prestação de serviço, restringindo seu uso aos produtores ou prestadores de serviços da região que, em geral, são representados por uma associação, um sindicato ou uma cooperativa. Esses produtores ou prestadores de serviços devem manter os padrões locais e impedir que outras pessoas utilizem o nome da região de forma indevida.

Ainda, ela é um dos institutos da propriedade industrial e corresponde a prerrogativas reconhecidas internacionalmente pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), por meio da Convenção União de Paris (1883) e pela Organização Mundial do

[1] Doutora em Direito com estágio Pós-Doutoral em Direito. Professora do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT. E-mail: ale.thaines@gmail.com

Comércio (OMC), por meio do Tratado de Comércio sobre os Direitos de Propriedade Intelectual (Acordo TRIPs).

Contudo, não é um instituto novo, uma vez que, a origem das Indicações Geográficas se dá com a evolução da história, pois, na antiguidade, quando se reportava a algum produto, este era relacionado ao seu local de origem. Na própria Bíblia Sagrada encontram-se indicações de origem, como por exemplo, "[...] os vinhos de En-Gedi (Cânticos, I, 14) e o cedro do Líbano (Cânticos, III, 9, e Reis, V,6)". (BRUCH, 2008, p. 209).

No entanto, a proteção jurídica da Indicação Geográfica se dá em meados de século XIX, com a Convenção da União de Paris, de 1883. Nessa Convenção foi inserido dispositivos que tutelam as Indicações Geográficas. Após a aprovação da Convenção de Paris, houve um aumento no nível de proteção concedida as Indicações Geográficas, o que levou a criação de outros acordos internacionais, como o Acordo de Madrid para a repressão de falsas Indicações Geográficas (1891) e o Acordo de Lisboa (1958) que protegia as denominações de origem e seu registro internacional, além do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS), de 1994.

Quanto à proteção desse instituto, há de se observar que ele é protegido em diferentes países e sistemas regionais por meio de uma ampla variedade de abordagens. A Organização Mundial da Propriedade Intelectual estabelece que existem quatro principais formas de se proteger uma Indicação Geográfica. Cumpre ressaltar que essas abordagens foram desenvolvidas de acordo com diferentes tradições jurídicas e dentro de um quadro de condições históricas e econômicas individuais. A primeira delas se dá pelos regimes especiais de proteção. O segundo, por métodos com foco em práticas de negócios. O terceiro, por meio de leis que coíbam a concorrência desleal. E, por último, pelo uso de marcas coletivas ou de certificação. No entanto, é importante destacar que, as Indicações Geográficas não

podem ser confundidas com as marcas, uma vez que são institutos com finalidades diferentes. (OMPI, 2022).

No Brasil, a tutela da Indicação Geográfica iniciou com a edição da lei n. 9.279/96, que distinguiu a Indicação de Procedência da Denominação de Origem. A Indicação de Procedência (IP) corresponde ao nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. (art. 177, LPI). Já, a Denominação de Origem (DO) é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. (art. 178, LPI).

Ou seja, a Indicação de Procedência protege o nome geográfico que se tornou conhecido por conta de um produto ou serviço, enquanto, a Denominação de Origem pressupõe que as qualidades ou características de uma determinada área geográfica, incluídos os fatores naturais e humanos, influenciam exclusiva ou essencialmente um produto ou serviço, tipificando-o.

No que diz respeito ao registro das Indicações Geográficas no país, este está a cargo do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) que deve respeitar o estabelecido na Portaria/INPI/PR n. 04, de 12 de janeiro de 2022, a qual disciplina as condições para o registro das Indicações Geográficas e dispõe sobre a recepção e o processamento dos pedidos. (INPI, 2022).

Os pedidos podem ser requeridos, na qualidade de substituto processual, por associações, sindicatos, cooperativas ou outras pessoas jurídicas que representam a coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico e estabelecida no respectivo território. Também é possível que um único produtor ou prestador de serviço, pessoa física ou jurídica, requeira o registro da indicação geográfica em nome próprio. Porém, em se tratando de nome geográfico estrangeiro já reconhecido como indicação geográfica em seu país de origem ou por

entidades internacionais competentes, o registro deverá ser requerido pelo titular do direito sobre a indicação geográfica.

Além de disciplinar os legitimados a requerer o registro, a Portaria/INPI/PR n. 04/22 também estabelece os procedimentos e os trâmites que estes pedidos terão de se submeter até o deferimento ou não do reconhecimento da indicação geográfica (INPI, 2022).

No que se refere aos objetivos das Indicações Geográficas, estas possuem diversos, entre eles: promover comercialmente os produtos e serviços; garantir a autenticidade deles; informar o consumidor a respeito da procedência dos produtos e serviços adquiridos; agregar valor a esses produtos e serviços; preservar a biodiversidade, o conhecimento tradicional e os recursos naturais, sendo que todos esses objetivos levam a um único, qual seja, promover o desenvolvimento regional. (INPI, 2022).

No entanto, apesar do Brasil ter um potencial muito grande para fomentar as indicações geográficas, esse instituto ainda é pouco utilizado como estratégia de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.279,** de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRUCH, Kelly Lissandra. Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL´OMO, Florisbal de Souza (Org.). **Propriedade intelectual:** gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Portaria/INPI/PR n. 04**, de 12 de janeiro de 2022. Estabelece as

condições para o registro das Indicações Geográficas, dispõe sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Geographical Indications**. Disponível em: <https://www.wipo.int/geo_indications/en/#:~:text=A%20geographical%20indication%20(GI)%20is,originating%20in%20a%20given%20place>. Acesso em: 21 fev. 2022.

THAINES, Aleteia Hummes. **Propriedade Intelectual**: O desenvolvimento regional sob a ótica do reconhecimento da indicação geográfica e o case do Vale dos Vinhedos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E COOPERATIVISMO

Dejalma Cremonese[1]
Ricardo Corrêa[2]
Marjana Eloisa Henzel[3]

O índice FIB baseia-se na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade deve ser a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual. Para tanto, o cálculo desse indicador engloba nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, padrão de vida e governança (DEL BIANCO *et. al.*, 2016).

Latouche (2003), afirma que um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito e que o PIB (Produto Interno Bruto) per capita reduziu a felicidade a um indicador econômico. Historicamente, segundo ele, na passagem da felicidade ao PIB, ocorreu uma tripla redução: a felicidade terrestre passou a ser

[1] Doutor em Ciência Política (UFRGS), Professor Associado II do Departamento de Ciências Sociais da UFSM. E-mail: dcremoisp@yahoo.com.br

[2] Doutorando em Ciências Sociais (UFSM), Professor do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto. E-mail: ricardo.correa@iffarroupilha.edu.br

[3] Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Técnica administrativa em educação, Instituto Federal Farroupilha -Campus Santa Rosa. E-mail: marjana.henzel@iffarroupilha.edu.br

assimilada ao bem-estar material, em sentido físico, palpável; o bem-estar material foi reduzido ao que pode ser avaliado quantitativamente, estatisticamente, aos bens e serviços comercializáveis e consumíveis e, a variação da soma dos bens e serviços caracterizaria a diferença entre o PIB e PIL (Produto Interno Líquido).

Por isso, Latouche (2003), destaca que com o passar do tempo as pessoas experimentaram um consumo que não as deixava felizes. Algumas tentativas de superar essa mensurabilidade econômica foram, por exemplo, o *Genuine Progress Indicator* (Indicador de Progresso Autêntico), proposto pelo economista norte-americano Herman Daly, levando em consideração as perdas causadas, por exemplo, pela poluição e pela degradação do meio ambiente. Outra proposta foi a da ONG *New Economics Foundation,* que, cruzando os resultados das enquetes das organizações da ONU sobre o que os anglo-saxões, denominam de sentimento do bem-estar vivido (satisfação subjetiva, esperança média de vida e pegada ecológica per capita) e chegaram a um *Happy Planet Index* (Índice do Planeta Feliz).

Nesse contexto, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi implantado, em 1972, pelo rei Jigme Singya Wangchuck do Reino do Butão, o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), cuja ideia é mostrar que o objetivo maior de uma sociedade não deve concentrar-se no crescimento econômico, mas na integração de todos os aspectos da vida dos indivíduos, o que inclui o material, o psicológico, o cultural e o espiritual (GNH, 2015).

O estudo popularmente chamado de "ranking da felicidade" é realizado por cientistas da ONG *Sustainable Development Solutions Network* com dados de fontes confiáveis como o Instituto Gallup (HELLIWELL *et al.* 2020). O Relatório Mundial da Felicidade (WHR, 2021) é uma pesquisa histórica sobre o estado de felicidade global que classifica 156 países de acordo com o grau de felicidade de seus cidadãos. Classifica as cidades ao redor do mundo por seu bem-estar subjetivo e aprofunda como os ambientes social, urbano e natural se

combinam para afetar a felicidade da população. É considerado um divisor de águas, em que a felicidade e o bem-estar estão se tornando cada vez mais objeto de estudo e pesquisas entre as comunidades mundiais.

Notadamente o Brasil regrediu em termos de desenvolvimento nos últimos anos. Em 2021 (baseado nos dados de 2020), o Brasil caiu 12 posições no Ranking do WHR, ocupando a posição nº 41. Por outro lado, os países que mais se destacam em grande parte dos índices apresentados são os países Escandinavos, Noruega, Islândia, Finlândia, Dinamarca e Suécia.

O indicador FIB foi moldado e transformado, com base neste, no indicador FIC (Felicidade Interna do Cooperativismo) para o sistema cooperativista, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), sob a premissa de que uma sociedade deve ser a integração do desenvolvimento material combinado também pelos aspectos psicológico, cultural e espiritual. Deste modo, é possível afirmar que as nove dimensões: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, padrão de vida e governança, estejam presente em atividades que envolvam os atores deste meio (ver trabalho em Cremonese *et al.* 2022).

REFERÊNCIAS

CREMONESE, D.; CORRÊA, R.; ELOÍSA HENZEL, M.; NARDON NOAL, T.. A ciência da felicidade: a percepção entre estudantes da graduação da UFSM (2019-2020). **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 3, n. 3, p. 67–86, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13997>. Acesso em: 19 fev. 2022.

DEL BIANCO, Tatiani Sobrinho; SOUZA, Edicléia Lopes Da Cruz; OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery De; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **A felicidade da população trabalhadora de Cascavel/PR segundo a métrica do índice de Felicidade Interna Bruta.** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 8, núm. 3, 2016. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/urbe/v8n3/2175-3369-urbe-2175-3369008003AO08.pdf>. Acesso em 07 dez. 2020.

GNH - **GROSS NATIONAL HAPPINESS.** Disponível em: <https://www.grossnationalhappiness.com>. Acesso em 11 de jan. 2021.

HELLIWELL, John F.; RICHARD LAYARD, Jeffrey Sachs; DE NEVE, Jan-Emmanuel. 2020. **World Happiness Report 2020.** New York: Sustainable Development Solutions Network. Disponível em: <https://happiness-report.s3.amazonaws.com/2020/WHR20.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021.

LATOUCHE, Serge. **O decrescimento. Por que e como?** Trad: Leonardo Milani. **In:** Enfrentando os limites do crescimento. IRD Éditions, Éditions Garamond Universitāria, 2018. Disponível em: <https://books.openedition.org/irdeditions/19989>. Acesso em 10 dez. 2020.

WHR - **World Happiness Report 2021.** Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2021/>. Acesso em 10 jan. 2022.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIA PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO:

LAYARD Richard. **Felicidade**: lições de uma nova ciência. Rio de Janeiro: Best*Seller*, 2008.

INOVAÇÃO SOCIAL

Daniel Pedro Auler[1]

Inovação social é um tema que vêm sendo discutido sob os mais diversos ângulos, particularmente em tempos que demandam um olhar socioambiental das organizações de um modo geral e das cooperativas em especial. O olhar social, em nossos dias, contempla ao mesmo tempo uma característica que o mercado consumidor, muitas vezes, toma como diferencial frente às demais opções de compra, e um brilho no olhar do investidor, do parceiro comercial, ou da própria organização, visto que ambos podem não somente se beneficiar desta visão mercadológica, mas também estabelecer um forte vínculo com as comunidades onde atuam (CHESBROUGH; MININ, 2014; HOWALDT et al, 2014; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Neste sentido, o que se pretende aqui é apresentar, brevemente, duas das mais importantes abordagens atuais destas discussões a fim de que o leitor possa ter uma base de conhecimento para ir em busca dos diversos aprofundamentos que perceba como necessário para seus próprios estudos. Assim, primeiramente é importante que seja esclarecido o conceito de inovação que se toma por base, para, então, apresentar-se as duas abordagens escolhidas: (i) a abordagem da gestão; (ii) a abordagem dos estudos sociais.

[1] Doutor em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor na Universidade do Vale do Taquari – Univates E-maill: danielauler@univates.br

Em primeiro lugar, um dos conceitos mais simples de inovação parece ser o mais útil a esta discussão. Na visão do Bessant e Tidd (2019), inovação nada mais é do que a exploração bem-sucedida de novas ideias. Exploração, no sentido do conceito, trata dos ganhos ou benefícios que possam ser gerados através da introdução de qualquer nova ideia. Importante observar que não há limite para as novas ideias, nem para o contexto em que ocorram. Uma nova ideia pode ser um processo ou um produto, como a visão da OECD (2018) traz, ou uma prática, um material, um jeito de fazer algo como outros textos trazem. No contexto pode estar uma organização não-governamental, uma associação, uma comunidade, um coletivo, uma empresa, um governo ou qualquer outro coletivo. O termo "bem-sucedida" também indica algo importante: o ganho precisa ocorrer a partir de um mercado consumidor que o compre ou o benefício tem que ser valorizado pelos usuários da inovação. Logo, não há inovação se não houver sucesso.

No sentido proposto por Bessant e Tidd (2019), toda e qualquer ideia que possa ser materializada ou aplicada e traga, com sucesso, algum ganho ou benefício para um agente inovador, independentemente do contexto em que for introduzida, pode ser considerada uma inovação. É um conceito simples e amplo de tal maneira que permite incluir a inovação social como um de seus mais significativos tipos, não à toa, abordado de vários ângulos.

A abordagem inicial que vem à tona segue na linha dos negócios e suas implicações. Para os teóricos da inovação social vista sob uma abordagem de gestão pura e simples, a Inovação Social está ligada aos impactos das inovações na sociedade como um todo (CHESBROUGH, MININ; 2014). Dito de outro modo, para este ponto de vista, a inovação social é aquela que atinge uma melhoria do bem-estar da sociedade, criando valor social (BESSANT, TIDD; 2019). O ponto de destaque desta perspectiva é que toda e qualquer inovação pode ser considerada "social" se trouxer um benefício para o coletivo chamado sociedade. Se for tomada como exemplo a introdução dos smartphones no mercado, pode-se considerar que foi uma inovação social haja visto

ter trazido melhorias na qualidade de vida da coletividade. A mobilidade e suas consequências diretas introduzidas por estes aparelhos trouxe bem-estar social para a humanidade, logo, trata-se de uma inovação social. Analisando-se o lado dos processos, a introdução dos sistemas de produção enxuta e seu gerenciamento do desperdício pode ser considerada uma inovação social no sentido em que reduz a utilização de recursos e promove a sustentabilidade em nível ambiental e social. Tal redução e suas consequências acaba por aumentar o bem-estar social e assim, está abarcada no conceito de inovação social na abordagem da gestão. Interessante, então, que esta abordagem não considera o que foi criado em si, mas a externalidade gerada para a sociedade como um todo.

Partindo para um outro campo de ação, a abordagem dos Estudos Sociais traz a inovação social voltada totalmente para a sociedade em si, não mais os impactos das criações (MURRAY, CAULIER-GRICE, MULGAN; 2010). Para este grupo, "A Inovação Social é uma nova combinação ou configuração de práticas sociais, institucionalizadas como práticas sociais regulares." (HOWALDT et al, 2014, pg 9). Importante observar que este conceito trata de mudanças na sociedade, no jeito de fazer acontecer algo nos grupos, na maneira como os indivíduos se relacionam entre si, na, e até mesmo com a, coletividade em atendimento a demandas sociais. Tais modos de operacionalização do social, ou da sociedade, reconfiguram o próprio grupo ao ponto que passam a ser a nova ordem, inclusive formalizada nas diversas instituições responsáveis pelo coletivo. Quando os contribuintes de um estado ou município passam a decidir sobre como os seus impostos devam ser aplicados, retirando a totalidade da decisão das mãos dos gestores públicos, por exemplo, há uma reconfiguração no processo de tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos públicos. Tal reconfiguração inclusive passou a ser a regra geral em vários lugares atualmente. Logo, no olhar desta abordagem, há uma inovação social neste cenário.

Outros exemplos podem vir de ações como os coletivos urbanos que reconfiguram espaços de convivência gerando melhorias sociais para os envolvidos, organizações que se unem em grupos para desenvolvimento de regiões ou ecossistemas de inovação, ou grupos que transformam bairros mudando a ordem social pré-estabelecida. Importante ficar claro que toda e qualquer mudança sempre acontece em detrimento de alguma demanda social da territorialidade onde a inovação social ocorre. São os atores sociais ali existentes que, utilizando-se dos recursos que têm em mãos, criam formas de resolver os desafios que a eles estão impostos naquele contexto. Sob o olhar, então, dos estudos sociais, a inovação social é absolutamente conectada ao seu contexto e advém da configuração ou reconfiguração de práticas da sociedade onde toma forma, resolvendo desafios.

Por fim, importante frisar que não se trata aqui de um julgamento de qual abordagem possa ser melhor ou pior. Trata-se de uma discussão para que o leitor possa perceber as diferentes nuances e consiga aplicar em seu contexto da maneira que melhor lhe convier. É legítima a abordagem gerencial quando aborda o impacto das novidades na sociedade afirmando que sim, tudo o que fizemos pode e deve ter um impacto socioambiental. Também é legítima a abordagem dos estudos sociais quando afirma que só há inovação social quando a sociedade reconfigura suas práticas a ponto de institucionalizá-las tornando-as a nova ordem. Cabe ao leitor entender e perceber qual delas pode se enquadrar melhor no seu contexto cooperativo e, talvez até, e por que não, possam ser ambas a conseguir trazer desenvolvimento à sua comunidade e valor social à sua organização.

REFERÊNCIAS:

BESSANT, John; TIDD, Joe. **Inovação e empreendedorismo**. 3 ed. Porto Alegre: Bookmann, 2019.

CHESBROUGH, H.; MININ, A. D. **Open Social Innovation**. In: CHESBROUGH, H.; VANHAVERBEKE, W., et al (Ed.). New Frontiers in Open Innovation. New York, NY, USA: Oxford University Press, 2014. cap. 9, p.170-188. ISBN 9780199682461.

HOWALDT, J. et al. **Theoretical approaches to social innovation**: a critical literature review. Dortmund: Sozialforschungsstelle (sfs), TU Dortmund University, 2014. 163 Disponível em: <http://www.si-drive.eu/wp-content/uploads/2017/12/D1_1-Critical-Literature-Review_final.pdf >.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. **The Open Book of Social Innovation**: Ways to Design, Develop and Grow Social Innovations. London, UK: The Young Foundation, 2010.

OECD/Eurostat. **Oslo Manual 2018**: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation. The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities. 4 ed. Paris, França: OECD Publishing, 2018.

Leia mais:

HOWALDT, J. et al. **Atlas of Social Innovation**. New Practices for a Better Future. Dortmund: Sozialforschungsstelle (sfs), TU Dortmund University, 2018. 245. Disponível em: < https://www.socialinnovationatlas.net/fileadmin/PDF/Atlas_of_Social_Innovation.pdf>.

SI-DRIVE. Mapping social innovations. January 2014. Disponível em: <https://www.si-drive.eu/?page_id=15>.

TEIXEIRA, E. G. et al. Solidarity economy cooperatives: The impact of governance and gender on member income. **Nonprofit Management and Leadership**, v. n/a, n. n/a, ISSN 1048-6682. Disponível em: < https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/nml.21480>.

LIDERANÇA FEMININA E COOPERATIVISMO

Louise de Lira Roedel Botelho[1]
Enise Barth[2]
Jaine Cristiane Wentroba[3]

Nos estudos organizacionais a temática da liderança emerge no intuito de compreender como se manifestam as relações de poder, bem como estas relações contribuem para o próprio desenvolvimento organizacional. Desta forma, são várias as definições de liderança, existindo inúmeros significados que a envolvem. De modo geral, a liderança pode ser vista como a maneira com a qual um indivíduo influencia os demais. Esta influência repercute tanto em sua forma individual (caracterizada pela presença do líder), quanto em sua forma

[1]Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC; Professora e pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo. Docente Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC - louisebotelho@gmail.com

[2] Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGPDD) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: enise.barth@gmail.com

[3] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGPDD) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo. E-mail: jainewentroba@hotmail.com

coletiva como um processo compartilhado (caracterizado pela presença de líder e seus seguidores). Assim, a liderança alicerça-se não apenas a um processo de gerência no ambiente organizacional, mas também no uso da influência (STOGDILL, 1974; YUKL, 1998).

Os primeiros estudos no ambiente organizacional, os quais fazem uso da temática, estavam ligados a um modelo de liderança encabeçado por homens, conforme a própria lógica cultural da sociedade. Então tais modelos de liderança possuíam em seu viés a teoria do grande homem. Ou seja, em uma sociedade patriarcal, onde a história era contada a partir de relatos dos vencedores, neste caso, homens contando seus sucessos para homens.

A presença da mulher no mercado de trabalho trouxe consigo também novas lideranças e novas formas de liderar. Elas passaram a ocupar cargos e desempenhar funções até então desempenhadas apenas por homens. No que se refere à capacidade, as mulheres podem assumir com propriedade os papéis de liderança, ainda que haja obstáculos da liderança por causa de preconceitos ligados ao gênero. É necessário considerar que independente do gênero, os líderes devem ser sensíveis às situações e aos seguidores, se adaptando à realidade e às condições necessárias para o êxito do seu papel (RODRIGUES; SILVA, 2015).

Na mesma linha de pensamento, Metz (2015) apresenta algumas características que são diferenciais em seu estilo de liderança, que são características gerenciais voltadas para estilo de liderança e ao processo decisório, predominando a valorização do indivíduo, buscando satisfazer todos os envolvidos e descentralizando o poder e respeitando todas as diferenças.

Portanto, a presença feminina não pode ser mais negada no ambiente organizacional. A liderança feminina em diferentes tipos de organizações iniciou um processo de trocas coletivas de conhecimento entre todo o escopo no mundo do trabalho. Vários setores econômicos e empresariais onde a mulher iniciou seu destaque de atuação laboral tiveram que se adaptar a esta mudança cultural. As características

femininas como capacidades de organizar, cuidar, motivar, tranquilizar, entre tantas outras começaram a se destacar. Para estudiosos da área, o modelo de liderança feminina possui em seu escopo as próprias características da mulher, o que torna tal modelo vantajoso para determinados setores organizacionais. Logo, a liderança feminina está alinhada aos padrões democráticos e participativos requeridos pelas organizações contemporâneas.

Esse embate teórico que emerge na corrente da liderança feminina na atualidade é adequado ao modelo de gestão de cooperativas, já que resulta em um modelo mais participativo e colaborativo, pois a mulher é considerada a ter algumas características que as favorecem no exercício da liderança nas organizações, tendo em vista que na atualidade existe a emergência de um novo paradigma organizacional (CARREIRA; AJAMIL; MOREIRA, 2001). As mulheres estão conseguindo ao longo de suas caminhadas profissionais, mostrar um pouco mais de suas habilidades e aptidões no sentido de liderar equipes e gerenciar cooperativas.

A liderança feminina tem o sentido de cada vez mais enaltecer a inserção de mulheres no mercado de trabalho, principalmente cargos que só eram ocupados por homens, impondo barreiras na ascensão feminina na carreira, um exemplo das dificuldades encontradas pelas mulheres é fenômeno conhecido como teto de vidro, ou também o fenômeno das paredes de vidro, que retrata os empecilhos e barreiras que as mulheres enfrentam no ambiente empresarial (ANDREOLI; BORGES, 2007). A forma como uma mulher age e lidera também é considerada como um desafio, a participação em grupos sociais formados nas cooperativas é outro dos desafios apontados paras as mulheres, que muitas vezes elas precisam ficar provando a competência o tempo todo (AGUIAR; SIQUEIRA, 2007).

Por outro lado, as mulheres em altos cargos na gestão de cooperativas veem mostrando suas habilidades e potencialidades, ganhando visibilidade e experiência, experiências essas que apresentam o verdadeiro diferencial de transformar o cooperativismo,

no qual se contribui cada vez mais com a atuação e a presença feminina, pois é necessário reconhecer esse vínculo das mulheres no desenvolvimento das cooperativas (RICARDI, 2021). As mulheres conforme Toríbio (2021), se destacam por sua competência, comprometimento e por saberem dosar razão e sensibilidade na tomada de decisões.

Na visão de Cunha (2010), as mulheres estão cada vez mais adentrando o mundo do cooperativismo como resposta às suas necessidades econômicas e sociais, seja para alcançar aspirações empresariais, obter produtos e serviços que querem e necessitam. Para Eduardo (2021), o que chama mais atenção das mulheres não é só conquistar espaço, mas sim compartilhar e ter igualdade de condições bem como as responsabilidades com os homens em todos os espaços, pois os princípios democráticos oferecem às mulheres a capacidade de terem uma palavra igual à dos homens nas tomadas de decisões, assim como também a capacidade de assumir funções de liderança nessas organizações.

A mulher numa organização cooperativa, conforme Hoffman (2013), tem o dever de se envolver com as atividades, buscando sempre a compreensão de assuntos relacionados aos negócios e empreendimento numa visão coletiva, constituindo-se numa mulher participativa e comprometida com os princípios cooperativistas.

Apesar da ampla inserção das mulheres nas cooperativas, ainda se tem uma urgência em buscar uma equidade entre homens e mulheres, pois ainda ocorre uma "cegueira de gênero", pois apesar das mulheres se fazerem presentes no setor cooperativista como integrantes de famílias de associados ou fazendo outras funções, ainda assim a maioria não ocupam cargos de decisões, sem contar que sua presença muitas vezes é marcada por salários muito inferiores ao do público masculino em iguais funções e por maiores dificuldades em fazer carreira (CIROLINI; NORO, 2008). Em suma, é fundamental a participação das mulheres em ambientes corporativos nos cargos de liderança, pois além da promoção da igualdade de gêneros, a

participação feminina apresenta características peculiares nas organizações, ao mesmo tempo que preparam e organizam o ambiente familiar, conseguem conduzir as atividades empresariais, além disso, promover a igualdade de gênero está entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2015 (SILVA *et al.*, 2021).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. S. de; SIQUEIRA, M. V. S. **Diversidade cultural no trabalho**: os desafios em ser mulher em uma organização financeira. *In*: XXXI ENCONTRO DA ANPAD., 2007 Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007.

ANDREOLI, T. P.; BORGES, W. A. **Empreendedorismo feminino**: uma análise do perfil empreendedor e das dificuldades enfrentadas por mulheres detentoras de um pequeno negócio. 2007. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/ empreendedorismo-feminino-uma-analise-do-perfil-empreendedor-e-das-dificuldadesenfrentadas-por-mulheres-detentoras-de-um-pequeno-negocio/410/> Acesso em: 14 fev.2022.

CARREIRA, D.; AJAMIL, M.; MOREIRA, T. **Mudando o mundo**: A liderança feminina no século 21. São Paulo: Cortez., 2001.

CIROLINI, V.; NORO, G. **A participação da Mulher na Gestão das Cooperativas:** Um estudo realizado na Cotrisel. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 29-43, 2008.

CUNHA, R. R. da. **A mulher e o cooperativismo**. 2010. Disponívelem:

<https://www.unimed.coop.br/web/cerrado/artigos/artigo-a-mulher-e-o-cooperativismo>. Acesso em: 25 ago. 2021.

EDUARDO, C. **A presença das mulheres nas cooperativas**. 2021. Disponível em: <https://baalbek-sp-wordpress.azurewebsites.net/presenca-mulheres-nas-cooperativas/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

HOFFMAN, E. F. **A mulher e o cooperativismo.** Florianópolis: Impresul Indústria Gráfica Ltda, 2013.

METZ, E. S. **Gestão feminina:** a presença das mulheres na liderança de empresas. **Ágora**: revista de divulgação científica, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 169-178, 30 jun. 2015. Universidade do Contestado - UnC. <http://dx.doi.org/10.24302/agora.v19i2.667>.

RICARDI, F. **Mulheres à frente da transformação do mercado**. 2021. Disponível em: <https://www.mundocoop.com.br/gestao/mulheres-a-frente-da-transformacao-do-mercado.html>. Acesso em: 14 fev. 2022.

RODRIGUES, S. C.; SILVA, G. R. **A liderança feminina no mercado de trabalho**. **Revista Digital de Administração Faciplac**, Gama-Df, v. 1, n. 4, 2015. Disponível em: <http://revista.faciplac.edu.br/index.php/REAF/article/view/77>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, T. A. *et al*. **Mulheres gestoras:** características na gestão de cooperativas no estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 8, n. 16, p. 1-53, dez. 2021.

STOGDILL, R. M. **Handbook of Leadership**: A Survey of the Literature, New York: Free Press, 1974.

TORÍBIO, K. **Mulheres no cooperativismo: número cresce e lideranças femininas contam suas trajetórias no movimento**. 2021. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/publieditorial/04/2021/mulheres-no-cooperativismo-numero-cresce-e-liderancas-femininas-contam-suas-trajetorias-no-movimento>. Acesso em: 14 fev. 2022.

YUKL, G. **Leadership in organizations**. Fourth edition. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

MARCA COLETIVA

Aleteia Hummes Thaines[1]

A marca é um sinal que visa identificar e ao mesmo tempo distinguir, no mercado, os produtos e/ou serviços produzidos ou prestados por uma empresa daqueles produzidos e/ou prestados por outra empresa. Nesse sentido, a marca é um signo suscetível de representação visual, isto é, de representação gráfica, não sendo possível, pela legislação brasileira, registrar signos sonoros, olfativos e aromáticos, entre outros, como marcas.

A proteção e a tutela jurídica da marca se dão, no ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial. Essa legislação estabelece três tipos distintos de marcas: as marcas de produtos ou serviços; as marcas de certificação; e, as marcas coletivas.

As marcas coletivas são consideradas sinais distintivos que indicam aos consumidores que os produtos ou serviços por elas identificados são provenientes de membros de uma terminada entidade coletiva, podendo ser esta, uma associação, uma cooperativa, um sindicato, entre outros. Elas são, portanto, um sinal de adesão. Via de regra, a entidade coletiva estabelece um conjunto de critérios para o uso coletivo da marca e permite que empresas individualizadas a utilizem, desde que, cumpram os requisitos estabelecidos pelo titular

[1] Doutora em Direito com estágio Pós-Doutoral em Direito. Professora do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT. E-mail: ale.thaines@gmail.com

da marca que, nesse caso, é a entidade que representa a coletividade. (OMPI, 2022).

Muitos são os benefícios gerados ao se registrar uma marca coletiva, entre eles estão: diminuição do custo com o registro e com campanhas publicitária; reputação adquirida com base na origem comum ou outras características dos produtos ou serviços produzidos ou prestados por diferentes produtores ou prestadores de serviço; facilitação da cooperação entre os produtores e prestadores de serviços locais, uma vez que essa modalidade de marca pode ser considerada uma forma eficiente de comercializar em conjunto os produtos ou prestar os serviços de um grupo de empresas; criação de marcas coletivas em consonância com o desenvolvimento de certos padrões, critérios e estratégias comuns; além disso, servem como estratégia para o desenvolvimento local, com a harmonização de produtos ou serviços visando uma melhoria na qualidade destes. (OMPI, 2022).

O registro das marcas coletivas é concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) somente para as pessoas jurídicas devidamente constituídas, atendendo aos dispostos na Portaria INPI/PR n. 08, de 17 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições de marca e sobre o Manual de Marcas.

A pessoa jurídica que desejar registrar uma marca coletiva deverá encaminhar o seu requerimento junto ao INPI, observando que a marca deve estar relacionada a um produto ou um serviço específico e que corresponda às atividades do interessado. Ainda, junto ao pedido, o requerente deverá anexar o regulamento de utilização apresentando as condições e proibições de uso da marca pelos membros da entidade.

O registro da marca coletiva também vigorará pelo prazo de 10(dez) anos, contados da data da concessão do registro, podendo ser renovado por períodos iguais e sucessivos, conforme estabelece o art. 133, da Lei n. 9.279/96.

No que tange ao uso de marcas coletivas de produtos agropecuários, o fomento está concentrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que fornece suporte técnico, tanto para criação quanto para registro delas. (MAPA, 2022).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.279,** de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Portaria/INPI/PR n. 08**, de 17 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições de marca e sobre o Manual de Marcas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/inpi/pr-n-8-de-17-de-janeiro-de-2022-375784518>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-marca-coletiva-como-obter-o-registro#:~:text=Marcas%20Coletivas%20s%C3%A3o%20signos%20distintivos,cooperativa%2C%20sindicato%2C%20etc>. Acesso em 02 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Making A Mark: An Introduction To Trademarks For Small And Medium-Sized Enterprises. Disponível Em: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=106>. Acesso Em: 21 Fev. 2022.

INDICAÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA ABORDADO

BARBOSA, Denis Borges. **Tratado de Propriedade Intelectual.** 2 ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: 2020. (Tomo I, II, III e IV).

CERQUEIRA, João da Gama. **Tratado de Propriedade Industrial.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1946.

CORROZA, Hermenegildo Baylos. **Tratado de Derecho Industrial**: propiedad industrial, propiedad intelectual, derecjo de la competencia economica, disciplina de la competencia desleal. 2. ed. atual. Madrid: Editorial Civitas S.A., 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. Disponível em: <https://www.wipo.int/wipolex/en/index.html>.

MARKETING DE RELACIONAMENTO EM COOPERATIVAS

Ariosto Sparemberger[1]

O marketing de relacionamento foi formado a partir da integração e da contribuição de diversas áreas. Com destaque para o marketing industrial, marketing de serviços, gestão pela qualidade e gestão empresarial. Segundo Madruga (2021), o marketing de relacionamento visa atrair, realçar e intensificar o relacionamento com clientes finais, clientes intermediários, fornecedores e parceiros, tudo por meio de uma visão de longo prazo na qual há benefícios mútuos.

As principais características do marketing de relacionamento são: (a) concentra-se nos parceiros e clientes, em vez de produtos; (b) atribui mais ênfase à retenção e cultivo dos clientes existentes do que à conquista de novos clientes; (c) confia mais no trabalho de equipes interfuncionais do que nas atividades de departamentos isolados e; (d) ouve e aprende mais do que fala e ensina (KOTLER, 2003a).

A chave para a construção de relacionamentos duradouros é a criação de valor e satisfação superiores para o cliente. Entende-se que os clientes satisfeitos têm maior probabilidade de se tornar clientes fiéis, e clientes fiéis tem maior probabilidade de dar a empresa uma participação maior em sua preferência.

1 Doutor em Administração (UNAM/Argentina e UFP/Brasil). Professor Pesquisador da UNIJUÍ. ariosto@unijui.edu.br

Segundo Gordon (2002), o marketing de relacionamento traz vantagens competitivas para a empresa, por isso, é considerado uma ferramenta estratégica. Os relacionamentos são caracterizados como vantagens competitivas quando ocasionam fatores positivos à empresa, criando a relação entre o colaborador e o cliente. O marketing de relacionamento também é o responsável pela continuidade nas transações de troca entre as partes, formando um elo de fortalecimento e de compromissos entre a empresa e clientes.

A satisfação do cliente com uma compra depende do desempenho real do produto e ou do serviço prestado, em relação às expectativas que o cliente possui e espera da operação. Quando a ação atende e ou supera a expectativa, o cliente está totalmente satisfeito e encantado. Clientes satisfeitos produzem benefícios para a empresa, pois são menos sensíveis aos preços, falam bem da empresa e de seus produtos para outras pessoas e permanecem fiéis por longo tempo. (KOTLER, 2003b).

Ao trazer esta abordagem para as cooperativas, é possível perceber as diversas opções que o marketing de relacionamento oferece ao sistema cooperativo. As cooperativas com base em seus princípios desenvolvem relacionamentos que ocorrem desde a prospecção que é busca por novos sócios, a manutenção desse associado, realização de reuniões, encontros, assembleia entre outras ações.

Segundo Bialoskorski Neto (2007), uma organização cooperativa pode ter basicamente duas funções objetivo. A primeira é aquela em que o objetivo é distribuir resultados (sobras) aos seus membros, em dinheiro, no final do período contábil. A segunda estratégia objetiva resultados econômicos e esses resultados são distribuídos aos associados imediatamente em forma de melhores preços dos produtos e ou serviços e em forma de prestação de serviços.

Portanto, diferente das demais organizações, a cooperativa trabalha numa relação de trocas, onde os cooperados são os próprios

donos do negócio e a participação deste é uma ação que resulta posteriormente em novos benefícios, retornos financeiros, e a oferta na prestação de serviços de qualidade. Nesta direção a cooperativa é capaz de gerar vários benefícios, sendo os mais percebidos pelas pessoas que com ela operam, são os vínculos de relacionamento e a proximidade existente entre as pessoas.

Segundo Martins (2008), quando os cooperados estão satisfeitos com os resultados alcançados pela cooperativa, o grau de satisfação aumenta, criando desta forma um sentimento de cooperação. Isto faz com que todos se auxiliem mutuamente, pois sabem que se houver mútua colaboração, o resultado do trabalho terá maior retorno, tanto financeiro, social, quanto operacional. Simões (2001), argumenta que confiança é o grau de confiabilidade que cada uma das partes tem de que a outra parte optará por ações que produzirão resultados positivos ou favoráveis a ambos.

A cooperativa precisa atender e satisfazer as necessidades dos associados por meio de ações qualificadas de relacionamento que gera confiança e fidelidade. Este processo, torna o sistema cooperativo mais competitivo e forte pela presença, participação e engajamento do associado. E o marketing de relacionamento posto em prática vai gerar fidelização do cooperado. Isto tem uma importância econômica e social muito grande, pois garante a viabilidade e sucesso da cooperativa, trazendo benefícios para o cooperado e para a comunidade em que está inserida. O relacionamento vai ajudar na decisão do associado que é a tomada de decisão a partir da análise que o sócio faz, considerando quem lhe entregará maior valor.

Meinen (2020), destaca que os novos modelos de relacionamento exigirão um domínio aprofundado sobre o perfil, os hábitos de consumo e as reais pretensões dos cooperados, permitindo identificar as inclinações ou propensões para as diferentes soluções de negócios.

O relacionamento que existe entre a cooperativa e o seu quadro social, também deve ocorrer entre colaboradores, gestores e dirigentes

no ambiente interno da cooperativa. A fluidez na comunicação interna fortalece as interfaces funcionais melhorando o desempenho das pessoas. O processo da comunicação de forma horizontal e vertical, provoca um clima favorável voltado para o bem atender, comunicar e informar o cooperado. Com o aporte da tecnologia o uso de canal de comunicação via internet facilita e agiliza a circulação da informação internamente.

O marketing de relacionado continua e continuará sendo para o sistema cooperativo uma ferramenta que está associada aos princípios cooperativistas e se faz presente na própria essência do sistema. A cooperativa precisa avançar e utilizar novas tecnologias acompanhando a transformação digital e adaptar a cooperativa a essa nova forma de lidar com os associados. A comunicação está mais rápida e pessoal aproximando a cooperativa do sócio. Um novo perfil surge, sendo necessário ter mais dados e informações sobre o associado, possibilitando melhorar a experiência nas relações o que passou a ser uma estratégia primordial nas atividades de vendas de serviços e produtos.

REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, n. 1, p. 119-138, 2007.

GORDON, I. Marketing de Relacionamento: Estratégias, técnicas e tecnologias para conquistar os clientes e mantê-los para sempre. São Paulo: Futura, 2002.

KOTLER, P. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber. Rio de Janeiro: Campus, 2003a.

KOTLER, P. Princípios de marketing. 9 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003b.

MADRUGA, R. Gestão do relacionamento e customer experience: a revolução na experiência do cliente. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, S. P. Cooperativas de trabalho. 3ª Edição. São Paulo. Atlas 2008

MEINEN, Ê. Cooperativismo financeiro na década de 2020: sem filtros. I.ed. Brasília, DF: Confebras,2020.

SIMÕES, R. J. P. Relações públicas: função política. 5ª Edição. São Paulo: Summus, 2001.

Bibliografia indicada para aprofundar o tema

MCKENNA, Régis. Marketing de relacionamento: estratégias bem-sucedidas para a era do cliente. Rio de Janeiro: Campus, 1993/1998.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Fábio Gomes da.; ZAMBON, Marcelo Socorro. (orgs). Gestão do Relacionamento com o Cliente. 2.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

VAVRA, Terry G. Marketing de relacionamento. São Paulo: Atlas, 1993.

MARKETING NO COOPERATIVISMO FINANCEIRO

Ariosto Sparemberger[1]

O ensino de marketing tem aproximadamente 100 anos de existência e o berço indiscutivelmente encontra-se nos Estados Unidos. Ao longo do tempo passou por várias transformações e evoluções sob o impacto das mudanças nos contextos social, político e econômico. O marketing sempre apresentou uma relação muito forte com as empresas no ponto de vista gerencial, pois abrange todas as organizações na medida em que atinge clientes e produtores. Kotler e Martin (1974), aborda que o marketing é uma disciplina que tem a capacidade e o propósito de mudar seu foco, técnicas e objetivos, de acordo com as mudanças nas exigências da sociedade. Neste sentido, o conceito de gestão de marketing trazido por Kotler (2000, p. 30), vem ao encontro deste propósito, o que a torna ainda mais nítida nesta perspectiva, definindo como o processo de planejar e executar a concepção, a determinação do preço, a promoção e a distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizacionais.

Para Kotler e Keller (2018), o bom marketing não é acidental, mas sim resulta de um cuidadoso processo de planejamento e execução, que se utiliza de avançadas ferramentas e técnicas. Ele é,

1 Doutor em Administração (UNAM/Argentina e UFP/Brasil). Professor Pesquisador da UNIJUÍ. E-mail: ariosto@unijui.edu.br

simultaneamente, uma “arte” e uma “ciência”, em que os profissionais que atuam na área buscam constantemente encontrar soluções criativas para que possam enfrentar os complexos desafios diante das profundas modificações que estamos vivenciando atualmente.

Embora na sua origem em 1902, o cooperativismo do ramo financeiro não tenha apresentado e utilizado na sua constituição de maneira formal elementos do marketing, mas ali já havia sinais da presença dos elementos desta ciência, na medida em que o jesuíta Theodor Amstad usou do seu poder de argumentação e convenceu os primeiros 19 associados a apostar em uma ideia ousada e completamente nova no Brasil, baseada no método alemão Raiffeisen de crédito rural (MEINEN, 2016).

O fato do uso da distribuição de ideias mostra a força do marketing tradicional, mas também o uso de mais uma vertente do marketing denominada de marketing social. Podemos entender este ramo como sendo uma ferramenta estratégica que associa um negócio a uma causa relevante. A ideia é conectar a empresa a valores sociais e promover benefícios mútuos para a causa e para a organização.

Na visão de Kotler (2000) o marketing social é uma prática em que os princípios do marketing tradicional são utilizados para promover causas sociais, propagar ideias, atitudes e comportamentos socialmente conscientes e focados no bem-estar coletivo. Este conceito, nasceu na década de 70, quando Philip Kotler e Gerald Zaltman perceberam que os princípios do marketing tradicional, de venda de produtos, poderiam também ser usados para causas sociais, na venda de ideias, atitudes e comportamentos (GABRIEL, 2020). Já Meinen (2016) observa que a instituição financeira cooperativa ou mesmo cooperativa financeira são as alternativas recomendadas para “cooperativa de crédito”. Da mesma forma, cooperativismo financeiro, para “cooperativismo de crédito”. E, finalmente, sistema financeiro cooperativo, para “sistema de crédito cooperativo”.

No cenário atual o Cooperativismo financeiro a partir de mudanças de hábitos, práticas dos usuários geralmente impulsionada

pelo avanço tecnológico, necessita adaptar-se rapidamente aos novos cenários sociais, culturais, políticos e econômicos com vistas a perceber e absorver os impactos dessas mudanças. Com isso, implementar e adotar no negócio cooperativo uma nova postura no mercado atual. Entre os papéis das cooperativas do ramo financeiro, Meinen (2016), destaca que um dos papéis é o de promover a inclusão bancária, levando produtos e serviços de natureza financeira às pessoas físicas e pequenos empreendedores desassistidos pelos agentes tradicionais.

A postura é de considerar como instituições financeiras completas, capazes de atender plenamente as necessidades e desejos dos seus associados em produtos, serviços e soluções financeiras, com qualidade e preço justo (MEDEIROS, 2017). Ainda, segundo Medeiros (2017), o cooperativismo financeiro precisa saber vender, não apenas crédito, produtos e serviços financeiros, mas "vender" no sentido de saber comunicar adequadamente essa nova postura, promover a imagem do negócio, como queremos ser percebidos pelo mercado. Novamente para o alcance desse propósito é importante o uso do marketing de maneira eficiente.

Ao trabalhar o conceito do marketing, Kotler e Armstrong (1999), enfatizava que por meio do marketing indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e de que necessitam, criando e trocando produtos e valores uns com os outros, considerando a troca como sendo o conceito central do marketing. O Cooperativismo financeiro precisa usar o marketing como algo amplo, com a função de intermediar as trocas que ocorrem no mercado financeiro, de forma rentável e sustentável, para atender e encantar os clientes, nesse caso os associados, legítimos donos e usuários das instituições. Necessita também buscar posicionamento estratégico que possa ser percebido como um negócio completo que oferece os mesmos produtos, serviços e soluções de um banco, mas que é muito melhor que um banco, porque possui essência e natureza cooperativa. Necessita também, por meio do marketing, qualificar a sua comunicação com o seu público de

interesse e a sociedade, deixando claro seus diferenciais, mostrando na prática os benefícios da cooperação.

As estratégias de marketing devem ser utilizadas no dia a dia das cooperativas, como parte da chamada "cultura organizacional", estando presente na mentalidade e na prática de todos os membros da organização, independente do cargo ou função exercida.

Segundo Cassol (2017), o marketing também é uma ferramenta de gestão ao oferecer apoio na tomada de decisões e na seleção de estratégias e a sua utilização ocorre para fortalecer a organização e monitoras mudanças, demandas e necessidades dos clientes. Para o mesmo autor, a aplicabilidade do marketing ocorre tanto em organizações privadas ou sem fins lucrativos.

Enquanto isso, de acordo com Braga, Silva e Dornelas, (2002), a sociedade cooperativa estabelece relações de troca com seus cooperados, por meio de um sistema eficaz de comunicação entre ambos, buscando a atuação e participação ativa destes junto à sociedade Cooperativa. Nesta direção, o marketing é uma ferramenta essencial no processo de divulgação e na comunicação dos produtos e serviços da cooperativa com seus associados. Contudo, a entidade necessita e depende de transações, aplicações, depósitos dos cooperados para manter-se em funcionamento. Essa troca existente entre os cooperados, evidencia e deixa transparente que as relações de marketing nas cooperativas também é um fator primordial na relação entre os associados.

Para concluir, cabe destacar que a busca da satisfação do associado deve ser perseguida pelos dirigentes do cooperativismo financeiro, visando a obtenção de resultados positivos. E por meio do marketing a entidade pode detectar os principais pontos para atuar junto à sociedade, a fim de gerar e garantir esta satisfação. Da mesma forma que o marketing é um instrumento indispensável para o sistema cooperativo fortalecer sua imagem perante os sócios. Portanto, percebe-se o quanto a utilização do marketing pode fortalecer e desenvolver o cooperativismo financeiro.

REFERÊNCIAS

BRAGA, M.J.; SILVA, A.J.H.; DORNELAS, H.L. O emprego do endomarketing em cooperativas de crédito: Estudo de caso da UFV-Credi e da Unicred Viçosa. Revista Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, p. 49-62, set. 2002. Disponível em: < http://www.uel.br/proppg/portal/pages/arquivos/pesquisa/semina/pdf/semina_23_1_21_35.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CASSOL, A; J. Análise das funções de marketing em uma cooperativa de crédito - Unidade Chapecó/sc. Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Administração (graduação), Chapecó, SC, 2017.

GABRIEL, L. Quer que sua empresa deixe uma marca positiva no mundo? Conheça o Marketing Social. Disponível em:< https://rockcontent.com/br/blog/marketing-social>. Acesso em:8 fev.2022.etin

KOTLER, F.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 7.Ed. Rio de Janeiro, 1999.

KOTLER, P. Administração de Marketing. São Paulo: Atlas. 2000

KOTLER, P.; KELLER, K Administração de Marketing. 15 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/Portal/Modulos/ biblioteca/biblioteca-virtual-universitaria?isbn=9788543024950/pages/-24>. Acesso em: 5 Fev.2022.

KOTLER, P.; MARTIN, H.T. Atmospherics as a Marketing Tool. Journal of Retailing, vol.49, n. 4, 1974.

MEINEN, Ê. Cooperativismo financeiro: virtudes e oportunidades. Ensaios sobre a perenidade do empreendedorismo cooperativo. Brasília: Confebras,2016.

MEDEIROS, C.M. Estratégias de Marketing no Cooperativismo Financeiro. 2017. Disponível Em <https://administradores.com.br/artigos/estrategias-de-marketing-no-cooperativismo-financeiro>. Acesso em: fev.2022.

Bibliografia indicada para aprofundar o tema

MEINEN, Ê. Cooperativismo financeiro na década de 2020: sem filtros. I.ed. Brasília, DF: Confebras,2020.

KOTLER, P.; et.al. Marekting 4.0. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, P. Administração de marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

REIS, G. de C. dos. et al. Marketing para cooperativas: CAMDA Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina Lins - SP. 2008. 87 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2008. Disponível em:<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/46221.pdf>.

MERCADOS ALIMENTARES FÍSICOS E DIGITAIS E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR[1]

Marcio Gazolla[2]

Segundo Tomazzoni e Schneider (2022), os dados dos últimos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 demonstram que o Brasil presenciou um cenário de grande expansão do cooperativismo no setor agropecuário, na última década. O número de estabelecimentos associados à cooperativas cresceu em torno de 67% entre os anos de 2006 e 2017. Na macrorregião Sul do país, em 2006, eram 158.428 (15,7%) estabelecimentos que declararam associação à cooperativa; já em 2017 esse número cresceu para 313.763 (36,7%). Além disso, de acordo com o IBGE, estima-se que de tudo que é produzido no campo, aproximadamente 48% têm alguma relação com o cooperativismo,

[1] O presente trabalho foi apoiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dentro do projeto de pesquisa: `Mercados alimentares digitais no Brasil: inovações, dinâmicas e limites das experiências de comercialização online de alimentos da agricultura familiar no contexto da pandemia da Covid-19, Processo: 303942/2021-5, do Edital 04/2021.

[2] Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento, Alimentação, Mercados e Políticas Públicas (GePPADeM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS). Bolsista de Produtividade Científica do CNPq. E-mail: marciogazolla@utfpr.edu.br

sendo que a maioria dos estabelecimentos agropecuários brasileiros associados às cooperativas são de agricultores familiares (AFs), representando mais de 70% dos estabelecimentos.

Os processos de acesso e construção social de mercados físicos pelos agricultores familiares sempre foram cheios de dificuldades. Primeiro, porque historicamente, falar-se em mercados era entendido pelas lideranças políticas e representativas dos agricultores como sinônimo de defesa/inserção no capitalismo. Segundo este processo era condenável por algumas religiões, como a católica, que apregoava desapego a bens materiais, que por sua vez, provinham dos mercados. Terceiro, os estudos rurais e também as organizações sociais que representavam os agricultores, sempre priorizaram os processos de trabalho e de produção de alimentos, fibras e produtos agropecuários, em detrimento a aprimorar os processos comerciais das unidades produtivas (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016).

No caso do movimento cooperativista, especialmente ao ligado a agricultura familiar e economia solidária, esta dinâmica não foi muito diferente historicamente e somente a partir de meados deste século é que as organizações coletivas começaram a discutir e preocupar-se com a construção e acesso aos mercados alimentares. Um primeiro aspecto que levou a isso foi o crescimento orgânico de muitas cooperativas surgidas pós processo de abertura democrática no Brasil, o que fez suas lideranças visualizarem a importância de ampliação dos seus mercados locais e regionais para outros mais amplos (nacionais e até internacionais). Outro aspecto foi o surgimento dos mercados institucionais (PAA e PNAE) que geraram novas dinâmicas de comercialização e evidenciaram as potencialidades que mercados cooperativos de alimentos podem ter na geração de renda aos cooperados e manutenção das cooperativas. Soma-se a isso o recente processo de transformação de muitas cooperativas agropecuárias em agroindustriais, adicionando maiores valores agregados aos seus alimentos e produtos, o que preconiza

abertura e inserção em novos mercados para escoamento da produção (ESTEVAM; MIOR, 2014; KUNZLER, 2015).

As cooperativas da agricultura familiar possuem papéis importantes nos processos de construção social de mercados alimentares e agrícolas. A literatura apresenta uma miríade de velhas e novas questões e desafios para a inserção e acesso das organizações coletivas e seus agricultores associados nos mercados. De um ponto de vista mais clássico, as cooperativas podem barganhar melhores condições de troca dos produtos em transações comerciais, pois conseguem, a partir da maior escala coletiva de produção e comercialização, negociar preços e condições de venda, tanto da produção agroalimentar como na compra de insumos e tecnologias agropecuárias. Também conseguem atuar na logística, barateando custos e deslocamentos de produtos, fazendo principalmente o transporte coletivo de alimentos, bens e serviços aos cooperados. Além disso, a cooperativa pode atuar em etapas como beneficiamento da produção, padronização, embalagem, armazenamento, etc. de forma coletiva, gerando benefícios aos associados e diminuição de custos para acesso aos mercados alimentares (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

Para além destes papéis sedimentados nos processos comerciais, a literatura tem destacado novas funções ao cooperativismo solidário e da agricultura familiar. Por exemplo, a obra organizada por Búrigo, Rover e Ferreira (2021) reúne ideias interessantes de por onde deve ser o caminho do cooperativismo brasileiro, ao defender que além de desenvolvimento social e econômico aos cooperados e locais em que estão inseridas, as cooperativas devem assumir novas práticas frente ao desenvolvimento sustentável, preocupando-se com as questões ambientais dos territórios. Além disso, este `novo cooperativismo´ deve levar em conta a educação dos cooperados e da sociedade, em vários sentidos; com a comercialização de alimentos por cadeias curtas; produção e venda de alimentos agroindustrializados, agroecológicos e com contatos mais diretos com os consumidores nas regiões.

Estas tendências de construção de mercados alimentares mais sustentáveis e inclusivos para agricultores e consumidores cooperados, apontadas no parágrafo acima, também têm sido destacadas na literatura internacional. Estudos têm evidenciado o papel da cooperação entre agricultores e consumidores em mercados alimentares locais e territoriais, em que a cooperativa pode assumir o papel de gerir a loja urbana de produtos especializados; estar a frente da organização de uma feira de produtores ou mesmo de uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) ou; até trabalhando em coordenação com outras organizações, construir mercados alimentares, como são os do Grupos de Aquisições Solidárias (GAS) na Europa ou mesmo em processos participativos e de planejamento urbano da alimentação como os consórcios existentes em Toronto, no Canadá. Seja como for, estes são apenas alguns exemplos de como, criativamente, as cooperativas podem assumir novas funções comerciais no sistema agroalimentar contemporâneo, gerando dividendos para seus associados e regiões em que atuam (FRIEDMANN, 2000; BRUNORI; ROSSI; GUIDI, 2012; BELLETTI; MARESCOTTI, 2020).

Por fim, parece que o cooperativismo terá um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar no que se refere à digitalização dos mercados no Brasil. O estudo conduzido durante a pandemia de Covid-19, por Gazolla e Aquino (2020), evidenciou que a maioria das experiências de mercados alimentares digitais existentes no Brasil são coletivas e constituídas a partir de cooperativas e/ou associações em 52,63% dos casos. Além disso, as iniciativas funcionam como cadeias curtas alimentares tecnológicas (plataforma sociotécnica de interface entre agricultores e consumidores), possuindo preocupações com princípios da sustentabilidade ambiental em 36,06% dos casos. As experiências cooperativas de vendas online comercializam primordialmente alimentos (mais de 90% dos casos), com qualificações alimentares mais saudáveis e sustentáveis para quem os adquire (consumidores), onde destacam-se

principalmente: os produtos ecológicos (37,23%), de agroindústrias familiares (34,50%) e os alimentos *in natura* (30,27%), evidenciando um novo *front* de atuação inovador das cooperativas da agricultura familiar e economia solidária no país.

REFERÊNCIAS

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. **Short food supply chains for promoting local markets**. Roma: FAO. 56p., 2020.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; GUIDI, F. On the new social relations around and beyond food: analysing consumers' role and action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). **Sociologia Ruralis**. Vol 52, Number 1, January 2012.

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J.; FERREIRA, R. (Orgs.). **Cooperação e desenvolvimento rural**: olhares Sul-Americanos. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2021, 216p.

ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Editora Insular. 2014, 296p.

FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/Unicamp, 2000. p. 01-21.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 29 (2), pp. 427-460, jun. a set. 2021.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (ORGs.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2016, 416p. (Série Estudos Rurais).

KUNZLER, L. L. Cooperação como estratégia de viabilização da agricultura familiar: um estudo sobre a atuação da Cooperativa Central Sabor Colonial. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. UNOCHAPECÒ. 2015, 211f.

TOMAZZONI, G.C; SCHNEIDER, S. A presença do cooperativismo na agricultura familiar do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados dos Censo Agropecuário 2017. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 65-88, 2022.

RICCIARDI, L; LEMOS, R.J. de. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

MÉTODOS ÁGEIS E SUA APLICAÇÃO EM SOCIEDADES COOPERATIVAS

Roberto Tadeu Ramos Morais [1]
Gabriel Schmitt Morais [2]

A agilidade trouxe para o contexto das atividades organizacionais uma mudança de mentalidade. Em um modelo tradicional de abordagem de solução de problemas, entre o ponto de partida ao fim da entrega do objeto de valor, existe uma linearidade. Esta compreensão não mais se adequa aos movimentos exigidos pelo cenário tecnológico-econômico. A agilidade, por outro lado, implica a iteratividade. Ela coloca o cliente no centro das suas atividades. Com isso, busca gerar o maior valor com a menor quantidade de recursos possíveis, no menor tempo. Ela é capaz de alcançar isso ao construir times autônomos, adequados a se adaptarem facilmente a novos

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. E-mail: masprm@faccat.br

[2] Graduado em Administração pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e Pós-graduando em Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS. E-mail: gabrielmorais@sou.faccat.br

contextos. Tudo isso envolta em uma cultura que abraça o aprendizado. Logo, uma organização que aplica conceitos ágeis produz, entrega e captura valor de maneira radicalmente eficiente em comparação aos métodos tradicionais. Ao se olhar para o cerne do cooperativismo, pode-se identificar as benfeitorias geradas às cooperativas que venham a fazer uso da agilidade: traduzir as necessidades humanas em benefícios para alavancar os resultados globais da sociedade.

O manifesto ágil[3] foi um importante instrumento que reuniu os princípios e valores da cultura ágil. Ele pode ser entendido como um marco, tendo estabelecido as bases para a construção de fundamentos ágeis utilizados pelas empresas na atualidade. Ele pressupõe a colaboração de pessoas acima de processos que anteriormente as restringiam. Ele valoriza a minimização de tarefas desnecessárias. A participação das partes interessadas deixa de ser um mero fim, e passa a ser parte do processo de criação, captura e geração de valor para o negócio. Ou seja, a agilidade implica a capacidade de criar e responder de forma rápida e flexível às mudanças nos domínios de negócios e técnicos (HENDERSON-SELLER, SEROUR, 2005; HIGHSMITH, COBURN, 2001).

Ela envolve tanto a capacidade de adaptação a diferentes mudanças, quanto a de refinar e ajustar os processos de desenvolvimento conforme necessário (HENDERSON-SELLERS, SEROUR, 2005). A agilidade, portanto, é alcançada através de processos de aprendizado que envolvam (i) a exploração dos problemas e das suas abordagens; (ii) o seu aproveitamento para a construção de soluções eficientes em valor ao cliente e ao empreendimento (LYYTINEN; ROSE, 2006). Embora estabelecidos com bases no desenvolvimento de *software*, estes conceitos são aplicáveis a diferentes contextos empresariais (AGUANNO, 2004).

---

[3] http://agilemanifesto.org/

Nerur e Balijepally (2007) destacam que a filosofia ágil facilita a formação de times holísticos através de uma cultura que encoraja a troca de tarefas e trabalhos baseados na autonomia. Ela constrói habilidades tanto especializadas quanto generalistas ao longo dos membros das equipes. Estas se tornam multifacetadas e exibem conhecimentos sobrepostos para que possam se auto-organizar em resposta a requisitos emergentes.

A qualquer empreendimento inserido no ambiente de competição moderno, é exigido uma rápida e eficiente adequação às necessidades de consumidores, sociedades, instituições e governos. Assim, para encarar os desafios propostos pela dinamicidade do mercado globalizado, diferentes abordagens, ferramentas e técnicas ágeis foram estabelecidas. As cooperativas beneficiarem-se das práticas ágeis parece, portanto, lógico e necessário.

Tanto que Ramborger et al (2019) evidenciaram que as cooperativas precisam avaliar as atuais estratégias de gestão que envolvem processos longos e burocráticos na busca por alternativas mais ágeis de tomada de decisão a curto prazo. No entanto, na prática, nota-se amplo espaço para melhoria em processos de gestão da agilidade (DIAS, SAMED, 2019). José e Fernandes (2019) afirmam que (i) a descentralização da tomada de decisões; (ii) a falta de autonomia dos times; (iii) a carência de conhecimento e engajamento das pessoas; e, (iv) a deficiência em comunicação entre as diversas áreas envolvidas, são entraves para a adoção eficiente de uma cultura ágil em cooperativas. Portanto, se faz necessária a implementação de um plano de ação concreto que garanta a adoção de valores associados à cultura ágil que impacte desde as áreas responsáveis pela condução do desenvolvimento do projeto, até aquelas mais estratégicas (JOSÉ; FERNANDES, 2019).

Assim, ao aplicarem conceitos e práticas ágeis, a adaptabilidade às mudanças se tornará parte da cultura do negócio cooperativo. Também passarão as cooperativas a enfatizarem a execução de tarefas em detrimento de longos processos de planejamento de projetos. O

foco deixará de ser puramente no processo, e passará a englobar aspectos de comunicação e colaboração. Além disso, as pessoas se envolverão na atividade de tomada de decisão de maneira superior. Fato é que o ambiente organizacional impacta significativamente na implementação da gestão ágil (LAWRENCE; YSLAS, 2006).

Logo, as cooperativas devem estar preparadas para abraçar as mudanças propostas pela agilidade, as quais já têm aplicado conceitos ágeis, mas lhes falta aprendizado organizacional para a sua correta implementação para colher seus reais benefícios.

REFERÊNCIAS

AGUANNO, K. Managing agile projects. Lakefield, Canada: Multi–Media Publications Inc. 2004.

DIAS, G. H. C; SAMED, M. M. A. Aplicação da metodologia lean startup na proposta de alternativas para o aumento do recebimento de grãos em uma cooperativa agroindustrial. Departamento de Engenharia de Produção. Trabalho de Conclusão de Curso – Ano 2019.

HENDERSON-SELLERS, B., SEROUR, M.K., 2005. Creating a dual-agility method: the value of method engineering. Journal of Database Management 16, 1–23.

HIGHSMITH, J., COCKBURN, A., 2001. Agile software development. 1. The business of innovation. IEEE Computer 34, 120–127.

JOSÉ, D. A; FERNANDES, R. F. Adoção de metodologias ágeis para desenvolvimento de software no contexto de uma instituição financeira cooperativa de crédito. Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2019.

LAWRENCE, R. & YSLAS, B. Three–way cultural change: Introducing agile within two non–agile companies and a non–agile methodology. Proceedings of AGILE 2006 Conference, USA. 2006.

LYYTINEN, K., ROSE, G.M. Information system development agility as organizational learning. European Journal of Information Systems 15, 183–199. 2006.

NERUR, S., BALIJEPALLY, V. Theoretical reflections on agile development methodologies. Communications of the ACM 50, 79–83. 2007.

RAMBORGER, B. M; BORBA; M. DA C; KINDLEIN, L; MACHADO, J. A. D. Ambientes competitivos dinâmicos e tomadas de decisões ágil: competências para a sustentabilidade organizacional cooperativistas. IGEPEC, Toledo, v. 23, n.2 p. 156-169, jul./dez. 2019. eISSN:1679-415X.

MONDRAGON CORPORAÇÃO COOPERATIVA

Carlos Águedo Paiva[1]
Allan Lemos Rocha[2]

A Mondragon Corporação Cooperativa (doravante MCC) é o maior sistema/federação de cooperativas do mundo e um dos dez maiores grupos econômicos da Espanha em termos de faturamento. No ranking das organizações produtivas (incluindo comércio e serviços, mas excluindo grupos financeiros) o faturamento da MCC é inferior a grupos como a Repsol Petróleo e a Telefónica da Espanha, mas é superior ao de empresas igualmente simbólicas deste país como a SEAT Motors e El Corte Inglês. Ainda que este número varie no tempo e com o critério de classificação dos empreendimentos, podemos dizer que a MCC reúne em torno de 120 empreendimentos cooperativos, dos quais em torno de 70% são industriais, pouco mais de 20% são instituições de pesquisa, ensino e consultoria e menos de 10% são agrícolas, comerciais e financeiros. Aproximadamente um quarto das cooperativas do sistema MCC tem subsidiárias no exterior (totalizando outros 120 empreendimentos) que operam, via de regra,

[1] Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: carlospaiva@faccat.br

[2] Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estatístico na Paradoxo Consultoria. E-mail: allanlemosr@gmail.com

como empresas privadas com relações de assalariamento. As exportações da corporação MCC atingem mais de 150 países e o mercado externo responde por aproximadamente 70% do faturamento do segmento industrial da federação cooperativa. E estes são apenas alguns dos inúmeros indicadores do sucesso deste extraordinário *case* cooperativo.

Não gratuitamente, a MCC tornou-se objeto de interesse global. Organizações cooperativas, governos e pesquisadores do mundo todo voltaram-se à análise do Sistema Mondragon com vistas a identificar: 1) quais foram os principais determinantes do seu sucesso; e 2) se há como replicar o modelo MCC (ainda que de forma aproximada) em outros territórios. Ora, dado que este é o cerne do interesse geral no MCC optamos por estruturar este verbete como uma resposta a essas duas perguntas.

O primeiro a entender é que os elementos que levaram ao acelerado crescimento e diversificação do Sistema MCC são, sim, muito peculiares e não são rigorosamente replicáveis. É que a MCC foi se desenvolvendo – e transformando-se – através do aproveitamento inovador dos recursos específicos da região e das janelas de oportunidade que se abriam e se fechavam ao longo do tempo. Mais exatamente, o peculiar desenvolvimento do Sistema Cooperativo Mondragon se assenta em quatro bases:

1) A forte identidade cultural e sentimentos de pertencimento e comunidade do povo basco;
2) O caráter majoritariamente industrial (nucleado pela metal-mecânica) das cooperativas do sistema;
3) As peculiaridades da legislação trabalhista e cooperativista espanhola, bem como as modificações desta legislação nas transições do franquismo para a Espanha democrática e do Estado democrático autônomo para Estado-membro da União Europeia (UE);

4) O caráter federativo – de “entropia estruturada” - da MCC, que amplia a resistência de cada célula do sistema sem engessar e comprometer o conjunto.

O último dos quatro pontos elencados acima é fundamental para que se entenda como a MCC superou inúmeros desafios ao longo do tempo. Alguns destes desafios – associados à globalização e à integração da Espanha à Europa, bem como às inúmeras revoluções técnico-gerenciais da segunda metade do século XX – foram gravíssimos e poderiam ter levado à falência de toda a organização na ausência de restrições à contaminação do todo pelas unidades decadentes e em crise falimentar. Em particular, a crise mundial de 2008 abalou fortemente a estrutura financeira da MCC e levou: 1) à falência da cooperativa mais antiga do sistema – a Fagor – em 2013; 2) à emergência de um ciclo de 8 anos de prejuízos na Eroski, braço comercial e maior cooperativa da MCC, que conta com 40 mil funcionários (dos quais 36 mil são cooperados). Esta última cooperativa só alcançou sobreviver a partir de um ousado programa de desinvestimento, com venda de parcela expressiva de seus ativos para grupos concorrentes. Mas antes de tratarmos desta dimensão quase desconhecida da incensada e mitológica Mondragon, é preciso conhecer sua história. Afinal, por maiores que tenham sido os desafios e percalços pelos quais passou a MCC, seu saldo final de perdas e ganhos é claramente positivo.

Das origens à criação formal da Corporação Mondragon

A MCC deita suas raízes no movimento da Ação Católica. Ele tem origem na virada do século XIX para o XX e busca promover a ação de religiosos e leigos católicos no enfrentamento dos graves problemas sociais (mormente o êxodo rural, o desemprego e a miséria urbana), políticos (em especial a radicalização do movimento dos trabalhadores, em direção ao marxismo e ao anarquismo) e culturais (com a crescente difusão do ateísmo e do agnosticismo) associados ao

desenvolvimento do capitalismo. O grande mentor intelectual e promotor do cooperativismo em Mondragon – o padre José Maria Arizmendiarrieta (1915-1976) – foi muito influenciado pela vertente belga da Ação Católica Europeia, que defendia o ponto de vista de que o resgate da solidariedade social-cristã no mundo moderno só poderia se dar caso os trabalhadores contassem com condições dignas e autônomas de trabalho.

Finda a Guerra Civil Espanhola, José Maria se instala no município de Mondragon, e logo toma consciência que o desemprego e a baixa qualificação da mão-de-obra local são problemas associados. Seu primeiro movimento foi, assim, a criação de um centro de formação educacional – a Escola Profissional Politécnica - onde o ensino técnico era associado a noções de empreendedorismo e gestão. Em 1956 estimulou um grupo de graduados a montar a primeira cooperativa do que viria a ser a MCC: as "Oficinas Ulgor" (futura Fagor Eletrodomésticos, cuja falência foi decretada em 2013). O rápido sucesso da Ulgor estimula a emergência de um grande número de pequenas cooperativas similares nos anos seguintes. Mas para que se entenda este estrondoso sucesso inicial das cooperativas metalúrgicas é preciso entender as peculiaridades do território.

Desde logo, todo o nordeste da Península Ibérica (onde a Espanha se une à França e onde estão localizadas as regiões conhecidas como País Basco, Navarra, Aragão e Catalunha) é marcado por terrenos acidentados e dobrados (em função dos Pirineus), bem como pela proximidade com o mar (seja o Mar do Norte, no País Basco; seja o Mediterrâneo, na Catalunha). Estas características determinaram a maior especialização destes territórios em atividades não agrícolas, mas **artesanais**, com ênfase na metalurgia (dadas as ricas minas de ferro dos Pirineus) e na construção naval, bem como na pesca e no comércio de longo curso. Por oposição, a produção agropastoril espanhola passou a ser hegemonizada pelas regiões interiores de terrenos mais planos, como Castela, Galícia e Andaluzia.

Além disso, a região basca é marcada por outras peculiaridades históricas. Para além de contarem com uma língua própria (a Euskera) marcadamente distinta das línguas latinas da Península (como o castelhano, o catalão, o galego e o português), a integração dos bascos à Coroa Espanhola foi um processo tardio assentado na concessão de grande autonomia política, jurídica e fiscal aos municípios da região. Ao longo dos séculos, os bascos foram perdendo paulatinamente a autonomia inicialmente concedida. O que levou a um posicionamento político peculiar da maior parte da população basca nos conflitos históricos espanhóis: **mais do que uma afiliação à direita ou à esquerda no plano nacional, os bascos privilegiavam aquelas vertentes políticas que – por princípio ou oportunismo político – defendiam o federalismo e a autonomia regional em detrimento da centralização**. O que levou a maior parte dos bascos a se alinharem à República por oposição à Falange durante a Guerra Civil Espanhola. Com a derrota da República, a reação emergiu como brutal repressão ao "basquismo" durante a ditadura franquista, que proibiu, inclusive, o uso do idioma Euskera em ambientes públicos, na Igreja, no trabalho e nas escolas.

Assim, a emergência de pequenas cooperativas artesanais – por oposição ao emprego na única grande empresa de Mondragon, a metalúrgica Cerrajera – não era apenas uma forma de geração autônoma de emprego e renda consoante com os cânones da Ação Católica). Também era um protesto político e cultural, na medida em que liberava os trabalhadores da fiscalização e censura de superiores franquista.

Originalmente, cada nova cooperativa operava sem qualquer associação formal com as demais. Contudo, as restrições de escala dos empreendimentos vão induzir à especialização de cada cooperativa como elos de uma longa cadeia, em que algumas produziam os insumos e os componentes de produtos finais – como fogões, aquecedores de água, luminárias a gás e querosene, etc. –, cuja montagem final, transporte e/ou distribuição ficavam a cargo de

outras cooperativas. Vale dizer: desde seus primórdios e antes mesmo da formalização jurídica da MCC, a integração das cooperativas emergentes era **real:** desde o início, elas conformavam um verdadeira Arranjo Produtivo Local Cooperativo (APL-C). E logo serão dados dois importantes passos adiante, que levarão à integração jurídico-formal do APL-C.

Este processo de integração foi acelerado pela legislação trabalhista e cooperativa da ditadura de Franco. Ao contrário dos trabalhadores do setor privado – cujo fundo de aposentadoria era depositado junto ao governo central, que passava a ser responsável pelo pagamento do pecúlio após o afastamento da vida ativa – a aposentadoria dos trabalhadores-cooperados era de responsabilidade exclusiva das cooperativas. Hoje, a responsabilidade é mútua: o governo central responde por 60% da aposentadoria, enquanto o fundo gerido pela cooperativa responde por 40% deste valor. De qualquer forma, tanto a legislação franquista, quanto a atual, obriga as cooperativas a recolherem um determinado valor, que é proporcional aos rendimentos de cada cooperado, para ser gerido por uma instituição financeira de sua escolha. Igualmente bem, a legislação espanhola prevê que uma parte do excedente operacional das cooperativas (suas "sobras") seja canalizada para obras e atividades promotoras do bem-estar dos cooperados nas áreas de educação, de saúde, de habitação e/ou de lazer. Ora, o rápido crescimento do número de cooperativas e de cooperados em Mondragon e no seu entorno levou à percepção de que o sistema emergente se beneficiaria se estes recursos fossem canalizados e administrados por uma instituição financeira própria, também ela organizada como cooperativa. E já em 1959 é criada a Caja Laboral (CL).

Originalmente, a CL foi projetada como uma cooperativa independente das demais. Logo, porém, ficou evidente que a solidez e rentabilidade de uma instituição financeira é função direta de sua escala de operação e da solidariedade dos depositantes com a gestão de seus recursos. Para ampliar esta escala e solidariedade a CL teria

que assumir uma relação diferenciada (*vis-à-vis* as instituições creditício-financeiras privadas) com as cooperativas produtivas. Vale dizer: os ativos à sua disposição não deveriam ser administrados exclusivamente a partir dos interesses dos trabalhadores-proprietários da CL, mas, também, a partir dos interesses estratégicos das demais cooperativas e de seus trabalhadores, canalizando a poupança global para o financiamento de investimentos das cooperativas já estabelecidas (com aquisição de máquinas, por exemplo) ou dos cooperados (com imóveis para habitação, por exemplo), bem como para a formação de novas cooperativas na região. Estas aplicações poderiam, eventualmente, ser até menos lucrativas do que aplicações em títulos públicos ou em ações de empresas privadas. Mas elas eram capazes de alimentar um círculo virtuoso positivo de expansão APL-C.

Pouco a pouco, a CL passou a ocupar a função de núcleo articulador e centro de planejamento estratégico do APL Cooperativo em Mondragon. Assim é que caberá à CL o planejamento e instituição da Sociedade de Bem-Estar Social Lagun Aro (criada inicialmente como divisão interna da CL, mas autonomizada em 1966), a Divisão de Negócios da CL (voltada à promoção e desenvolvimento de novas cooperativas e instituída no início dos anos 60), a Cooperativa de Consumo Eroski (em 1969), e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Ikerlan (instituído em 1974, com a autonomização do centro de P&D da Escola Politécnica).

A partir de 1987, porém, o grupo vai viver uma grande inflexão, com **a criação formal da Mondragon Corporação Cooperativa.** Desde então, a CL perderá funções diretivas, passando a operar como mera instituição financeira da MCC. O órgão deliberativo máximo do grupo passará a ser o Congresso Cooperativo, com reuniões bianuais (com pelo menos um representante por unidade cooperativa), voltadas à avaliação, produção de emendas e aprovação do planejamento global, bem como à eleição do corpo diretivo da federação. No terceiro Congresso Cooperativo, a Caja

Laboral e a Sociedade Lagun Aro foram integradas na MCC-Inversiones. A nova instituição deixou de ser uma cooperativa e assumiu a forma de Sociedade Anônima com suas ações distribuídas entre as cooperativas do Sistema Mondragon. Os motivos que levaram a este reordenamento estrutural-funcional só podem ser entendidos à luz das transformações políticas e econômicas do último quartel do século XX.

O Sistema Cooperativo Mondragon no último quartel do século XX

Tal como vimos anteriormente, uma das peculiaridades do sistema Mondragon encontra-se no fato de que a maior parte de suas cooperativas serem dedicadas à produção industrial. É bem verdade que a cooperativa comercial – Eroski – ocupa quase a metade dos cooperados do sistema. Mas a Eroski emergiu como um subproduto das cooperativas industriais (e da Caja Laboral) e ainda hoje apresenta uma dinâmica de expansão ou retração que, em grande parte, reflete a dinâmica mais geral do grupo e de suas empresas de base industrial. Também é verdade que a MCC é um sistema marcado pela grande expressão e influência de suas organizações voltadas à Pesquisa & Desenvolvimento, ao ensino técnico e gerencial e à gestão financeira. Mas se estas estruturas são promotoras do desenvolvimento da MCC, sua eficácia é indissociável do fato da MCC ter o seu *core business* nas atividades industriais.

Ora, esta base industrial impôs desafios muito particulares ao Sistema Mondragon nas últimas décadas do século XX. **E isto porque** - ao contrário da agricultura, do comércio a varejo e da boa parte dos serviços prestados às famílias, onde as pequenas unidades produtivas, voltadas ao mercado local, podem ser competitivas e se sustentar no longo prazo a partir de relações de proximidade e fidelidade - **a competitividade da indústria é função direta da escala de produção e da velocidade de introdução do**

progresso técnico. Como regra geral, o mercado de uma única planta industrial não é local ou regional, mas nacional ou internacional. E o mercado nacional da indústria é, normalmente, objeto de disputa por empresas localizadas no exterior.

Em todo o mundo, a exposição à concorrência externa de plantas e empresas industriais nacionais foi exacerbada no último quartel do século XX pela globalização e pelo aumento das restrições da Organização Mundial de Comércio às políticas alfandegárias nacionais de defesa da indústria interna. Mas, no caso da Espanha, a exposição competitiva foi levada a extremos pelo ingresso paulatino no Mercado Comum Europeu (consolidado apenas em 1986, mas iniciado ao fim da ditadura franquista, em 1976), na União Europeia (em 1992) e na Zona do Euro (em 2002). Ao longo deste processo, o governo espanhol abriu mão de todos os instrumentos de defesa de sua indústria, que foi exposta à concorrência direta e sem mediações das indústrias alemã, holandesa, belga, francesa e britânica, de produtividade significativamente superior. Além disso, a indústria mundial passava pelo grande desafio associado à emergência das novas potências industriais asiáticas, mormente Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China continental. Estes países foram pioneiros no desenvolvimento dos sistemas gerenciais e de controle da produção pós-fordistas (dos quais o toyotismo é o mais afamado, mas não o único) que vieram a se resolver no desenvolvimento da robótica e da automação flexível, altamente poupadora de mão-de-obra industrial.

A abertura comercial e as revoluções técnico-produtivas do último quartel do século XX vão alavancar a taxa de desemprego na Espanha, que atinge índices em torno de 20% nos anos 80. Com vistas a estimular as empresas espanholas a ampliarem suas contratações, o governo subsidiará fortemente os dispêndios das organizações produtivas com assalariados, permitindo que parte dos gastos com pessoal fossem descontados dos tributos devidos e zerando as contribuições sociais e demais encargos empregatícios na contratação de trabalhadores por tempo determinado (até um ano). Para as

cooperativas isto significava mais um desafio, pois as empresas privadas passavam a ter vantagens de custo com dispêndios em pessoal.

O Sistema Mondragon respondeu a estes novos desafios com medidas que, de um lado, garantiram a sobrevivência da federação cooperativa, mas, de outro, alimentaram a crescente contestação interna das novas diretivas, sob a alegação de que elas solapavam a democracia e a utopia igualitarista que se encontravam nas raízes do projeto cooperativo do grupo. O ano de 1974 será o marco inicial deste processo. Ele será marcado, de um lado, pela criação da Ikerlan (centro de P&D do grupo) e, de outro, primeira greve dos trabalhadores-cooperados do chão de fábrica na Ulgor (a cooperativa que deu origem à federação Mondragon) em reação à proposta de ampliação dos diferenciais na remuneração de operários, engenheiros e gestores do sistema patrocinada pelos últimos. A greve da Ulgor será particularmente traumática, na medida em que as regras internas da cooperativa proibiam qualquer movimento paredista e todos os grevistas foram afastados da Ulgor após a aprovação da ampliação dos diferenciais de remuneração.

Na segunda metade dos anos 70 e ao longo dos anos 80, sob a supervisão da Ikerlan, os processos de trabalho e os sistemas de produção foram sendo alterados nas diversas cooperativas industriais do grupo Mondragon, com ampliação e aprofundamento dos padrões de controle de tempos e movimentos e a crescente introdução de sistemas de automação flexível. Além disso, em resposta às pressões competitivas associadas à globalização e à integração ao mercado europeu, decidiu ampliar o número de trabalhadores não-cooperados, mas assalariados e contratados em regime especial (por até um ano), aproveitando-se das vantagens fiscais instituídas pelo governo espanhol para este padrão contratual ao longo dos anos 80.

Até o início dos anos 90, os novos padrões de trabalho e produção foram sendo absorvidos com raríssimas manifestações de resistência. Em parte, em função da crença generalizada de que eles

eram impositivos à sustentação dos empreendimentos cooperativos (que, efetivamente, alcançaram sobreviver e sustentar o emprego dos cooperados, por oposição ao *downsizing* generalizado nas empresas industriais privadas espanholas no período). Mas também em parte pelo temor dos trabalhadores de chão de fábrica de que manifestações mais radicais de resistência pudessem levar – como na greve da Ulgor em 1974 – ao afastamento das lideranças que se opusessem aos processos de modernização produtiva. Não obstante, este equilíbrio instável e contraditório será alterado por três eventos marcantes do início dos anos 90.

Em primeiro lugar, ao longo dos anos 80, os sindicatos operários espanhóis desenvolveram sistemas próprios de consultoria econômica e gerencial voltados à produção de alternativas economicamente consistentes e sustentáveis às políticas de modernização propostas pelas direções das empresas privadas. Na virada dos anos 80 para os 90, ficou claro que algumas destas alternativas eram mais eficazes para a sustentação da competitividade empresarial do que as propostas oriundas dos gestores e suas equipes de assessoria, além de trazerem o benefício de aprofundar o comprometimento dos trabalhadores com as mudanças e, de forma geral, com a própria empresa. Este processo impôs um sério desafio à regra de funcionamento da MCC, que impedia os cooperados do chão-de-fábrica de buscarem apoio nos sindicatos operários ou em quaisquer organizações externas para a avaliação crítica e desenvolvimento de alternativas às propostas de modernização produtiva e competitiva oriundas dos centros gestores e de P&D do sistema Mondragon.

Além disso, em 1992, uma nova proposta dos gestores da MCC para a ampliação dos diferenciais de rendimento entre os cooperados da base e do topo técnico-gerencial do sistema (para 1:10) foi rechaçada pelo conjunto das assembleias de base, com protestos generalizados pelo abandono crescente dos princípios cooperativos por parte do grupo Mondragon. Por fim, em 1994 os sindicatos

operários espanhóis convocaram uma greve geral contra a proposta governamental de alterar a legislação trabalhista ampliando as horas de trabalho para até 12 horas diárias e 60 horas semanais e introduzindo a possiblidade das empresas dividirem as férias anuais dos trabalhadores em dois períodos de duas semanas cada. Pela primeira vez, a maior parte dos trabalhadores-cooperados do Sistema Mondragon participaram do movimento paredista, sob a alegação de que, se a reforma viesse a ser aprovada, os gestores da MCC acabariam por impor padrões similares de trabalho aos operários-cooperados sob a alegação de que a concorrência impunha sua adoção pelas cooperativas.

Estes três eventos revelaram o óbvio: que o desenvolvimento das estruturas produtivas industriais gera, necessariamente, uma diferenciação na **qualidade** de inserção dos cooperados e, por extensão, na percepção relativa da pertinência e necessidade efetiva de inflexões nos processos de produção. A pretensão de que todos os cooperados eram igualmente proprietários e igualmente gestores passou a ser percebida por parcela dos trabalhadores como ideológica. Algo precisava ser feito para resgatar a solidariedade.

Na segunda metade dos anos 90 emergiram algumas mudanças sutis, mas relevantes. Em primeiro lugar, congelou-se em 1:9 o diferencial máximo dos rendimentos básicos dos cooperados de chão-de-fábrica e gestão. Porém, dada a necessidade de atrair técnicos e gestores qualificados para as funções de desenvolvimento e planejamento, abriu-se a brecha para que a distribuição das sobras se realizasse com maior flexibilidade. Simultaneamente, abriu-se espaço para a emergência de formas de organização para-sindical dos trabalhadores. Para além das estruturas de representação rigorosamente internas às cooperativas, emergiram associações de trabalhadores do chão-de-fábrica de distintas cooperativas, que passaram a dialogar com os sindicatos de trabalhadores das empresas privadas e suas estruturas de consultoria. Por fim, buscou-se aprofundar o debate com os trabalhadores do chão-de-fábrica antes de

implementar quaisquer ajustamentos nos processos de trabalho; em especial em temas particularmente candentes como políticas de turnos, férias e horários de trabalho.

A MCC no século XXI

Se o ingresso na União Europeia já impôs um enorme desafio, a instituição do euro em 2002 foi ainda mais impactante para a indústria espanhola ao eliminar o derradeiro instrumento de defesa da indústria nacional: a flutuação do câmbio. Um país que opera com sua própria moeda, ao se deparar com déficit em suas transações com o exterior (importações > exportações), desvaloriza sua moeda frente as demais. Assim, ele encarece os produtos importados e barateia seus produtos para os compradores externos. Isto tornou-se impossível para todos os países da zona do euro a partir de 2002, expondo a indústria daqueles países de menor produtividade relativa: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (que passam a ser apelidados de PIIGS). No ano de 2006, uma grande crise emerge na Espanha, com a explosão de uma bolha imobiliária, abalando o sistema financeiro nacional, as empresas de construção civil e as empresas de produção e venda de bens de consumo durável. A Corporação Mondragon não ficou imune à crise.

Desde os anos 90, estava claro que a integração europeia significava um grande desafio. Parcela expressiva das cooperativas do sistema Mondragon já eram empreendimentos expressivos no mercado espanhol, mas eram relativamente insignificantes no mercado europeu. E, para uma corporação de *core business* industrial, a questão da escala mostrava-se crucial.

A estratégia da MCC foi apostar na internacionalização e no crescimento rápido através de aquisições. Este movimento também buscava enfrentar alguns dos desafios postos pela crítica dos cooperados do chão de fábrica ao processo de diferenciação interna dos benefícios pecuniários e de controle do processo produtivo (objeto da sessão anterior). E isto na medida em que a internacionalização passou a se dar sem a universalização da condição de cooperado-

proprietário para os trabalhadores das estruturas empresariais no exterior. Oficialmente, esta opção estava baseada na ausência de uma cultura cooperativista nos territórios onde se localizavam as novas plantas. Tal como vimos acima, é bem verdade que a cultura cooperativista basca é peculiar, porquanto enraizada na identidade cultural e na resistência à repressão franquista. Além disso, o processo de internacionalização da MCC foi efetivamente amplo incorporando países tão distintos como China, Brasil e Marrocos. Porém, parcela expressiva deste realinhamento deu-se em direção à Europa, que passavam por um processo de integração político-econômica baseado em um grau não desprezível de afinidade e similaridade cultural. Não obstante, a opção da MCC foi de instalar empresas não cooperativas na União Europeia, criando subsidiárias privadas com estrutura jurídica própria. Aparentemente, esta estratégia também se apoiou na perspectiva de realizar uma apropriação de lucros no exterior que seriam passíveis de canalização para a cooperativa matriz e para a corporação MCC sem qualquer necessidade de avaliação e debate por parte dos trabalhadores no exterior. Nas palavras de Errasti, Bretos e Etxezarreta (2016), a estratégia da MCC no século XXI foi a de tornar-se uma "multinacional cooptalista".

De uma forma geral, esta estratégia foi bem-sucedida. Não faltam números (alguns dos quais, enunciados no primeiro parágrafo deste verbete) para comprovar o sucesso da estratégia. Porém, este sucesso foi permeado por grandes turbulências.

A maior de todas as crises foi a falência da cooperativa que deu origem ao grupo, a Ulgor, que veio a se chamar Fagor Eletrodomésticos. Ao falir, a Fagor deixou uma dívida de 1,1 bilhão de euros. Parte da dívida tinha a forma de títulos podres, alguns dos quais haviam sido vendidos a cooperados da MCC pela Caja Laboral (atual Laboral Kutxa) sem o devido esclarecimento do grau de risco. **Evidentemente, as consequências deletérias deste evento para a MCC – inclusive no plano da credibilidade da organização – foram enormes.**

A falência da Fagor teve origem em dois movimentos. Em primeiro lugar, a estratégia de acelerado crescimento e internacionalização da cooperativa entre 1990 e 2010, que se deu com base em endividamento. O grande salto deu-se entre 1999 e 2002 quando a Fargo adquiriu a polanesa Wrozamet e a francesa Brandt. Inicialmente, esta estratégia foi bem-sucedida. Porém, com a crise espanhola de 2006, as vendas do grupo sofreram uma queda brutal. As tentativas de impor ajustes às subsidiárias externas – via queda da produção e demissões – enfrentaram grandes resistências de trabalhadores. Quando emerge a crise econômico-financeira mundial em 2008-9, a Fargo começa a ter dificuldades para rolar as dívidas contratadas para financiar sua expansão. Num primeiro momento a MCC busca sustentar a cooperativa. Mas os prejuízos mensais da Fargo eram crescentes e as injeções de recursos do grupo não pareciam trazer qualquer alento. No início de 2013, a MCC abandona a política de sustentação e a cooperativa entra em falência. Ao final do ano, outras cooperativas associadas à Fargo têm o mesmo destino.

Mas se a MCC abriu mão de sustentar a Fargo, ela não abriu mão de apoiar os trabalhadores da cooperativa. A maioria destes foram incorporados em outras cooperativas da Corporação. Parcela menor, optou por aposentadoria antecipada. E uma minoria foi incorporada na empresa catalã que adquiriu a massa falida da Fargo.

Por mais traumática que tenha sido esta experiência, ela também gerou alguns desdobramentos positivos. O que não surpreende numa organização que se caracteriza pela capacidade de adaptação. A extinção da Fargo ensinou aos operários-cooperados que os riscos de falência das cooperativas em função dos padrões competitivos da economia globalizada não era um mero "discurso" dos gestores, mas um risco real. Igualmente bem, a defesa pela MCC do emprego dos trabalhadores da Fargo e sua reincorporação ao sistema ajudou a resgatar a confiança do coletivo na solidariedade do grupo.

De outro lado, também ficou claro que, no mundo globalizado, algumas cooperativas da MCC poderiam vir a se tornar insustentáveis.

E, nestes casos, a sobrevivência do grupo passava pela aceitação da "perda dos anéis em prol dos dedos". Ao fim e ao cabo, a crise da Fargo aprofundou a estratégia federativa do grupo com o reconhecimento de que a defesa da MCC e dos seus cooperados não se confunde com a defesa intransigente de qualquer cooperativa em particular.

REFERÊNCIAS

CORPORATIVA, **Laboral Kutxa**. Disponível em: <https://corporativa.laboralkutxa.com/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

ERRASTI, Anjel; BRETOS, Ignacio; ETXEZARRETA, Enekoitz. **What do mondragon coopitalist multinationals look like? The rise and fall of fagor electrodomésticos Coop. and its european subsidiaries**. University of the Basque Country (UPV/EHU). Annals of Public and Cooperative Economics. 2016. 87. 10.1111/apce.12137.

KASMIR, Sharryn. **The myth of mondragón: cooperatives, politics and workings-class life in a Basque Town**. State University of New York Press, Albany. 1996

MONDRAGON. **Mondragon Corporation.** Disponível em: <https://www.mondragon-corporation.com/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NOYES, Matt. **Learning from the Bankruptcy of Fagor Electrodomesticos, Reflections at the 2015 CIRIEC.** Conference in Lisbon, Portugal (in English). 2016

ORMAECHEA, José Maria. **La experiencia cooperativa de Mondragon**. Mondragon: Grupo Cooperativo Mondragon, 1991

ORNELAS, Carlos. **Producer Cooperatives and Schooling: The Case of Mondragon, Spain**. Doctoral Dissertation, Stanford University School of Education, 1980.

WHYTE, Willian Foote; WHYTE, Kathellen King. **Making Mondragon**: the growth and dynamics of the worker cooperative complex. 2. ed. New York: Ilr Press, 1988.

WIKIPEDIA. **Caja Laboral.** Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Caja_Laboral>. Acesso em: 18 mar. 2022.

WIKIPEDIA. **Eroski**. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Eroski>. Acesso em: 18 mar. 2022.

WIKIPEDIA. **Mondragon**. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Mondragon_Corporation>. Acesso em: 18 mar. 2022.

WIKIPEDIA. **Saski Baskonia.** Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Saski_Baskonia>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NOVIDADES ORGANIZACIONAIS

Monique Medeiros[1]

A noção de Produção de Novidades (*Novelty Production*) foi originalmente difundida por meio da publicação de uma compilação de trabalhos elaborados por Ploeg *et al.* (2004). Duas razões principais explicam a formulação dessa noção voltada, sobretudo à agricultura. A primeira refere-se ao fato de o paradigma da modernização da agricultura ter formulado um "modelo" de inovações e de desenvolvimento tecnológico externalista, padronizado, globalizado e linear, o qual teve como uma das consequências a desconexão entre a tecnologia e as práticas endógenas de agricultores. A segunda razão é o entendimento da necessidade de aprofundar o tratamento teórico dos dados a respeito de inovação e tecnologia (WISKERKE; PLOEG, 2004; KNICKEL *et al.*, 2008).

Essa noção busca evidenciar a complexidade dos distintos estilos de agricultura e se opõe à ideia de inovação que está conectada a fatores como a estandardização, a externalização e a globalização de práticas e artefatos. As novidades realizam "quebras" e "desclassificações" em relação à lógica hegemônica da sociedade e do contexto institucional (WISKERKE; PLOEG, 2004; OOSTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008). Enquanto as inovações, em especial as tecnológicas de largo alcance, buscam a substituição de fatores de

[1] Doutora em Agroecossistemas; Docente na Universidade Federal do Pará/Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. E-mail: mmedeiros@ufpa.br

produção limitantes por artefatos manufaturados pela indústria, e se adequam a determinados interesses que visam induzir mudanças institucionais, cujo cerne é a acumulação capitalista (VENTURA; MILONE, 2004).

A distinção das novidades pode ser verificada pela constatação de três pontos centrais: i) o conhecimento utilizado para a sua construção é contextualizado; ii) as práticas envolvidas nessa construção são internalizadas ou endógenas; e iii) os processos e artefatos criados são territorializados (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). A primeira peculiaridade está atrelada ao fato de que o conhecimento mobilizado pelos atores sociais na produção das novidades possui um caráter contextual. Isto é, ele se constrói de maneira correlacionada ao contexto socioeconômico, ambiental, cultural e institucional em que os atores estão inseridos. Após a interação entre os vários tipos e fontes do conhecimento tácito e científico na construção de novidades, um novo conhecimento é construído e então enraizado nas práticas e epistemologias desses atores sociais (STUIVER, 2008).

A emergência de novidades também está diretamente vinculada à internalização, que representa sua segunda característica central. Esse processo se relaciona com a rentabilidade e sustentabilidade das novidades, pois envolve a redução de uso de recursos externos ao local e à unidade produtiva e, por conseguinte, a utilização ótima dos recursos internos (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; STUIVER, 2008). Além disso, as novidades nascem em determinado sítio social e espacial, sendo resultantes de um conjunto de relações sociais locais e de construções realizadas em redes de atores sociais.

Por fim, o surgimento das novidades é um processo territorializado, dependente do tempo, dos ecossistemas e dos repertórios culturais aos quais os processos de trabalho estão associados (WISKERKE; PLOEG, 2004), o que configura sua terceira característica.

No Brasil, desde os primeiros estudos sobre as novidades na agricultura, se seguiram várias pesquisas e publicações. Esses

trabalhos pioneiros buscaram contribuir para um melhor entendimento das transformações sociotécnicas localizadas, tratando das interfaces entre atores e conhecimentos que interferem na potencial formação de nichos inovativos (CHARÃO-MARQUES, 2009); identificando a contribuição de diferentes formas de produção de conhecimentos para o surgimento de novidades (BULHÕES, 2011); analisando a heterogeneidade das expressões da agência e dos projetos dos atores sociais envolvidos na emergência das novidades (MEDEIROS, 2011); estabelecendo uma relação das novidades com a construção social de mercados (GAZOLLA, 2012); relacionando uma multiplicidade de atores e práticas epistêmicas com a emergência de inovações identificadas com as dinâmicas das novidades (OLIVEIRA, 2014) e evidenciando as várias conformações organizacionais que podem ser percebidas como novidades (MELLO, 2009; MEDEIROS, 2011; MEDEIROS, 2017).

Esse conjunto de estudos reitera a constatação de que o caráter radical das novidades se evidencia na possibilidade de romper com padrões produtivistas e puramente econômicos, os quais desconectam a sociedade da natureza e desvalorizam a identidade cultural dos atores sociais. Também ressaltam que os processos de transformação gerados pelas novidades estão embasados na capacidade de agência dos atores sociais, ou seja, em sua habilidade de se organizar e traçar caminhos alternativos para o enfrentamento das situações problema que estão sob diversificadas formas de coerção (LONG; PLOEG, 1994).

Mais especificamente, com base nos estudos de Mello (2009) e Medeiros (2011; 2017), é possível compreender distintas cooperativas de agricultores familiares, e até mesmo estratégias de intercooperação entre as cooperativas, como novidades organizacionais. Essa compreensão se dá justamente pelas trajetórias dessas organizações articularem distintos atores sociais na geração de rearranjos em relações sociais e de trabalho que valorizam os conhecimentos locais e a diversidade socioambiental, ao mesmo tempo que abrem potenciais para a construção de mercados voltados às peculiaridades dos

territórios nos quais emergem. Por meio dessas novidades organizacionais, é facilitado aos atores sociais articulados transporem fronteiras para além de suas unidades de produção e estabelecerem melhorias em suas próprias relações com o meio biofísico e com os mercados, o que imprime uma nova dinâmica de territorialização.

Tais publicações corroboram as reflexões de Marques (2009) acerca de que a ação dos atores merece atenção no nível micro, pois é onde se coadunam as novidades – inclusive as organizacionais - que refletem diretamente em mudanças mais profundas para o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

CHARÃO-MARQUES, F. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos:** transições no regime sociotécnico da agricultura. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

BULHÕES, F. M. **Conhecimento e inovação no manejo de sistemas agroflorestais por citricultores ecológicos no Vale do Cai/RS.** 309 f. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2011.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais:** cadeias curtas das agroindústrias familiares. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

KNICKEL, K.; BRUNORI, G.; RAND, S.; PROOST, J. **Towards a better conceptual framework for innovation processes in agriculture and rural development:** from linear models to systemic approaches. In: Clermont-Ferrand: France, 8 th European IFSA Symposium, 6, 10 July 2008. Disponível em: < http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2008/2008_WS6_10_Knickel.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

LONG, N.; PLOEG, J. D. **Heterogeneity, actor and structure:** towards a reconstitution of the concept of structure. In: Booth, D. Rethinking social development theory, research and practice. England, Longman Scientific & Technical, 1994, pp. 62-90.

MELLO, M. A. **Sementes que brotam da crise:** a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina. 299f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural:** os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

MEDEIROS, M. **Diversidade de saberes em situações de interface:** a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do Rio Grande do Sul. 2011. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

OLIVEIRA, D. **Produção de conhecimentos e inovações na transição agroecológica:** O caso da agricultura ecológica de Ipê e Antônio Prado/RS. 2014. Tese (Doutoradoem Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dinamic of novelty production. In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (Eds.) **Unfolding Webs:** The dynamics of regional rural development. Van Gorgum, 2008. 262 p.

PLOEG, J. D. VAN DER.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H, J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. (2004). On regimes, novelties, niches and co-production. In: Wiskerke, J. S. C.; Ploeg, J. D. van der (eds.). **Seeds of transition:** essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, pp. 1-30.

VENTURA, F. MILONE, P. Novelty as redefinition of farm boundaries. In: Ploeg, J. D. van der; Wiskerke, J. S. C. (Ed.). **Seeds of transition:** essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Van Gorcum, 2004.

STUIVER, M. **Regime, change and storylines:** a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming. Netherlands: Wageningen Univ., 2008.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. (Org.). **Seeds of transition:** essays on novelty production, Niches and Regimes in Agriculture. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004, pp. 1-28.

O COOPERATIVISMO E OS DESAFIOS ECONÔMICOS

Argemiro Luís Brum[1]

No mundo globalizado em que vivemos, os desafios econômicos são imensos e constantes. A rapidez em que os processos evoluem exige das empresas uma postura dinâmica. Neste contexto se inserem as cooperativas. Sua modernização e atualização devem ser o elemento central de suas operações, envolvendo seus associados, colaboradores e quadro diretivo.

Dados consolidados de 2020 indicam que o Brasil possuía, naquele ano, 4.868 cooperativas. Ora, enquanto 47% das empresas brasileiras não sobrevivem após o quinto ano de atividade, no cooperativismo, atualmente, 3.634 cooperativas possuem mais de 10 anos de atuação no mercado. Isso representa 75% do total das cooperativas brasileiras. Em 2020 havia 17.121.076 associados nas diferentes cooperativas no Brasil, representando 8% de toda a população brasileira. Considerando apenas a população economicamente ativa no Brasil, o número de cooperativados chega a expressivos 18%. Em 2020, ano que a pandemia levou ao desemprego milhares de pessoas no mundo e no Brasil, o cooperativismo nacional gerou 6% a mais de empregos, registrando um total de 455.095 pessoas empregadas. Especificamente no ramo agropecuário o Brasil possuía, em 2020, um total de 1.173 cooperativas, sendo que estas

[1] Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor titular do PPGDR da UNIJUI. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

cooperativas possuíam 1.001.362 cooperados, e mais 223.477 empregados. Em termos de realidade financeira, em 2020, enquanto o Brasil afundava em uma crise econômica sem precedentes, as cooperativas brasileiras registravam um ativo total de movimento de R$ 655 bilhões, um aumento de 33% em relação a 2019. O patrimônio líquido foi contabilizado em R$ 145 bilhões, isto é, 15% maior quando comparado ao ano anterior! As sobras do exercício, na maioria dos casos distribuída entre os diferentes associados, alcançaram a R$ 23 bilhões, crescendo 55,4% sobre 2019 (OCB, 2021).

É um complexo socioeconômico forte que tem condições de enfrentar o ambiente econômico mundial. Portanto, participar do mesmo é algo de grande importância. Mas a dimensão do sistema coloca enormes desafios, dentre eles o de mantê-lo funcionando competitivamente diante dos concorrentes nacionais e transnacionais. Os riscos de exclusão do processo econômico, em tal contexto, igualmente são imensos, pois não pode haver descuidos no planejamento e funcionamento da empresa cooperativa em todos os seus setores (FAJARDO e ROCHA, 2020).

Pelo lado do associado, tamanho complexo é praticamente a certeza de se manter ativo no sistema produtivo nacional, com ganhos sociais e de qualidade de vida crescentes, desde que este também faça a sua parte. Isso porque as cooperativas são espaços onde várias formas de ação se confrontam permanentemente. Dentre elas, procuram agir cooperativamente e designam a importância do ser no mundo; e buscam ações racionais evidenciando uma relação mais capitalista e econômica, sustentando seus associados na disputa pelos mercados nacionais e globais. Neste sentido, sobrevivem as organizações cooperativas que desenvolvem e adotam novas estratégias e incorporam novas competências para atuar em ambientes de competitividade crescente.

O foco direciona-se para as capacidades internas e externas, abrangendo a amplitude das empresas e de seus entornos. Assim, as novas práticas devem gerar estratégias, arquiteturas e alianças

inovadoras, integração vertical e horizontal, alinhando objetivos e negócios, formatando redes de cooperação e abrangendo variáveis internas das organizações, bem como entre elas (ISAE/FGV, s.p).

Afinal, atualmente vive-se em uma sociedade de modelos econômicos e sociais carentes de prosperidades e sustentabilidades. É neste espaço que entra a chamada economia colaborativa, trazendo os interesses da coletividade para o centro da discussão. É aí que se insere a doutrina e a prática cooperativista como um "novo" modelo de negócio global. A utilização do cooperativismo como ferramenta e instrumento de desenvolvimento local é assegurar a formação de um círculo virtuoso na geração de riquezas e renda para a comunidade. Neste quadro, o planejamento deve assumir, como política central, a satisfação das suas principais necessidades, da sua razão de ser: os associados e a manutenção da empresa cooperativa no ambiente econômico em que está inserida (MARGARIDO, 2022; CORREIA, ZILLE & BATISTA, 2018).

E este planejamento deve ser revisitado constantemente, a partir de quatro questões fundamentais a serem respondidas: é preciso mudar? (a realidade); o que mudar? (o problema); para onde mudar? (a solução); e como efetuar as mudanças? (os meios).

REFERÊNCIAS

CORREIA, H.S.; ZILLE, L.; BATISTA, N. A economia colaborativa no contexto das cooperativas de crédito. Rever-Revista de Extensão e Estudos Rurais da UFV: Viçosa (MG), 2018. 21 p.

FAJARDO, S & ROCHA, M.M. Cooperativismo e contradições: o caso brasileiro. Ed. CRV, Curitiba, 148 p. 2020.

ISAE/FGV. A importância do cooperativismo e seu impacto na sociedade. Disponível em:<https://isaebrasil.com.br/a-importancia-

do-cooperativismo-e-seu-impacto-na-sociedade/> Acesso em: 2 fev. 2022.

MARGARIDO, C. Economia colaborativa: por dentro de uma transformação em curso no mundo dos negócios. Ed. InterSaberes : Curitiba, 2022. 200 p.

OCB. Disponível em:< https://www.ocb.org.br/numeros#:~:text=Em%202019%2C%200%20ativo%20total,l%C3%ADquido%20de%20R%24%20126%20bilh%C3%B5es.> Acesso em: 5 out. 2021.

O COOPERATIVISMO E OS MERCADOS

Argemiro Luís Brum[1]

É fundamental entender que as cooperativas competem no mercado com empresas de constituição jurídica diferente. E, nesse contexto, a competição é inevitável. Para enfrentá-la, a cooperação é essencial.

Sendo o cooperativismo uma forma importante de organização dos produtores rurais, a qual possibilita agregação de valor ao seu sistema de produção, e equilíbrio de poder de mercado, não se pode ignorar que o sucesso para isso depende da gestão. E o sucesso da gestão depende de solucionar os seguintes problemas: falta de profissionalização da gestão; incipiente organização; capitalização da empresa; falta de integração entre cooperativas; e necessidade de elevar o nível de educação cooperativista do associado, dentre outros.

Por outro lado, no contexto das disputas de mercado, o cooperativismo enfrenta, seguidamente, outro desafio. O fato de o associado ser, ao mesmo tempo um usuário da empresa. Essa situação pode levar a ações oportunísticas em benefício particular. Ou seja, o uso da cooperativa para benefícios particulares, especialmente junto àqueles que ocupam cargos diretivos (PAULA & COSTA, 2009).

Atualmente, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, as cooperativas precisam de estruturas organizacionais cada vez mais enxutas. Neste sentido, a escala ideal

[1] Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor titular do PPGDR da UNIJUI. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

depende dos negócios e do modelo de gestão da empresa. Ou seja, há evidências de que ser o maior não é o melhor, e as cooperativas devem saber encontrar os seus limites de expansão, tanto vertical quanto horizontalmente.

Na disputa por espaços de mercado, uma reengenharia se torna importante já há algum tempo junto às cooperativas. A mesma deve levar em conta os seguintes elementos: os concorrentes estão ganhando espaço; as cooperativas oferecem produtos iguais aos concorrentes, porém, geralmente mais caros; os clientes exigem melhor atendimento, agilidade e qualidade; as cooperativas seguidamente não conseguem melhorar seus resultados; e falta flexibilidade para interagir com as mudanças do ambiente externo (FIORINI & ZAMPAR, 2015).

Afinal, o associado quer, particularmente, resultados econômicos. Para tanto, é essencial entender o ambiente em que se está, em que mercado se atua, e como se comercializa o produto que se tem. Nesse sentido, impactam aspectos globais e aspectos direcionados que precisam ser conhecidos. No que diz respeito aos globais cita-se: formação das pessoas; concentração de mercado; o confronto entre oferta e demanda dos produtos produzidos pelos associados; estoques; logística; políticas públicas; políticas comerciais; e realidade econômica dos países em geral. Quanto aos aspectos direcionados, importante se faz conhecer a atuação dos fundos nas bolsas de mercadorias; os juros internacionais; a relação entre a dívida pública, os títulos públicos, a inflação, os juros e o câmbio; o prêmio nos portos; as políticas comerciais protecionistas (tarifárias, sanitárias, fitossanitárias, ambientais, ecológicas...); o real funcionamento das bolsas de mercadorias; o papel dos corretores; e as possíveis políticas de retaliações comerciais que possam atingir o mercado dos produtos negociados pela empresa cooperativa.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F.S. & VASCONCELOS, G.R. **Cooperativismo como estratégia de inserção no mercado:** um estudo de caso em uma cooperativa comercializadora de algodão. Universidade de Rio Verde.

FIORINI, C. & ZAMPAR, A. **Cooperativismo e empreendedorismo.** Ed. Pandorga, 312 p. 2015.

MEINEN, E. & PORT, M. **Cooperativismo financeiro:** percurso histórico, perspectivas e desafios. Ed. Confebras, 555 p. 2014.

PAULA, R. M. de & COSTA, D.L. **A emergência do cooperativismo como fator de desenvolvimento econômico e social.** XIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba: São José dos Campos (SP). 2009.

PIRES, M.L.L.S. et al. **Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro.** Recife: Bagaço, 2004. 100 p.

TOLEDO MELO, P. **O cooperativismo como estratégia de fortalecimento das relações comerciais.** Desenvolve - Agência de Fomento de Alagoas: Maceió (AL). Dezembro, 2012.

O COOPERATIVISMO NA RÚSSIA PELA ÓTICA DE ALEXANDER CHAYANOV

Sergio Schneider[1]
Gean Carlos Tomazzoni[2]

Conta a história que quando Vladimir Lenin convalescia por conta de um grave ferimento que lhe acometia desde as batalhas pela tomada do poder, um dos 5 livros que se encontravam na cabeceira de sua cama era a obra de Alexander Chayanov, intitulada "A Teoria das Cooperativas Camponesas". O idealizador e líder Bolchevique tinha grande respeito pelas ideias do principal expoente da Escola da Organização e da Produção, baseada na Universidade de Petrov[3]. Chayanov era um participante ativo do movimento cooperativista

[1]Doutor em Sociologia. Professor Titular de Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos da Alimentação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS/ Brasil. Coordenador GEPAD: www.ufrgs.br/agrifood. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq, PQ1B. E-mail: schneide@ufrgs.br – ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4353-6732

[2]Mestre em Administração. Doutorando em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gean.tomazzoni@gmail.com – ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4736-009X

[3]A corrente de pensamento econômico russo que ficou conhecida como a "Escola de Organização e Produção" foi fortemente influenciada pelo agrônomo, economista e geógrafo Aleksei Feodorovitch Fortunatov (1856-1925). Além de Chayanov, outros membros da Escola eram A.N. Chelintsev; N.P. Makarov; A.A. Rybnikov; A.N. Minin; G.A. Studenskü.

russo e cultivava profundo interesse pelas experiências ocidentais da Dinamarca, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Itália, para onde viajava com frequência e trazia ideias sobre o sistema cooperativista.

Entre as principais obras de Chayanov pode-se destacar "A Teoria da Unidade Econômica Camponesa" (1912/1924), "A Teoria da Propriedade Camponesa" (1926), "A Teoria do Diferencial Óptimo" (1928) e "Métodos de Estudos de Orçamento" (1929). Sua contribuição sobre o cooperativismo na Rússia aparece pela primeira vez em forma de um livro teórico em 1927, com a publicação intitulada "As Ideias Básicas e Formas de Cooperação Agrícola". Este livro permaneceu largamente desconhecido no Ocidente (somente foi traduzido para o inglês em 1991, em uma única edição, e em 2017 para o português pela Editora da UFRGS), uma vez que Chayanov foi preso por Joseph Stalin em 21 de julho de 1930, acusado de traição e de liderar um suposto partido camponês. Depois de ser enviado ao Cazaquistão para trabalhos forçados, foi liberado e preso novamente em 1937, e condenado ao fuzilamento no dia 03 de outubro de 1937.

Antes disso, são dignas de referência duas publicações que até os dias de hoje são muito pouco conhecidas pelos estudiosos do cooperativismo. A primeira é um panfleto, publicado em 1909, sob o título "Cooperação na Agricultura Italiana", sem tradução para língua ocidental. O segundo é um pequeno livro intitulado "Curso Básico de Cooperativismo", publicado em 1925, que pode ser considerado um "Manifesto Cooperativista", semelhante ao "Manifesto Comunista", em que Chayanov apresenta um fascinante retrato da luta do movimento cooperativista russo e mundial pela formação de um novo mundo socialmente justo.

Chayanov foi entusiasta e esteve à frente da experiência paradigmática do movimento cooperativista russo do início do século XX. Quando da Revolução de 1917, a Rússia havia protagonizado um amplo crescimento das ações cooperativistas, impulsionado por uma rede de cooperativas de consumidores, de crédito, de artesãos, agrícolas, de comércio e outras. Dados resgatados por Danilov (1991)

mostram que em 1902 um total de 1.625 organizações cooperativas estavam registradas na Rússia; em 1912 esse número saltou para 18.023 e em 1918 atingiu o impressionante número de 35.200 cooperativas, integrando aproximadamente 12 milhões de unidades familiares. Considerando que uma família russa era formada, em média, por cinco a seis pessoas, estima-se que um terço da população do Império Russo estava diretamente envolvida com o movimento cooperativista (DANILOV, 1991).

A expansão e o fortalecimento do cooperativismo na Rússia, assim como em outros países, não emergiram como forças naturais e espontâneas da sociedade. Na visão de Danilov (1991), os resultados alcançados pelo movimento cooperativista russo são tributários à elevada consciência pública, ao papel ativo da comunidade intelectual e ao apoio do estado para a criação de um sistema de crédito cooperativo de pequena escala. Muitos desses movimentos, inspirados nas ideias e exemplos de Robert Owen, buscavam criar comunas socialistas com base em membros da comunidade intelectual politicamente conscientes e parcerias entre camponeses.

Entretanto, apesar dos processos históricos que circunscreviam o movimento cooperativista na formação da sociedade russa pré-revolução, o cooperativismo teve pouco espaço nas estratégias e ações das correntes políticas marxistas. Tanto para os Bolcheviques como para os Mencheviques, o cooperativismo restringia-se às associações de consumo dos trabalhadores industriais. Além disso, os modos de produção em pequena escala, característicos das unidades camponesas, eram vistos como ultrapassados pelas lentes dos estudiosos marxistas (DANILOV, 1991).

Logo após a tomada do poder pelos Bolcheviques em 1917, Chayanov procurou a todo custo participar dos debates sobre o modelo de economia e sociedade que deveria ser construído após a tomada do poder. Buscando influir no debate público, Chayanov chegou a ser nomeado presidente do Conselho da União Agrícola (1919-1920) e em seguida tornou-se integrante do Colegiado do Comitê Popular para

Agricultura (1921-1922), tendo sido recomendado pelo próprio Lenin para participar do Comitê Estatal de Planejamento da URSS. Seu esforço, como intelectual e militante, era demonstrar a líderes como Lenin que a economia russa poderia ser organizada sob as bases do sistema cooperativista, preservando a propriedade privada da terra nas mãos dos camponeses e promovendo a integração vertical das pequenas unidades rurais às agroindústrias e às cooperativas integradas.

Nos anos que se seguiram à Revolução Russa de 1917 e a morte de Lenin (1924), a atuação de Chayanov na Liga pela Reforma Agrária foi de fundamental importância para proposição de uma plataforma de reforma agrária orientada a uma economia camponesa baseada no cooperativismo. A construção da teoria do desenvolvimento cooperativo da economia camponesa de Chayanov apresentava um contraponto às teses dominantes que sustentavam a integração horizontal, ou seja, a formação de grandes unidades agrícolas coletivas. Chayanov, ao contrário, considerava que era possível e desejável organizar a economia rural e urbana, assim como o setor industrial, comercial e financeiro, sob as bases do cooperativismo, mantendo o Estado como instância de controle e regulação.

Antevendo os desastres do modelo de integração horizontal das grandes fazendas coletivizadas de modo forçado através da criação dos *kolkoze*s e os *sovkhozes*, Chayanov argumentava que por meio do cooperativismo e da integração vertical seria possível preservar a grande força-motriz da organização social da Rússia. Por isso, ela propunha a "coletivização cooperativa" como uma resposta ao principal problema do desenvolvimento socioeconômico russo da época, a condução dos camponeses à sociedade moderna, sem destruir substancialmente a matriz organizativa da economia rural de pequena escala.

No texto "O que é a Questão Agrária", escrito por Chayanov e publicado pela Liga pela Reforma Agrária em 1917, encontra-se a defesa de que a cooperação seria o único modelo capaz de harmonizar

dois princípios organizacionais da nova plataforma do sistema agrário russo: "(i) a maior produtividade do trabalho camponês aplicado à terra; (ii) democratização da distribuição da renda nacional" (CHAYANOV, 2018, p. 6). Propondo a "coletivização cooperativa", Chayanov (2017) mostrou como a economia camponesa poderia interagir com a economia de mercado, permitindo o desenvolvimento combinado de diversas formas de organização da agricultura, tanto nas pequenas unidades camponesas como em outras formas.

Chayanov (2017) problematizou as especificidades da economia camponesa e identificou que, se comparado ao setor industrial, as unidades agrícolas possuem limites à ampliação dos ganhos de escala. Com muita frequência, o trabalho tido como não rentável por uma granja capitalista é lucrativo em uma unidade agrícola familiar, e vice-versa. Com efeito, Chayanov (2017) defendeu que as atividades técnico-econômicas em que a produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação à pequena escala, deveriam ser separadas e integradas cooperativamente às atividades similares realizadas por vizinhos. Por outro lado, os setores da economia camponesa nos quais a produção de grande escala não apresenta vantagens significativas, deveriam ser preservados no domínio da unidade camponesa familiar. Desse modo, o importante não é ser muito grande ou muito pequeno, mas ser de tamanho ótimo, de tal sorte que a unidade produtiva possa fazer um balanço das vantagens e das desvantagens da escala, o que Chayanov (2017) denominava de teoria dos ótimos diferenciais.

Com a aferição dos ótimos diferenciais, as cooperativas se estruturariam como uma variante altamente aperfeiçoada da economia camponesa, possibilitando aos agricultores separar do seu plano organizativo as atividades nas quais a produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis e organizar a produção desses itens cooperativamente com seus vizinhos. Desse modo, as cooperativas poderiam fornecer aos pequenos camponeses todos os benefícios das grandes granjas agrícolas.

Mais do que isso, Chayanov (2018) ressaltava que as unidades rurais de pequena escala, ao se integrarem voluntariamente ao sistema cooperativo, poderiam alcançar uma escala potencial efetivamente maior do que aquela das grandes propriedades rurais. Com o sistema cooperativo, o desafio da agricultura camponesa deixa de ser o problema da escala de produção e passa a ser a harmonização dos princípios organizacionais, por meio do controle do volume de vendas, o desenvolvimento organizacional do sistema e a expansão da base financeira, o que asseguraria o sucesso da ação cooperativa. Sucesso que é alcançado pelo crescimento da renda de seus membros e não, necessariamente, pelo "lucro" da própria cooperativa (CHAYANOV, 2017).

No formato proposto por Chayanov (2017), a cooperação atuaria como um modo de produção camponês entre pequenos produtores, facilitando o acesso aos meios de produção e às tecnologias, podendo ser ampliada para a comercialização dos produtos, os processos técnicos e o acesso ao crédito. Assim, as cooperativas conseguiriam a concentração da organização da produção agrícola segundo padrões mais elevados, ajudando os pequenos produtores a adaptarem o plano organizativo de sua unidade e facilitando o acesso aos mercados de acordo com a política de comercialização e processamento cooperativo.

Ao analisar o contexto russo no início do século XX, Chayanov (2017) acreditava que a coletivização cooperativa representava o melhor caminho para introduzir na economia camponesa elementos de uma economia de grande escala, de industrialização e de planejamento estatal. Chayanov (2017) ressaltava que a extensão do cooperativismo a uma imensa massa de pequenas unidades familiares camponesas, que marcava o contexto russo, seria uma forma de transformar a agricultura individualista em um sistema econômico coletivo, além de representar uma alternativa – talvez a única – para fortalecer e promover a estabilidade e reprodução das sociedades camponesas.

É bem sabido que a partir de 1918 a prioridade na política agrária soviética foi dada a criação de unidades produtivas coletivas e estatais. Essa primeira experiência de coletivização não trouxe, e nem poderia trazer bons resultados. Pelo contrário, desencadeou processos de oposição generalizada entre os camponeses. Na década de 1920, a "coletivização cooperativa", proposta por Chayanov (2017), refletia a tendência básica do desenvolvimento da organização social, política e econômica no meio rural da Rússia, oferecendo uma alternativa concreta ao modelo de coletivização do tipo stalinista (DANILOV, 1991). Porém, com a ascensão da ditadura burocrática de Stalin, os escritos de Chayanov foram condenados e proibidos. Nos dias atuais, mesmo na Rússia e na própria Universidade de Petrov, pouco resta da memória deste grande teórico e promotor do cooperativismo. Se suas obras não tivessem sido proscritas e se o autor não tivesse sido condenado ao fuzilamento pela repressão stalinista em 1937, aos 49 anos de idade, é possível que a União Soviética tivesse conhecido outros desdobramentos que não o autoritarismo e a burocratização stalinista.

Ainda que seus escritos sobre cooperação datem do início do século XX, a obra de Chayanov só foi (re)descoberta e passou a ganhar repercussão na literatura internacional a partir de 1991. Pode-se afirmar que ao longo das décadas de ocultação de seus escritos, muitos estudiosos se somaram às ideias de Chayanov sobre cooperativismo, ainda que desconhecessem a existência de sua obra. Os escritos chayanovianos não são apenas uma análise do cooperativismo camponês russo do século XX. Estudos contemporâneos se somam e reforçam a relevância e a atualidade da obra de Chayanov. É inegável que pesquisadores, ativistas, formuladores de políticas e mesmo agentes privados e estudiosos podem encontrar na obra de Chayanov um potencial para pensar o cooperativismo, tanto como um modelo de organização econômica da produção como da própria sociedade e da economia planificada.

Fragmentos do pensamento cooperativo de Chayanov podem ser encontrados em autores atuais, muitos dos quais talvez nunca tenham sequer ouvido falar de Chayanov e do cooperativismo na Rússia. Este é o caso do livro "The Zero Marginal Cost Society", de Jeremy Rifkin, publicado em 2014, que afirmou que o capitalismo não será superado por um tipo de tomada do Palácio de Inverno, ação pela qual os Bolcheviques, em 1917, iniciaram a formação da União Soviética. A superação do capitalismo, segundo Rifkin (2014), passa pelo triunfo da cooperação social descentralizada, cujo caminho está aberto e expandido pela nova economia digital, cujos contornos e possibilidades estão apenas no início. Talvez valha a pena aprofundar o cruzamento entre a ideia de "coletivização cooperativa" de Chayanov e a de digitalização cooperativa de Rifkin e outros autores mais recentes, como a proposta de Trebor Scholz de um "cooperativismo de plataforma" (SCHOLZ, 2016).

Além disso, o Brasil vem presenciando um cenário de grande expansão do cooperativismo na agricultura. Os dados dos Censos Agropecuários (IBGE, 2006; 2017) mostram que o número de estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas cresceu em torno de 67% entre os anos de 2006 e 2017. Ainda que o cooperativismo agropecuário tenha enfrentado metamorfoses ao longo do século XX, suas potencialidades têm se mostrado capazes de resistir e de se firmar na economia nacional. Nesse cenário de expansão do cooperativismo na agricultura brasileira, as ações do Estado e as políticas públicas poderiam se beneficiar da sua potencialidade organizativa para tornar mais efetivas a superação das múltiplas carências socioeconômicas e produtivas que são encaradas pela agricultura, principalmente a familiar, no Brasil. Nesse sentido, o livro "A Teoria das Cooperativas Camponesas" de Chayanov (2017), recentemente traduzido para o português, pode se constituir como lente potente para resgate e revitalização do cooperativismo, fornecendo uma análise completa do lugar e o papel das ações

cooperativas nas estratégias de desenvolvimento perseguidas pelo país.

REFERÊNCIAS

DANILOV, V. Introduction: Alexander Chayanov as a Theoretician of the Co-operative Movement. In: CHAYANOV, A. **The Theory of Peasant Co-operatives**. Columbus: Ohio State University Press, 1991, p. 11–35.

CHAYANOV, A. **A Teoria das Cooperativas Camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: EdUFRGS, 2017.

CHAYANOV, A. What is the Agrarian Question? (Article of A.V. Chayanov). **The Russian Peasant Studies**. v. 3, n. 2. p. 6–33, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2021.

RIFKIN, J. **The Zero Marginal Cost Society**: The Internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma:** contestando a economia do compartilhamento corporativa. Revisão e tradução de Rafael A. F. Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

O COOPERATIVISMO NO MUNDO GLOBALIZADO

Argemiro Luís Brum[1]

Em meados dos anos de 1980 o mundo entrou em uma nova era de globalização, pela qual a velocidade das informações, das trocas financeiras e comerciais, e da tomada de decisões aumentou consideravelmente. Esse fenômeno, puxado pelo avanço das tecnologias da comunicação em especial, obrigou a sociedade em geral e as empresas em particular a uma nova postura. No caso específico das cooperativas, o ambiente competitivo que já enfrentavam nos diferentes mercados de suas atuações, ficou ainda mais difícil. Afinal, não é de hoje que as cooperativas atuam em ambiente hostil, onde as empresas visam o lucro e jogam as regras do mercado capitalista.

Embora o objetivo das cooperativas seja o de se concentrar no desenvolvimento social dos associados, este somente ocorre, em tal ambiente econômico, se os valores monetários são igualmente muito bem administrados. Ou seja, o capital acaba sendo um meio para as cooperativas chegarem a seus fins sociais e de desenvolvimento de seu quadro social. A empresa indo mal, geralmente seus associados terão dificuldades para avançar, sendo obrigados a buscarem alternativas, seja no setor privado não cooperativo, seja no setor público, ou em outras cooperativas concorrentes.

Então, neste mundo globalizado em que vivemos, onde a velocidade das decisões econômicas e mercadológicas é uma das

[1] Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor titular do PPGDR da UNIJUI. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

características, as cooperativas não podem mais agirem apenas no contexto "romântico" de suas teorias e dogmas, mas sim devem levar em consideração, dentre outras coisas, a lógica do mercado e da economia. É um desafio e tanto conciliar o associativismo em busca do desenvolvimento humano e social, com o necessário sucesso econômico e comercial. Neste sentido, seguidamente há muitas divergências entre os associados sobre qual o caminho a escolher. Especialmente quando existem grupos de associados com diferentes estruturas econômicas e de produção.

Pelo sim ou pelo não, o fato é que as cooperativas, para sobreviverem adequadamente, especialmente no que diz respeito ao sucesso econômico, devem conhecer, interpretar e agir em torno dos seguintes problemas que possuem, no contexto deste mundo globalizado (SILVA, 2009):

1) necessidade de rever paradigmas de gestão;
2) instrumentalização das atividades em função de pressões do ambiente externo;
3) lentidão nas decisões por necessitar consenso dos cooperados;
4) em muitos casos falta de competência dos dirigentes (necessidade de profissionalização);
5) reduzida participação dos cooperados;
6) falta de planejamento de longo prazo;
7) novas tecnologias exigem profundas transformações–mudança organizacional;
8) comunicação formal e falta de flexibilidade;
9) centralização das decisões e falta de informações;
10) faltam valores cooperativistas, sendo o foco apenas financeiro;
11) predominância da busca de lucros;
12) comunicação interna incipiente, onde o crescimento da empresa acaba sendo sinônimo de burocratização;
13) geração de conflitos em busca de uma forma de atuação alternativa à burocratização;
14) individualismo dos associados;

15) pressão do mercado capitalista, onde o cooperativismo passa a ser visto, erroneamente, como um modismo;
16) pressões externas fragilizam a lógica cooperativista;
17) relacionamento com o associado segue a lógica cooperativista, enquanto a parte administrativa segue a lógica do mercado;
18) influência da formação tecnicista;
19) hierarquização e conflitos de poder;
20) problemas na legislação quanto a legitimidade das cooperativas populares, com exploração do trabalho;
21) introdução de práticas mercadológicas e necessidade de aprendizagem multidisciplinar;
22) necessidade de serem competitivas, gerando conflito de interesses entre mercado e o social;
23) conflitos de interesses entre os associados (grandes X pequenos);
24) inexistência de planejamento;
25) qualificação da mão-de-obra, com marginalização dos mais idosos;
26) baixa eficiência operacional, a partir do apadrinhamento de funcionários;
27) conflito entre resultado operacional (curto prazo) e estratégias de longo prazo;
28) ausência de ações de responsabilidade social;
29) muita informalidade, com ausência de contratos rígidos de entrega da produção;
30) associados desconhecem o lado financeiro da cooperativa;
31) legislação ultrapassada diante das exigências de um mundo globalizado.

Assim, as cooperativas, no atual mundo socioeconômico, têm a obrigação de encontrarem o equilíbrio entre o econômico (crescimento mútuo do patrimônio do associado e da cooperativa), o social (prestação de serviços no qual os associados e famílias são

beneficiados), e o político (unir os interesses tanto nas disputas internas à cooperativa, quanto à representatividade da cooperativa e de seus associados na sociedade), conforme STÖBERL (2022).

Por não conseguirem equilibrar adequadamente tais conflitos muitas cooperativas perdem espaço para seus concorrentes. Afinal, assim como a cooperativa deve estar inserida socialmente na comunidade, ela igualmente precisa estar inserida no mercado de sua atuação.

Referências:

LEITE, M.F.S. O fenômeno da globalização e sua influência no cooperativismo atual. <Disponível em: https://jus.com.br/artigos/31173/o-fenomeno-da-globalizacao-e-sua-influencia-no-cooperativismo-atual#:~:text=O%20sistema%20econ%C3%B4mico%20cooperativo%20tem,jus%20a%20maior%20concorr%C3%AAncia%20na > Acesso em 20 fev. 2022.

PRIEB, S.A.M. As cooperativas de trabalho no Brasil: regressão ou superação do trabalho assalariado diante da globalização? Revista Economia e Desenvolvimento, UFSM: Santa Maria-RS, nº 16, https://doi.org/10.5902/red.v0i16.3446. 2004.

SALES, J.E. Cooperativismo: origens e evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia: São Gotardo (MG), pp. 23-34. 2010.

SILVA, M. Ch. Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis. Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu/SC, 2009. (Dissertação de Mestrado)

STÖBERL, P.R. Globalização e cooperativismo, acentuação das diferenças e dos princípios. <Disponível em:

https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/106746-opiniao-globalizacao-e-cooperativismo-acentuacao-das-diferencas-e-dos-principios> Acesso em: 01 mar. 2022

PERFIL DE PESSOA COOPERATIVA

Carla Santos Machado[1]

A concepção deste verbete é centrada no perfil da pessoa cooperativa dentro dos contextos organizacional e comunitário, levando em consideração as relações entre os sujeitos que os compõem.

O conceito de Pessoa Cooperativa aqui proposto tem como referência o definido por Azkarate-Iturbe et al. (2020, p.11): “Pessoa Cooperativa é aquela que possui valores e atitudes individuais, cooperativas e comunitárias que afetam o ser humano e a sociedade. É autossuficiente, exerce a cooperação e é um empreendedor socio comunitário, pensando e trabalhando pela transformação social baseada na solidariedade e na inovação”.

Desde os tempos da Grécia antiga, Aristóteles falava da pessoa como "zoon politikon",que em seu significado literal significa "animal cívico", referindo-se à condição das pessoas como seres que estão relacionados, para se tornarem pessoas. Um ser humano “precisa” de outros para construir o ambiente no qual ele mesmo aprende a “Ser Humano”.

As pessoas têm a capacidade inata de cooperar para alcançar objetivos que individualmente seriam impossíveis de alcançar. Segundo De Miranda (2012), desde sua origem, o homem sempre foi

[1] Mestranda em Cooperativismo e Gestão Sócio Empresarial pela Mondragon Unibertstatea, Coordenadora de Pós-graduação e Extensão do I.COOP – Faculdade do Cooperativismo, coordenaca003@icoop.edu.br

agrupado em tribos, hordas ou bandos, e suas atividades comunssão desenvolvidas por meio da cooperação.

Como ser social que é, por natureza, o homem necessita do outro para viver a vida de uma maneira mais humana. Sua existência nasce para encontrar o outro e se realiza na relação com ele, na medida em que toma contato com seu semelhante e o reconhece como seu igual. Este "existir com" está impresso em sua natureza, não pode se desenvolver sem esse relacionamento com os seus semelhantes.

Tornar-se uma pessoa capaz de ter consciência de si mesmo, de se levar em consideração e ao mesmo tempo perceber o próximo como outro sujeito em si mesmo, é um feito e tanto no desenvolvimento maturacional humano. Sem esta consciência, viveríamos comoqualquer outro animal irracional.

Ao nos reconhecermos como iguais, criamos a possibilidade de interações positivas, saudáveis, de respeito, empatia e cooperação mútua. Ao perceber os outros como se percebe, oser humano cria uma comunidade, gerando a possibilidade de colaborar, trabalhar em conjunto e cooperar. A emergência da pessoa como sujeito maduro cria as condições para o surgimento da comunidade cooperativa.

“Se é sujeito e os outros o são igualmente, esse "viver com" não será mais uma coletividade amorfa, capaz de se tornar uma massa, mas uma comunidade de afetos. A noção de Comunidade já está incluída na noção de Sujeito. E se essa comunidade é composta por sujeitos ativos, nasceu a cooperação” (LANKI, 2014, p. 12).

A pessoa e a comunidade não podem ser pensadas em oposição, mas sim em uma ação mutuamente potencializadora. O indivíduo só pode se tornar uma pessoa plena desenvolvendo o senso ético em relação aos outros com quem interage e convive. Ao mesmo tempo, a comunidade oferece à pessoa o suporte inicial para o seu desenvolvimento e o espaço naturalpara o exercício da responsabilidade social.

A pessoa, imersa na comunidade, encontra na cooperação o impulso necessário para multiplicar seus esforços e criar entidades cooperativas. Em um nível conceitual, o ator centralda cooperativa é a pessoa, e essa, se forma na relação entre as pessoas, gerando assim a Comunidade Cooperativa.

As Organizações cooperativas colocam as pessoas no centro do negócio como propósitopara que as individualidades cedam espaço à construção conjunta da prosperidade e os ganhos, obtidos com equilíbrio e isonomia pelo trabalho coletivo, sejam distribuídos entre todos na proporção dos seus esforços.

Quanto maior a integração social do grupo, maior a disposição para trabalhar. Os trabalhadores não agem ou reagem isoladamente como indivíduos, mas como membros de grupos. Ao cooperar umas com os outros, as pessoas se tornam mais fortes, motivadas e coletivamente trabalham para superar as dificuldades e obstáculos que sozinhas não conseguiriam.

A experiência de Hawthorne, como ficou conhecido o estudo desenvolvido pelo psicólogo australiano Elton Mayo, que posteriormente deu origem à Escola das Relações Humanas, comprovou que o nível de produção não é determinado pela capacidade física ou fisiológica do empregado, como afirmava a Teoria Clássica, mas por normas sociais e expectativas grupais. É a capacidade social do trabalhador que determina o seu nível de competência e eficiência e não sua capacidade de executar movimentos eficientes dentro do tempo estabelecido.

Sendo a empresa cooperativa um modelo de inspiração humanista, há uma predominância em criar relações entre os participantes da mesma. Desta forma, as cooperativasdependem do comportamento e da motivação das pessoas que a compõe para o seu bom funcionamento, estando também mais expostas às falhas da qualidade humana e seus defeitos.Daí a necessidade e importância das Cooperativas em promoverem estruturas organizacionais,assim como, a qualidade humana de seus associados e colaboradores,

visando à promoção de atitudes cooperativas que compõem o perfil de pessoa cooperativa.

Dentre estas atitudes e valores cooperativos, podemos citar: integridade, compromisso social, foco centrado no cliente, busca de benefício coletivo, desejo de melhoria permanente, colaboração, participação, responsabilidade social, inovação permanente, capacidade de tomada de decisão, orientação para a mudança, confiança e solidariedade econômica e social.

Em suma, a pessoa cooperativa é aquela que utiliza suas qualidades humanas a favor datransformação social e do benefício coletivo, com diligência e inteligência para resolver os problemas, criando e empreendendo, de forma cooperativa, as soluções para os desafios atuaise futuros, sem perder de vista a sua essência humana, de justiça e solidariedade.

REFERÊNCIAS:

AZKARATE-ITURBE, O., VITORIA GALLASTEGUI, J. R., ARITZETA GALAN, A., & Galletebeitia Gabiola, I. Persona Cooperativa en un contexto de transformación educativa y social. *REVESCO*. **Revista de Estudios Cooperativos, 136**(136), e71859. 2020. https://doi.org/10.5209/reve.71859

DE MIRANDA, J. E. La cooperación en el desarrollo de la Humanidad: de los hechoshistóricos a la tenacidad de la axiología cooperativa en los pilares de la sostenibilidad. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, 46**, 65. 2012.https://doi.org/10.18543/baidc-46-2012pp65-78

LANKI, C. D. E. **Sujeto y comunidad**: una noción subyacente al pradigma cooperativo. 2014

BIBLIOGRAFIA INDICADA PARA APROFUNDAMENTO DO TEMA:

AZURMENDI, J. **El hombre cooperativo**, pensamiento de Arizmendiarrieta. Azatza, S.A. (Otalora), Mondragón/ES. 1987.

PODER ECONÔMICO E *COUNTERVAILING* COOPERATIVISTA

Monica Concha-Amin[1]

O abuso de poder econômico pode ser reconhecido como o exercício de *poder* -abusivo- sobre outro agente. Por exemplo, ocorre abuso de poder econômico quando um agente econômico, ao deter maior capacidade de barganha, coloca exigências sobre outro agente econômico tais como: ser o seu único fornecedor, ou, ser o seu único comprador, eliminando a concorrência ou criando barreiras à entrada de novos concorrentes. Do lado oposto ao abuso de poder econômico pode estar um movimento compensatório conhecido com o termo em inglês de *Countervailing*, este termo remete à possibilidade de compensar com uma força oposta.

Em Snyder (1996) o poder de compensação (*countervailing power*) estaria relacionado ao tamanho relativo dos agentes econômicos, seja como compradores ou como vendedores. Nos estudos de cadeias de produção ou comercialização e sob o marco teórico da Organização Industrial (OI), o "tamanho" se refere ao número relativo de compradores e de vendedores em determinado

[1] Doutora em Economia Aplicada (PPGE-UFRGS), M.S. (DER_UFV). Professora Adjunta nível 3 do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA) na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). ORCID ID: 0000-0001-9237-906X. CV: http://lattes.cnpq.br/0268693055487067. E-mail: monicac@ufcspa.edu.br

mercado (CONCHA-AMIN E AGUIAR, 2006). Um modelo tradicional de OI é o conhecido como Estrutura - Conduta - Desempenho (IBID, 2006).

No Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) está encarregado das análises de Defesa da Concorrência levando em consideração a Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011 que:

> "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. (BRASIL, 2011)".

Em termos de estrutura, fusões e aquisições devem ser estudadas pelo CADE antes mesmo de ocorrerem. Por sua vez, em termos da conduta das firmas, e dos agentes econômicos, os problemas decorrentes do abuso de poder econômico não se limitam ao maior poder de um dos agentes econômicos, mas, podem trazer problemas de poder de mercado (CADE, 2016). O poder de mercado é definido como:

"Capacidade tanto do vendedor quanto do comprador de influir no preço de uma mercadoria" (PINDYCK E RUBINFELD, 2005, P.288).

Para entender o poder compensatório cooperativista, este verbete remete à resiliência dos membros de cooperativas que buscam, ao se unir, contrabalancear abuso de poder econômico em determinado mercado ou na relação entre agentes econômicos. Poder de mercado numa cadeia produtiva/comercialização, seja na direção do comprador, quando cobra preços do produto ou serviço final com lucro excessivo (acima do custo marginal) ou seja na direção dos

fornecedores ou fatores de produção quando paga preço muito abaixo pelo bem ou serviço prestado ou pela remuneração do fator trabalho.

A resiliência cooperativista via união dos cooperados e um maior tamanho relativo explica, em parte, o surgimento de cooperativas dos diferentes ramos do Cooperativismo no Brasil e nos países da Europa (ALMEIDA E AZEVEDO, 2012; BATTILANI E SCHROTER, 2012). No entanto, o CADE também analisa que não haja comportamento lesivo à concorrência decorrente de condutas que coordenam preços e quantidades transacionadas nos mercados (CADE, 2016).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.F.; AZEVEDO, P.F. **Cooperativas Médicas: Cartel ou Legítima Defesa**? In: Livro Aspectos Jurídicos e Econômicos das Cooperativas de Saúde. Krueger, Fuilherme, Rocha, Lucila, C. M. da.- Belho Horizonte: Del Rey, 2012.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **Cartilha do CADE**, maio de 2016. Disponível em: <https://cdn.cade.gov.br/Portal/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/cartilha-do-cade.pdf>. Acesso em: 03/03/2022.

BRASIL. **LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12529.htm>. Acesso em: 03/03/2022.

CONCHA-AMIN, M.; AGUIAR, D.R.D. Concentração Industrial, Fusões e Turnover no Setor Supermercadista Brasileiro. **Gestão & Produção** (UFSCAR. Impresso), v. 13, p. 45-56, 2006.

HOYT, A.; MENZANI, T. **The International Cooperativ Movement**: A Quiet Giena. In: Battilani, P.; Schroter, H. G. The Cooperative Business Movement, 1950 to the Present, NY: Cambridge University Press, 2012.

SNYDER, CHRISTOPHER M. "A Dynamic Theory of Countervailing Power." *The RAND Journal of Economics*, vol. 27, no. 4, [RAND Corporation, Wiley], 1996, pp. 747–69, <https://doi.org/10.2307/2555880>. <https://www.jstor.org/stable/2555880?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>

PINDYCK, ROBERT S.; RUBINFELD, DAVID L. Microeconomia - 6a Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

PÓS-DESENVOLVIMENTO E COOPERATIVISMO

Marjana Eloísa Henzel [1]
Pedro Luis Buttenbender [2]

O conceito de desenvolvimento, quando aplicado a uma comunidade de seres humanos, se refere ao progresso no sentido social, econômico, político e cultural. O desenvolvimento econômico passou nos últimos 50 anos por três momentos principais ou mesmo, três orientações teóricas contrastantes: a teoria da modernização (1950 - 1960); a teoria da dependência e perspectivas relacionadas (1960 - 1970) e aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural por volta da segunda metade de 1980-1990. Nesta terceira fase de críticas ao modelo desenvolvimentista tem o surgimento das ideias ligadas ao pós-desenvolvimento que remetem a uma concepção de deslocamento da era atual, orientada por valores capitalistas clássicas do crescimento econômico, para uma cultura holística para além da era dualista, reducionista, econômica e antropocêntrica moderna (ESCOBAR, 2015; 2020).

Na nova fase não existiriam espaços para reparação do desenvolvimento econômico, mas sim, a necessidade da superação do modelo atual como um todo, ao qual o desenvolvimento continua

[1] Doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ), Técnica Administrativa em Educação (TAE), IFFAR - Campus Santa Rosa, marjana.henzel@iffarroupilha.edu.br .

[2] Doutor em Administração, Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ), pedrolb@unijui.edu.br .

sendo, em grande medida, uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, com informações e dados estatísticos que podem ser movimentados para cima e a para baixo em constantes gráficos de progresso (RADOMSKY, 2011).

A noção de pós-desenvolvimento também tem uma relação com decrescimento *(Ver Verbete Decrescimento)*, que significa refletir sobre as diferentes dimensões psicológicas, políticas e antropológicas que constituem o homem moderno guiado pela ideia de crescimento a qualquer custo como a base de seu desenvolvimento e emancipação (ESCOBAR, 2015).

Para este novo modelo, numa crítica ao desenvolvimento, a ideia preponderante pertencente à classe mais ampla de Discursos de Transição (DT) que exigem uma significativa transformação paradigmática ou civilizatória; sendo no segundo ponto a existência de uma natureza desigual e diferenciada entre os DT vindos do Norte e DT vindos do Sul (ESCOBAR, 2015).

O surgimento impetuoso dos DT constitui um dos sinais mais premonitórios do nosso tempo em uma emergente reflexão tanto do agravamento constante dos aspectos ecológicos e sociais do planeta, como da incapacidade de instituições políticas e de conhecimento em conseguir imaginar maneiras de sair das condições críticas da contemporaneidade. Uma afirmação de que se faz necessário sair dos limites institucionais e epistêmicos vigentes caso possa ser vislumbrado mundos e práticas capazes de promover transformações significativas vistas como necessárias, sob partida de que as crises ecológicas e sociais contemporâneas são inseparáveis do modelo de vida social que se tornou dominante nos últimos séculos, prevendo assim uma transformação radical que permita novos caminhos para o modelo industrial, capitalista, (neo)liberalista, antropocentrismo, racionalismo, patriarcalismo, secularismo (RADOMSKY, 2011).

O cooperativismo, enquanto um sistema econômico e social, com seus fundamentos doutrinários e princípios do cooperativismo, se

apresenta como uma estratégica e um modelo organizacional, de produção e trabalho, que se ajusta às distintas dinâmicas de desenvolvimento. Referenciado na democracia, promoção da equidade e justiça social, com distribuição das riquezas geradas entre os seus membros, e seus benefícios se estendem a toda a sociedade (BÜTTENBENDER, 2008).

O cooperativismo contribui no desenvolvimento, e no pós-desenvolvimento, a gerar as condições para uma abordagem equilibrada entre as dimensões humana, social, econômica e ambiental, na perspectiva da sustentabilidade (BÜTTENBENDER ET AL, 2020).

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. Doutrina e Educação Cooperativa. Ijuí/RS : UNIJUI, 2008.

BÜTTENBENDER, P. L., Sparemberger, A., Zamberlan, L., Perdonsini, D., & Büttenbender, B. N. (2020). Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: um olhar regional, do local para o global. Revista De Gestão E Organizações Cooperativas, 7(13). <https://doi.org/10.5902/2359043240082>

ESCOBAR, Arturo. **Degrowth, postdevelopment, and transitions: a preliminary conversation.** Sustain Sci, 2015, 10:451–462. DOI 10.1007/s11625-015-0297-5. Special Feature: review article. Socially Sustainable Degrowth as a Social-Ecological Transformation. Disponível em: <https://sustainabilityscience.w.uib.no/files/2015/04/Degrowth-postdevelopment-and-transitions.pdf>. Acesso em 10 dez. 2020.

ESCOBAR, A. et al. **Encontrando senderos pluriversales.** In: Concentración económica y poder político en América Latina. Buenos

Aires: CLACSO, marzo de 2020. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/15392/1/REXTN-ED103-06-Kothari.pdf>. Acesso em 28 nov. 2020.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas.** Rev. bras. Ci. Soc. vol.26 no.75 São Paulo Feb. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100009>. Acesso em 15 dez. 2020.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DAS COOPERATIVAS (PDGC)

Valéria Gama Fully Bressan[1]
Mateus de Carvalho Reis Neves[2]

O Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) é um dos programas do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), criado em 2013, tendo como foco o desenvolvimento da autogestão e o incentivo à adoção de boas práticas de gestão e de governança pelas cooperativas (PDGC, 2022).

Dentre os vários modelos de gestão das organizações, a saber: Modelo Americano Malcolm Baldrige - *Malcolm Baldrige National Quality Award* (MBNQA); Modelo Europeu *EFQM Excellence Model*, Modelo TQM - *Total Quality Management*; Modelo *Deming Prize* do Japão, o Sescoop Nacional adota como base o Modelo de Excelência

[1] Graduada em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre e Doutora em Economia Aplicada pela UFV. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: valeriafully@ufmg.br

[2] Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre e Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: mateus.neves@ufv.br

da Gestão® (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), sendo este um modelo referencial utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações.

O MEG® é composto por oito critérios de excelência que visam permitir à organização uma melhor compreensão de seu sistema gerencial, sendo capaz de proporcionar uma visão sistêmica da gestão. Assim, no Modelo, propõe-se o agrupamento das características da organização nos seguintes critérios: governança, liderança, sociedade, clientes, pessoas, processos, estratégias e planos, informações e conhecimento. O objetivo desse agrupamento de critérios é facilitar o entendimento de conteúdos e verificar temas essenciais de uma organização (VILELA; LIMA, 2020). Estas características tangíveis são verificadas e mensuradas quantitativa ou qualitativamente, por meio de questões que abordam os processos gerenciais e os resultados obtidos pela organização. As cooperativas optam por ingressar no Programa escolhendo um dos níveis de maturidade, sendo eles (até 2021): 'Primeiros Passos', 'Compromisso com a Excelência' e 'Rumo à Excelência'. O nível 'Excelência' ainda estava, em 2021, em fase de implantação pelo Sescoop.

Com base no MEG®, o PDGC é aplicado por meio de instrumentos de autoavaliação, compostos por questões fechadas (múltipla escolha), que permitem um diagnóstico da governança e da gestão das cooperativas participantes. A partir das respostas fornecidas pelas cooperativas por meio do instrumento de autoavaliação, são calculados três índices, para cada nível de maturidade. Os índices são: i) Índice Sescoop de Governança (ISG), ii) Índice Sescoop de Gestão das Cooperativas (ISGC) e iii) Índice Sescoop de Sustentabilidade Cooperativa (ISSC). Este último iniciou-se em 2013 e foi descontinuado a partir de 2019. Permanecem sendo calculados o ISG e o ISGC como base para o acompanhamento do nível de maturidade das cooperativas participantes. Estes índices variam de 0 a 100, e quanto maior o índice, melhor é o desempenho da

cooperativa nos aspectos relacionados à sua governança, incluindo a relação com o quadro social (ISGC) e gestão (ISG). Além do feedback objetivo, fornecido pela pontuação obtida quando da aplicação dos instrumentos de autoavaliação, cada cooperativa ainda pode receber feedbacks específicos.

Bianualmente, o Sescoop promove o Prêmio Sescoop de Excelência em Gestão, que visa reconhecer publicamente, em âmbito nacional, as cooperativas que demonstram melhor desenvolvimento e adoção de boas práticas de gestão e de governança. As cooperativas participantes do PDGC podem optar por participar ou não do Prêmio naquele biênio. A premiação é baseada nos critérios objetivos avaliados nos instrumentos de autoavaliação, sujeitos à auditoria da comissão do Prêmio e, em algumas categorias, também à avaliação por comissão julgadora composta por especialistas.

Os impactos do PDGC no período de 2013 a 2020 foram avaliados a partir de alguns indicadores socioeconômicos, comparando-se cooperativas que participaram do PDGC com cooperativas não aderentes ao Programa. A partir de uma análise econométrica de pares comparáveis de cooperativas, foi possível inferir que as cooperativas participantes do PDGC, ao menos em algum ciclo de aplicação do Programa, apresentaram valores superiores àquelas cooperativas que não participam do Programa em indicadores como: Capital Social sobre o Patrimônio Líquido; Fundos e Reservas; Margem Operacional; Resultado à Disposição da AGO; Ativos Totais e; Resultado Líquido após Impostos por Cooperado. Ressalta-se que esses resultados não são percebidos em todos os anos dos ciclos do PDGC, e são impactos que, para alguns indicadores, foram notados no curto prazo e, para outros, no médio prazo. Adicionalmente, ainda no âmbito do estudo de avaliação do Programa, representantes de cooperativas também destacaram que a participação no PDGC produziu efeitos positivos na gestão da cooperativa e nos processos internos relativos à governança, incluindo o relacionamento com os cooperados. Em síntese, concluiu-se no

estudo que o PDGC, neste período de 7 anos de existência (2013 a 2020), tem gerado impactos positivos para as cooperativas participantes. Assim, o efeito positivo do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) sobre os indicadores econômico-financeiros pode derivar do fato de o Programa estimular as cooperativas participantes a realizar melhor planejamento de suas atividades e um melhor controle de suas ações, tanto a nível estratégico, quanto gerencial e operacional, já que o PDGC demanda especial atenção dos participantes a estes diferentes níveis de planejamento das cooperativas (BRESSAN, 2021).

REFERÊNCIAS

BRESSAN, V. G. F. (Coord). **Avaliação das Contribuições do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC) sobre o Desempenho das Cooperativas Participantes**. Relatório Final de Pesquisa. Belo Horizonte: UFMG, 2021. (Trabalho não publicado).

PDGC. **O programa**. 2022. Disponível em: <https://pdgc.somoscooperativismo.coop.br/o-programa>.

VILELA, S. M.; LIMA, P. J.. **Caderno de Critérios: Manual de Autoavaliação e Implementação de Melhorias**. 2nd ed. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, 2020. <https://pdgc.somoscooperativismo.coop.br/serie-caminho-para-aexcelencia>.

Sugestões de aprofundamento

BOU-LLUSAR, J. Carlos *et al*. An empirical assessment of the EFQM Excellence Model: Evaluation as a TQM framework relative to the

MBNQA Model. **Journal of operations management**, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.jom.2008.04.001>.

ESCRIG-TENA, Ana Belén. TQM as a competitive factor: A theoretical and empirical analysis. **International Journal of Quality & Reliability Management**, 2004. <https://doi.org/10.1108/02656710410542034>.

KUMAR, Vinod *et al*. Impact of TQM on company's performance. **The International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 26, n. 1, p. 23, 2009. <https://doi.org/10.1108/02656710910924152>.

LEE, S. M.; RHO, B.-H.; LEE, S.-G. Impact of Malcolm Baldrige National Quality Award criteria on organizational quality performance. **International journal of production research**, v. 41, n. 9, p. 2003-2020, 2003. <https://doi.org/10.1080/0020754031000077329>.

MAZZALI, Leonel *et al*. Excelência em gestão e em resultado econômico-financeiro: uma análise crítica do desempenho das empresas vencedoras do prêmio nacional da qualidade. **Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 5, n. 3, p. 213-223, 2008. <https://doi.org/10.4013/base.20083.05>.

SCHMIDT, Sandra de Souza *et al*. Programa de Excelência em Gestão: o caso da Frísia Cooperativa Agroindustrial. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, p. 96-113, 2020. <https://doi.org/10.5902/2359043241182>.

YEUNG, Andy CL; CHENG, TC Edwin; LAI, Kee-hung. An empirical model for managing quality in the electronics industry. **Production**

and Operations Management, v. 14, n. 2, p. 189-204, 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1937-5956.2005.tb00018.x>.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Aleteia Hummes Thaines[1]

Inúmeros escândalos e vazamento de dados apontaram para a necessidade de uma maior proteção dos dados pessoais. Casos como: a divulgação de centenas de documentos secretos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), realizadas por seu ex-técnico, Edward Snowden, em 2013, e; a venda de dados pelo Facebook à Cambridge Analytica, em 2014, demonstrou uma fragilidade na proteção de dados pessoais e a necessidade de criação de leis mais protetivas.

Diante desses fatos, a União Europeia, em abril de 2016, aprovou o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), que revogou a Diretiva n. 95/46/CE, relativa à proteção de dados das pessoas naturais e a livre circulação desses dados. O referido Regulamento serviu como base de referência para os demais países, uma vez que, para manterem relações comerciais com a União Europeia, deveriam adequar as suas legislações e proteger os dados pessoais no mesmo nível de proteção estabelecido pelo GDPR. (PECK, 2020).

Essa necessidade levou o Brasil a promulgar a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tanto o Regulamento Europeu quanto a legislação brasileira

[1] Doutora em Direito com estágio pós-doutoral em Direito. Professora do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT. E-mail: ale.thaines@gmail.com

trazem diversos conceitos sobre a temática, bem como, princípios que devem reger a segurança e as boas práticas no que tange ao tratamento de dados.

Nesse sentido, os dados pessoais são caracterizados por qualquer informação relativa a uma pessoa natural/física identificada ou identificável, que é o titular dos dados. Uma pessoa natural identificável é aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, em particular por referência a um identificador, como um nome, um número de identidade, dados de localização, um identificador online (endereço eletrônico) ou um ou mais fatores específicos para o físico, fisiológico, identidade genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa física. (art. 4º, 1, GDPR). Além disso, a proteção dos dados pessoais compreende também, os dados genéticos, biométricos e de saúde.

Para uma proteção efetiva, a legislação europeia e brasileira, garantem uma série de direitos aos titulares dos dados, tais como: confirmação da existência de tratamento de dados; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação; portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; revogação do consentimento. (art. 18, LGDP).

Para o tratamento e compartilhamento de dados pessoais, deverá ser informado ao titular dos dados, a finalidade específica do tratamento; a forma e duração do tratamento; a identificação de quem tratará esses dados; a informação acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade e; as responsabilidades dos

agentes que realizarão o tratamento. (art. 9º, LGPD). Após essas informações, o titular dos dados poderá consentir ou não com o tratamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PECK, Patrícia. **Proteção de Dados Pessoais.** 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho,** de 27 de abril de 2016. Sobre a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e sobre a livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral de Proteção de Dados). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A02016R0679-20160504&qid=1532348683434>. Acesso em: 20 abr. 2021.

QUESTÃO SOCIAL

Edemar Rotta[1]

Afirmação do capitalismo como Modo de Produção dominante, no mundo ocidental, entre os séculos XVIII e XIX, faz emergir as suas contradições fundamentais. Entre estas contradições se podem destacar a exploração do trabalho, as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, a pobreza, a miséria, as degradantes condições de vida nas periferias urbanas, a violência, entre outras. (POLANYI, 2000; HOBSBAWM, 2001 e 2002). Ao mesmo tempo em que emergem estas contradições, o desenvolvimento das ciências, em especial das humanas, sociais e sociais aplicadas, passam a se debruçar sobre elas no sentido de construir explicações para além do senso comum e do pensamento religioso. O senso comum tendia a explicar estas contradições a partir do "rumo normal da vida", das características individuais das pessoas, das fatalidades ou mesmo do "destino". O pensamento religioso tendia a tratá-las como provenientes da vontade de Deus ou dos deuses, atribuindo à riqueza o símbolo da "graça" e à pobreza o do castigo.

As discussões e os estudos teóricos produzidos pelas ciências emergentes apontam os limites do Modo de Produção Capitalista e passam a construir explicações a partir de múltiplas perspectivas, propondo formas diversas de seu enfrentamento. Se podem destacar as explicações produzidas pelo liberalismo clássico (Immanuel Kant,

[1] Doutor, com Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social (PUCRS). Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – Mestrado (UFFS). E-mail: erotta@uffs.edu.br

John Locke, John Stuart Mill, Jeremy Bentham, Alexis de Tocqueville, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, Herbert Spencer, entre outros); pelo positivismo (Auguste Comte e John Stuart Mill); pelo funcionalismo (Emile Dürkheim, Herbert Spencer, entre outros); pelo socialismo utópico (Thomas More, Gracchus Babeuf, Saint Simon, Pierre-Joseph Proudhon, Charles Fourier, Robert Owen, entre outros); pelo socialismo científico (Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilyich Ulianov – Lenin, entre outros); pelo liberalismo social (Joseph Chamberlain, Leonard Trelawny Hobhouse, Lloyd George, entre outros); pela Doutrina Social da Igreja Católica (expressa na Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII); entre outras (ROTTA, 2007).

O questionamento das explicações do senso comum e do pensamento religioso contribui para a expansão dos movimentos sociais que, aos poucos, vão passando das manifestações abruptas, violentas e centradas no poder de mobilização das lideranças (marcas fundamentais dos motins, do ludismo, do movimento Swing e até mesmo do cartismo), para movimentos conscientes e organizados (marca dos movimentos sindical e partidário). Estes movimentos sociais, de diversas naturezas, tornam explícitas as contradições do capitalismo, tornando-as públicas. Elevando-as da condição individual, intrafamiliar, comunitária e local, para a dimensão social e pública. Nasce aí a "questão social".

Amplamente presente na literatura das ciências sociais, humanas e sociais aplicadas, a questão social tornou-se objeto central de estudo do Serviço Social (NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001). Compreender sua origem, seu significado e suas manifestações se tornam essenciais para construir estratégias para seu enfrentamento, na sociedade contemporânea. As diferentes definições para o que se entende por questão social levam em conta aspectos epistemológicos, teóricos, históricos e metodológicos já claramente explicitados em Pereira (2003) e bem mapeados por Closs (2015) que não existe necessidade de reproduzir aqui. Como nos lembra Fonseca (2014),

quando estamos às voltas com a construção de conceitos, sempre precisamos ter presente o "conjunto de atributos" sem os quais não se pode falar deles; precisamos ir em busca do "core" (núcleo central, coração) do conceito, tendo presente a tradição teórica e o seu uso corrente. Neste sentido, se buscam destacar algumas características sem as quais não se pode definir a "questão social".

José Paulo Netto (2001) refere que a questão social nasce diretamente ligada ao fenômeno do pauperismo, que emerge na Europa a partir de meados do século XIX. Portanto, ela está, necessariamente, colada à sociedade burguesa.

> O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a "questão social" – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da "questão social"; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A "questão social" é constitutiva do desenvolvimento capitalista. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo" (NETTO, 2001, p. 45).

Tem-se aí uma das características que estão no "core" do conceito. Ou seja, a questão social tem sua existência e suas manifestações diretamente ligadas à sociedade capitalista, estando "elementarmente determinada pelo traço peculiar da relação capital/trabalho – a exploração" (NETTO, 2001, p. 45). É no processo de exploração do trabalho que reside a centralidade da emergência e das diferentes manifestações da questão social.

Marilda Villela Iamamoto (2001) reafirma as características básicas apontadas por José Paulo Netto e acrescenta outros elementos centrais ao referir que "a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado" (IAMAMOTO, 2001, p. 16). Tratando do conjunto das expressões das

desigualdades ela recupera a descrição de Ianni (1992), quando ele se refere às disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. Trata-se de um processo "denso de conformismos e rebeldias, forjados ante às desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais" (IAMAMOTO, 2001, p. 17). O segundo aspecto destacado por Iamamoto é que a questão social é fruto da sociedade capitalista madura, pois é nela que as contradições afloram com plena visibilidade; passam a exigir a mobilização dos diferentes atores; evidenciam as relações de poder existentes; e esgotam as formas tradicionais de enfrentamento utilizadas nas sociedades pré-capitalistas (violência, caridade, filantropia, ação das comunidades e das famílias), exigindo a participação do Estado. Nas sociedades capitalistas maduras, o Estado assume protagonismo no enfrentamento da questão social, quer agindo diretamente, pela mediação, regulação ou delegação, o que constitui a terceira questão essencial apontada por Iamamoto.

Maria Carmelita Yasbek (2001) chama a atenção que, nas sociedades capitalistas, temos uma contradição central no processo de produção e apropriação da riqueza. Se, por um lado, temos a produção coletiva da riqueza, por outro, temos a apropriação privada dela. Nesta contradição é que se situaria a questão social como "a luta pela apropriação da riqueza social gerada". Os trabalhadores, na medida em que adquirem consciência desta contradição e das relações de exploração à qual estão submetidos, não se conformam mais e passam a lutar, nas diferentes arenas e com diversos instrumentos, pela apropriação da riqueza social gerada. Teríamos aí outra característica que está no "core" do conceito.

Pereira (2001) aponta outro aspecto essencial do "core" do conceito ao referir que ele sempre expressou a relação dialética entre *estrutura e ação*, na qual *sujeitos estrategicamente situados* assumiram papeis políticos fundamentais na transformação de

necessidade sociais em questões – com vista a incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias [...] (PEREIRA, 2001, p. 51). Esta relação dialética entre a estrutura, manifesta nos aspectos fundantes do Modo de Produção Capitalista (propriedade privada dos meios de produção, extração de mais-valia através do trabalho, assalariamento, liberdade de mercado, entre outras), e a ação, manifesta nos aspectos básicos da conjuntura e do jogo de forças dos atores sociais, dá à questão social uma dimensão de dinamicidade, de movimento, de processo e de historicidade.

Robert Castel (1998) nos traz mais um aspecto que podemos referir como estando no "core" do conceito: a questão social como paradoxo da sociedade moderna. A questão social põe em foco a disjunção entre a lógica do mercado e a dinâmica societária; entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficiência da economia; e entre a ordem legal, que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação.

Por fim nos cabe referir que as características destacadas como estando no coração do conceito da questão social depreendem de uma posição epistemológica e teórica como ponto de partida. Esta posição não invalida ou desconsidera outras abordagens, pois se compreende, com Minayo (2014), que temas interdisciplinares, cada vez mais, estão a exigir a "triangulação de métodos", fundada em um roteiro de pesquisa pactuado que evite o ecletismo. Trabalho este que exige um empreendimento para além do proposto neste dicionário. As referências abaixo podem auxiliar no aprofundamento do tema.

REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLOSS, Thaísa Teixeira. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253-266, ago./dez. 2015.

FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimento: a construção de um conceito. In: CALIXTRE, André B.; BIANCARELLI, André M.; CINTRA, Marco Antônio M. (orgs.). **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. p. 29–78.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848 – 1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875 – 1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis,** Brasília, ano 2, n. 3, p. 09-32, jan./jul. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis,** Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Temporalis,** Brasília, ano II, n. 3, p. 51-61, jan./jul. 2001.

PEREIRA, Potyara A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Temporalis,** Brasília, ano IV, n. 7, jan./jul. 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita**.** Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis,** Brasília, ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001.

ROTTA, Edemar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PPGSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

REDES E GOVERNANÇA

Oscar Bastidas-Delgado[1]

Há termos que se tornam moda, são frequentemente usados com significados diferentes daqueles que lhes correspondem, e quanto mais são usados, maior a necessidade de usá-los; não usá-los desperta suspeitas de ignorância. No mundo do associativismo, muitos atores e autores os utilizam sem nenhum esforço prévio, a Economia Popular é utilizada sem uma definição prévia de pessoas e a Economia Solidária sem uma definição prévia de solidariedade.

O termo Governança, emprestado do mundo político e colocado no tabuleiro de xadrez mundial com o relatório "*A Governança das Democracias*" (Crozier, M.J.; Hungtinton, S.P.; Watanuki, J. 1975), e Governança, um galicismo medieval em desuso vindo de especialistas em desenvolvimento, também estão nesta condição. Ambos estão em uma espécie de areia movediça semântica, mas são cada vez mais utilizados pelas Organizações da Economia Social (SEOs a partir de agora).

O termo Governabilidade foi adotado pelo Dicionário da Academia Real Espanhola (DRAE) como *"Qualidade de governabilidade", uma* opinião um tanto confusa, pois parece implicar que Governabilidade é uma condição de quem exerce o Governo: *"o Papa tem Governabilidade sobre a Igreja Católica"*, mas

[1] Consultor en Emprendimiento y Diseño Organizacional. Economía Social, Cooperativismo. Responsabilidad Social y Balance Social. https://www.linkedin.com/in/oscarbastidasdelgado. oscarbastidasdelgado@gmail.com / @oscarbastidas25.

não, o DRAE inverte esta condição e a atribui ao governado: *A Igreja Católica tem Governabilidade, ela* é governável. Em outras palavras, a governança é um atributo da organização ou da sociedade, não de seu governo.

Joan Prats (n/d), diretor do Instituto Internacional de Governança (IIG) e um dos pesquisadores que trabalharam veementemente nestes termos e sobre eles afirma Prats:

> *Avançamos nossa posição: governança e governabilidade são dois conceitos inter-relacionados, mas que precisam ser separados para fins analíticos. [...] Seu uso é recente, correspondendo aos anos 90 e especialmente à segunda metade dos anos 90. Durante esta década, a palavra governança passou a fazer parte da linguagem da comunidade de desenvolvimento.*

Coincidindo com o DRAE sobre a Governabilidade Prats (*Ob. Cit.)* afirma que:

> *Um sistema social é governável quando é estruturado sócio politicamente de tal forma que todos os atores estratégicos se inter-relacionam para tomar decisões coletivas e resolver seus conflitos de acordo com um sistema de regras e procedimentos formais ou informais - que podem registrar diferentes níveis de institucionalização - dentro dos quais eles formulam suas expectativas e estratégias. Esta é uma caracterização inicial da governança muito inspirada pela formulada por Coppedge, que nos parece válida como ponto de partida, embora para chegar a uma caracterização final que acreditamos ser bastante diferente e já relevante para fins de desenvolvimento.*

O DRAE distingue a Governança como 1.- *Arte ou forma de governar que visa alcançar um desenvolvimento econômico, social e institucional duradouro, promovendo um equilíbrio saudável entre o*

Estado, a sociedade civil e a economia de mercado; e 2.- *Ação e efeito de governar ou ser governado.*

Na instrução ao documento da ACI (2005) *"A Governança cooperativa adequada para construir resiliência diante da complexidade*”,", Novkovic e Miner argumentam que o termo tem sua raiz no verbo latino *gobernare* que, por sua vez, vem do grego *kybernan* que significa "conduzir, dirigir, ser o chefe de, estabelecer regras, estar à frente do poder", acrescentando que o significado final de governança é cumprir os objetivos de uma forma consistente com a finalidade da organização. Alveiro Monsalve (n/d) afirma que em sua origem grega significava pilotar um navio, acrescentando que, em seu significado latino, "*gubernare*", ou seja, pilotar o navio, deriva de "*gubernator"*, que era o timoneiro.

Prat menciona seu uso pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) quando assinala que, com a notável exceção desta organização e algumas outras, a comunidade de desenvolvimento tem usado a expressão *governança de* uma forma às vezes imprópria e até mesmo traduzida conscientemente para o espanhol como gobernabilidad. De acordo com Prats, para a *governança do* PNUD significa

> *"a estrutura de regras, instituições e práticas estabelecidas que estabelecem os limites e incentivos para o comportamento de indivíduos, organizações e empresas". A governança diz respeito à institucionalização de valores normativos que podem motivar e dar coesão aos membros de uma sociedade.*

Finalmente, o termo *governança* é consolidado com a visão de Renate Mayntz (Prats *Ob. Cit.* P.9), que afirma que foi inicialmente usado como sinônimo de *governar (traduzível como gobernación)* ou o processo de governar através de *organizações governantes,* mas seu campo semântico foi expandido com dois novos significados para

indicar: 1.- *Um novo estilo de governo, distinto do modelo de controle hierárquico e caracterizado por um maior grau de cooperação e interação entre o Estado e os atores não estatais dentro de redes mistas de tomada de decisão público-privadas*"; e 2. designar todas as formas de coordenação das ações de indivíduos e organizações entendidas como formas primárias de construção da ordem social.

Para Mayntz, o uso do termo governança expandiu-se para outras organizações além dos estados e do desenvolvimento, e ampliou de tal forma o campo semântico que ele vai além de sua presença na teoria política para apoiar uma teoria geral de dinâmica social.

- Redes como a chave para a governança.

Curiosamente, Novkovic e Miner diferenciam entre a eficácia da governança em pequenas e grandes cooperativas, argumentando que as pequenas cooperativas parecem desempenhar suas tarefas e alcançar seus objetivos melhor do que as grandes cooperativas. Estes últimos, os grandes, tendem a: 1.- ter escritórios em locais geográficos distantes da sede onde são realizadas assembleias e tomadas de decisões-chave, mas onde as decisões também devem ser tomadas, o que torna a governança policêntrica; e 2.- estabelecer um maior número de níveis hierárquicos, o que merece unidades de gestão e controle maiores e mais complexas; tornar mais difícil a descentralização, delegação de atividades, pluralidade de participação e prestação de contas, o que força várias formas de combinar a governança democrática: a pluridemocrática.

Com base no acima exposto, considerando a semântica mutável do termo e a seleção de ousado, pode-se inferir o *seguinte conceito de Governança*, aplicável a qualquer organização:

> *Um estilo de governança que, a partir de uma organização e orientada por valores e normas, assume a sociedade como objeto de ação, promovendo a cooperação e a coordenação dos atores governamentais,*

> *do setor privado, da Economia Social e de outras organizações da sociedade civil com o objetivo de constituir e implementar redes interdependentes que motivem e deem coesão a esses atores através de instituições, regras, práticas, limites e incentivos compartilhados.*

Deste conceito decorre que a governança deve equilibrar as necessidades dos diferentes setores e grupos. No caso das cooperativas, ela adquire condições praticamente endógenas, pois elas, através de seus processos de intercooperação e integração com órgãos governamentais e outras economias, constroem redes de forma natural e como questão de princípio para maior alcance e impacto no resto da sociedade, em vista da crescente complexidade do ambiente socioeconômico.

REFERÊNCIAS

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI) (2015). **La gobernanza cooperativa apta para construir resiliencia frente a la complejidad**. Pdf. 2015. Recuperado de <https://www.programamipymesycooperativas.gob.gt/wp-content/uploads/2019/05/ica_govermande_paper_es>.

ALCÁNTARA, MANUEL (1994). "De la gobernabilidad", Revista América Latina Hoy Nº 8, Instituto de Estudios de Iberoamérica y Portugal, Universidad de Salamanca, Salamanca.

AZIZ NASSIF, ALBERTO Y ALONSO SÁNCHEZ, JORGE (2001). **Del viejo orden a los gobiernos de alternancia.**

BASTIDAS DELGADO, OSCAR Y MORA PORTUGUEZ, ALBERTO (2021). **Identidad, Gobernabilidad, Gobernanza y Étiucam Pautas para el Buen Gobierno Cooperativo**. Recuperado en

<https://www.amazon.com/IDENTIDAD-GOBERNABILIDAD-GOBERNANZA-ÉTICA-COOPERATIVO/dp/B08VYR2BNJ>.

CROZIER, M.J.; HUNGTINTON, S.P.; WATANUKI, J. (1975). **The Crisis of Democracy:** Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission. New York University Press.

MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, ALEXIS (2002). **La palabra. Gobernabilidad. Últimas Noticias.** Domingo, 9/6/2002

MONSALVE Z, ALVEIRO (s/f). **La práctica del buen gobierno asociativo**. Recuperado de <https://gestionsolidaria.com/2017/04/27/gobernabilidad-cooperativa-para-que/>.

PRATS, JOAN (s/f). **Gobernabilidad Democratica para El Desarrollo Humano. Marco Conceptual y Analítico**. Recuperado de: *http://www.iadb.org/ETICA/nuevos.htm*

VARGAS HERNÁNDEZ, JOSÉ (s/f). **La sociedad civil en las nuevas formas de gobernabilidad**. Universidad de Guadalajara.

REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE COOPERATIVISMO

Carlos Daniel Baioto[1]

As abordagens simplistas sobre o conceito de cooperação, representa um dos desafios do cooperativismo contemporâneo. Neste sentido, a intenção neste artigo é explicitar as proximidades e distanciamentos entre os conceitos de "cooperação", "cooperativa" e "cooperativismo" bem como as consequências das abordagens simplistas sobre estas dentições. Busca-se com esta delimitação propor um exercício de reflexão crítica sobre as consequências da simplificação, tanto do processo teórico-epistemológico como dos processos históricos e contemporâneos das representações atribuídas ao cooperativismo, em detrimento da complexidade dos possíveis sentidos relacionados a essa forma de organização. Baioto (2018)

Em um sentido de delimitação, a organização de um empreendimento no formato de cooperativa está relacionada às suas bases históricas e doutrinárias, agrupadas sob o termo "cooperativismo" – que tem relação com o **processo social de**

[1] Prof Dr. Carlos Daniel Baioto, graduado em história pela UFSM, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela UNISINOS, Prof e Coordenador do curso de graduação pós graduação em Gestão de Cooperativas e no CESURG, e professor convidado dos pós graduação em Gestão de Cooperativas na UNISINO, pesquisador e consultor em Gestão de Cooperativas. E-mail: cbaioto46@gmail.com

cooperação. Esses dois conceitos são reconhecidos como relacionados diretamente, mas não configuram o mesmo fenômeno. Baioto (2018)

Com base em pesquisas contendo delimitações teóricas sobre o cooperativismo, identificamos a dificuldade, por parte de alguns autores, quanto à delimitação ou entendimento da abrangência conceitual e histórica do cooperativismo em um sentido teórico-epistemológico. Encontramos autores que referenciam a trajetória histórica desse fenômeno relacionando-a aos primórdios da história da humanidade e à necessidade de sobrevivência. Baioto (2018) Assim, relaciona-se o cooperativismo, em sua noção própria de "natureza humana", com uma tendência universal de cooperar. Como exemplo, teríamos vários autores que fazem este comparativo, mas que para este verbete não caberia apresentar, citamos alguns, temos autores como Klaes (2005, p. 32 apud Baioto 2018), que destaca: "o cooperativismo pode ser encontrado em sociedades muito antigas, como no feudalismo, ou em sociedades da antiguidade clássica". O autor justifica essa retomada histórica para embasar a afirmação de que o cooperativismo é algo "natural", que há exemplos de cooperativismo até no reino animal (KLAES, 2005, p. 32-34 apud Baioto 2018):

Ainda como exemplo de divergências sobre o conceito e a trajetória histórica do cooperativismo, podemos citar Manica (2012, p. 8-9 apud Baioto 2018):

> A história do cooperativismo se insere na história da humanidade desde os primórdios da civilização humana. Por todas as circunstâncias, cooperar é essencialmente necessário para a subsistência de uma coletividade humana. A civilização humana nasceu e cresceu sob a égide da necessidade de cooperar. [...] origem do cooperativismo empírico e não formal remonta ao início da civilização humana. A origem formal, ainda não como organização qualificada e legalmente institucionalizada,

Esses são apenas alguns autores que recorrem em relacionar "cooperativismo" a "cooperação", reduzindo o sentido do conceito. A cooperação pode ser entendida como um fenômeno arcaico nas organizações humanas; no entanto, o cooperativismo – como conjunto doutrinário e de trabalho – é um fenômeno moderno: demonstra características de um contexto histórico da modernidade em um contexto histórico específico, criado para objetivos específicos pelo Pioneiros de Rochdale, com bases bem delimitada. O cooperativismo também é entendida como reação filosófica e política, contrária ao que Polanyi (2000 apud Baioto 2018) denomina de "teologia liberal".

Defendemos aqui os riscos contidos nas distorções sobre a trajetória do cooperativismo pois demonstram não apenas equívocos de entendimento, mas também um empobrecimento ou simplificação analítica do fenômeno e, ao mesmo tempo, revelam a carência de reflexões mais claras e precisas sobre essa forma de organização social. A simplificação, nesse caso, pode ser entendida tanto como uma causa quanto como uma consequência, além de ser sintoma de um fenômeno maior: um processo de reducionismo a-histórico que gera, consequentemente, uma simplificação sobre a complexidade do fenômeno do cooperativismo no contexto contemporâneo – ou, em outra escala de análise, uma construção de invisibilidade de sua complexidade, comprometendo o entendimento de suas consequências no contexto contemporâneo. Baioto (2018) Em outras palavras, o reducionismo da trajetória da organização cooperativa e do cooperativismo limita a possibilidade de um entendimento mais claro de suas dificuldades e potencialidades na contemporaneidade. Baioto (2018)

A delimitação tratada nesta etapa tem como objetivo diferenciar: **cooperação**, como processo social; **cooperativa**, como organização social; e **cooperativismo**, como movimento social. Mesmo que experiências de cooperação e associativismo possam ser identificadas em vários momentos da vida em sociedade, no desenvolvimento histórico, essas experiências não podem ser

confundidas com organizações cooperativas ou cooperativismo. Como já foi destacado anteriormente, são processos sociais correlacionados, mas distintos. Baioto (2018)

Nessa análise, podemos reconhecer que a cooperação é um conceito trabalhado no campo teórico dos processos sociais, sendo uma das bases do convívio em sociedade. Segundo Schneider e Baioto (apud Baioto, 2015), nos diversos contextos sociais, a cooperação pode estar mais ou menos presente.

Pinho (1966 apud Baioto 2018) considera que, apesar de os termos "cooperativa", "cooperação" e "cooperativismo" terem a mesma base teórico-epistemológica de "cooperar", eles não configuram o mesmo fenômeno social. Enquanto "cooperação" significa ação conjunta com vistas a um objetivo comum, "cooperativismo" representa uma doutrina ou uma ideologia, e "cooperativa" seria uma organização de pessoas articuladas em um empreendimento de cunho socioeconômico, sendo o cooperativismo a base de seus princípios e valores. Essa delimitação é demonstrada por Pinho (1982, p. 7-8 apud Baioto 2018):

> Etimologicamente, cooperação (do verbo latino *cooperare* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos, as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos, sociais, educacionais. A doutrina que deu bases teóricas às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. [...] o termo cooperação tem sido geralmente usado como equivalente a cooperativismo ou como organização cooperativa. É o que se verifica em Gide,

> Gaumont, Lavergne, Lasserre, Poisson, Brouk [...] Cooperativismo no sentido de doutrina, que tem por objetivo a correção do social pelo econômico através de associações de fim econômico e social, ou seja, as cooperativas no sentido de sociedade de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam a benefícios: sociais, econômicos e educacionais a seus membros.

O autor ainda reconhece que o processo social de cooperação não pode ser reconhecido como um processo exclusivo das cooperativas. Essa forma de organização pode ser gerada de várias formas: espontânea, coercitiva, formal, informal, direta, indireta. Desse modo, não gera benefícios iguais entre todos "naturalmente", em especial quando atende aos modelos de cooperação coercitiva e formal.

Como forma de diferenciar o sentido de cooperação tendo como perspectiva o materialismo histórico marxista referente ao trabalho cooperado, Baioto (2009 apud Baioto 2018) destaca que a cooperação também existe em empresas capitalistas. Em vários modelos de organização, podem ser encontrados processos de cooperação, só que seu significado é diferente do proposto no modelo cooperativista. Para Marx (1989 apud Baioto 2018), seria uma forma de trabalho em que os trabalhadores atuam conjuntamente em prol de uma produção que só pode ocorrer a partir de uma ação interligada entre vários setores de trabalho – ou seja, a base do processo produtivo seria o resultado de um esforço social comum ou de cooperação coercivo ou não. O objetivo desse processo seria a maximização do tempo individual mediante uma ação de tempo de atuação cooperada, implicando em um menor esforço de cada um e, ao mesmo tempo, em um maior resultado de trabalho no todo. Marx (1989 apud Baioto 2018) identifica, dessa forma, que o aumento da capacidade de produção não é igual à elevação do trabalho individual ou, simplesmente, o resultado da soma do trabalho isolado de cada trabalhador, mas, sim, o resultado

de outra perspectiva de produção, sendo esse resultado proveniente de um esforço social coletivo em cooperação. Baioto (20180

Para a doutrina marxista, o processo de cooperação é entendido como um esforço social coletivo, relacionado diretamente à vida em sociedade, sendo anterior ao modo de produção capitalista. Baioto (2018) No entanto, ela diferencia o sentido de cooperação dos sistemas de domínio da propriedade privada e o uso comum dos meios de produção servil. Para o marxismo, é no capitalismo que a organização cooperativa identifica-se como força produtiva. Jesus e Tiriba (1989 apud CATTANI, 2003, p. 50 apud Baioto 2018), comentando sobre a reflexão marxista, destacam o que seria, para Marx, a cooperação a partir da lógica capitalista:

Em Schneider e Baioto (apud Baioto, 2015, p. 292), é destacada a importância de uma análise aprofundada sobre o conceito de cooperativismo:

> O entendimento da complexidade do contexto do cooperativismo possibilita: (a) fazer comparativos quanto aos paradoxos do cooperativismo contemporâneo com o rompimento com algumas de suas bases históricas; (b) reflexões mais críticas sobre as diretrizes do desenvolvimento da proposta, como reação ou adequação ao modelo liberal; (c) identificar distorções no processo de trabalho nas cooperativas; (d) propor ajustes mais profundos na forma de avaliar a representação e os indicadores de crescimento dos empreendimentos sob o registro de cooperativa; (d) identificar o que realmente seriam modelos de desenvolvimento cooperativista. Entende-se, assim, que a simplificação obscurece entendimentos críticos do processo ao mesmo tempo em que mantém a continuidade das distorções.

A importância de propor reflexões mais críticas e análises mais complexas sobre os desafios do cooperativismo na contemporaneidade nos remete à necessidade de avaliar a produção de conhecimento gerado sobre esse modelo de organização e doutrina,

avaliando suas possibilidades e limites. Neste sentido, reconhecemos que as formas de produção de conhecimento não são aleatórias, elas têm uma intencionalidade. Para Focault (1990 apud Baioto 2018), é importante reconhecer que as formas de geração de poder também ocorrem a partir da legitimação de formas de geração de conhecimento e de hierarquias de conhecimento. Neste sentido, consideramos que o reducionismo da trajetória histórica e teórico-epistemológica do cooperativismo gera, consequentemente, um entendimento também simplista de sua doutrina, princípios, valores e proposta social de reação à sociedade de mercado, assim como a perda de sua **identidade cooperativa** para uma adequação ao mercado. Baioto (2018) Esse risco é um fenômeno que se caracteriza pelo esvaziamento de sentido do processo institucional, conforme descrito por Giddens (1999 apud Baioto 2018) em sua descrição das "instituições casca" que, por fora, apresentam-se de acordo com os modelos previstos de delimitação, mas que por dentro demonstram enormes transformações que as descaracterizam de sua proposta inicial.

Para Schneider e Baioto (apud Baioto, 2015), o cooperativismo – como movimento social, intelectual e econômico – tem demonstrado exemplos de superação na sua trajetória. Os autores reconhecem que, no contexto contemporâneo, os desafios do cooperativismo são: (a) estabelecer-se como uma alternativa ao modelo capitalista/utilitarista de produção da vida em sociedade; (b) levar em conta a importância estratégica da gestão do conhecimento cooperativista com base na **educação cooperativista**; (c) gerar as circunstâncias adequadas ao desenvolvimento da **identidade cooperativa**; (d) reconhecer o modelo de organização cooperativista dentro de sua dupla dimensão: social, como organização de pessoas voltada para as próprias pessoas, e não para o mercado; e econômica, tendo em vista sua sustentabilidade com empresa social. A mediação destes desafios referência a necessidade de estudos que aprofundem reflexões sobre os sentidos do cooperativismo contemporâneo dentro de uma tensão entre, análises simplistas reducionistas do fenômeno e a necessidade

de reflexões da sua complexidade e singularidades quanto uma forma de transformação social.

REFERÊNCIAS

BAIOTO, Carlos Daniel. Cultura cooperativista como potencializador de eficiência cooperativista: um estudo de caso da cooperativa de crédito Sicredi Pioneira Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unidade de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2018

BAIOTO, C.D. (Org.). **Diálogos sociológicos**: perspectivas contemporâneas. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2015.

REPUTAÇÃO COOPERATIVA INTERNA

Mónica López-Santamaría[1]
Merlin Patricia Grueso Hinestroza[2]

A reputação organizacional é entendida como "a representação perceptiva relativamente estável das ações passadas e perspectivas futuras de uma empresa em comparação com outra" (Fombrun, 1996 e Walker, 2010 mencionado por Fombrun, 2012, p. 120). Esta construção: baseia-se na percepção, refere-se a um julgamento coletivo pela totalidade das partes interessadas, este julgamento é formado a partir de uma perspectiva comparativa e espera-se que seja estável e duradouro (Fombrun, 1996; Walker, 2010).

(2020) a reputação organizacional é construída com base na reputação interna e, em consonância com isto, Martínez-León e Olmedo-Cifuentes (2021) reafirmam que a reputação interna é fundamental para a gestão da reputação organizacional.

Desde os anos 90 é possível encontrar definições de reputação interna, que se referem principalmente às percepções dos funcionários sobre as ações corporativas (Balmer & Gray, 1999 e Jones, 1996 citado por Harvey et al., 2021). Somente até a primeira década deste século

[1] Psicólogo, Universidad del Valle. Mestre em Administração de Empresas e Doutorando em Ciências Gerenciais, Universidad del Rosario-Bogota. E-mail: monica.lopezs@urosario.edu.co

[2] Psicólogo, Pontificia Universidad Javeriana-Cali. Doutorado em Psicologia Social, Universidade de Salamanca-Espanha. Professor na Escola de Administração, Universidad del Rosario-Bogota. E-mail: merlin.grueso@urosario.edu.co

outros atores internos foram incluídos nestas definições (Brown et al., 2006 e Olmedo-Cifuentes et al., 2014 citado por Harvey et al., 2021).

Assim, levando em conta o acima exposto, a reputação organizacional interna é entendida como a percepção que as partes interessadas internas têm sobre as ações da organização a que pertencem e suas expectativas sobre as ações futuras da organização, em contraste com a própria organização.

As definições de reputação organizacional estão organizadas em três escolas de pensamento. Uma escola avaliativa, que, da perspectiva dos investidores ou gerentes de organizações, entende a reputação em termos de seu valor financeiro. Uma escola impressionista, que se refere às avaliações feitas pelas partes interessadas externas sobre as ações das empresas. Uma escola relacional, da qual a reputação é entendida como um produto das avaliações das partes interessadas internas e externas[3] (Chun, 2005).

Desta forma, a Escola Relacional reconhece que a reputação organizacional pode ser explorada tanto do ponto de vista interno quanto externo. De acordo com Mahmood e Haider, é com eles que são comparados.

Enquanto isso, Martínez-León & Olmedo-Cifuentes (2021) destacam a importância da reputação interna na gestão de organizações cooperativas. Isto faz sentido se levarmos em conta que, nas cooperativas, a exploração de recursos sob uma perspectiva interna ajuda a explicar em maior medida sua dinâmica competitiva (Escobar et al., 2018), uma vez que a ênfase da gestão neste tipo de organização está centrada nas partes interessadas internas.

Assim, López-Santamaría et al. (2021) determinaram, com base na exploração das partes interessadas internas de uma cooperativa de

[3] De acordo com Olmedo-Cifuentes e Martínez (2011) as partes interessadas internas podem ser: funcionários, gerentes, acionistas, investidores e parceiros de aliança; e partes interessadas externas: clientes (consumidores e usuários), fornecedores, concorrentes, autoridades locais, provinciais e estaduais, mídia, meio ambiente e sociedade em geral.

poupança e crédito na Colômbia, que concordam que a reputação interna é composta pela percepção que tanto os trabalhadores quanto os membros têm da qualidade do serviço, da cultura organizacional e da identidade organizacional[4] .

Em termos de qualidade de serviço, as partes interessadas internas destacam os atributos de pontualidade de serviço, atendimento personalizado e calor humano. Com relação à cultura organizacional, mencionam a importância de configurar uma dinâmica próxima à família baseada em valores cooperativos; e com relação à identidade organizacional, mencionam a importância de definir o perfil dos membros e gerenciar o sentimento de pertença que os caracteriza.

Assim, as referências feitas nos permitem definir a reputação da cooperativa interna como a percepção que os trabalhadores e membros de uma cooperativa têm das ações da organização, especialmente no que diz respeito à qualidade do serviço, cultura organizacional e identidade cooperativa, e as expectativas dessas partes interessadas internas sobre o futuro dessas ações, em comparação com a percepção que têm das organizações que consideram ser concorrentes.

REFERENCIAS

Chun, R. (2005). Corporate reputation: Meaning and measurement. *International Journal of Management Reviews, 7*(2), 91-109. https://doi.org/10.1111/j.1468-2370.2005.00109.x

Fombrun, Ch. J. (1996). *Reputation: Realizing value from the corporate image*. Harvard Business School Press.

[4] Para explorar as diferenças conceituais de reputação com outras construções associadas, recomendamos a revisão: López-Santamaría et al (2020) em: https://bit.ly/353eZ7y

Fombrun, Ch. J. (2012). The building blocks of corporate reputation: Definitions, antecedents, consequences. En: Barnett, M. L., & Pollock, T. G (Eds.). *The Oxford Handbook of Corporate Reputation* (p. 115-134). Oxford University Press.

Harvey, W. S., Osman, S., & Tourky, M. (2021). Building Internal Reputation from Organisational Values. *Corporate Reputation Review*. https://doi.org/10.1057/s41299-020-00109-x

López-Santamaría, M., Grueso, M. P., & Duque, E. J. (2020). Concepciones de la reputación empresarial en una cooperativa especializada de ahorro y crédito en Colombia: diferencias conceptuales de la reputación con otros constructos asociados. En: Forero, S. C., & Garzón, C (Eds). *Consumidores, marcas y construcción de identidad* (p. 155-183). Ediciones USTA.

López-Santamaría, M., Bucheli Gómez, M., Grueso Hinestroza, M. P., & Duque Oliva, E. J. (2021). Antecedentes de la reputación empresarial interna: El caso de una Cooperativa de Ahorro y Crédito colombiana. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, *137*, e71865. https://doi.org/10.5209/reve.71865

Mahmood, A., & Haider, S. Z. (2020). Relationship of advertising appeals, corporate reputation and brand advocacy: The mediation role of brand loyalty. *LogForum*, *16*(2), 287-298. http://doi.org/10.17270/J.LOG.2020.383

Martínez-León, I. M., & Olmedo-Cifuentes, I. (2021). Teachers' views of corporate reputation: Influence on behavioral outcomes. *Annals of Public and Cooperative Economics*. 10.1111/apce.12340

Olmedo-Cifuentes, I & Martínez, I. M. (2011). Medida de la reputación empresarial en PYMES de servicios. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, *20*(3), 77-102.

Walker, K. (2010). A systematic review of the corporate reputation literature: Definition, measurement and theory. *Corporate Reputation Review*, *12*(4), 357-387. https://doi.org/10.1057/crr.2009.26

RISCOS EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

Vilmar Rodrigues Moreira [1]

Um dos incentivos primários para os produtores formarem uma cooperativa é a possibilidade de diminuição dos riscos na produção e na rentabilidade. A cooperativa é uma organização intermediária entre o mercado e os empreendimentos dos cooperados e normalmente apresenta grande possibilidade de economias de escala, dada sua potencial dimensão advinda da união de diversos produtores. Assim, a grande atratividade para formação de cooperativas reside, portanto, na busca do aumento do poder de barganha e na diminuição dos riscos dos empreendimentos dos cooperados, acompanhada da possibilidade de integração aos mercados (BIALOSKORSKI NETO, 2001).

Todavia, semelhantemente a outras empresas do agronegócio, as cooperativas agroindustriais além de operarem em um ambiente que é intrinsecamente arriscado, também estão expostas a altos graus de riscos financeiros e de mercado. De acordo com Manfredo e Richards (2007), diversas situações geram esses tipos de riscos para as cooperativas. Normalmente as cooperativas focalizam suas atividades em poucas *commodities* e/ou, operam em regiões geograficamente limitadas e/ou, utilizam pequenos canais de vendas. A maioria das

[1] Doutorado em Administração pela EAESP/FGV (2009), Mestrado em Administração pela PUCPR (2003), Matemática pela UFPR (1999). Vínculo: Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. e-mail: vilmar.moreira@pucpr.br

pequenas cooperativas, por exemplo, possui um baixo nível de diversificação e normalmente para as commodities que comercializam (como frutas, vegetais e hortifrutigranjeiros) não há opções disponíveis de mercados futuros e nem de seguros. Estas cooperativas não têm a oportunidade de gerir seus riscos usando as ferramentas disponibilizadas pelo mercado. Muitas cooperativas também operam em arranjos do tipo *pool* (com compartilhamento das perdas) onde a produção dos seus membros deve ser vendida em determinado tempo pré-estipulado. Apesar deste tipo de arranjo ser interessante aos membros, que se liberam das preocupações com o "tempo de mercado", ele limita a possibilidade da cooperativa em manter estoques e vendê-los quando o preço for mais atrativo. Tudo isso implica em altos níveis de riscos de mercado. Além disso, normalmente as cooperativas operam com pequenas margens de lucro, não possuem acesso a financiamentos via mercado financeiro (bolsa de valores) e têm necessidade de distribuição de sobras financeiras a seus membros. Estas características exigem que a cooperativa apresente altos graus de alavancagem e, por conseguinte, apresente também altos níveis de riscos financeiros.

De acordo com Bialoskorski Neto (2001), os produtores rurais associados a uma cooperativa estão duplamente expostos ao risco de perdas econômicas: (i) risco de perdas na sua produção devido a fatores ambientais, pragas, doenças, etc., ocasionando perdas nas vendas e menor lucratividade; e (ii) risco de perda na participação da cooperativa ocasionado pela primeira situação, uma vez que se o associado diminui sua porção de suprimento à cooperativa, a sua participação nas sobras financeiras também cai. Entretanto, os membros das cooperativas normalmente não têm consciência dos riscos que a cooperativa está sujeita e, consequentemente, dos riscos de perdas financeiras que estão sujeitos devido à patronagem (ZEULI, 1999). Por conta disso, o objetivo da melhor gestão dos riscos, por parte dos produtores rurais e por parte das cooperativas, é de especial interesse a todos os envolvidos.

Segundo Manfredo e Richards (2007) “é surpreendente que muitos administradores de cooperativas tendem a acomodar, ao invés de ativamente gerenciar, as várias origens de riscos que as cooperativas estão sujeitas enquanto empreendimentos”. Os autores defendem que a oferta de instrumentos de gestão dos riscos por parte das cooperativas para os seus membros pode gerar valor e aumentar a taxa de retenção. Para o caso dos riscos de mercado, por exemplo, isso é justificável porque os instrumentos financeiros para a gestão deste tipo de risco, como mercados futuros, não são facilmente acessíveis a todos os membros devido, sobretudo, a restrições de fluxo de caixa, custos de transação, a falta de conhecimento sobre os instrumentos disponíveis e a relutância geral para contratação de instrumentos de *hedge* (SHAPIRO; BRORSEN, 1988). Por outro lado, alguns membros podem estar em uma situação em que conseguem melhor gerir seus riscos do que transferir essa responsabilidade para as cooperativas – situação dos grandes produtores e daqueles que têm acesso a seguros privados ou do governo – e isto pode contribuir para essa falta de preocupação dos administradores das cooperativas em não disponibilizar apoio a gestão dos riscos dos cooperados.

A gestão dos riscos nas cooperativas afeta a variabilidade da renda do cooperado, que recebe sua parte na distribuição das sobras financeiras. A aversão ao risco por parte dos produtores rurais exerce um papel fundamental na análise dos riscos nas cooperativas, pois eles próprios controlam a cooperativa e seus objetivos finais. Assumindo que os produtores rurais são avessos ao risco e normalmente possuem mixes de produção não diversificados, a capacidade da cooperativa em estabilizar a renda e diversificar a produção é um assunto relevante aos cooperados. Todavia, conforme constatado por Ferreira (2002), a opção entre diversificação e especialização não se resume simplesmente a uma estratégia competitiva, mas envolve a identidade da cooperativa junto ao seu quadro social e situa-se no nível da estratégia corporativa. Neste contexto verifica-se que o desafio da administração, sobretudo no planejamento e controle, é por vezes

aumentado devido às características culturais e políticas inerentes à reunião de produtores com interesses comuns e ao mesmo tempo conflitantes.

De acordo com Zeuli (1999) as estratégias para uma cooperativa agroindustrial diminuir os riscos na disponibilidade de matéria-prima para sua produção e na variabilidade da sua renda, seriam, respectivamente, a (i) expansão geográfica de seus membros e (ii) a diversificação da linha de produtos ofertada ao mercado. A primeira alternativa tem como vantagem a contribuição para a possibilidade de diversificação da produção da cooperativa por meio do aumento do número de fornecedores, mas implica em maiores custos logísticos. A segunda tem como vantagem a diminuição dos riscos, mas implica em maiores investimentos e custos de produção. Entretanto, segundo a autora, um dos maiores obstáculos para a adoção destas medidas, visando a melhor gestão dos riscos e a consequente eficiência econômica, é o possível conflito com a doutrina cooperativista. Aumentar o número de associados (para garantir o suprimento da cooperativa e melhorar a diversificação) pode implicar em aumentar também os problemas relacionados a governança da cooperativa. Diversificar o portfólio de produção pode acarretar a perda do foco estratégico da cooperativa e o conflito com a resistência geral dos membros por mudanças.

No contexto brasileiro, dentre as várias características marcantes do cooperativismo, pode-se citar as áreas de atuação da cooperativa. Uma cooperativa agropecuária no Brasil pode ser ao mesmo tempo caracterizada como cooperativa de compra, de venda, de produção, de crédito. Frequentemente uma cooperativa pode executar atividades de:

- Venda de insumos aos membros;
- Compra de produtos dos membros;
- Venda de produtos ao mercado;
- Industrialização (transformação) de *commodities*;
- Venda de produtos com valor agregado ao mercado;

- Associação com outras cooperativas para formar *pool* de compras;
- Associação entre cooperativas para maximizar o uso de modais (como navios, por exemplo).

Dada a variedade de atividades que uma cooperativa pratica, os riscos que incidem em suas operações são de vários tipos e advêm de diversas fontes. Além disso, no Brasil as cooperativas são consideradas organizações que possuem funções sociais e, apesar de ser um pré-requisito para o desempenho social, o desempenho econômico nem sempre é priorizado, aumentando assim a incidência de riscos financeiros (MOREIRA, 2009).

Alguns autores têm se dedicado a estudar qual a capacidade da cooperativa em gerenciar os diversos riscos em que está sujeita. No Brasil algumas cooperativas não adotam algumas práticas gerenciais, comuns em sociedades de capital, por questões de princípio e alinhamento com seus objetivos sociais. Com relação ao risco de mercado, por exemplo, verifica-se que uma das estratégias mais aceitas para o seu gerenciamento é a diversificação da produção e/ou das atividades. Entretanto, no contexto cooperativista, verifica-se que essa estratégia não é facilmente aplicável. A cooperativa não possui a mesma flexibilidade da empresa mercantil para efetuar mudanças em seu portfólio (MOREIRA, 2009).

REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI NETO, S. A. Agronegócio cooperativo. BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**, São Paulo: Atlas, v. 1, 2001.

FERREIRA, L. C. **O dilema entre a especialização e a diversificação em uma cooperativa agrícola.** Porto Alegre, 2002. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa

de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MANFREDO, M. R.; RICHARDS, T. J. Cooperative Risk Management, Rationale, and Effectiveness: The Case of Dairy Cooperatives. **Agricultural Finance Review**, v. 67, n. 2, p. 311-340, 2007.

MOREIRA, V. R. **Gestão dos Riscos do Agronegócio no Contexto Cooperativista**. São Paulo, 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas.

SHAPIRO, B. I.; BRORSEN, B. W. Factors Affecting Farmers' Hedging Decisions. **North Central Journal of Agricultural Economics**, v. 10, n. 2, p. 145-153, 1988.

ZEULI, K. A. New Risk-Management Strategies for Agricultural Cooperatives. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 81, n. 5, p. 1234-1239, 1999.

SINERGIAS COMUNITÁRIAS[1]

Fabián Enrique Salazar-Villano[2]

Sinergias comunitárias podem ser definidas como aquelas ações de transformação dos territórios surgidas a partir de práticas de comunalidade e solidariedade, que se fortalecem na diversidade – produtiva, cultural e geracional – e mostram benefícios para a satisfação conjunta de necessidades, levando ao bom viver local. Quatro categorias analíticas são combinadas nesta definição.

Por um lado, há o território, pois no quadro das diversas economias analisadas por Gibson-Graham (2006), as práticas estão sujeitas aos lugares, e seguindo Santos (1996), o território surge das formas como nos apropriamos do espaço.

Da mesma forma, as sinergias aqui descritas vêm da comunalidade como forma organizacional por excelência em territórios predominantemente rurais. Para Escobar (2014), o comunal se expressa em todas aquelas "respostas(s) às formas modernas de organização social liberal, estatal e capitalista (...) [e está presente em todo processo que] surge da materialidade historicamente sedimentada e da as formas culturais de longa data dos grupos em que estão envolvidos (...) [tendendo] ao deslocamento progressivo da economia capitalista para dar lugar a formas comunais de economia e autogoverno" (Escobar, 2014: 50 – 51). Essa proposta

[1]As abordagens aqui feitas são baseadas no trabalho de Salazar-Villano (2017).

[2]Docente e Investigador Departamento de Ciencias Económicas, Universidad del Cauca, Colômbia. E-mail: fesalazar@unicauca.edu.co

de vida também é típica da re-existência de muitas etnias (Escobar, 2010; Escobar, 2016).

Por outro lado, não se pode falar de sinergia sem solidariedade, e com ela faz-se referência às práticas de reciprocidade nos elos de produção, distribuição, consumo e acumulação. Conforme elaborado por Guerra (2014), na produção há um trabalho coletivo; na distribuição, o senso de justiça nas trocas monetárias ou alternativas; no consumo, as apostas éticas do consumo ambientalmente responsável e do prosum; enquanto no processo de acumulação são considerados todos aqueles mecanismos de relacionamento e financiamento baseados na confiança.

Por fim, a materialização das sinergias está ligada ao termo "Bem viver", que ema perspectiva dos povos indígenas da América Latina trabalhada por Sánchez (2012) e pelo Coordenador Andino de Organizações Indígenas - CAOI (2010), envolve as seguintes condições: 1.- Um tratamento digno entre as pessoas, baseado na reciprocidade (dar e receber) 2.- Tome-se grande, ou seja, a necessidade de um tratamento amigável, e mais além, para dignificar todos os seres humanos e a Mãe Terra; 3.- Viver uma semeadura coletiva ou cultivo comunal; 4.- Trabalhar em partes iguais e complementares a partir da família; 5.- Trabalho fiscal, ou seja, ações de cuidado, proteção e preservação do território local; 6.- Necessidade de aceitação mútua; 7.- Vigilância mútua, entre as pessoas e o território, suas montanhas, águas, animais e minerais; 8.- Dar apoio e solidariedade de “coração”, não por obrigação; 9. - Festas coletivas ou cenários de convivência em meio à diferença; 10.- Preparação de alimentos e consumo coletivo; 11.- Justiça coletiva ou bom arranjo nas famílias ou na comunidade; 12.- Transparência na forma de resolução de conflitos.

As sinergias comunitárias também procuram incorporar dois significados da sinérgica: 1.- Ao nível dos fatores de produção existentes dentro de uma organização solidária ordenada pelo chamado Fator C (Razeto, 2014); 2.- Na dinâmica de solidariedade

entre os membros de uma organização, superando a visão atomística e competitiva típica da economia ortodoxa, e onde se transcende a existência de retornos monetários.

Os antecedentes mais próximos do sentimento de sinergias comunitárias são: o capital social comunitário que se refere a processos de empoderamento entre agentes geralmente rurais na busca de soluções comuns de amplo impacto (Durston, 2000) e o capital sinérgico definido como aquele catalisador de múltiplas formas de recursos disponíveis em um território (econômico, cognitivo, simbólico, cultural, institucional, psicossocial, social, cívico e humano) em prol de um verdadeiro desenvolvimento local (Boisier, 1999). No entanto, eles são substituídos aqui por sinergias comunitárias, para focar nas pessoas, não no capital.

Por fim, a categoria sinergias comunitárias é proposta na direção da conexão teórica fornecida por Guerra (2014) entre as abordagens de Razeto (1988 e 1993) e Max Neef (1986), cuja análise resulta em um esquema de necessidades que combina o eixo corpo – espírito com o eixo individual – comunidade, dando origem a quatro grandes categorias de necessidades: fisiológicas (corpo), psicoculturais (espírito), autopreservação (individual) e participação na vida coletiva (comunidade).

Nestes termos, as sinergias comunitárias também podem ser lidas a partir do momento "quando um bem ou serviço satisfaz diferentes necessidades e tem (ou pode ter) efeitos sobre terceiros, então as opções [decisões] de alguns afetam (ou podem afetar) no forma como os outros satisfazem as suas necessidades" (Guerra, 2014: 202). Em outras palavras, uma organização solidária seria um satisfator sinérgico –usando os termos de Max Neef (1986)– ao permitir suprir as necessidades de produção – distribuição – consumo – acumulação, mas ao mesmo tempo outros tipos de necessidades como : a) caráter espiritual: porque muitas das ações solidárias estão próximas de processos de ação comunitária gerados a partir de vários cultos religiosos ou coletivos com visões de mundo que pregam a

harmonia entre os humanos e entre os humanos e a natureza; b) Autopreservação: uma vez que o controle e a proteção coletiva dos recursos são exercidos em figuras organizacionais solidárias; c) Participação: uma vez que a tomada de decisão é realizada sob um critério de dependência mútua entre os membros do grupo.

As sinergias comunitárias assim descritas podem ser classificadas como condições de fronteira na teoria organizacional contemporânea. Para Villalba (2012) o conceito de sinergia é típico da organização dissipativa –leia-se: complexo– pois este é por definição um sistema dinâmico "(...) em que o comportamento coletivo é complexo, e onde o todo e as partes são inseparáveis, tornando-o mais do que a soma das partes" (Maldonado, 2003; citado por Villalba, 2012: 24).

REFERÊNCIAS

BOISIER, S. (1999). El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2, 39-53

COORDINADORA ANDINA DE ORGANIZACIONES INDÍGENAS (CAOI) (2010). **Buen Vivir / Vivir Bien Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Lima, Perú: Oxfam América y Solidaridad Suecia América Latina (SAL).

DURSTON, J. (2000) ¿Qué es el capital social comunitario? **Publicación División de Desarrollo Social, Serie Políticas Sociales***, 38,* 5 – 44.

ESCOBAR, A. (2010). **Territorios de diferencia. Lugar, movimientos, vida, redes**. Popayán, Colombia: Universidad del Cauca, Sello Editorial.

ESCOBAR, A. (2014). **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA. Colección Pensamiento Vivo.

ESCOBAR, A. (2016). **Autonomía y Diseño: La realización de lo comunal**. Popayán, Colombia: Universidad del Cauca.

GIBSON-GRAHAM, J. K. (2002). **Una política poscapitalista**. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores.

GUERRA, P. (2014). **Socioeconomía de la solidaridad. Una teoría para dar cuenta de las experiencias sociales y económicas alternativas**. Bogotá, Colombia: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia.

SÁNCHEZ, M. (2012) Introducción a las bases conceptuales del lekil kuxlejal o buen vivir. En: Stefano Sartorelo, León Ávila y Agustín Ávila (Coords) **El Buen Vivir: Miradas desde adentro de Chiapas**. México: Editorial Fray Bartolomé de Las Casas

SALAZAR-VILLANO, F. (2017). **Sinergias comunitarias. Lecciones de Innovación social para la gestión de organizaciones de base rural. El caso de la Federación Agrosolidaria El Tambo Cauca**. Tesis Maestría en Gestión de Organizaciones y Proyectos, Universidad del Cauca (Colombia). Documento Inédito.

SANTOS, M. (1996). **A Natureza do Espaço**. São Paulo, Brasil: Hucitec.

VILLALBA, M. (2012). Gestión con base en las ciencias de la complejidad: las organizaciones como estructuras disipativas. **Universidad & Empresa**, 14(22), 11 – 42.

SISTEMAS PRODUTIVOS AGROALIMENTARES E AGROINDUSTRIAIS

Jorge Luiz Amaral de Moraes[1]

Os territórios rurais estão, cada vez mais, diversificando as suas atividades e trajetórias de desenvolvimento, coordenadas por diferentes redes, agentes econômicos e atores. Nesses territórios, destacam-se as interações destes com os sistemas e cadeias agroalimentares e agroindustriais, decorrentes do fato de as lógicas das cadeias produtivas e a dos territórios serem inseparáveis (SAUTIER, 2002). Essas interações são relações de interdependência, que explicam as dinâmicas territoriais-locais e as formas específicas de articulação entre o "local" e o "global", uma vez que no espaço local é onde ocorre a convergência entre o rural e o urbano, onde se encontram o "mundo urbano" e o "mundo rural" (WANDERLEY, 2001).

Ray Goldberg e John Davis, em 1957, publicaram o livro *A Concept of Agribusiness*, que trouxe um novo conceito para a análise da agricultura, saindo da tradicional visão isolada para a análise do sistema que vai desde a produção de insumos até a distribuição, passando pela produção agrícola e agroindustrial. Dessa maneira, a agricultura, em um contexto sistêmico de cadeia produtiva, foi

[1] Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. *E-mail:* jmoraes@faccat.br

denominada de A*gribusiness* e definido como: “a soma das operações de produção e distribuição de insumos para a agricultura, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir delas” (BATALHA, 1997, p. 25).

O *Agribusiness* ou “Agronegócio” compõe-se de sistemas e cadeias produtivas agroalimentares e agroindustriais que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. No contexto geral do Agronegócio, existe um conglomerado de instituições de apoio e coordenação, de organizações de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no seu desempenho (BATALHA, 1997).

Consequentemente, a gestão do Agronegócio busca mobilizar conceitos e instrumentos de intervenção nos sistemas e cadeias produtivas, como o crédito agrícola, a inovação tecnológica e gerencial, as normas de taxação, serviços de apoio, entre outros, para melhorar o desempenho em relação a indicadores específicos. Essas intervenções, entretanto, só se tornam eficazes quando é possível compreender sistematicamente, tudo o que ocorre nos segmentos em que a produção agropecuária se insere.

No entanto, o *Agribusiness* apresenta enfoques metodológicos diferentes. Em 1968, Goldberg publicou outro trabalho onde utilizou a noção de *commodity systems approach* (CSA), dentro de uma visão sistêmica, tendo como início uma matéria-prima básica, conhecido, no Brasil, por Complexo Agroindustrial (CAI). As cadeias de *agribusiness* são operações organizadas de forma vertical e percorrida pelo produto desde sua produção, elaboração industrial e distribuição, podendo ser coordenadas via mercado, ou por meio da intervenção de agentes diversos ao longo da cadeia, que contribuem ou interferem de alguma maneira no produto final. Essa coordenação pode ter maior importância naquelas cadeias expostas à competição internacional e, especialmente, às crescentes pressões dos clientes,

que são os alvos finais das cadeias e a quem estas devem adaptar-se (ZYLBERSTAJN; NEVES, 2000).

Nos conceitos adotados na abordagem dos sistemas agroalimentares e agroindustriais (SAGs) destacam-se os relacionamentos entre a produção agrícola, as empresas agroindustriais (processadoras) e as de serviços (fornecedores, logística e distribuidores) e o ambiente socioeconômico. Essa abordagem interpretativa é formada por três grandes segmentos, o "antes da porteira", como os fornecedores para a agropecuária (ou agricultura), o "dentro da porteira", a produção agropecuária, e os segmentos denominados "depois da porteira", empresas agroindustriais, indústrias de alimentos e distribuidoras do produto final (atacado e varejo). Em alguns territórios, principalmente dos estados do RS, PR, MS, MT, GO, TO e do oeste baiano, esses segmentos dos SAGs são coordenados e articulados por grandes cooperativas agropecuárias e agroindustriais de produtores de grãos (soja, milho), leite, carnes, entre outros.

Segundo Batalha (1997), a literatura que trata da problemática agroindustrial no Brasil não tem feito uma boa diferenção entre as expressões "Sistema Agroindustrial", "Complexo Agroindustrial" e "Cadeia de Produção Agroindustrial". Com o objetivo de se tornarem mais abrangentes, incluindo alimentos comercializados antes de serem processados, esses termos podem ser acrescidos da palavra "agroalimentar", ou seja, denominados de "Sistema Agroalimentar e Agroindustrial (SAG)", "Complexo Agroalimentar e Agroindustrial (CAI)" e "Cadeia de Produção Agroalimentar e Agroindustrial (CPA)" (MORAES, 2013).

Esses conceitos representam espaços de análise diferentes, têm diferentes objetivos e todos foram desenvolvidos como instrumentos de visão sistêmica. Parte-se da premissa que a produção de bens e serviços pode ser representada como um sistema, no qual os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de

capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema.

Um Complexo Agroalimentar e Agroindustrial (CAI) tem como ponto de partida uma determinada matéria-prima básica (café, algodão, leite, soja, uva). Essa matéria-prima (leite, por exemplo) podem dar origem a diferentes produtos finais (queijo, nata, manteiga), formando cadeias produtivas (CPA) associadas a esses produtos finais (BATALHA, 1997). A arquitetura de um CAI parte de uma matéria-prima principal (soja) que o originou, segundo os diferentes processos industriais e comerciais que ela pode sofrer até se transformar em produtos finais (óleo, farelo, biodiesel ou ração). A formação de um CAI exige a participação de um conjunto de cadeias produtivas (CPA), cada uma delas associada a um produto final.

Um Sistema Agroalimentar e Agroindustrial (SAG) **não está** associado a nenhuma matéria-prima agropecuária específica (soja, milho, leite, café, etc...). Pode-se entender o SAG como sendo composto pelos seis conjuntos de atores: (1) agricultura, pecuária e pesca; (2) indústrias agroalimentares (IAA); (3) distribuição agrícola e alimentar; (4) comércio internacional; (5) consumidor; e (6) indústrias e serviços de apoio. O SAG é definido por Batalha (1997, p.30) como "o conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção dos insumos até a chegada do produto final ao consumidor". Dessa forma, um SAG específico é composto por empresas ou firmas entre as quais são realizadas várias transações. Dentro do Agronegócio brasileiro existem diversos SAGs, cada um deles associado a um conjunto de diferentes produtos ao mesmo tempo, bem como diferentes formas de organização.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997. v.1.

MORAES, J.L.A.. **O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais.** COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional. FACCAT: Taquara, v. 10, p. 71-97, 2013.

SAUTIER, D. **Eléments de Perspective**. Séance Plénière Finale, Colloque SYAL. GIS SYAL: Montpellier, 16-18 Octobre 2002. [mémoires du colloque sur format électronique].

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31 – 44.

ZYLBERSZTAJN D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

SOCIALISMO UTÓPICO E ORIGENS DO COOPERATIVISMO

Renato Steckert de Oliveira [1]

Em vários dos seus escritos, Marx e Engels argumentaram que as mudanças no mundo do trabalho introduzidas pelo capitalismo industrial, ao substituírem o artesão isolado no meio rural pelo operário industrial na fábrica, criaram uma solidariedade objetiva entre os trabalhadores. Solidariedade que resultava da organização do trabalho na fábrica, que criava uma relação de interdependência entre os trabalhadores, tirando-os do seu isolamento: ao invés de um artesão responsável pela fabricação de todo o seu produto, cada trabalhador passou a ser responsável por uma pequena parte, sendo o produto final o resultado da interdependência do trabalho de todos os envolvidos na produção.

Ainda que dominasse todo o *savoir faire* necessário para o seu trabalho, o artesão, isolado e vassalo de um sistema senhorial, era impotente frente a todas as circunstâncias que determinavam a sua vida, desde as circunstâncias sociais (submissão à vontade unilateral do suserano, por exemplo) até as naturais. O mundo aparecia como um sistema de dominação naturalizado: vivia à mercê

[1] Doutor em Sociologia - Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (1993), com estágio pós-doutoral na Universidade Aberta da Catalunha, Barcelona, Espanha (2005-2006). Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: oliveira.remar@gmail.com

de forças que não dominava, sendo por isto mesmo suscetível a ideias supersticiosas para "explicar" o mundo.

Ao contrário, o trabalhador industrial, percebendo-se intuitivamente como parte de um coletivo, percebia neste coletivo uma força incomparavelmente maior do que a sua. E seria esta *força social* que poderia mudar o mundo. Através da organização do trabalho o capitalismo criava, assim, uma "pedagogia" sobre a qual se produziria uma *consciência de classe* dos trabalhadores.

Seguindo a mesma linha de interpretação, podemos afirmar que essas transformações na base objetiva da sociedade (na organização do Modo de Produção, diriam Marx e Engels) produziram as condições para mudanças radicais na estrutura de pensamento da sociedade. Em uma palavra, ao invés da ideia de um ser humano impotente para governar o mundo, desenvolveu- se uma filosofia afirmando que, através da Razão, o ser humano poderia compreender as causas da sua miséria e, através da ação coletiva racionalmente motivada, poderia mudar o mundo: o Iluminismo.

Foi dessa conjunção de fatores que surgiram as primeiras propostas de reorganização da sociedade com vistas a resolver os problemas da miséria e da exploração dos trabalhadores na sociedade industrial capitalista. Três foram seus principais expoentes: os franceses Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837), e o inglês Robert Owen (1771-1858). Em comum, realizaram a crítica da economia industrial e afirmaram a necessidade de reorganização da sociedade com base em um *projeto*, ou seja, um modelo racionalmente construído visando a felicidade humana. Mas sobre esta base comum havia diferenças importantes entre eles.

Saint-Simon foi um filósofo influenciado pelas ideias cientificistas do século XIX, ou seja, as ideias segundo as quais a ciência, que então contabilizava seus primeiros sucessos na explicação dos fenômenos naturais, acabaria explicando tudo,

inclusive a vida social. Que a ciência, em suma, seria um caminho para a Verdade, e neste sentido constituiria uma nova moral. Assim, se seguíssemos a Ciência na organização da sociedade, a moral social e a virtude dos indivíduos estaria assegurada. Concebeu uma sociedade hierarquizada, mas com uma hierarquia que não seria fundada na exploração econômica ou no exercício unilateral do poder por grupos privilegiados, e sim uma hierarquia baseada na distinção "natural" entre dirigentes e dirigidos. Como as funções de direção seriam baseadas no conhecimento científico da sociedade, essa hierarquia não seria fonte de tensões – pelo contrário, seria uma hierarquia virtuosa. O trabalho estando na base da vida social, formulou um dos princípios que depois foram absorvidos pelo pensamento cooperativista: "A cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo o seu trabalho".

Seu pensamento influenciou Auguste Comte (1798-1857), que fundou o pensamento sociológico moderno, baseado justamente na premissa de que, como qualquer fenômeno, a sociedade também é organizada segundo leis naturais que podem ser conhecidas através da ciência. Radicalizando esta ideia, Comte considerava que a ciência constituiria a Religião da nova sociedade, a que denominou Religião da Humanidade.

Fourier preconizava uma reorganização dos espaços da vida social através de uma nova arquitetura social, em cujo centro estariam os *falanstérios*, grandes unidades arquitretônicas com espaços para moradias privadas, complementados por espaços públicos de vivência e desfrute coletivos, os *seristérios*.

Essas unidades abrigariam pequenas comunidades que formariam unidades de produção de base agrícola, e desenvolveriam, através da educação, uma moral de liberdade tanto no trabalho (ao invés do trabalho assalariado e obrigatório, o trabalho livre) quanto na vida moral e afetiva: foi um pioneiro nas propostas de emancipação das mulheres e um forte crítico da monogamia. Preconizou diversas formas de cooperativismo, tanto

de produção quanto de consumo e serviços, propondo o fim da intermediação especulativa entre produtores e consumidores. Considerava que a expansão livre das paixões humanas, dentre as quais e principalmente o amor, conduziria à harmonia universal. Criticava a separação promovida pelo cristianismo entre amor físico e amor espiritual, considerando que seu pleno desenvolvimento do amor culminaria na sensibilização filantrópica, como valor fundante da colaboração entre os indivíduos e as classes sociais.

Robert Owen foi quem mais avançou no sentido de experiências práticas de reforma social, entre as quais as primeiras experiências de cooperativismo. Rico industrial do ramo têxtil da região de New Lanark, vila industrial da Escócia fundada por seu sogro, aproveitando a energia hidráulica de um rio que corta a região, Owen dirigiu a vila durante 25 anos. Neste período, implantou uma série de medidas absolutamente revolucionárias para a época, como a proibição do trabalho de crianças abaixo de dez anos, diminuição da jornada de trabalho de 17 para 10 horas diárias, criação de escolas noturnas para os trabalhadores, escolas infantis (é considerado o fundador da primeira escola infantil do mundo), atendimento médico gratuito para os trabalhadores, fundo financeiro para assistência aos doentes, banco de poupanças, além de uma cooperativa de consumo que, mais tarde, serviria de modelo para os Pioneiros de Rochdale.

Enfim, uma comunidade industrial modelo, que não se sustentou em razão de desavenças entre os proprietários industriais - inclusive entre os sócios de Owen que não concordavam plenamente com seus métodos - e não suportou a concorrência dos industriais de outras regiões, que exploravam seus trabalhadores, principalmente mulheres e crianças, segundo os métodos do *laissez faire* do século XIX.

Com sua indústria à beira da insolvência, Owen empregou quase toda sua fortuna na fundação de uma colônia no estado de Indiana, EUA, a que denominou “Nova Harmonia”, com o objetivo

de atrair irlandeses que, na época, enfrentavam uma das piores epidemias de fome das tantas que assolaram seu país. Organizando a colônia segundo princípios de cooperação e solidariedade entre seus habitantes, Owen conheceu novo fracasso, devido sobretudo à heterogeneidade dos seus habitantes e ao fato de que a miséria da qual provinham estava longe de ser uma escola de vida solidária e cooperativa.

Vistas à distância de quase dois séculos, estas formulações e as experiências a que deram lugar certamente têm um ar anacrônico. Mas nas ciências e no pensamento social o anacronismo nunca é absoluto. A perspectiva histórica é uma via de mão dupla, e deve também nos apontar para o anacronismo de grande parte das experiências cooperativas contemporâneas. Dito de outra forma, o que os socialistas utópicos e seu pensamento cooperativo têm a nos dizer, hoje – e nesta medida são rigorosamente contemporâneos – é que grande parte das experiências cooperativas atuais – e o caso do Brasil talvez seja um exemplo particularmente significativo neste sentido – perderam justamente a virtude que constituiu o fundamento de um cooperativismo pleno de sentido. Ou seja, as modernas teorias de administração cooperativa, privilegiando unilateralmente o sucesso econômico, não estariam deixando de lado justamente o seu maior objetivo, que é a valorização e a expansão das qualidades do ser humano para além das relações de mercado?

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich – **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global, s/d.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich – **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Zahar, 2006.

LAMBERT, Paul – **La Doctrine Cooperative**. Bruxelas: Propagateurs de la Cooperation, 1964.

OWEN, Robert – **The Life of Robert Owen**. London: Hardpress Publishing, 2019.

LEHOUCK, E.: **Fourier o la armonia y el caos**. Barcelona: Labor, 1973.

IONESCU, Ghuita – **El pensamento político de Saint-simon**. México (DF: Fondo de Cultura Económica, 1983.

SOCIEDADE DOS PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE

Renato Steckert de Oliveira[1]

Em qualquer manual de história do movimento cooperativo, a Sociedade do Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844 na cidade do mesmo nome no norte da Inglaterra, então importante centro da indústria têxtil, é citada como a primeira cooperativa no sentido moderno do termo. Estando na origem de um movimento com a importância econômica, social, cultural e política do cooperativismo, é compreensível que sua história seja cercada de uma certa aura de romantismo.

Romantismo é a tônica, por exemplo, de um filme que lhe foi dedicado em 2012. De roteiro ruim e desempenho dos atores não mais que passável, o filme relata a "saga" dos pioneiros idealistas de Rochdale, que, após vencerem o ceticismo dos trabalhadores e os obstáculos criados por comerciantes atacadistas corruptos, conseguiram montar a primeira e modestíssima loja da nova cooperativa. Procurando transmitir uma lição de idealismo, destemor, dedicação e desprendimento, o filme enfatiza que "com 6 sacos de farinha, um de aveia, açúcar, manteiga e velas, a Sociedade

[1] Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978) e doutorado em Sociologia - Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (1993), com estágio pós-doutoral na Universidade Aberta da Catalunha, Barcelona, Espanha (2005-2006). Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

dos Pioneiros de Rochdale lançou as bases do cooperativismo moderno"[2].

A história, como sempre, é bem mais complexa. Não seria o caso, no espaço deste verbete, de analisá-la em sua complexidade. Pretendemos apenas apontar algumas linhas de análise que podem ser seguidas e aprofundadas, a depender do interesse dos leitores. (LAMBERT, 1964); FAIRBAIRN, 1994).

Comecemos pelo nome: *Rochdale Equitable Pionners Society*. O termo chave é " *equitable",* que significa "*fair and reasonable in a way that gives equal treatment to everyone*". (COBUILD (1991). O equivalente em português é "equidade", que significa "disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um (...) ainda que em detrimento do direito objetivo". (FERREIRA, 2007). Quem possui senso de equidade é "equitativo", ou, ainda segundo o *Aurélio*, "equidoso"."

Uma tradução fiel, portanto, seria "Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale", para evitar a cacofonia de "Pioneiros Equidosos". Mas jamais "Pioneiros Probos", como normalmente é traduzida! Voltando ao *Aurélio*, "probo" é quem tem "caráter íntegro, honesto, honrado, reto, justo". Há aqui um deslocamento semântico que não é sem importância: do sentimento de *justiça* fundado na igualdade de direitos, que implica uma relação de alteridade, de abertura e acolhimento do outro em suas necessidades *independentemente do que diz o direito positivo*, passa-se para o sentimento de *honradez*, de *honestidade*, que são virtudes enaltecedoras da relação do indivíduo consigo mesmo. Transita-se, assim, de uma ética de alteridade para uma ética de virtudes cavalheirescas de tipo aristotélico.

A justiça, neste caso, não é soberana em relação ao direito

[2] Os Pioneiros de Rochdale (*The Rochdale Pioneers*). Dir. Adam Lee Hamilton e John Montegrande, Inglaterra/Irlanda, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L-oXL6g00Og

positivo. Com ele ela convive numa relação de simbiose. No caso concreto da Inglaterra da primeira metade do século XIX, por exemplo, a extrema desigualdade social era sancionada pelo direito, e a moral cavalheiresca nada dizia a respeito – pelo contrário, seus valores opunham-se à "plebe", considerada fonte de vícios ao invés de virtudes, o que a tornava responsável por sua situação.

Ao se afirmarem como "equitativos", os pioneiros de Rochdale insurgiram-se contra a desigualdade social e o direito que a sustentava, e esta insurgência não foi espontânea nem caiu do céu. Ela foi haurida diretamente de uma das tradições do socialismo utópico: a tradição oweniana, da obra do reformador social Robert Owen.

Aliando o pragmatismo empresarial com projetos ousados de reforma social, Owen foi o socialista utópico que mais avançou em projetos práticos, sendo, por isto mesmo, quem mais formou seguidores, a ponto de gerar um movimento "oweniano" na Europa das primeiras décadas do século XIX, especialmente na Inglaterra, com forte presença nos meios operários. Sua característica era exatamente esta: uma crítica articulada aos efeitos da economia industrial nas sociedades, crítica esta fundada na noção de equidade como fonte do direito, da justiça e da paz social (o que os alinhava às orientações mais radicais da Revolução Francesa e do Iluminismo filosófico), ao mesmo tempo em que buscavam adotar as técnicas de gestão econômica desenvolvidas pelo próprio capitalismo. A atenção à gestão dava-lhes um diferencial fundamental em relação a outras correntes do socialismo utópico, sendo responsável pela "taxa de sucesso" de seus empreendimentos, quando comparados com outras iniciativas. Aliás, a Sociedade dos Pioneiros não foi a primeira iniciativa do gênero em Rochdale. Como centro avançado da indústria têxtil da Inglaterra, as fábricas da região estavam sofrendo o impacto direto das inovações tecnológicas que se produziam no período, com as consequentes dispensas de trabalhadores, aumento da miséria social e surgimento de fortes movimentos contestatórios,

como o “ludismo”, fortemente reprimidos pelas forças da ordem, além de iniciativas de sociedades cooperativas entre os trabalhadores, todas fracassadas até o surgimento dos Pioneiros.

Mas os owenianos não estiveram sós no empreendimento. Ao lado das técnicas de gestão inovadoras, outra iniciativa marcou a cooperativa: o poder de decisão democraticamente compartilhado entre todos os seus integrantes. A cada associado (homem ou mulher) um voto! Cada consumidor da cooperativa tornava-se um associado e, assim, passava a deter poder real na direção dos negócios.

A adoção deste princípio, que se tornou marca do movimento cooperativista mundial, deveu-se aos “chartistas”, movimento fundado na Escócia em 1838 reivindicando o voto universal. Na época, apenas 18% dos homens tinham direito ao voto na Grã Bretanha. O nome deriva de *People’s Charter*, como referência ao documento apresentado ao Parlamento britânico com mais de 1.200.000 assinaturas reivindicando a democratização do processo eleitoral. Apesar da intensa mobilização popular a proposta foi negada pelo Parlamento, e os líderes do movimento, duramente reprimidos pela polícia, desenvolveram intensa atuação em diversas instâncias locais de poder defendendo a tese de que os trabalhadores estavam qualificados para participar da vida política. A adoção da tese pela cooperativa dos pioneiros de Rochdale foi uma das suas primeiras comprovações práticas.

A estes dois grupos uniram-se militantes de causas progressistas, de ampliação dos direitos civis, que buscavam alternativas ao desemprego e à fome que grassava nos meios operários da região, completando o quadro de 28 fundadores da cooperativa, dentre os quais uma mulher.

Um dos objetivos iniciais da cooperativa foi elevar o nível cultural dos associados, pois, no dizer duro de um dos seus fundadores, “não adianta querer ensinar cooperação para indivíduos ignorantes”. Assim, por uma série de iniciativas, os

Pioneiros acabaram por se constituir nos princípios do cooperativismo internacional, podendo ser assim resumidos:
(1) Livre adesão e livre saída dos sócios; (2) Controle democrático de todas as decisões (um associado, um voto); (3) Neutralidade política, racial e religiosa; (4) Vendas à vista, em dinheiro (tratava-se de uma cooperativa de consumo); (5) Devolução dos excedentes financeiros aos associados; (6) Interesse limitado sobre o capital investido, com veto à especulação financeira e (7) Fomento à cultura, à educação e ao ensino em todos os graus.

Um dos fundadores da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, Georges Jacob Holyoake, militante da separação entre Igreja e Estado na Inglaterra, escreveu uma monumental história do cooperativismo mundial abrangendo o período de 1812 a 1878. (HOLYOAK, 1994). Nela, estabeleceu o que ele mesmo denominou de "pontos chave da cooperação". São eles:

"Cooperação é um sistema de lojas para o povo trabalhador, onde não há crédito para fornecer ou receber, onde artigos honestos na quantidade certa são vendidos a preços de mercado e os lucros retornam para os compradores.

"O principal princípio da cooperação e que em todas as empresas, seja de comércio ou manufatura, os lucros sejam distribuídos em proporções equitativas entre todos os envolvidos na sua criação.

"A cooperação consiste [em]: 1- Gestão regulada pela honestidade, com vistas ao lucro obtido através da economia. 2- Distribuição equitativa dos lucros entre todos os interessados em gerá-los, seja por compras, serviços de distribuição, trabalho ou compras externas. 3- Bom senso desenvolvido pela educação e propaganda.

"A ideia principal, que nunca deve estar ausente da mente de um cooperado, é que a equidade compensa, e que o consumidor na loja e o trabalhador na fábrica (...) devem ter um interesse benéfico no que estão fazendo.

"O princípio cooperativo (...) é aquele que coloca a cooperação produtiva no mesmo plano da cooperação na distribuição, e que trata o capital simplesmente como um agente, e não como o fator principal (...). O capital, um agente neutro, é remunerado por juros fixos e nada mais.

"(...) Os capitalistas (...) contratavam mão de obra, pagavam seu preço de mercado e recebiam todos os lucros. O trabalho cooperativo se propõe a reverter esse processo. Seu plano é comprar capital, pagar seu preço de mercado e obter todo o lucro resultante. É mais razoável e melhor para a sociedade e para o progresso que os homens possuam capital do que o capital possua homens. O capital é o servo, os homens são os senhores (...).

"O capital é usado em cooperação e pago honestamente, mas o capitalista é excluído [do processo] (...) O capitalista vende sua mercadoria à cooperativa. O capitalista não tem outra posição senão a de um credor da cooperativa (...) (HOLYOAK, 1994)

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale não surgiu, portanto, da simples capacidade de iniciativa e união de alguns idealistas. Ela foi o resultado de décadas de trabalho árduo, de fracassos, de lutas inglórias, e sobretudo da perseverança num propósito fixo: mudar o mundo com base na solidariedade entre os trabalhadores empobrecidos pela exploração econômica capitalista.

REFERÊNCIAS

COBUILD, COLLINS. **English Language Dictionary**. London; Glasgow : Collins; Stuttgart: Klett 1987 (1991). Tradução livre: "*justo e razoável de uma forma que dê tratamento igual a todos*".

FAIRBAIRN, BRETT – **The Meaning of Rochdale. The Rochdale Pioneers and de Co-operative Principles**. Saskatoon (CA): University of Saskatchewan – Centre for the Study of Co-operatives (Occasional Papers Series), 1994.

FERREIRA, AURELIO B. H. – Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1. Edição (s/d), 2007.

HOLYOAK, GEORGE JABOB. *In:* FAIRBAIRN, Brett – **The Meaning of Rochdale. The Rochdale Pioneers and de Co-operative Principles**. Saskatoon (CA): University of Saskatchewan – Centre for the Study of Co-operatives (Occasional Papers Series), 1994.

LAMBERT, PAUL – **La Doctrine Cooperative**. Bruxelas: Propagateurs de la Cooperation, 1964.

SOCIOLOGIA DA COOPERAÇÃO

Sergio Schneider[1]
Jaqueline Mallmann Haas[2]

A sociologia da cooperação se ocupa dos fatos sociais que decorrem da ação humana com vistas a criar laços de cooperação entre indivíduos que possuem algum objetivo, intenção ou vontade comum. A cooperação é um ato interessado ao qual indivíduos recorrem para resolver problemas, procurar soluções ou mesmo compartilhar entendimentos ou expectativas. O sentido da ação cooperativa é fortemente guiado por motivação econômica, pecuniária ou orientada para o ganho material. Mas indivíduos também cooperam para alcançar bem-estar social ou para manter hábitos, tradições ou sua cultura.

Estudar, analisar e explicar os fatos sociais que ocorrem em ambientes sociais em que há cooperação entre indivíduos constitui-se no principal objetivo da sociologia da cooperação. O foco ou enfoque da sociologia da cooperação pode ser tanto os aspectos econômicos ou as motivações financeiras e materiais como a consciência coletiva, a cultura ou os elementos cognitivos que moldam e/ou orientam o comportamento humano. A sociologia da cooperação também

[1] Doutor, Mestre e Bacharel em Sociologia. Pós-doutor na City University of London. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. schneide@ufrgs.br

[2] Doutora e Mestre em Extensão Rural, Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. jaquelinehaas@ufrgs.br

vislumbra entender por que, quando e como os indivíduos são mais permeáveis a cooperar ou se inclinam a fazer coisas por meio da ação coletiva.

A sociologia da cooperação também se ocupa do estudo das organizações cooperativas, que são empreendimentos baseados na propriedade coletiva de meios de produção ou outros ativos econômicos e produtivos. Em face da grande heterogeneidade que as formas de cooperação podem assumir nas sociedades contemporâneas de mercado, assim como devido aos diferentes modelos de organizações cooperativas que existem, a sociologia da cooperação também se dedica a entender as diferenças e os eventuais conflitos presentes neste universo social. A sociologia da cooperação também procura entender os fatores culturais, étnicos e cognitivos que orientam e às vezes dão suporte às visões e perspectivas de cooperativas que são mais competitivas enquanto outras se baseiam em princípios mais solidários e colaborativos.

O estudo do cooperativismo se insere no campo mais amplo do entendimento da ação humana coletiva, que é um dos temas fundantes da disciplina da sociologia. Desde os primeiros estudos sociológicos empreendidos por Auguste Comte, na Franca, a cooperação passou a despertar vivo interesse em pensadores sociais. Robert Owen, Charles Fourier, Saint Simon e Louis Blanc são os pioneiros do pensamento cooperativista clássico. Estes autores são classificados como socialistas utópicos porque acreditavam e defendiam a cooperação como uma utopia e desta máxima derivavam a visão social da utopia da cooperação, que propunha a construção do consenso entre as classes sociais na sociedade capitalista.

Robert Owen (1771 – 1858), industrial inglês, nascido no País de Gales, era administrador. Como observador das penosas condições às quais os trabalhadores eram submetidos à época, acabou por se converter aos princípios do socialismo utópico e passou a dedicar-se à criação de cooperativas que negassem o individualismo e a lógica

egoísta das empresas capitalistas. Para Owen, a cooperação seria a base de uma nova forma de organização da sociedade.

As ideias de Charles Fourier (1772 – 1837, filósofo e economista político francês), inspiraram o movimento das cooperativas de produção a partir da concepção de livre consentimento das pessoas para se associar. Estas ideias acabaram repercutindo e influenciando as mudanças na legislação trabalhista dos séculos XIX e XX em quase todos os países do mundo. Fourier tinha restrições à proximidade com o poder público e mesmo os empresários privados. Por isso, sustentava que somente haveria sucesso na organização da sociedade com cooperativas fortes e independentes.

Já Saint Simon (1760-1825, pensador e teórico social francês, filho de pais aristocráticos, que muito jovem rompeu com a família), foi o proponente de uma doutrina de renovação social que buscava criar um mundo novo, pacífico, concebido dentro do espírito de uma Associação Universal, e no qual desapareceriam os antagonismos entre o Terceiro Estado e os estratos privilegiados da sociedade, sendo suprimida a exploração do homem pelo homem. Em síntese, acabou tomando a forma de um antagonismo entre "produtores" (agricultores, vendedores, bancários, ferreiros, artesões etc.) e "ociosos" (aristocratas, sacerdotes, proprietários de terra, legisladores).

Louis Blanc (1811 – 1882, nascido em Madrid, estudou Direito em Paris), foi outro importante socialista francês. Ele defendia a intervenção do Estado para que a forma associacionista e o cooperativismo pudessem transformar o meio econômico e social. Blanc afirmava que na sociedade havia direitos iguais à vida, ao trabalho e ao bem-estar progressivos, sendo necessário criar mecanismo de proteção a estes direitos. As ideias de Louis Blanc tiveram forte influência no desenvolvimento das sociedades cooperativas operárias de produção.

Pode-se dizer que estes primeiros estudiosos do cooperativismo tinham em comum uma visão de mundo influenciada pela religião e os

princípios do humanismo propugnados pelo iluminismo de filósofos como Voltaire e Diderot. Em essência, eram muito mais pensadores sociais e ideólogos do que sociólogos propriamente, uma vez que se ocupavam de discutir e propor formas de organização política que pudessem, cada qual a seu modo de ver o mundo, auxiliar na resolução dos problemas sociais da época. Em comum, as ideias destes autores não questionavam ou criticavam a propriedade privada, nem a livre iniciativa e a possibilidade de obtenção do lucro. Em larga medida, o cooperativismo era percebido por estes pensadores como forma de humanizar o capitalismo, que se baseava em princípios corretos, mas em métodos e resultados exacerbados.

Os defensores do cooperativismo que endossaram a teoria socialista utópica acreditavam na construção de uma sociedade sem conflitos de classes e baseada na harmonia e no interesse comum. Acreditavam que era possível evitar a exploração dos trabalhadores sem comprometer a possibilidade do lucro/ganho privado. Por defender postulados de equilíbrio e coalização social, os socialistas utópicos foram duramente criticados, tanto pelos liberais como pela esquerda, que tinha em Karl Marx e no movimento operário social-democrata a sua base. Para os marxistas socialistas, ou materialistas, como também eram chamados, os defensores do cooperativismo não passavam de ingênuos ou filósofos a serviço da classe dominante. Foi esta a crítica de Marx a P-J Proudhon e os demais socialistas utópicos. Em razão disso, o cooperativismo ganhou muito pouco espaço pós-revolução bolchevique de 1917, quando os marxistas liderados por Vladimir Lenin assumiram o poder na Rússia e passaram a influenciar todo movimento político socialista da Europa e além. Para os marxistas, o cooperativismo não passa de uma visão de mundo ingênua que se baseia em propostas políticas reformistas e meramente assistencialistas, que são meros paliativos dos quais não resultam mudanças estruturais no *status quo* e no sistema social.

Enquanto estudo dos fatos sociais que implicam na cooperação e ação coletiva entre indivíduos, a sociologia da cooperação e o

cooperativismo podem ser tratados e entendidos no escopo das Teorias Sociais Clássicas assim como nas Teorias Contemporâneas. Ou seja, não é necessário criar uma teoria da cooperação *tout court*, pois os fatos sociais cooperativos podem ser estudados a partir das teorias sociais já existentes e disponíveis. Entre os clássicos se destacam Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim.

Na perspectiva de Durkheim, por exemplo, a cooperação pode ser entendida como forma de promover a solidariedade, seja a mecânica (onde não exista divisão do trabalho e as pessoas compartilhariam valores comuns) ou a orgânica (que estaria presente em sociedades em que exista uma divisão de trabalho definida). Marcel Mauss, dando continuidade a esta vertente, sugeriu que a cooperação surge na medida em que há reciprocidade. Na opinião de Mauss (2003), a cooperação favorece as relações baseadas na dádiva, que implica no tripé dar-receber-retribuir. Recentemente, o paradigma da dádiva foi retomado e atualizado por autores como Alain Caillé (1998), que resgatou a tradição inaugurada por Karl Polaniy para mostrar os problemas que o utilitarismo econômico individualista trouxe à medida que se tornou o paradigma hegemônico nas sociedades ocidentais. Nasce assim o Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales, fundado em 1981 por Alain Caillé e atualmente mais conhecido no Brasil pelos trabalhos sobre economia solidária do francês Jean Louis Laville e de pesquisadores brasileiros como Paulo Henrique Martins, Luis Inácio Gaiger, entre outros.

No campo da sociologia da ação social inaugurada por Max Weber, a cooperação pode ser vista como processo de composição/transformação das organizações, em a ação social cooperativa tem como sentido a busca de legitimidade para a dominação e aquisição de poder. O sucesso da ação coletiva ocorre na medida em que indivíduos que buscam no agir cooperativo, conseguem angariar seguidores a favor da cooperação e, como isso, mostrar que esta possui vantagens em relação ao individualismo de um lado e ao coletivismo socialista de outro.

A sociologia da cooperação propriamente dita começa a se apresentar como uma área de estudos específicos somente a partir do pós-II Guerra Mundial. A partir das décadas de 1960 e 1970, uma parte da sociologia deixa de se preocupar com a elaboração de grandes paradigmas de explicação do social e passa a se ocupar de temas e questões mais específicas. Robert Merton (1910-2003), um sociólogo norte-americano chamou esta fase da sociologia de "teorias de alcance médio", contendo aspectos delimitados dos fenômenos sociais, ou seja, construídas com referência aos fenômenos que são observáveis.

Na fase contemporânea da sociologia da cooperação podemos destacar a teoria dos jogos como uma das principais referências de teorias de alcance médio sobre o cooperativismo. A teoria dos jogos se preocupa com os problemas e os riscos decorrentes do oportunismo na ação coletiva. Mancur Olson (1932 - 1988) recorreu ao "dilema do prisioneiro" para explicar as condições nas quais os indivíduos tendem a colaborar para o bem comum ou a agir de forma individualista e hedonista. Ainda no campo do paradigma individualista, encontra-se a contribuição de Francis Fukuyama (1996) e sua teoria da confiança entre os indivíduos. Para Fukuyama, a confiança é o elo social básico sobre o qual se assentam as relações sociais que influenciam a economia. Quando há baixos níveis de confiança a propensão a cooperar tende a ser menor, o que faz com que aumente a insegurança e o risco de haver conflitos, também cresce.

O dilema da ação coletiva e as dificuldades para criar um ambiente de associacionismo foram explorados por outro cientista político americano, Robert Putnam (1996), que se tornou um dos principais expoentes do que vem a ser a teoria do capital social. Segundo Putnam, indivíduos que possuem espírito público, interesse em cooperar e fazer o bem comum tendem a ser mais propensos a atuar em grupos ou espaços coletivos. A cooperação e as atividades associativas formam o "capital social" de um determinado grupo social, que pode ser criado, acumulado e passado adiante, para outras gerações. Putnam, associa o desenvolvimento de países e municípios a

existência do capital social. Segundo Putnam, “quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de que haja cooperação. E a própria cooperação gera confiança” (1996, p. 180).

Já nas reflexões de Marc Granovetter (1973, 1985), tem-se um destaque para a análise de redes sociais, que são compostas por conexões que funcionam como nós (laços) em que se encontram e entrelaçam as relações sociais e as atividades produtivas. Grannovetter retoma o termo “enraizamento social” (social *embeddedness*) de Polanyi e reivindica a importância das redes de relações sociais para o entendimento de processos econômicos através dos chamados laços fortes (família, amigos mais próximos) e fracos (conhecidos, amigos de amigos). Nesta perspectiva, a cooperação pode assumir características distintas segundo o tipo de laços socais nos quais estão imersos os agentes que delas participam. Os laços fracos conectam membros de diferentes pequenos grupos, que apresentam entre si laços fortes, e são canais fundamentais para a transmissão de informações (1973).

Outra abordagem chave nas teorias contemporâneas sobre cooperação é o institucionalismo, cujo argumento central está baseado na ideia de que um ambiente social e econômico no qual a incerteza e a competição ficam sob o controle da coletividade há maior eficiência e se alcançam resultados econômicos que são mais benéficos a todos. Ou seja, em um ambiente em que os indivíduos aceitam cooperar mais, os resultados produtivos alcançam um grau de eficiência superior porque os riscos, conflitos e a ganância (em síntese, o oportunismo individualista) ficam sob controle de instituições que tem a missão de criar e ordenar (governança) as regras e normas sob as quais todos aceitam agir e trabalhar. Esta abordagem está presente tanto na NEI (nova economia institucional) de Oliver Williamson (1932-2020) e Douglass North (1920-2015) como na abordagem da teoria dos comuns de Elinor Ostrom (1933-2012). Na literatura geral, estes autores são reconhecidos por sua contribuição nas análises sobre o

papel da governança nas organizações cooperativas. Ostrom, e seus trabalhos sobre o manejo e uso de recursos comuns mediante a criação de instrumentos de uso coletivo (*common pool resources*), tais como as cooperativas de produção ou de serviços, se tornou uma referência importante para mostrar em que medida a governança eficiente pode fazer frente aos dilemas tanto do oportunismo quanto do racionalismo/burocratização sem deixar de gerar o bem-estar social da comunidade

Afora estas referências gerais da sociologia da cooperação, é preciso referir a contribuição importante da abordagem da economia solidária, que foi desenvolvida no Brasil nos anos recentes por autores como Paul Singer, Luis Inácio Gaiger, entre outros, que trazem o aporte da economia solidária enquanto um modo de produção alternativo ao capitalismo. Mais precisamente, um modo onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos (SINGER, 2002). A abordagem da economia solidária se tornou uma referência importante para o cooperativismo de viés socialista, que em larga medida retoma alguns dos pressupostos dos socialistas utópicos assim como elementos da teoria da coesão social e da reciprocidade dos franceses.

Como se percebe, a sociologia da cooperação já possui um alentado estoque de referências analíticas e políticas, embora algumas não sejam identificadas como tal. Um dos problemas frequentes é que muitos estudiosos têm dificuldades de entender de que modo as teorias da ação coletiva podem ser adaptadas para a análise da cooperação e dos empreendimentos cooperativos. Outro aspecto que carece de amadurecimento e precisa evoluir, refere-se à necessidade de maior rigor teórico e metodológico no uso das referências analíticas e sua aplicabilidade. Não há impedimento ou barreiras para o diálogo entre abordagens distintas e uso intercambiável de conceitos. Não obstante, a sociologia da cooperação avançará e se tornará uma disciplina ou um ramo desta na medida em que for capaz de manter

claras as fronteiras entre as diferentes abordagens que a compõe. Afinal, a opção por uma ou outra teoria faz diferença na ciência social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely S.; **Gestão Comunal de Águas**: A experiência da Comunidade Lagoa dos Cavalos – Ceará. Raízes, v.31, n.2, jul/dez / 2011

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. SP, Ed. UNESP, 2011, Capítulos 2,4, 7 e 8.

CAILLÉ, Alain. **Nem holismo nem individualismo metodológico**. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. RBCS, v. 13, n. 38, pp.5-39, 1998.

CAMPOS, Marilene. **Nem Leviatã, nem privatização:** novos desenvolvimentos para a teoria dos recursos comuns. Revista Científica Da Faminas – V. 2, N. 2, MAIOAGO de 2006.

CHAYANOV, Alexander. **A Teoria das Cooperativas Camponesa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, Capítulos 1, 2, e 3.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREITAS, Alair F. de.; FREITAS, Alan F. de. **O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté, SP. v. 10, n. 2, mai-ago. 2014. p. 46-74.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança** – as virtudes sociais e a criação da prosperidade. São Paulo, Ed. Rocco, 1996. Cap 13. Economias isentas de atritos. Pag. 165-176

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure**: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 1985. p. 481-510.

GRANOVETTER, Mark. **The strength of weak ties.** American journal of sociology, v. 78, n.6, 1973. p.1360-1380.

MARTINS, Marcia Eliana; MAFRA, Rennan Lanna M.. **Cooperativas de crédito rural solidárias como sistemas sociais autopoiéticos:** (im)possibilidades para a mudança social. Desenvolvimento Rural Interdisciplinar Porto Alegre, v.1, n.1, maio-novembro, 2018.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Escolha Racional e Ação Coletiva:** problemas e soluções. Revista da AMDE, [S.l.], v. 3, jan. 2010. Disponível em: <http://www.revista.amde.org.br/index.php/ramde/article/view/33>. Acesso em: 07 mar. 2022.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. Trad. Fabio Fernandez. São Paulo. Edusp, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed - São Paulo - Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. **Nas teias da economia:** o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. Sociedade e Estado, vol. 22, n. 2, mayo-agosto, 2007, pp. 249-284. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

SAVI, Aline R. **As relações Constituídas historicamente entre produtores familiares e cooperativas agropecuárias no RGS**: A Cooperativa Regional Sananduva de Carnes e Derivados Ltda. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2006

SCHUBERT, Maicon N. e WAQUIL, Paulo D. **Análise dos custos de transação nas cooperativas da cadeia produtiva do leite no Oeste de Santa Catarina.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 16, n. 4 (edição especial), p. 435-449, dez. 2014

SOUZA, Jesse. **A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 13 Nº38, 1998.

WILLIAMSON, Oliver E.. **Transaction cost economics and organization theory.** Industrial and Corporate Change, Oxford, v.2, n.1, p.107-156, Jan. 1993

ZAAR, Miriam Hermi. **Dos Socialismos Utópico e Revolucionário à Economia Solidária.** Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 153-167, set. 2013.

SOLIDARIEDADE

Oscar Bastidas - Delgado[1]

Como toda atividade humana, a criação e o funcionamento de organizações geram valores naqueles que as desenvolvem. Eles emergem em uma determinada ordem, seguindo um ao outro de forma não linear, nutrindo-se mutuamente e gerando outros numa sucessão ascendente no complexo do mais simples ou individualista ao Solidário, de tal forma que se pode afirmar que o último gerado contém o primeiro.

Como recurso pedagógico, distinguir alguns valores de outros no exato momento de seu surgimento e compreender a existência de uma espécie de hierarquia entre eles baseada no processo de empreendedorismo ajuda a conceituar as atividades econômicas que supostamente a praticam com base nesta sucessão de Economia Colaborativa, Economia Social e Economia Solidária na forma de um *continuum*.

De acordo com Bastidas - Delgado (2020), a sucessão acima mencionada pode ser descrita da seguinte forma: 1 - Individualismo; 2. Associativismo, Mutualismo e Cooperativismo, uma trilogia de valores que constituem as três formas básicas de SSE nas quais as pessoas são o foco fundamental da atenção e os recursos variam de ter menos peso nas associações a ter mais nas cooperativas; e 5. - A solidariedade como um valor fundamental que todo SSEO deve

[1] Consultor en Emprendimiento y Diseño Organizacional. Economía Social, Cooperativismo. Responsabilidad Social y Balance Social. https://www.linkedin.com/in/oscarbastidasdelgado. oscarbastidasdelgado@gmail.com / @oscarbastidas25

construir para ser qualificado como uma Economia Solidária. Em outras palavras, a Economia Solidária é o subconjunto da Economia Social que realmente constrói e mantém a Solidariedade como um valor central.

1.- O "NÓS" EM SOLIDARIEDADE

O "nós" e "os outros" são a chave para definir a fronteira entre os deveres de solidariedade e as outras exigências que dela derivam, um ponto de partida é estabelecer as diferenças entre as pessoas como base para o reconhecimento legal da autonomia e da liberdade.

O reconhecimento de nós e de outros é uma condição necessária e indispensável para a convivência e a tolerância, fundamento de qualquer sociedade que busca desenvolver a igualdade, a democracia e a solidariedade; merece condições concretas e duradouras no sistema de valores adotados e na ação das instituições, razão pela qual a Solidariedade como um valor não é proclamada ou imposta ou decretada por instrumentos legais ou ordens, ela deve ser construída; não basta dizer "Para os *fins desta lei, o sistema socioeconômico será chamado de Economia Solidária*" (República da Colômbia 1998).

Em associações verdadeiramente solidárias, o reconhecimento do "nós" exige condições concretas e duradouras no sistema de valores que adotam; nos SSEO, a palavra "nós" deve predominar como elemento de integração, pois reforça o sentimento de pertencer, sinônimo de sentir-se parte de algo, está associada à satisfação ou orgulho de pertencer a algo, neste caso ao SSEO, que dá apoio à solidariedade potencial.

O sentimento de pertencer tende a ser confundido com o sentimento de propriedade, uma confusão que no caso de um SSEO é compreensível e desejável, uma vez que os associados são seus proprietários. Ambos os sentidos são maiores nos fundadores porque transmitiram seus valores à SSEO, desenharam seus processos, integraram pessoas na organização e teceram redes sociais com

fornecedores, clientes, comunidades e outras organizações, enfim tiveram inveja de sua organização, início e funcionamento, em outras palavras, constituíram a Força Fundadora.

2.- RUMO A UMA DEFINIÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Como foi dito, no topo do *continuum* de valores proposto está o Solidariedade; ele emerge como uma sinergia dos anteriores, contém todos eles e acrescenta outros não mencionados como confiança e compromisso, focalizando a reciprocidade; é um valor transformador *em si* que tem que ser construído, não decretado. Os significados de Solidariedade são tão variados quanto os temas frequentes com os quais ela está relacionada: bondade, generosidade, amor, caridade, ajuda mútua, respeito mútuo, tolerância, justiça; em níveis coloquiais é até usada para se referir aos preços justos de certos restaurantes, para qualificar uma apólice de seguro ou para expressar condolências.

Le Petite Larousse Illustré se refere a ela como "*dependência mútua entre as pessoas",* acrescentando que ela envolve um sentimento que leva as pessoas a estabelecer uma ajuda mútua ou um dever de cuidado para com as pessoas em perigo. Em um sentido etimológico aparece na linguagem jurídica no século XV como "*sendo comum a muitos, cada um é responsável por todos*", uma afirmação que de alguma forma aborda a questão da dependência recíproca; por extensão, a palavra está relacionada à solidez.

Javier de Lucas em seu livro El Concepto de Solidaridad (1998), reflete gramaticalmente sobre o conceito qualificando-o como "um substantivo abstrato formado a partir do adjetivo solidário, derivado por sua vez inicialmente da expressão latina *em solidum*, que é equivalente à totalidade, o todo"; ele também o apresenta como *"uma categoria específica de relações obrigatórias, caracterizada pela unidade-integridade do vínculo obrigatório e a pluralidade do sujeito... precisamente as características das obrigações solidárias",* categoria jurídica da qual derivará a noção de solidariedade. Quanto

ao uso do termo pela sociologia, De Lucas o aponta como um elemento estrutural de grupos sociais.

Segundo De Lucas, o define como "*consenso entre unidades semelhantes que só pode ser assegurado pelo sentimento de cooperação que necessariamente resulta na divisão do trabalho...*", enquanto para Durkheim, que De Lucas descreve como "o teórico por excelência da solidariedade", é *"...antes de tudo, um fato social que consiste no consenso espontâneo das partes do todo social, uma conexão particular entre os indivíduos e a sociedade que...*" envolve dois níveis: o psicossocial ou vínculo entre as consciências individuais e coletivas o estrutural-funcional ou vínculo entre a posição do indivíduo e do grupo.

De Lucas também argumenta que o círculo de crescimento de nós apoiando a solidariedade cessa quando diferenças importantes aparecem entre usuários potenciais do termo; grupos xenófobos e racistas confinam o termo apenas a si mesmos por defenderem uma identidade que nega igualdade e solidariedade quando, ao mesmo tempo, contraditoriamente, exigem respeito independentemente da "dos outros".

O seguinte conceito de solidariedade é baseado no anterior (Bastidas Delgado *Ob. Cit.):*

> Um valor voluntariamente construído e compartilhado entre pessoas ou organizações com respeito a objetivos, necessidades e aspirações comuns através de compromissos recíprocos assumidos individualmente como suas próprias responsabilidades. Dois indicadores de sua existência são a confiança tecida entre seus construtores e o uso frequente da palavra "nós" como um indicador do sentimento de pertencer ao grupo ou organização.

A partir desta definição, as seguintes variáveis devem estar presentes nas organizações que desejam ser consideradas organizações solidárias: devem ser formadas voluntariamente; devem ser formadas para superar necessidades comuns e alcançar aspirações, necessidades e aspirações comuns estabelecidas em compromissos recíprocos; os participantes se sentem corresponsáveis pelos compromissos assumidos pela organização; e todos eles têm um forte senso de pertença à organização, um senso que pode ser demonstrado com a palavra "nós".

REFERÊNCIAS

BASTIDAS DELGADO, O. (2020) **La Identidad como guía de Acción de las Cooperativas**. Amazon. LA IDENTIDAD COMO GUÍA DE ACCIÓN DE LAS COOPERATIVAS eBook: Bastidas Delgado, Oscar: Amazon.es: Tienda Kindle

DE LUCAS, JAVIER (1988). **El Concepto de Solidaridad**. Biblioteca de Ética, Filosofía del Derecho y Política. Distribuciones Fontamara, S.A. México.

EDITIONS LAROUSSE (s/f). **Le Petite Larousse Illustré**. Paris.

REPÚBLICA DE COLOMBIA (1998). Ley 454 de 1998. Bogotá.

TENDÊNCIAS EM COOPERATIVAS

Marcos Paulo Dhein Griebeler[1]

Genericamente, no campo organizacional, as tendências são inclinações ou direcionamentos que podem se manifestar de diferentes modos. Contudo, não se pode confundir tendência com modismo, sob o risco de se obter problemas de condução da cooperativa devido a uma série de elementos por vezes ausentes.

Dito de outro modo, é possível que uma cooperativa de crédito tenha capacidade de investimento em plataformas digitais para enfrentar a concorrência de *players* que porventura intentem oferecer serviços semelhantes, mas não possui pessoal capacitado para tanto. Logo, a tendência de atualização de serviços fica prejudicada, gerando insatisfação do cooperado e perda de recursos financeiros para a cooperativa.

Na visão de Valentim et al (2003), tais autores ressaltam que no contexto atual, muitas organizações não compreendem as transformações ocorridas e isso leva elas a terem uma sensação de perda do controle, em decorrência de mudanças, por vezes, não programadas. Talvez uma daquelas que mais tem causado repercussões está na Pandemia de Covid-19, que pode ser expresso por alterações no espaço ocupacional, seja pelo trabalho remoto ou pela ênfase em prestar serviços ou realizar assembleias pelos meios telemáticos, o que não deve ser considerado como um padrão, mas uma possibilidade, em especial porque muitas pessoas podem ainda

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT-RS. E-mails: marcosdhein@faccat.br; marcosadmrs@hotmail.com

não ter acesso à internet ou infraestrutura adequada para um evento *online* a ser promovido pela cooperativa.

Contudo, essa realidade nem sempre é igual para todos os cooperados. É preciso compreender o que se tem de demanda por parte do integrante da cooperativa e verificar se todas as condições para sua necessidade podem ser atendidas. Deste modo será possível de ser evitada ao máximo, a frustração de se sentir excluído ou forçado a ingressar em uma determinada plataforma, mas que para tanto, não possui sequer orientação de como isso funciona. É compreensível que a pandemia gerou novos comportamentos, ao mesmo tempo em que mostrou que outros ainda precisam ser mais bem trabalhados, visto o despreparo ante a necessidade de isolamento físico.

Ao mesmo tempo, entende-se que as cooperativas, integrantes do tecido produtivo dos territórios, necessitam ter em conta alguns pontos que exigem readequação em um cenário que cada vez mais se mostra predatório e essa condição deve ser evitada pelas instituições deste setor. Algumas tendências entendidas como aderentes à dinâmica cooperativa são expostas a seguir.

Por primeiro, ressalta-se que o (a) nível de cooperação entre os integrantes deva ser reforçado, valorizando os princípios deste movimento social, observando-se que dada a ênfase em tecnologia em determinadas atividades, isso vem levando organizações a terem (b) estruturas organizacionais mais enxutas e com processos internos revisados, o que não significa que (c) ser menor é sinônimo de não ser melhor. Apesar de ser atuante no seu território de existência, observa-se que vem se intensificando também uma (d) redução do ciclo de vida dos produtos ou serviços, dada a existência dentro do mercado capitalista de uma "destruição criativa" (SCHUMPETER, 1982), o que força também as cooperativas e revisarem suas atividades produtivas.

Na mesma linha, o modismo também não pode ser o elemento principal quando se preconiza a (e) sustentabilidade, mas se continua a realizar eventos com copos plásticos ou não existir a correta separação dos resíduos, uma vez que esta ação exige uma maior

atuação da cooperativa em um novo contexto ecológico, que exprime a ênfase na (f) inovação social e na (g) relação com as novas economias, seja ela criativa, solidária, colaborativa ou circular. Mesmo em qualquer que seja a classificação da Economia, é sempre relevante destacar que o foco continua no desenvolvimento local, sendo uma parte dos recursos investidos na comunidade, em atendimento ao princípio 7 (Compromisso com a Comunidade).

A virtualização em dadas atividades econômicas realizadas pelas cooperativas, que por extensão, gera a mobilidade das pessoas, deve ter também como mote a (h) propaganda dos valores e não dos produtos e/ou serviços ofertados em uma sociedade contemporânea e em rede, que integra fluxos de informação e de conhecimento (CASTELLS, 2003), o que reforça a necessidade de (i) intercooperação (Princípio 6), seja entre cooperativas e/ou com o Estado.

A possibilidade de (j) aproximação das cooperativas das universidades e faculdades, inclusive aquelas que já atuam tradicionalmente na área do cooperativismo, por meio de cursos de graduação ou especialização tende a reforçar os laços interinstitucionais para a busca de uma (k) educação (Princípio 5) constante em um futuro híbrido que se instalou no contexto contemporâneo, tendo-se ainda como mote a aproximação entre cooperativas e os (l) jovens (também com foco no Princípio 5), a fim de adensar os princípios e valores. Eles, por vezes, podem não compreender a função da cooperativa e suas particularidades, quando comparada a atividade econômica com outras organizações que oferecem produtos/serviços semelhantes na Economia nacional.

Por fim, a necessidade de as cooperativas também terem como objetivo tanto a (m) inclusão de pessoas com deficiência (PcD) e a (n) diversidade de gênero nos espaços cooperativos, sendo então a cooperativa um agente de vanguarda na condução de ações voltadas em prol de indivíduos que são excluídos das vagas ofertadas por *players* em razão de não serem detentores do padrão estipulado por

eles. Ou seja, se oportuniza que o indivíduo faça suas escolhas, não sendo oprimido pelo sistema (FREIRE, 2000).

Em linhas gerais, cabe às cooperativas verificarem as demandas que vem recebendo de cooperados e correlacionar com aquilo que está em curso, a fim de evitar tanto prejuízo, seja ele econômico, social e/ou ambiental, como a possibilidade de perda de cooperados para *players,* tal como mencionado anteriormente, que possuem como mote mais lucro e não mais associação de pessoas em prol da ascensão social, gênese do Cooperativismo.

Em outras palavras, uma vez que o diálogo acerca do que deve ser feito, considerando-se tanto as particularidades do local de atuação da cooperativa, aliado ao contexto histórico e o atual, são fatores essenciais para compreender como pode ser enfrentado o futuro, o que reforçará os laços de fidúcia (PUTNAM, 2006; FUKUYAMA, 2000) entre cooperativa e cooperado.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FUKUYAMA, Francis. **Social Capital and Civil Society**. IMF Working Paper No. 00/74, april 2000. Available at SSRN. Disponível em: https://ssrn.com/abstract=879582

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália Moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

SCHUMPETER, Joseph. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico:** uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

VALENTIM, M. L. P.; et al. **O processo de Inteligência competitiva em organizações**. In: Ciência da Informação. V. 4. N. 3. jun. de 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

Aleteia Hummes Thaines

Doutora em Direito com estágio Pós-Doutoral em Direito. Professora do Curso de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT. E-mail: ale.thaines@gmail.com

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA | 301
MARCA COLETIVA | 324
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS | 413

Aline Mendonça Dos Santos

Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UNISINOS) e Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro com Pós-doutorados realizados junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora, pesquisadora e extensionista da Universidade Católica de Pelotas. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: aline.santos@ucpel.edu.br

COOPERATIVISMO E DECOLONIALIDADE | 143

Allan Lemos Rocha
Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estatístico na Paradoxo Consultoria. E-mail: allanlemosr@gmail.com

MONDRAGON CORPORAÇÃO COOPERATIVA | 350

Amparito Ramírez Alarcón
Gestora Socio Cultural. E-mail: amparitoramirezalarcon@hotmail.com

COOPERATIVISMO CULTURAL | 112

Angela Ester Mallmann Centenaro
Graduada em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela UNISINOS. Professora adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. E-mail: angela.centenaro@unemat.br

ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DO CAPITAL SOCIAL APLICADOS AO COOPERATIVISMO | 31
ECONOMIA FORMALISTA | 206
ECONOMIA SUBSTANTIVISTA | 212

Argemiro Luís Brum

Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor titular do PPGDR da UNIJUI. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

O COOPERATIVISMO E OS DESAFIOS ECONÔMICOS | 373
O COOPERATIVISMO E OS MERCADOS | 377
O COOPERATIVISMO NO MUNDO GLOBALIZADO | 389

Ariosto Sparemberger

Doutor em Administração (UNAM/Argentina e UFP/Brasil). Professor Pesquisador da UNIJUÍ. ariosto@unijui.edu.br

MARKETING DE RELACIONAMENTO EM COOPERATIVAS | 328
MARKETING NO COOPERATIVISMO FINANCEIRO | 333

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Doutor em Ambiente e Desenvolvimento (Univates), Administrador. E-mail: brunonbuttenbender@gmail.com

COOINOVAÇÃO | 62
COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE | 116
DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO | 163

Carla Santos Machado

Mestranda em Cooperativismo e Gestão Sócio Empresarial pela Mondragon Unibertstatea, Coordenadora de Pós-graduação e Extensão do I.COOP – Faculdade do Cooperativismo, coordenaca003@icoop.edu.br

PERFIL DE PESSOA COOPERATIVA | 394

Carlos Águedo Paiva

Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT-RS. E-mail: carlospaiva@faccat.br

COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS DO PARANÁ | 68
MONDRAGON CORPORAÇÃO COOPERATIVA | 350

Carlos Daniel Baioto

Prof Dr. Carlos Daniel Baioto, graduado em história pela UFSM, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela UNISINOS, Prof e Coordenador do curso de graduação pós-graduação em Gestão de Cooperativas e no CESURG, e professor convidado dos pós-graduação em Gestão de Cooperativas na UNISINO, pesquisador e consultor em Gestão de Cooperativas. E-mail: cbaioto46@gmail.com

EFICIÊNCIA COOPERATIVISTA | 224
EFICIÊNCIA E TRÍADE DA GESTÃO DE COOPERATIVAS | 233
REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE COOPERATIVISMO | 429

Carlos Eduardo Arns

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC) e Doutorando em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: tche@unochapeco.edu.br

COOPERATIVISMO E DECOLONIALIDADE | 143

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor e pesquisador do Curso de Administração e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: carlos.anes@uffs.edu.br

GESTÃO DE COOPERATIVAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES | 252
INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS) | 293

Cidonea Machado Deponti

Economista, Doutora em Desenvolvimento Rural, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR/UNISC. E-mail: cidonea@unisc.br

CAPACIDADE DE AGÊNCIA HUMANA DOS ATORES SOCIAIS | 45

Cinara Neumann Alves

Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. E-mail: cinaranalves@gmail.com

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COOPERATIVISMO | 175

Clea Beatriz Macagnan

Senior Professor Ph.D. Program in Finance Accounting and Professional Master's in Law at the University of Vale do Rio dos Sinos.

GOVERNANÇA EM COOPERATIVAS | 267

Cristhian Moreira Brum

Pós-Doutor E Doutor em Educação nas Ciências pelo PPGEC/UNIJUÍ. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas. cristhian.brum@sou.unijui.edu.br

COOPERATIVISMO HABITACIONAL | 126

Daniel Hedlund Soares das Chagas

Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Especialista em Docência do Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

COOPERATIVISMO URBANO | 139

Daniel Pedro Auler

Doutor em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor na Universidade do Vale do Taquari – Univates E-maill: danielauler@univates.br

INOVAÇÃO SOCIAL | 311

Darlan Christiano Kroth

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor e Pesquisador do Curso de Administração e do Programa de Pós-graduação em Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Email: dckroth@uffs.edu.br

COOPERATIVAS DE CRÉDITO | 82

Deivid Ilecki Forgiarini

Doutor em Administração; Mestre em Desenvolvimento Regional; Bacharel em Administração. Professor da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. E-mail: deividforgiarini@gmail.com

IDENTIDADE COOPERATIVISTA COMO VANTAGEM COMPETITIVA | 286

Dejalma Cremonese

Doutor em Ciência Política (UFRGS), Professor Associado II do Departamento de Ciências Sociais da UFSM, dcremoisp@yahoo.com.br

CAPITAL SOCIAL | 51
ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E COOPERATIVISMO | 306

Dieison Pivoto

Doutor em Agronegócios – UFRGS. Professor da Escola de Negócios da Faculdade Meridional – IMED. E-mail: dieissonpivoto@gmail.com

DIREITOS DE PROPRIEDADE EM COOPERATIVAS | 188

Dilani Silveira Bassan

Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da FACCAT. Email: dilanib@faccat.br

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONFIANÇA E COOPERAÇÃO | 26
ECONOMIA SOLIDÁRIA | 208

Dionéia Dalcin

Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora do curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo/RS. Email: dioneia.dalcin@uffs.edu.br

GESTÃO DE COOPERATIVAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES | 252
INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS) | 293

Edemar Rotta

Doutor, com Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social (PUCRS). Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – Mestrado (UFFS). E-mail: erotta@uffs.edu.br

ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL | 241
QUESTÃO SOCIAL | 416

Eliene Gomes dos Anjos

Doutora em ciências, sociais, docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e-mail: elieneanjos@ufrb.edu.br

COOPERATIVAS DE TRABALHO | 88

Eloiza Andréa Moraes Silva

Mestra em Agroecossistemas (PGA/UFSC). Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). elo_ms@hotmail.com

COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO | 131

Enise Barth

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGPDD) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: enise.barth@gmail.com

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | 74
COOPERATIVAS DE CRÉDITO | 82
GESTÃO DE COOPERATIVAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES | 252
INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS) | 293
LIDERANÇA FEMININA E COOPERATIVISMO | 317

Fabián Enrique Salazar-Villano
Docente e Investigador Departamento de Ciencias Económicas, Universidad del Cauca, Colômbia. E-mail: fesalazar@unicauca.edu.co

SINERGIAS COMUNITÁRIAS | 448

Fábio Luiz Búrigo
Doutor em Sociologia Política. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). Coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). fabio.burigo@ufsc.br

COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO | 131

Gabriel Schmitt Morais
Graduado em Administração pelas Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e Pós-graduando em Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MINAS. E-mail: gabrielmorais@sou.faccat.br

ECONOMIA CIRCULAR | 202
ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO | 215
MÉTODOS ÁGEIS E SUA APLICAÇÃO EM SOCIEDADES COOPERATIVAS | 339

Gean Carlos Tomazzoni

Mestre em Administração. Doutorando em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gean.tomazzoni@gmail.com – ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4736-009X

O COOPERATIVISMO NA RÚSSIA PELA ÓTICA DE ALEXANDER CHAYANOV | 380

Helena Copetti Callai

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Madrid - Espanha (UAM). Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação nas Ciências (PPGEC/UNIJUÍ). helena@unijui.edu.br

COOPERATIVISMO HABITACIONAL | 126
COOPERATIVISMO URBANO | 139

Igor Loureiro de Matos

Mestre em direito. Membro do Instituto para Cooperação e Desenvolvimento – ICADE. E-mail: igorloureirodematos@yahoo.com.br

COOPERATIVAS DE TRABALHO | 88

Jaine Cristiane Wentroba
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGPDD) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo. E-mail: jainewentroba@hotmail.com

LIDERANÇA FEMININA E COOPERATIVISMO | 317

Jaqueline Mallmann Haas
Doutora e Mestre em Extensão Rural, Professora do Programa de Pós- Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. jaquelinehaas@ufrgs.br

SOCIOLOGIA DA COOPERAÇÃO | 471

Jorge Luiz Amaral de Moraes
Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT-RS. E-mail: jmoraes@faccat.br

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS | 22
CADEIAS PRODUTIVAS AGROALIMENTARES E AGROINDUSTRIAIS (CPAS) | 41
SISTEMAS PRODUTIVOS AGROALIMENTARES E AGROINDUSTRIAIS | 453

Juan Fernando Álvarez

Doutorado em ciências sociais pela Universidade de Lisboa (2016). Professor da Faculdade de Estudos Ambientais e Rurais da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá. E-mail: alvarez_juan@javeriana.edu.co

COOPERATIVISMO COM PROPÓSITO | 106

Ladislau Dowbor

Doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Professor titular no Departamento de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: ldowbor@gmail.com

COOPERATIVAS: NOVAS OPORTUNIDADES | 94

Louise de Lira Roedel Botelho

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC; Professora e pesquisadora do Curso de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Cerro Largo. Docente Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC - louisebotelho@gmail.com

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | 74
GESTÃO DE COOPERATIVAS: CONCEITOS E APLICAÇÕES | 252

INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES (ITCPS) | 293
LIDERANÇA FEMININA E COOPERATIVISMO | 317

Marcio Gazolla

Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento, Alimentação, Mercados e Políticas Públicas (GePPADeM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS). Bolsista de Produtividade Científica do CNPq. E-mail: marciogazolla@utfpr.edu.br

MERCADOS ALIMENTARES FÍSICOS E DIGITAIS E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR | 339

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FACCAT-RS. E-mails: marcosdhein@faccat.br; marcosadmrs@hotmail.com

AGENDA 2030 E COOPERATIVISMO | 16
FALSO COOPERATIVISMO | 248
TENDÊNCIAS EM COOPERATIVAS | 488

Marjana Eloisa Henzel

Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ), Técnica administrativa em educação, Instituto Federal Farroupilha - Campus Santa Rosa. E-mail: marjana.henzel@iffarroupilha.edu.br

DECRESCIMENTO E COOPERATIVISMO | 152
ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E COOPERATIVISMO | 306
PÓS-DESENVOLVIMENTO E COOPERATIVISMO | 403

Mateus de Carvalho Reis Neves

Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre e Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: mateus.neves@ufv.br

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DAS COOPERATIVAS (PDGC) | 407

Merlin Patricia Grueso Hinestroza

Psicólogo, Pontificia Universidad Javeriana-Cali. Doutorado em Psicologia Social, Universidade de Salamanca-Espanha. Professor na Escola de Administração, Universidad del Rosario-Bogota. E-mail: merlin.grueso@urosario.edu.co

REPUTAÇÃO COOPERATIVA INTERNA | 437

Monica Concha-Amin

Doutora em Economia Aplicada (PPGE-UFRGS), M.S. (DER_UFV). Professora Adjunta nível 3 do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA) na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). ORCID ID: 0000-0001-9237-906X. CV: http://lattes.cnpq.br/0268693055487067. E-mail: monicac@ufcspa.edu.br

COOPERATIVISMO EM SAÚDE | 88
PODER ECONÔMICO E COUNTERVAILING COOPERATIVISTA | 399

Mónica López-Santamaría

Psicólogo, Universidad del Valle. Mestre em Administração de Empresas e Doutorando em Ciências Gerenciais, Universidad del Rosario-Bogota. E-mail: monica.lopezs@urosario.edu.co

REPUTAÇÃO COOPERATIVA INTERNA | 437

Monique Medeiros

Doutora em Agroecossistemas; Docente na Universidade Federal do Pará/Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. E-mail: mmedeiros@ufpa.br

DISPOSITIVOS COLETIVOS, AGRICULTURAS FAMILIARES E TERRITORIALIZAÇÃO | 191
NOVIDADES ORGANIZACIONAIS | 367

Nelson José Thesing

Doutor em Integração Regional. Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC. E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

GOVERNANÇA | 277

Luciana Moro de Souza

Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania – GPDeC. E-mail: luciana.moro@unijui.edu.br

GOVERNANÇA | 277

Oscar Bastidas-Delgado

Professor da Universidade Central da Venezuela (UCV). Consultor em Empreendedorismo e Desenho Organizacional, Economia Social, Cooperativismo, Responsabilidade Social e Equilíbrio Social. E-mail: oscarbastidasdelgado@gmail.com / @oscarbastidas25

ATO SOLIDÁRIO | 36
REDES E GOVERNANÇA | 423
SOLIDARIEDADE | 483

Paola Vogt

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Cerro Largo/RS. Email: vogtpaola00@gmail.com

COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | 74

Pedro Luís Büttenbender

Doutor em Administração, Mestre em Gestão Empresarial, Administrador e Tecnólogo em Cooperativismo. Professor Pesquisador do PPGDR/UNIJUÍ. E-mail: pedrolb@unijui.edu.br e plbutten@gmail.com

COOINOVAÇÃO | 62
DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO | 163
DESENVOLVIMENTO CORPORATIVO | 170
PÓS-DESENVOLVIMENTO E COOPERATIVISMO | 403

Raquel Oses Cabrera

Trabajadora social de la Universidad Nacional de Colombia. Magíster en educación. Docente, investigadora y consultora. Miembro del Comité Científico CIRIEC Colombia, E-mail: raque.oses.c@gmail.com

GESTÃO SÓCIO-EMPRESARIAL SOLIDÁRIA | 260

Rejane Inês Kieling

Doutora em desenvolvimento regional. Professora na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP). E-mail: rejanekieling@hotmail.com

DIVERSIDADES NO COOPERATIVISMO | 196
EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA – UMA CATEGORIA INDISPENSÁVEL AO COOPERATIVISMO | 220

Renato Steckert de Oliveira

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978) e doutorado em Sociologia - Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (1993), com estágio pós-doutoral na Universidade Aberta da Catalunha, Barcelona, Espanha (2005-2006). Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOCIEDADE DOS PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE | 442
SOCIALISMO UTÓPICO E ORIGENS DO COOPERATIVISMO | 458

Ricardo Corrêa

Doutorando em Ciências Sociais (UFSM), Professor do Instituto Federal Farroupilha - Campus Santo Augusto. E-mail: ricardo.correa@iffarroupilha.edu.br

CAPITAL SOCIAL | 51
DECRESCIMENTO E COOPERATIVISMO | 152
ÍNDICE DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) E COOPERATIVISMO | 306

Roberto Tadeu Ramos Morais

Doutor em Desenvolvimento Regional, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. E-mail: masprm@faccat.br

ECONOMIA CIRCULAR | 202
ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO | 215
MÉTODOS ÁGEIS E SUA APLICAÇÃO EM SOCIEDADES COOPERATIVAS | 339

Ronaldo Chaves Gaudio

Mestre em Direito Econômico e Desenvolvimento. Coordenador da Pós-graduação em Direito Cooperativo da PUC/Minas. Professor convidado de Direito Cooperativo da FGV – Fundação Getúlio Vargas. Diretor Executivo da AIDCMESS – Associação Ibero-americana de Direito Cooperativo, Mutual e da Economia Social e Solidária. Assessor jurídico do Sistema OCB-SESCOOP/RJ. Presidente da Comissão Especial de Direito Cooperativo da OAB/RJ. E-mail: ronaldo@gaudio.adv.br

DIREITO COOPERATIVO | 182

Roque Penizzotto Arduini

Lic. Ciencias Políticas y Administración Pública. E-mail: roquepenia@gmail.com

COOPERATIVISMO CULTURAL | 112

Rosane Oliveira Duarte Zimmer

Doutora em educação. Professora da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (ESCOOP) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: rosaneodzimmer@gmail.com

DIVERSIDADES NO COOPERATIVISMO | 196
EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA – UMA CATEGORIA INDISPENSÁVEL AO COOPERATIVISMO | 220

Sandra Raquel López de Mesa Oses

Administradora de Empresas, Especialista en Gerencia de Proyectos y Candidata a Magister en Desarrollo Humano FLACSO Argentina. e-MAIL:, sandralopezdemesa@hotmail.com

GESTÃO SÓCIO-EMPRESARIAL SOLIDÁRIA | 260

Sergio Schneider

Doutor em Sociologia. Professor Titular de Sociologia do Desenvolvimento Rural e Estudos da Alimentação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS/ Brasil. Coordenador GEPAD: www.ufrgs.br/agrifood. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq, PQ1B. E-mail: schneide@ufrgs.br – ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4353-6732

O COOPERATIVISMO NA RÚSSIA PELA ÓTICA DE ALEXANDER CHAYANOV | 380
SOCIOLOGIA DA COOPERAÇÃO | 471

Tarcisio Dorn de Oliveira

Pós-Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Instituição de Ensino Superior Meridional (IMED). Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUÍ). tarcisio.oliveira@unijui.edu.br

COOPERATIVISMO HABITACIONAL | 126
COOPERATIVISMO URBANO | 139

Valéria Gama Fully Bressan

Graduada em Administração de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre e Doutora em Economia Aplicada pela UFV. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: valeriafully@ufmg.br

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DAS COOPERATIVAS (PDGC) | 407

Verenice Zanchi

Administradora, Doutora em Desenvolvimento Regional PGDR/UNISC. Pós-doutoranda em Comunicação na UFSM. E-mail: verenice.zanchi@gmail.com

CAPACIDADE DE AGÊNCIA HUMANA DOS ATORES SOCIAIS | 45

Vilmar Rodrigues Moreira

Doutorado em Administração pela EAESP/FGV (2009), Mestrado em Administração pela PUCPR (2003), Matemática pela UFPR (1999). Vínculo: Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. e-mail: vilmar.moreira@pucpr.br

DESEMPENHO COOPERATIVO | 155
RISCOS EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS | 442

Zander Navarro

Doutor em Sociologia pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente atua como pesquisador da Embrapa (Brasília). E-mail: z.navarro@uol.com.br

CAPITALISMO AGRÁRIO E COOPERATIVISMO | 55

Editora
Conceito
desde 1998

O cooperativismo está motivando avanços importantes em suas abordagens, fundamentos, formas e modelos de atuação e organização, sua gestão e governança e seu próprio desenvolvimento. Estas evoluções têm sido confirmadas no âmbito da sociedade onde o cooperativismo se faz presente, na academia, nas políticas públicas, pelos agentes de fomento ao desenvolvimento e gestores privados e públicos e na promoção econômica e social.

Através da iniciativa em cooperação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Taquara – FACCAT/RS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS – UNIJUÍ/RS, Esta obra organizada por professores renomados, com ampla trajetória na pesquisa, no ensino e na vivência no Cooperativismo, Administração e Desenvolvimento Regional. Estão oferecendo para a sociedade o "Dicionário Contemporâneo de Cooperativismo".

REALIZAÇÃO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL UNIJUÍ
MESTRADO E DOUTORADO

MESTRADO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UNIJUÍ
UNIVERSIDADE REGIONAL

FACCAT

APOIO:

Sicredi